

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação em Educação

Nilma Nogueira

**FATORES ASSOCIADOS E GERADORES DE IMPACTO NA EVASÃO DISCENTE
NO ENSINO SUPERIOR: IFNMG – Campus Araçuaí (2011-2017)**

Diamantina

2019

Nilma Nogueira

**FATORES ASSOCIADOS E GERADORES DE IMPACTO NA EVASÃO DISCENTE
NO ENSINO SUPERIOR: IFNMG – Campus Araçuaí (2011-2017)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Flávio César Freitas Vieira

**Diamantina
2019**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

N778

Nogueira, Nilma

Fatores associados e geradores de impacto na evasão discente no ensino superior: IFNMG - Campus Araçuaí (2011-2017) / Nilma Nogueira, 2020.

207 p. : il.

Orientador: Flávio César Freitas Viera

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020.

1. Ensino superior. 2. Fatores de evasão. 3. IFNMG - Campus Araçuaí I. Viera, Flávio César Freitas. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 378

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecária Viviane Pedrosa, CRB6 – 2641

NILMA NOGUEIRA

**FATORES ASSOCIADOS E GERADORES DE IMPACTO NA EVASÃO
DISCENTE NO ENSINO SUPERIOR: IFNMG - Campus Araçuaí (2011-
2017)**

Dissertação apresentada ao
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, nível de
MESTRADO como parte dos requisitos
para obtenção do título de MESTRA
EM EDUCAÇÃO

Orientador (a): Prof. Dr. Flávio César
Freitas Vieira

Data da aprovação : 25/11/2019



Prof.Dr. FLÁVIO CÉSAR FREITAS VIEIRA - UFVJM



Prof.Dr.ª MARA LÚCIA RAMALHO - UFVJM



Prof.Dr.ª DAYSE LUCIDE SILVA SANTOS - IFNMG

Dedico este trabalho aos meus filhos Thiago,
Nicole e Priscila. Eles são o meu mundo e por eles
daria a vida.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desse percurso de construção da minha pesquisa, não poderia deixar de agradecer a inúmeras pessoas que fizeram parte desta conquista de forma direta ou indireta. As contribuições a que me refiro foram diversas. Desde palavras de encorajamento nos momentos de profundo cansaço, ou até mesmo de instantes de silêncio para ouvir-me e compreender a dificuldade que estava atravessando. Assim, meus agradecimentos

A Deus, a quem confio e navego tranquilo no mar infinito de paz e amor.

Ao Gêra, meu esposo, e meus amados filhos Thiago, Nicole e Priscila pelo carinho, amor e compreensão. Sem vocês eu não teria a menor condição de iniciar nenhum projeto. Vocês são a minha vida!

Ao meu Pai Manoel, “in memoriam”, meu par constante de cantorias. À minha mãe Arabela, mulher forte que admiro muito.

Ao meu orientador, Professor Doutor Flávio César Freitas Vieira, que me acolheu como orientanda e conduziu-me durante todo esse processo. Pelos ensinamentos quase diários durante dois anos. A atenção a mim dispensada foi fundamental. Tenho certeza absoluta que sem seus preciosos saberes e ensinamentos, eu não teria alçado esse voo.

Ao IFNMG – Campus Araçuaí pelo apoio para a pesquisa e também aos professores do Curso FIC Metodologia Científica do IFNMG – Campus Araçuaí, onde tudo começou. Professores Fabrício, Lilian, Lívia, Ricardo, João Jacintho, Bruna, Fernando, Dirlene, e aos colegas de curso. Vocês me permitiram ter certeza que o sonho poderia ser possível.

À minha amiga Josy pelo incentivo no momento decisivo.

Aos meus queridos colegas de mestrado, com os quais dividi todas as angústias, incertezas e medo. Em especial para o meu grupo de trabalho, Dirlene, Simone, Adailton, Carlos, Virgínia, Edinalva, Tarcísio, Daniele e Neusinha.

Aos professores da UFVJM, especialmente Doutoradas Mara, Socorro, Naidles, Dalva Felismina, Dr. Altamir e do IFNMG, Doutora Dayse Lúcida.

A Aécio Miranda e Irã Neiva, que me possibilitaram desenvolver esse estudo.

Enfim, a todos, o meu muito obrigado!

É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se a derrota, do que formar fila com os pobres de espírito que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem nessa penumbra cinzenta que não conhece vitória nem derrota. (Roosevelt, 1899)

RESUMO

As estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2017, revelavam índices expressivos de abandono nos cursos de graduação do ensino superior. O cerne da questão foi percebido também nos Institutos Federais, dentre eles o *Campus Araçuaí*. Partindo desse pressuposto, a presente pesquisa visou analisar os fatores que contribuíram para as causas de evasão dos cursos superiores no âmbito do IFNMG – *Campus Araçuaí*. A metodologia se fundamentou em uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, de natureza básica; quanto aos objetivos, esteve entre pesquisa descritiva e explicativa; quanto aos procedimentos, realizou-se um estudo de caso, utilizando-se, para coleta de dados, de a pesquisa bibliográfica e documental, no período de 2011 a 2017. A relevância desta pesquisa justificou-se como alternativa primordial para o diálogo sistêmico entre a comunidade acadêmica, a fim de possibilitar o de fortalecimento de processos associados e de produção de saberes necessários para a redução dos índices crescentes de evasão na instituição pesquisada. Assim, os resultados obtidos demonstraram que o curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas foi o de maior índice de evasão no período de 2016 a 2017, e que a reprovação em disciplinas com a exigência de pré-requisitos concorreu para elevar o índice apurado. Ainda, alguns atributos referentes ao perfil do discente – escolaridade dos pais, renda e educação básica precária – foram fundamentais na decisão de abandonar o curso. Ademais, a análise inferiu que os processos da instituição que antecederam a implantação dos cursos superiores podem ter concorrido para impactar o processo de deserção discente, haja vista que não se identificou consulta pública para os mesmos em sua implantação. Por fim, a pesquisa confirmou que a hipótese inicial de ser a questão financeira, o motivo principal para a evasão discente, foi totalmente equivocada. Além desse fator, existiam outros alegados pelos discentes que, associados, impactavam e geravam a evasão, a saber: trabalho, extrajornada depois do trabalho, incompatibilidade de tempo para dedicar aos estudos, dificuldades de aprendizagem, não identificação com o curso, migração para outra cidade ou estado, falta de condições físicas e psicológicas, etc. A presente pesquisa servirá de alerta e estudo para ações que possam minimizar os fatores de evasão tanto para o IFNMG – *Campus Araçuaí*, quanto para outras universidades, à medida que, através das análises, vislumbram-se novos saberes acerca da evasão do ensino superior.

Palavras chave: Ensino Superior. Fatores de Evasão. IFNMG – *Campus Araçuaí*.

ABSTRACT

Statistics from the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira INEP (2017) revealed significant dropout rates in undergraduate higher education courses. The crux of the matter was also perceived in the Federal Institutes, among them the Araçuaí Campus. Based on this assumption, the present research aimed to analyze the factors that contributed to the causes of dropout of higher education under the IFNMG - Campus Araçuaí. The methodology was based on a research of quantitative and qualitative approach, of essential nature, as the objectives were between descriptive and explanatory research, as the procedures was a case study, which used the techniques for data collection the bibliographic research and from 2011 to 2017. The relevance of this research was justified as a primordial alternative for the systemic dialogue between the academic community, and as possibilities of strengthening associated processes and production of necessary knowledge, to reduce the increasing dropout rates in the researched institution. Thus, the results showed that the Technology in Systems Analysis and Development course was the course with the highest dropout rate in the period from 2016 to 2017 and that the failure in subjects with the requirement of prerequisites contributed to raising the rate. Still, some attributes related to the student profile, such as parents' education, income, and precarious primary education of the student, were fundamental in the student's decision to drop out. Moreover, the analysis inferred that the processes of the institution, which preceded the implementation of higher education courses, may have contributed to impact the process of student desertion since there was no public consultation for them in its implementation. Finally, the research confirmed that the initial hypothesis of being the financial issue, the main reason for student dropout, was wrong. In addition to this factor, there were others alleged by the students, which associated, impacted and generated dropout, namely work, extra hours after work, incompatibility of time to devote to studies, learning difficulties, non-identification with the course, migration to other City / State, lack of physical and psychological conditions etc .. This research will serve as a warning and study for actions that can minimize the dropout factors for the IFNMG - Campus Araçuaí, as for higher education, as through the analysis during this research, new knowledge for the dropout can be glimpsed of higher education.

Keywords: Higher Education. Evasion Factors. IFNMG-Campus Araçuaí.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Mesorregião do Jequitinhonha – Microrregião de Araçuaí.....	27
Figura 1 – Organização dos níveis e etapas da educação brasileira em articulação com educação profissional e tecnológica	32
Mapa 2 – Mapa da área de abrangência do IF do Norte de Minas Gerais.....	33
Mapa 3 – Mapa da área de abrangência do IF do Norte de Minas Gerais – <i>Campus Araçuaí</i> 36	
Gráfico 1 – Evolução da pontuação obtida dos candidatos do Curso Superior em Administração do IFNMG – <i>Campus Araçuaí</i> no vestibular do Curso Superior em Administração do IFNMG – <i>Campus Araçuaí</i> no Vestibular 2013 a 2018	61
Gráfico 2 – Modelo longitudinal de Vicent Tinto para explicar a Teoria da Integração do Estudante	94
Gráfico 3 – Modelo conceitual do estudante não tradicional de Bean	96
Gráfico 4 – Discentes em situação de evasão dos cursos superiores IFNMG – <i>Campus Araçuaí</i> no período de 2011 a 2017.....	107
Gráfico 5 – Total de Acadêmicos por Sexo IFNMG – <i>Campus Araçuaí</i>	113
Gráfico 6 – Faixa etária dos desistentes cursos superiores IFNMG – <i>Campus Araçuaí</i> – Período 2011 a 2017	116
Gráfico 7 – Faixa etária dos concluintes e ou em curso dos cursos superiores IFNMG – <i>Campus Araçuaí</i> – Período 2011 a 2017	117
Gráfico 8 – Faixa etária dos ingressantes dos cursos superiores do IFNMG – <i>Campus Araçuaí</i>	118
Gráfico 9 – Faixa etária dos desistentes do curso tecnologia em gestão ambiental no período de 2011 a 2017 com relação ao total de desistentes	120
Gráfico 10 – Desistentes do curso bacharelado em administração no período de 2013 a 2017 com relação ao total de desistentes.....	121
Gráfico 11 – Desistentes do Curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas no período de 2016 a 2017 com relação ao total de desistentes	122
Gráfico 12 – Escolaridade materna dos acadêmicos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017	124
Gráfico 13 – Escolaridade paterna dos acadêmicos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017	124
Gráfico 14 – Escolaridade Materna e Paterna agregados – IFNMG – <i>Campus Araçuaí</i>	125

Gráfico 15 – Apuração da atividade remunerada dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017	127
Gráfico 16 – Apuração da renda individual dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017.....	129
Gráfico 17 – Apuração da renda individual dos desistentes do curso superior bacharelado em administração no período de 2013 a 2017	130
Gráfico 18 – Apuração da renda individual dos desistentes do curso superior tecnologia em gestão ambiental no período de 2011 a 2017	130
Gráfico 19 – Constituição familiar dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017	132
Gráfico 20 – Renda familiar dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017	133
Gráfico 21 – Cor/raça dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017	136
Gráfico 22 – Escolaridade da educação básica dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017	138
Gráfico 23 – Escolaridade da educação básica dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017	138
Gráfico 24 – Pontuação obtida Vestibular 2011 – Tecnologia em Gestão Ambiental.....	141
Gráfico 25 – Pontuação obtida Vestibular 2012 – Tecnologia em Gestão Ambiental.....	142
Figura 2 – Resultado Final – Vestibular simplificado (Tecnólogo em Gestão Ambiental) ...	146
Gráfico 26 – Modalidade de Inscrição considerando opção por ocasião da inscrição do candidato nos cursos superiores do IFNMG – <i>Campus Araçuaí</i>	148
Gráfico 27 – Trancamento de matrícula dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017	155
Figura 3 – Programas assistenciais – Layout do IFNMG – <i>Campus Araçuaí</i>	175
Quadro 1 – Programa da Assistência Integral prestados aos acadêmicos do IFNMG	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – IDH Comparativo de três municípios de Minas Gerais – Araçuaí, Porteirinha e Além Paraíba no ano de 2010.....	22
Tabela 2 – Demonstrativo de cidades que compõem a microrregião de Araçuaí com a atividade econômica no ano de 2010.....	29
Tabela 3 – Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI. ETAPA 2 – OUTUBRO/2010.....	38
Tabela 4 – Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI. ETAPA 3 – FEVEREIRO/2011	42
Tabela 5 – Cronograma de implantação e desenvolvimento da Instituição para o período de vigência do PDI. ETAPA 4 – FEVEREIRO/2012	43
Tabela 6 – Cronograma de implantação e desenvolvimento da Instituição para o período de vigência do PDI. ETAPA 5 – FEVEREIRO/2012	43
Tabela 7 – Objetivos da Pró-Reitoria	45
Tabela 8 – Assessoria de Ações Inclusivas	47
Tabela 9 – Compilado dos cursos superiores do Processo Seletivo Próprio (Vestibular).....	51
Tabela 10 – Quantidade de vagas ofertadas, candidatos inscritos, classificados, em lista de espera e eliminados no processo seletivo (vestibular) do curso superior Tecnologia em Gestão Ambiental – IFNMG – <i>Campus</i> Araçuaí no período de 2011 a 2018.....	54
Tabela 11 – Quantidade de vagas ofertadas, candidatos inscritos, classificados, em lista de espera e eliminados no processo seletivo (vestibular) do curso superior Bacharelado em Administração – IFNMG – <i>Campus</i> Araçuaí no período de 2013 a 2018	59
Tabela 12 – Candidatos que pontuaram em 1º lugar do exame vestibular do IFNMG – <i>Campus</i> Araçuaí no ano de 2013 a 2018 no curso superior Bacharelado em Administração..	60
Tabela 13 – Candidatos que pontuaram em último lugar (lista de espera) do exame vestibular do IFNMG – <i>Campus</i> Araçuaí nos anos de 2013 a 2018 no curso superior Bacharelado em Administração.....	62
Tabela 14 – Maiores cursos de graduação em número de matrículas, de ingressantes e de concluintes – Brasil – 2009-2016	70
Tabela 15 – Maiores cursos de graduação em número de matrículas, de ingressantes e de concluintes – Brasil – 2009-2016	71
Tabela 16 – Quantidade de vagas ofertadas, candidatos inscritos, classificados, em lista de espera e eliminados no processo seletivo (vestibular) do curso superior Tecnologia em	

Análise e Desenvolvimento de Sistemas – IFNMG – <i>Campus</i> Araçuaí no período 2016/2018	73
Tabela 17 – Somatório descritivo dos cursos superiores do IFNMG – <i>Campus</i> Araçuaí das turmas ingressantes no período 2011 a 2017	81
Tabela 18 – Vertentes de estudo com a temática evasão da educação superior após 1990....	100
Tabela 19 – Desistentes dos cursos superiores de graduação por sexo IFNMG – <i>Campus</i> Araçuaí 2011 a 2017	114
Tabela 20 – População residente conforme cor ou raça – Brasil, Unidade da Federação.....	134
Tabela 21 – Modalidade de ingresso	144
Tabela 22 – Perfil dos Acadêmicos desistentes do IFNMG – <i>Campus</i> Araçuaí	150
Tabela 23 – Motivos relacionados ao trancamento de matrícula dos cursos de graduação do IFNMG – <i>Campus</i> Araçuaí no período 2011 a 2019.....	158
Tabela 24 – Trancamento de matrículas – causas diversas relatadas atingindo 28,34% do universo pesquisado.....	160
Tabela 25 – Valores concernentes ao ingresso e evasão discente e média apurada.....	165
Tabela 26 – A evasão no ensino superior brasileiro	166
Tabela 27 – Quantidade de Acadêmicos do curso superior Tecnologia em Gestão Ambiental – IFNMG – <i>Campus</i> Araçuaí que integralizaram o curso no período de 2014 a 2019	167
Tabela 28 – Quantidade de Acadêmicos do curso superior Bacharelado em Administração – IFNM – <i>Campus</i> Araçuaí que integralizaram o curso no período de 2017 a 2019	168
Tabela 29 – Quantidade de Acadêmicos do curso superior Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – IFNMG – <i>Campus</i> Araçuaí que integralizaram o curso no período de 2019	168
Tabela 30 – Motivos da desistência do IFNMG – <i>Campus</i> Araçuaí	171

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior

BCAD – Bacharelado em Administração

BCEG – Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BR – Brasil Rodoviário

CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CS – Câmara Superior

CENSUP – Censo da Educação Superior

CES – Câmara Educação Superior

CGP – Coordenadoria de Gestão de Pessoas

CGU – Controladoria Geral da União

CNE – Conselho Nacional de Educação

CODIR – Conselho de Dirigentes

CONSUP – Conselho Superior

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CPROS – Comissão Permanente de Processos Seletivos

CP – Conselho Pleno

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CRA – Coordenadoria de Registro Acadêmico

CRU – Controladoria Regional da União

DOU – Diário Oficial da União

DDR – Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal

DPE – Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica

EAD – Ensino à Distância

EUA – Estados Unidos da América

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPT – Educação Profissional e Técnica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IES – Instituição de Ensino Superior

IF – Instituto Federal

IFET – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

INEP – Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

NAEC – Núcleo de Assuntos Estudantis e Comunitários

NAPNE – Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas

NDE – Núcleo Docente Estruturante

NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Indígena

NRA – Núcleo de Registro Acadêmico

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAUIB – Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras

PIMA – Programa de Incentivo a Mobilidade Acadêmica

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDDE – Programa Dinheiro Direto da Escola

PDI – Programa de Desenvolvimento Institucional

PET – Programa de Educação Tutorial

PIB – Produto Interno Bruto

PIBID – Programa Institucional de Iniciação a Docência

PIDS – Programa Institucional de Desenvolvimento de Servidores

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PLANOMESO – Plano de Desenvolvimento integrado e Sustentável do Jequitinhonha e Mucuri

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Programa Nacional de Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PPGED – Programa de Pós-Graduação em Educação

PROEJA – Programa de Educação de Jovens e Adultos
PRONAE – Programa Nacional de Apoio Estudantil
RAP – Relação Aluno/Professor
RP – Rio Pomba
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federal
SAGU – Sistema Acadêmico de Gestão Unificada
SCIELLO – Scientific Electronic Library
SEDRU – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana
SERES – Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
SESu – Secretaria da Educação Superior
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior
SISTEC – Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SM – Salário Mínimo
TCU – Tribunal de Contas da União
TLGA – Tecnologia em Gestão Ambiental
TLAS – Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNED – Unidade descentralizada
VRRI – Valor de Referência Inferior
VRRI PPI – Valor de Referência Inferior Preto Pardo e Índigena
VRRS – Valor de Referência Superior
VRRS PPI – Valor de Referência Superior Preto Pardo e Índigena
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. HISTÓRICO REGIONAL E O IFNMG – CAMPUS ARAÇUAÍ.....	27
2.1 A Microrregião de Araçuaí.....	27
2.2 Forma de Acesso aos Cursos Superiores	49
2.3 Evasão IFNMG e no Campus Araçuaí e a Criação do Plano de Permanência e Êxito	76
2.4 Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão.....	81
3. TEORIAS NA RETENÇÃO DO ACADÊMICO	87
3.1 Modelos Teóricos Explicativos Sobre a Evasão	90
3.2 Estudos sobre as Causas da Evasão no Ensino Superior	100
4. EVASÃO NO IFNMG – CAMPUS ARAÇUAÍ.....	103
4.1 Características da População Investigada e Instrumentos de Pesquisa	103
4.2 Análise dos Resultados	111
4.3 Categorias de Análises.....	111
5. APROFUNDANDO A COMPREENSÃO DA EVASÃO NO CAMPUS ARAÇUAÍ	154
5.1 Trancamento de Matrícula	154
5.2 Retenção em Disciplinas.....	160
5.3 Informações Complementares.....	163
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS.....	190
ANEXO.....	205

1 INTRODUÇÃO

Embasado na literatura disponível, o presente estudo destina-se a analisar a evasão discente nos cursos de graduação do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – *Campus Araçuaí*. Do ponto de vista de Silva Filho *et al.* (2007), o tema é um problema macrossocial e abrangente, que acomete instituições públicas e privadas, no âmbito nacional e internacional, e provoca danos irreversíveis nos sujeitos, na comunidade escolar e na gestão institucional.

Revela-se, também, ser um dilema substancial de discussão no contexto educacional, com significativos malefícios para o acadêmico, no que tange à conclusão do curso. Segundo Fialho (2014), os prejuízos são de âmbito econômico e social por influenciarem diretamente os indivíduos e toda a sociedade. Brito (2013) corrobora com essa afirmativa, ao considerar a evasão como uma provocação de alta relevância, vez que compromete as políticas educacionais das instituições de ensino superior (IES) e causa desequilíbrio e transtornos no desempenho discente.

O tema da evasão já foi investigado por diversos pesquisadores tais como: Tinto (1973, 1975, 2006), Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão (1996), Polydoro (2000), Gaioso (2005), Moraes (2006), Lobo (2007, 2012), Adachi (2009), Silva Filho (2009), Amaral (2013), Brito (2013), Fialho (2014), Amorim (2016), Dore (2017), dentre outros.

Ademais, enfatiza Silva Filho (2009) que o fenômeno da evasão não está restrito somente a uma Instituição, atinge cursos superiores em redes públicas e privadas e está longe de ser eliminado. Assim:

O reconhecimento dos óbices que condicionaram este estudo corrobora a certeza de que o conhecimento mais completo e confiável do fenômeno só poderá ser alcançado através de um verdadeiro programa integrado de pesquisas que estabeleça os elos entre os níveis, identifique causas internas e externas, dando assim a necessária dimensão da totalidade característica de uma avaliação do sistema de ensino superior. (BRASIL, 1996, p. 15).

Por ter formação em Pedagogia e Serviço Social, e em face das vivências profissionais como servidora pública municipal, estadual, funcionária celetista e atualmente, como servidora efetiva federal, coordenadora do Núcleo de Registros Acadêmicos, iniciei este estudo a partir de uma curiosidade particular de analisar os motivos ensejadores da evasão e de tão grave dilema, que assola as instituições de ensino superior, o IFNMG e, em especial, o IFNMG - *Campus Araçuaí*, na cidade de Araçuaí, MG.

O interesse pelo tema da evasão nasceu mais especificamente nos anos de 1985 e 1986, época em que atuei como servidora pública do município de Araçuaí, MG, na função de professora regente em uma escola municipal, num dos bairros mais carentes da cidade de Araçuaí. Nesta mesma escola, em 1984, quando conclui o ensino médio, antigo segundo grau (habilitação técnico em Magistério), vivenciei a experiência de crianças da Educação Infantil – Jardim de Infância (faixa etária na época de 5 a 6 anos de idade) que me marcou profundamente. Recordo que antes de as crianças adentrarem no recinto destinado as aulas e mesmo antes de saudá-las com um “boa tarde”, eu era questionada pelas crianças, se iria haver “recreio”. O cumprimento usual era utilizado diariamente pelas crianças, no sentido conotativo.

Desde aquela época, despertei para o tema da evasão porque idealizava que o “boa tarde” dado por elas estava condicionado a interesses particulares, que se não fossem satisfeitos a contento, ocasionariam a falta discente e, conseqüentemente, falta das atividades diárias planejadas, resultando até na evasão da fase escolar predita. Nesse contexto, caso a resposta ao questionamento feito pelas crianças fosse positiva, tinha a visão que elas entendiam que haveria merenda escolar e que não seriam dispensadas das atividades letivas antes do turno.

Na visão de Moraes e Varela (2007, p. 4), “as pessoas podem perder a motivação, quando as necessidades básicas não são satisfeitas, desde fisiológicas até as do ego”. A visão de Maslow (1970), psicólogo com relevante estudo, concernente às necessidades humanas, corrobora neste sentido dizendo que as necessidades mais primárias e básicas são as fisiológicas, encontram-se na base da pirâmide e são prioritárias sobre as outras. Essas necessidades estão intrinsecamente relacionadas com o organismo, como a fome, o sono, a sede, o sexo e outros. Esse autor completa dizendo que a satisfação das necessidades básicas motiva o indivíduo para a busca de outras necessidades da pirâmide hierárquica.

A mesma compreensão ocorreu no período compreendido entre 2003 a 2016, em Araçuaí, quando atuei na função de Assistente Técnico de Educação Básica na Escola Estadual Industrial São José e também na função de Assistente Técnico Financeiro na Escola Estadual Dom José de Haas. Intuí que muitos alunos tanto da zona urbana como rural do município, só estavam ali por motivos relacionados diretamente com a questão econômica. A crença existente até então era que parte significativa deles não evadia da escola, em definitivo, porque havia merenda escolar gratuita diariamente e pagamento mensal de benefício assistencial às famílias, sendo que uma das exigências para essa benesse alusiva ao Programa Bolsa Família vinculava a frequência escolar discente.

Ao elucidar os benefícios desse momento anterior, devem ser indicadas as contribuições instituídas pela Lei Federal 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), destinado aos alunos da Educação Básica, e pela Lei Federal 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que versa sobre a criação do Programa Bolsa Família¹. Este último programa transfere renda diretamente às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, porém com condicionalidades, que robustecem o acesso aos direitos sociais em diversas áreas: saúde, educação e assistência social.

No período de 2008 a 2017, atuei na função de tutora de sala na modalidade Presencial Conectado – Ensino Superior, e apesar de não ter realizado nenhuma pesquisa científica para embasar a hipótese inicial de a evasão ter relação direta com a questão econômica, intuía que era em função da pobreza do povo e da região. Além disso, deduzia que o problema da evasão neste nível de ensino era específico das instituições privadas, vez que os serviços educacionais prestados pela instituição de ensino eram particulares. Neste contexto, constatavam-se as faltas discentes diárias do semestre letivo, até o abandono por completo, sem qualquer justificativa. Até o momento, antes de iniciar essa pesquisa, meu conhecimento sobre a evasão discente era condicionado às situações acima relatadas porque não dispunha de uma investigação científica que comprovasse tal suposição.

Quando ingressei no serviço público federal, em maio de 2016, e a partir do exercício profissional na função de Coordenadora da Coordenadoria do Núcleo de Registros Acadêmicos – *Campus Araçuaí*, em 2017, por meio dos dados extraídos deste Núcleo, percebi que tal realidade não era diferente nas instituições públicas. Minha crença, baseada no senso comum, que as causas da evasão eram exclusivamente econômicas, foi abalada completamente. Nesta conjuntura, percebi que a evasão escolar poderia ser um processo bastante complexo, abarcando aspectos vinculados a instituições e a sujeitos do processo educativo que, até o momento, eu ignorava.

[...] em filosofia, mais especificamente em epistemologia, crença é um estado mental que pode ser verdadeiro ou falso. Ela representa o elemento subjetivo do conhecimento. [...] uma pessoa pode acreditar em algo e, ainda assim, ter dúvidas. Acreditar em alguma coisa é dar a isso mais de 50% de chance de ser verdadeiro. Acreditar é ação. A crença é a certeza que se tem de alguma coisa. É uma tomada de posição em que se acredita nela até o fim;

¹ Segundo dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PNAD/ MG, 2009), o Vale ainda tem o maior percentual de domicílios beneficiários com o Programa Bolsa Família do estado cerca de 24% de suas famílias são beneficiadas, aparece também como a região com maior número de analfabetos com quase 27% de analfabetismo, assim 1 pessoa em cada 4 em condições de se alfabetizar não sabem ler ou escrever. (PUERICCI *et al*, 2018).

ou seja, é sinônimo de convicção, fé, conjunto de ideias sobre alguma coisa, etc.; atitude que admite uma coisa verdadeira. [...] quando o indivíduo acredita em alguma coisa verdadeira, e está justificado a crer, sua crença é conhecimento. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 18).

Dessa forma, em virtude de Araçuaí ser minha cidade natal, de há quase vinte anos atuar no setor educacional, ter ingressado no serviço público federal e pela complexidade dos vários fatores apresentados em formulários acadêmicos para a desistência de vaga dos cursos superiores no IFNMG – *Campus Araçuaí*, que exigiam discussões e medidas estratégicas para enfrentamento e redução do cenário existente, decidiu-se em 2017, por solicitar autorização para desenvolvimento de uma pesquisa documental e bibliográfica, sobre os fatores que impactavam na evasão discente no ensino superior.

Neste propósito, depois de autorizado pelo Diretor Geral do IFNMG – *Campus Araçuaí*, através do Termo de Ciência e Autorização², anexo ao final desta pesquisa, iniciei a tarefa de revisão bibliográfica para sustentação do trabalho científico, avanço do conhecimento, bem como delimitação do estado da arte e dos impactos decorrentes da evasão no ensino superior, entendendo que o tema, apesar de grave é passível de resolução por meio de métodos e estratégias pedagógicas eficazes. Objetivei a partir daí, compreender a ideia central do tema e com isso poder comprovar ou afastar a hipótese inicial de causa da evasão, correlacionada unicamente como questões financeiras, haja vista que Tinto (*apud* Astin, 1972) corrobora com o preceito que a renda, tomada de forma isolada, torna-se cada vez menos determinante da evasão. Partindo desse pressuposto, realizaram-se estudos mais consistentes para se verificar os meandros da evasão e suas vertentes. Assim o autor afirma:

Essa compreensão do estado do conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da Ciência, a fim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses. (SOARES, 1989, p. 3).

Posto isto, a motivação ao desenvolver este estudo originou-se por perceber que a reflexão sobre a evasão se tornou imprescindível, considerando a Lei Federal 11.892, de 29 de

² Termo de Ciência e Coparticipação em cumprimento à carta 2012/CONEP de 21/10/2010, onde o IFNMG – *Campus Araçuaí* manifesta por meio de declaração o conhecimento e cumprimento às normas éticas vigentes no Brasil; garante a infraestrutura para a realização segura da pesquisa em suas dependências, a leitura e a concordância com o parecer ético da instituição proponente e a autorização de sua realização e assunção da corresponsabilidade, pela realização da pesquisa, com a assinatura do responsável institucional, o Diretor Dr. Aécio de Oliveira Miranda.

dezembro de 2009, no que concerne o cumprimento e a adoção de diretrizes para o qual os Institutos Federais foram criados. Na obra intitulada “INSTITUTOS FEDERAIS LEI 11.892, de 29/12/2008 Comentários e Reflexões”, (Silva *et al.*, 2009) citam:

A compreensão do conhecimento deve ser tratado em sua completude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos – inclusive nas propostas pedagógicas dos cursos de graduação (licenciaturas, engenharias e superiores de tecnologia) e pós-graduação – na perspectiva de ultrapassar o rígido limite traçado pelas disciplinas convencionais; o reconhecimento da precedência da formação humana e cidadã, **sem a qual a qualificação para o exercício profissional não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social; a necessidade de assegurar aos sujeitos as condições de interpretar a sociedade e exercer sua cidadania**, na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade. (SILVA *et al.*, 2009, p.10 grifo nosso).

Vale ressaltar que o IFNMG – *Campus Araçuaí* está localizado na mesorregião do Jequitinhonha, marcada historicamente por baixa concentração de instituições superiores (MINAS GERAIS, 2014, p. 41). Destarte, a relação com as universidades públicas se processou de maneira tardia quando comparado a outras mesorregiões de Minas Gerais. A escolha de Araçuaí para campo de pesquisa justifica-se pelas razões pessoais supracitadas e pelos aspectos relacionados à realidade social, a fim de evitar que as mazelas sociais com que me deparo dia-a-dia tornem-se óbvias e aparentem ser naturais, sendo aceitas por mim, sem quaisquer questionamentos e atitudes investigativas.

Para tanto, procurei como referência o indicador social Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴. Esta ferramenta institucional oferece instrumentos para leitura da realidade socioeconômica regional, além de oferecer subsídios indispensáveis para uma análise criteriosa e confiável no que concerne à administração da gestão das políticas de governo. É importante ressaltar que:

Indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico,

³ Criado por MahbubulHaq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH objetiva ser uma medida geral, sintética do desenvolvimento humano. GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANUZZI, Paulo de Martino. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Salvador, v. 7, n.1, p. 73-89, maio 2005. Disponível em http://www.anipes.org.br/cursos/pdf/fontes_indicadores/ind_idh_pot_limites.pdf. Acesso em 17 ago. 2019

⁴ Rege-se pela Lei n. 5.878, de 11/05/1970 e pelo Estatuto aprovado pelo Decreto 3.272 de 3/12/1999. Com delegacias estaduais e agências municipais, este Órgão é coordenador do sistema de produção e disseminação de estatísticas públicas.

empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. (JANNUZI, 2006, p.15).

Nesse ínterim, para evidenciar a importância da IFNMG – *Campus Araçuaí*, para a microrregião de Araçuaí, MG, além das razões já elencadas, comparei com outros municípios mineiros, através da Tabela 1, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) com suas dimensões por áreas temáticas: IDHM Longevidade, que indica a esperança da população ao nascer e a taxa de mortalidade; IDHM Renda, que se propõe a indicar poder de compra de cada município; e IDHM Educação, que informa, dentre outras questões relevantes, o índice de analfabetismo e taxa de matrícula em níveis de ensino da população. Segundo Januzzi (2005) uma das vantagens do IDH é porque ele além de sinalizar que o desenvolvimento não se processa somente pela via econômica, ele é um indicador de fácil compreensão, permitindo facilmente a construção de representações gráficas comparativas de regiões.

Tabela 1 – IDH Comparativo de três municípios de Minas Gerais – Araçuaí, Porteirinha e Além Paraíba no ano de 2010.

Municípios/MG	1*	2**	3***
1*Araçuaí; 2*Porteirinha; 3***Além Paraíba			
Anos de Fundação	148	96	136
Habitantes – IDHM	36013	37627	34349
Habitantes – IDHM	0,663	0,651	0,726
IDHM EDUCAÇÃO: % 18 a 24 anos - cursando ensino superior	7,89	5,31	13
DHM EDUCAÇÃO: % 25 anos ou + - analfabetos	22,58	27,4	7,57
IDHM EDUCAÇÃO: %25 anos ou + - superior completo	5,24	4,65	9,63
IDHM RENDA: percapita	410,67	320,48	674,5
IDHM RENDA: extremamente pobres	13,63	14,33	2,29
IDHM RENDA: pobres	29,55	32	9,22
<u>IDHM LONGEVIDADE</u>	74,3	72,74	76,43
Vulnerabilidade Social: Mães chefes de família sem fundamental e com filho menor	28,11	10,93	18,64
Vulnerabilidade Social: % Trabalho e renda - vulneráveis a pobreza	53,99	59,49	27,13
Vulnerabilidade Social: % 18 anos ou + sem fundamental completo e em ocupação informal.	52,93	57,26	32,78

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. Elaborado pela autora. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>

Através dos dados expostos, decidi pelo IFNMG – *Campus Araçuaí*, por considerar que os índices retratavam a realidade de uma cidade do Vale do Jequitinhonha que, apesar de

muitos anos de existência, ainda permanecia estagnada com os problemas crônicos relacionados à falta de políticas públicas adequadas.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, plataforma *on line* criada pela Fundação João Pinheiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com base no último censo IBGE (2010), Araçuaí possuía 13,63% de população com miséria extrema e 29,55% de pobres. A fome e o analfabetismo congregavam 22,58% dos jovens de 25 anos ou mais e o desemprego ainda persistia em uma camada significativa da população, atingindo 53,99% dos habitantes. No entanto, nos mesmos quesitos, Porteirinha apresentava índice equivalente a 14,33%, e Além Paraíba somente 2,29% de extremamente pobres. Neste ponto, há uma disparidade enorme entre municípios mineiros de igual porte no quesito número de habitantes, a exemplo de Além Paraíba, no mesmo Estado, com 136 anos. Porteirinha apresentou um índice até mais elevado que Araçuaí, mas considerou-se Araçuaí com um quadro mais grave tomando por base os 96 anos de fundação daquela contra os 148 anos que elevaram esta a município. Nesta cidade, no quesito Educação, 22,58% de jovens com 25 anos ou mais são analfabetos e dessa maneira poderiam ficar propensos a riscos decorrentes de todo tipo de assédio de organizações que se prestam a toda forma de crime e violência, em oposição aos 27,4% e 7,57% concernentes às cidades de Porteirinha e Além Paraíba, respectivamente. No quesito IDH Longevidade, Araçuaí aglutinava 28,11% de domicílios com mulheres com baixa escolaridade e com filhos menores, exercendo sozinhas a função de “chefe da família”, enquanto Porteirinha e Além Paraíba concentravam 10,93% e 18,64%, na devida ordem. Tal fato aumentava o componente de vulnerabilidade, conforme informava o Plano Mineiro criado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão,

[...] mulheres com baixa escolaridade, tem-se um segundo componente de vulnerabilidade: elas, quando trabalham fora de casa, enfrentam mais dificuldades para ter acesso a empregos com garantias trabalhistas ou para apoiar seus filhos em atividades escolares no âmbito doméstico (PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, 2016, p. 63).

Por essas razões, entendi que a proposta dos Institutos Federais, enquanto instituições de educação, continuava sendo essencial como instrumento de transformação e de enriquecimento, não só do conhecimento, como também da realidade social que tanto prejudica os sujeitos que ali habitam. Mais do que um problema do indivíduo que abandona a instituição escolar, a evasão se configura em múltiplas facetas. Coube a mim, neste estudo, trazer à tona dados e variáveis, bem como percepções coletadas nos documentos institucionais

e acadêmicos envolvendo os atores do processo ensino aprendizagem, para ampliar as possibilidades de enfrentamento do problema. Desta forma, analisei dentre outras causas, as possíveis desigualdades econômicas, sociais, políticas, que poderiam colaborar para o abandono do discente do *Campus Araçuaí*.

[...] a originalidade dos IFs vincula-se à produção de conhecimentos comprometidos com a transformação da vida das pessoas em seus contextos sociais. Desse modo, não basta apenas incluir pessoas, é preciso emancipá-las para que não se tornem reféns de estruturas sociais paternalistas e assistencialistas; não basta apenas incluir, é preciso garantir a permanência dos filhos dos trabalhadores em espaços educacionais de qualidade que alarguem seus horizontes de conhecimento, possibilitando, desse modo, a inserção desses cidadãos na vida pública (...) é preciso incluir para transformar, e não incluir para se ajustar à ordem social existente. (SILVA *et al.*, 2009, p.09).

Assim, a pesquisa foi expressa na seguinte questão: quais as conjunturas socioeconômicas vigentes e as circunstâncias pessoais que implicam no alto índice de evasão de acadêmicos no curso superior de ingresso, no âmbito do IFNMG – *Campus Araçuaí*, e quais as ações/estratégias este *campus* estabelece? Diante disso, o objetivo geral se propôs a analisar os fatores que contribuem para as causas de evasão dos cursos superiores no contexto do *campus* citado, no período 2011 a 2017. Os objetivos específicos foram identificar os perfis dos estudantes, ao longo da graduação, considerando as taxas de permanência, conclusão e desistência do IFNMG – *Campus Araçuaí*; avaliar fatores internos e externos que acarretam a evasão dos cursos superiores do *Campus Araçuaí*; identificar o curso de maior índice de evasão, suas causas e implicações; propor intervenções pedagógicas à gestão institucional, no tocante a políticas de enfrentamento de evasão dos cursos superiores.

Para tanto, o foco de análise de estudo inicia-se em 2011, com a implantação do primeiro curso superior do IFNMG – *Campus Araçuaí*, curso Tecnologia em Gestão Ambiental (TLGA); seguido, em 2013, pela apresentação à comunidade araçuaiense do segundo curso superior Bacharelado em Administração (BCAD); e, em 2016, na busca de alcançar maior público-alvo, implantou-se o curso Tecnologia em Análises e Desenvolvimento de Sistemas (TLAS). Nesse contexto, considerando que o IFNMG – *Campus Araçuaí* não está alheio à evasão discente e também aos processos resultantes dela, a propositura da presente pesquisa julga primordial a elaboração de estratégias de intervenção pedagógica, a partir da compilação de dados e análises auferidas no procedimento metodológico para esse estudo.

Faz-se necessário compreender *in loco* o contexto social no qual os sujeitos universitários estão inseridos. Justifica-se, igualmente, ao se analisar a função social do *Campus Araçuaí*, desde a decisão de criação da Unidade descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) em Rio Pomba, MG, até sua integração ao IFNMG. Partindo desse pressuposto, considero o panorama socioeconômico da região, os acadêmicos, o corpo docente e a estrutura de apoio, de modo que fosse possível compreender essa realidade, bem como os entraves que ocasionam a evasão. Neste enfoque, a fim de atingir os objetivos almejados, e tendo em vista que o tema demanda exploração intensa, há um esforço na investigação no apontamento das variáveis causadoras do processo.

Estruturalmente, a proposta para este trabalho é dividida em cinco capítulos. O primeiro é uma explanação de como surgiu o interesse por esse tema, bem como porque escolhi o IFNMG – *Campus Araçuaí* para a pesquisa. O segundo contextualiza o processo histórico regional da microrregião de Araçuaí, discorre quanto à origem, missão, oferta de cursos, evasão discente do IFNMG – *Campus Araçuaí* e sobre o IV e V Encontro do Ensino, em 2017 e 2018, acerca do Plano de Permanência e Êxito do IFNMG. Ao final deste, e para maior compreensão do tema, disserto acerca dos estudos teóricos sobre as causas da evasão no ensino superior, dando ênfase em 1996, para a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão, por entender que a criação dessa equipe e o trabalho por ela executada tiveram um papel crucial na adoção de parâmetros utilizados, na época, para a mensurar os índices de evasão discente em inúmeros estabelecimentos de ensino superior.

Utilizo como referencial de análise, no terceiro capítulo, a historicidade dos conceitos de evasão em âmbito nacional e internacional, e os modelos teóricos explicativos de Spady (1971), Tinto (1975), Bean, Pascarella, Astin (*apud* Cislighi, 2008). Parto do pressuposto que essas definições acolitam concepções e conteúdos primordiais, contextualizando as etapas do abandono discente em diversas circunstâncias e períodos, culminando na etapa final de evasão do curso e, assim, podem servir de material teórico para análise da evasão e retenção discente no IFNMG – *Campus Araçuaí*. Posto isso, incluo neste capítulo os estudos sobre as causas da evasão superior, na perspectiva de alguns estudiosos do tema.

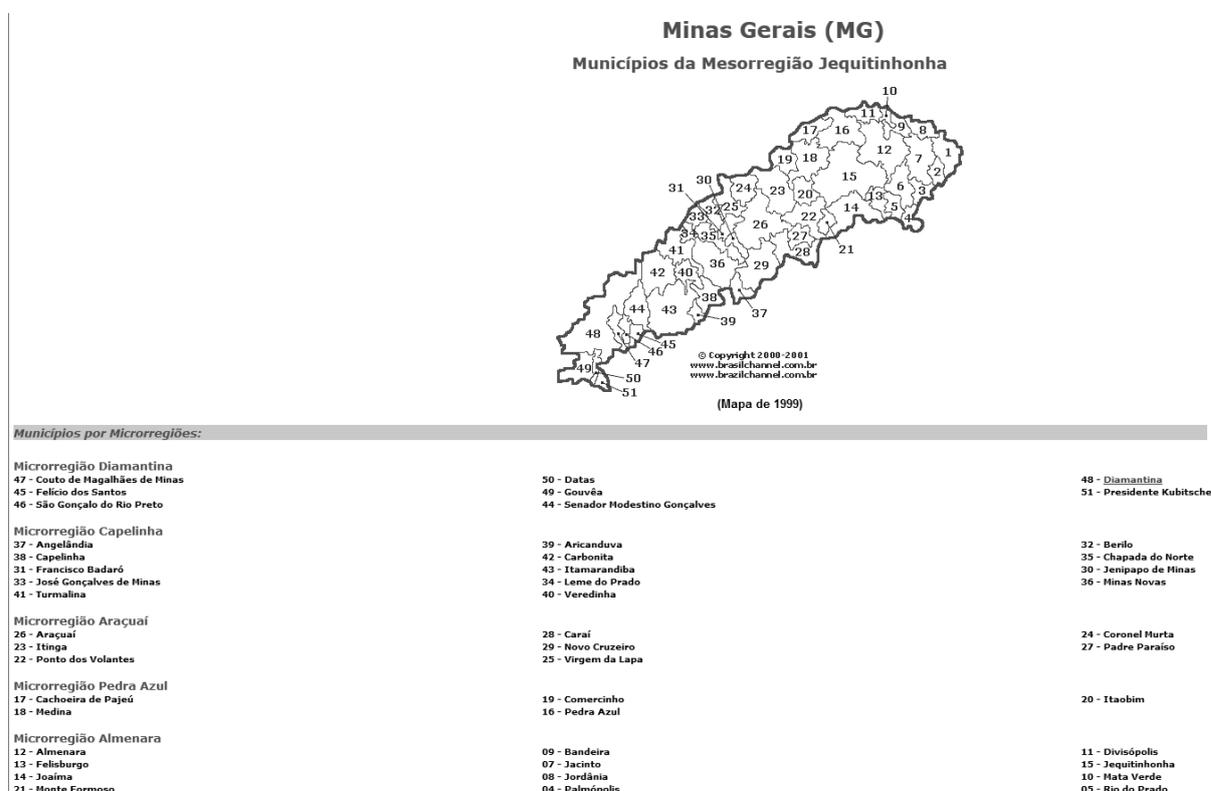
No quarto capítulo, retratei todos os instrumentos metodológicos utilizados para esclarecimentos concernentes ao objeto de estudo. Houve neste sentido, definição dos sujeitos envolvidos na investigação, coleta e análise dos dados, além de descrição dos resultados apurados.

No quinto, disserto acerca dos atributos individuais que revelaram o perfil do desistente e de movimentações contratuais processadas que impactam diretamente na em sua evasão, a saber, trancamento de matrícula e reprovação em disciplinas. Agregado, neste item, a apresentação dos motivos formalizados para a desistência do curso e outros considerados pertinentes ao tema proposto. Por fim, procedo a todos os atos necessários para a execução e alcance dos objetivos que foram projetados para este estudo. Findo o texto dissertativo com os teóricos que embasam e sustentam o tema, sugerindo algumas intervenções pedagógicas sobre os fatores associados e geradores de impacto na evasão discente no ensino superior do IFNMG – *Campus Araçuaí*, no período de 2011 a 2017.

2 HISTÓRICO REGIONAL E O IFNMG – CAMPUS ARAÇUAÍ

Neste capítulo serão abordadas as características da microrregião de Araçuaí, do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – *Campus Araçuaí*, e as ofertas dos cursos superiores de graduação oferecidos por este. No Mapa 1, visualizam-se os municípios da mesorregião do Jequitinhonha, de acordo com classificação do IBGE, feita em 2010, incluindo a microrregião de Araçuaí e os municípios que a compõe.

Mapa 1 – Mesorregião do Jequitinhonha - Microrregião de Araçuaí.



Fonte: <http://brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Minas+Gerais®iao=Jequitinhonha>

2.1 A Microrregião de Araçuaí

Segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU/MG (2014), Araçuaí, tal qual Almenara, Capelinha, Diamantina e Pedra Azul, é uma das microrregiões que compõe a mesorregião do Jequitinhonha, que totalizava, em 2010, uma população de 669.413 habitantes. A microrregião de Araçuaí, neste mesmo, ano possuía uma população total de 156.418

habitantes, compreendendo os municípios de Araçuaí, Itinga, Ponto dos Volantes, Caraí, Novo Cruzeiro, Virgem da Lapa, Coronel Murta e Padre Paraíso.

Segundo a SEDRU/MG (2014, p.49), o Médio Jequitinhonha avançava no que diz respeito à especialização na produção de minerais não metálicos, sendo o trabalho de campo direcionado na extração de grafite, granito, pedras preciosas e semipreciosas. Logo, a concentração em setores relacionados à agricultura era menos intensa. Diferente das outras quatro microrregiões, a de Araçuaí, no Médio Jequitinhonha, apresentava um percentual maior de população rural, sendo esta 50,91% contra 49,09% de população urbana. Porém, a composição do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, da atividade econômica preponderante entre todas as cidades que compõe a microrregião de Araçuaí, não acompanhava o quantitativo relacionado ao índice dominante de população rural. Conforme constatação do IBGE, em 2010, a microrregião de Araçuaí possuía como atividade econômica principal a prestação de serviços, melhor dizendo setores ligados a órgãos da Administração, Defesa, Educação, Saúde Pública e Seguridade Social, seguido pelo setor de indústria e por último o setor de agropecuária. A seguir, a Tabela 2 demonstra dados que corroboram o exposto em três cidades que fazem parte dessa microrregião (Araçuaí, Itinga e Padre Paraíso).

Tabela 2 – Demonstrativo de cidades que compõe a microrregião de Araçuaí com a atividade econômica no ano de 2010.

Produto Interno Bruto dos Municípios		TABELA	SÉRIE HISTÓRICA	CARTOGRAMAS	RANKING
Ano: 2010		Araçuaí	Itinga	Padre Paraíso	
↓ PIB A PREÇOS CORRENTES					
SÉRIE REVISADA		195.413,00	63.442,00	94.996,00	(x 1000) R\$
SÉRIE ENCERRADA		201.602,00	72.768,00	81.099,00	(x 1000) R\$
↓ PIB PER CAPITA					
SÉRIE REVISADA		5.421,98	4.403,54	5.039,04	R\$
↓ VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES					
↓ SÉRIE REVISADA		187.049,00	60.664,00	91.444,00	(x 1000) R\$
↓ Atividade econômica					
AGROPECUÁRIA		5.583,00	4.503,00	2.950,00	(x 1000) R\$
INDÚSTRIA		31.032,00	9.354,00	5.284,00	(x 1000) R\$
SERVIÇOS - EXCLUSIVE ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL		79.103,00	17.572,00	32.238,00	(x 1000) R\$
ADMINISTRAÇÃO, DEFESA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICAS E SEGURIDADE SOCIAL		71.331,00	29.235,00	50.973,00	(x 1000) R\$
↓ SÉRIE ENCERRADA					
↓ Atividade econômica					
AGROPECUÁRIA		9.643,00	7.450,00	4.291,00	(x 1000) R\$
INDÚSTRIA		38.522,00	15.775,00	10.246,00	(x 1000) R\$

Fonte: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aracuai/pesquisa/38/46996?ano=2010&localidade1=313400&localidade2=315217>

A economia regional no Médio Jequitinhonha (Araçuaí, Coronel Murta, Novo Cruzeiro, Caraí, Itinga, Ponto dos Volantes, Padre Paraíso, Itaobim, Medina, Cachoeira do Pajeú, Pedra Azul), de acordo com a SEDRU/MG, estava ligada à extração de minérios não metálicos (pedras preciosas), agricultura, pecuária e serviços correlatos. O desafio, em relação ao minério extraído, era evitar que a produção saísse dos limites do território em seu estado bruto, sem agregação do valor referente a contribuições e impostos. Salienta-se que, apesar da região deter um potencial econômico relevante, a falta de pavimento da rodovia BR 367, limitava o seu potencial desenvolvimento.

Os “Vales” são regiões historicamente caracterizados por dificuldades nos campos infra estrutural, econômico e social [...] por outro lado, são regiões riquíssimas sobre a perspectiva cultural, no que diz respeito à mobilização do seu povo e por sua diversidade. (SEDRU/MINAS GERAIS, 2014, p.14).

O *Campus* Araçuaí do IFNMG é a única instituição federal instalada no Médio Jequitinhonha que oferece a educação superior na modalidade totalmente presencial. Ao paragonar com as outras microrregiões, a de Araçuaí enfrenta níveis significativos de analfabetismo. A SEDRU/MG demonstrou, através do Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Jequitinhonha e Mucuri, que esta microrregião apresentou o pior cenário no contexto educacional porque afigura uma população equivalente a 76,3% de indivíduos sem instrução e/ou fundamental incompleto, 11,4% fundamental completo e/ou médio incompleto, 8,9% médio completo e/ou superior incompleto e somente 2,5% da população, conseguiram neste contexto concluir o ensino superior.

Nesta conjuntura o plano adverte:

A primeira percepção que se tem, a partir da análise demográfica, é de que **a população adulta não possui educação formal que permita a sua inserção em atividades produtivas de maior complexidade.** Essa baixa qualificação formal da população adulta está relacionada com um alto índice de analfabetismo (**os maiores do Estado de Minas Gerais**) e, **mesmo dentre a população alfabetizada, baixa escolaridade.** (SEDRU/MINAS GERAIS, 2014, p.150, grifo nosso).

Em consequência disso, a força de trabalho é pouco remunerada e a oferta de vagas de emprego é de baixa qualificação, tendo em vista que as maiores remunerações se originam de empresas que não estão sediadas nos vales. Ademais, as estruturas municipais são ineficientes no que concerne a estruturas educacionais para atendimento de toda a demanda. Outro dado que merece relevância é que essa microrregião possui um percentual maior de pessoas que são diretamente beneficiados pelo Programa Bolsa Família, que transfere renda diretamente a famílias pobres e extremamente pobres.

É uma região que se diferencia por seus aspectos de contradição. De um lado, dificuldades extremas, de outro, uma riqueza cultural imensurável. A análise do nível educacional do povo é subsídio fundamental para planejamento de possibilidades para mudança do panorama social que ora se apresenta. Desse modo, seria necessário que se avançasse, dentre outras análises de pesquisas dos sistemas educacionais existentes, às concernentes ao desenvolvimento econômico social da região como um todo.

Para a SEDRU/MG, a fim de delinear um processo de desenvolvimento econômico e social menos submisso às regiões mais desenvolvidas, seria primordial a promoção e criação de instrumentos capazes de propiciar à população regional o acesso ao ensino médio e ao ensino superior, evitando exclusões dos indivíduos nos espaços de formação.

De acordo com o IBGE, em 2010, o município de Araçuaí possuía uma população equivalente a 36.013 habitantes, com estimativa de crescimento em 2018 para 36.705 habitantes. No mesmo ano, com base nas informações do PNUD, o instituto mensurou para a cidade um “IDHM 2010 igual a 0.663, considerado historicamente um dos mais baixos do país”, em comparação a outras regiões do Estado de Minas Gerais, com um povo que historicamente foi abandonado pelas políticas públicas.

Deste modo, espera-se que a educação seja considerada o principal motor para se construir uma perspectiva de melhoria de vida da população dessas regiões, atribuindo às instituições escolares a difícil missão de preparar sujeitos para atuarem na sociedade, além de garantir que estejam aptos a acessar a gama de bens e serviços disponibilizados pelas políticas públicas – ou que, pelo menos, deveriam estar disponíveis. Sendo assegurado esse direito básico, faz-se necessária a discussão entre os envolvidos, justificando a importância de se conhecer a história do IFNMG, especialmente o *Campus Araçuaí*, sua origem, criação, seu povo, sua região, para assim identificar o problema a ser minimizado. Imprescindível, portanto, compreender que “não há história sem sentido (...). É preciso considerar os acontecimentos, ligá-los, descobrir os nexos, mesmo os menos visíveis”. (ECO, 2010 *apud* MAGALHÃES, 2004, apresentação). Como instituição educativa, a importância do Campus Araçuaí é percebida na análise de sua história, reunindo todos os acontecimentos que o cercam.

Nesse contexto, surgiu a proposta dos Institutos Federais de Educação que, segundo Silva (2009), propunham que a educação fosse a ponte capaz de modificar a vida do indivíduo, oferecendo instrumentos mais eficazes e eficientes para o exercício da sua cidadania.

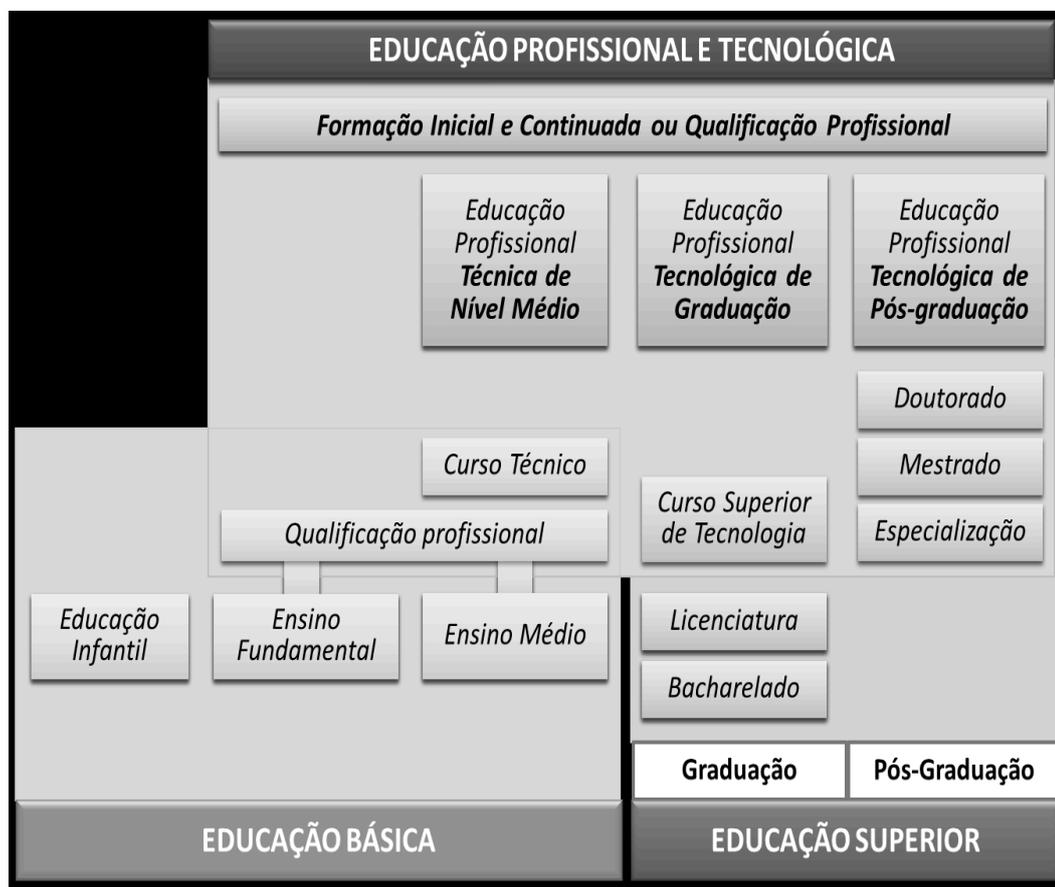
2.1.1 IFNMG – Campus Araçuaí: origem e missão

No âmbito de expansão de 150 novas unidades federais de educação tecnológica em 2007, na fase II de implantação, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) acolheu proposta de criação de novas unidades educacionais. Surgiu o IFNMG, autarquia federal instituída pela Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Assim, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, e de acordo com o documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (MEC, 2014), os institutos federais agregam em seu arcabouço legal a oferta de educação

básica e educação superior e, transversalmente, como modalidade, a educação profissional e tecnológica conforme a Figura 1.

Figura 1 – Organização dos níveis e etapas da educação brasileira em articulação com a educação profissional e tecnológica.



Fonte: Equipe de sistematização do documento orientador BRASIL (2014). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192

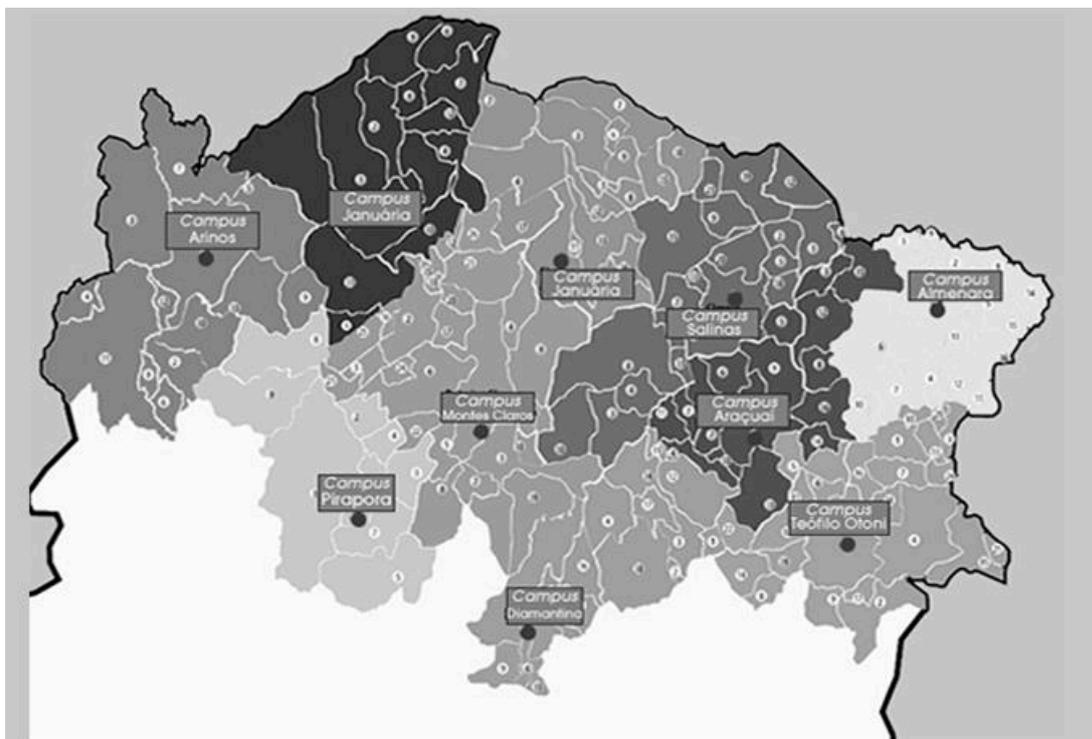
Neste contexto e, em benefício da comunidade, o IFNMG assumiu abranger um território de 167 municípios das mesorregiões (Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Norte e Noroeste de Minas Gerais) onde saberes tecnológicos e técnicos são conjugados às práticas pedagógicas.

Sendo assim, sua missão é:

Produzir, disseminar e aplicar o conhecimento tecnológico e acadêmico, para a formação cidadã, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para o progresso sócio econômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e do setor produtivo. (IFNMG, 2011).

O IFNMG atualmente é composto por nove *campi*: Salinas, Almenara, Teófilo Otoni, Januária, Pirapora, Montes Claros, Arinos, Diamantina e Araçuaí, além de dois *campi* Avançados, Janaúba e Porteirinha, visto exposto no Mapa 2.

Mapa 2 – Mapa da área de abrangência do IFNMG.



Fonte: MUCURY CULTURAL, 2019. Disponível em <http://mapadacultura.mucurycultural.org/>

Em 2009, mediante exigência legal⁵, por meio da equipe gestora da Reitoria do IFNMG e dos *campi* e de alguns outros servidores⁶, elaborou-se um documento que versava sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Este, vigente de 2009 a 2013, tratava das peculiaridades próprias da Instituição, definindo missão, filosofia de trabalho, função social, diretrizes pedagógicas, procedimentos metodológicos sucintos para o atingimento de seu objetivo institucional, e todo o leque de atividades que nortearam as atividades acadêmicas e institucionais desenvolvidas e administradas pelo IFNMG durante aquele

⁵ Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

⁶ Reitor Professor Paulo César Pinheiro de Azevedo, do seu Pró Reitor de Administração e planejamento Professor Kléber Carvalho dos Santos, da sua Pró Reitora de Ensino Ana Alves Neta, do Pró Reitor de Pesquisa, Inovação Tecnológica e Pós-Graduação Professor Charles Bernard Buteri, e dos Diretores Gerais dos campi de Salinas, Arinos, Araçuaí, Januária, Montes Claros, Pirapora, Almenara, Prof. Adalcino França Júnior, Edmilson Tadeu Cassani, Prof. Ednaldo Liberato de Oliveira, Prof. João Carneiro Filho, Prof. José Ricardo Martins da Silva, Prof. Júlio César Pereira Braga, ProfaTerezita Pereira Braga Barroso respectivamente. Disponível em < <https://www.ifnmg.edu.br/docs-planejamento>>

período. A execução e os resultados obtidos serviriam como base para balizar ações futuras e sanar deficiências à época identificadas. Segundo o Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE)⁷ (*apud* PDI 2018, p. 171), em 2013, a composição do corpo de docentes do *Campus* Araçuaí contava com quarenta profissionais de ensino básico, técnico e tecnológico, equivalente a 10,2% do total efetivo do IFNMG. No tocante a titulação e regime de trabalho, verificou-se que a Unidade de Ensino possuía um professor com graduação em nível superior, 22 com especialização, quinze com mestrado, dois com doutorado.

Importante esclarecer que, em um levantamento na Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) do *Campus* Araçuaí, realizado em 7 de agosto de 2018, constatou-se que a instituição contava atualmente com um quadro de 57 docentes e 48 técnicos administrativos, todos devidamente qualificados para suas funções respectivas, atendendo o disposto no PDI 2018 acerca do Programa Institucional de Desenvolvimento de Servidores (PIDS). Este tem por função a promoção de processo participativo, contínuo e sistemático para assistência aos objetivos institucionais, relacionados ao PDI, estabelecendo diretrizes e incentivando ações que qualifiquem e capacitem os seus servidores. Nesse ponto, destaca-se a relevância da titulação dos profissionais docentes e, conseqüentemente, a representação que se apresenta na qualidade do ensino. Do mesmo modo, servidores técnico-administrativos também são contemplados neste plano, no que concerne à qualificação e capacitação, elevando a cada dia, o nível do ensino que é ofertado em sua unidade educacional.

O PDI asseverou-se diante disso, e impulsionou toda a instituição no seu sentido mais amplo, permitindo a criação de um projeto de sustentação de seu marco teórico e prático que refletisse seu papel institucional, sua identidade e, primordialmente, o contexto regional em que a instituição estava inserida. Nele, vislumbrou ser necessário que a instituição exprimisse sua proposta de trabalho e aprimorasse seu plano diretor via adoção de estratégias metodológicas participativas para elaborá-lo, implantá-lo, acompanhá-lo e, por fim, avaliá-lo. Destarte, constatou-se através dos documentos institucionais que os objetivos, só seriam viáveis se fossem dotados de um modelo em que houvesse a participação dos seus atores. Este documento surgiu exatamente no período de criação do IFNMG – *Campus* Araçuaí. Compreendeu-se ser de suma relevância externar as finalidades, regras, normas, as estruturas que foram organizadas e o contexto social da época em que se criou o IFNMG e, especialmente, o *Campus* Araçuaí.

⁷ Órgão da Administração Pública Federal responsável pelo cálculo e pagamento dos servidores Disponível em: <<http://www.siapenet.gov.br/Portal/Servico/Apresentacao.asp>>

Assim, em 2005, atendendo à Lei Federal 11.195, de 18 de novembro de 2005, o Governo Federal iniciou o Plano de Expansão da Rede Federal Tecnológica, com oferta preferencialmente executada com parcerias dos estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo e organização não governamentais. A primeira fase do projeto foi inaugurada nesse mesmo ano, com a criação de 64 novas unidades de ensino, as Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), além de mudança significativa que transformou CEFET em Universidade Tecnológica.

Em 2007, lançou-se a segunda fase da expansão. O *Campus Araçuaí* foi uma das UNEDs criadas pelo Governo Federal em 2005, e pertencia ao CEFET – Rio Pomba. No ano seguinte, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e essa unidade passou a compor a estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFET SEMG), cuja reitoria situava-se em Juiz de Fora, MG. Em junho deste mesmo ano, o Governo Municipal acatou a condições impostas em edital pelo Ministério da Educação (MEC), para implantar uma unidade de ensino da Rede Federal de Educação Tecnológica. Por meio da Lei 11.892/08, e considerando sua localização geográfica, mediante a Portaria do MEC nº 4, de 06 de janeiro de 2009, essa unidade foi legalizada⁸ e integrada oficialmente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais. O *Campus Araçuaí* abrange 17 municípios, a saber: Araçuaí, Berilo, Cachoeira do Pajeú, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Medina, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Pedra Azul, Ponto dos Volantes, Virgem da Lapa.

⁸ Legalizada pela Portaria Ministerial nº 111 de 29, inaugurou-se a unidade em 19 de janeiro de 2010.

Mapa 3 – Mapa da área de abrangência do IFNMG – *Campus Araçuaí*.



Fonte: **CAMPUS ARAÇUAÍ, IFNMG.** Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/arquivos/Media/estrutura/mapa.jpg> Acesso em: 25 nov. 2019

Prosseguiu-se, então, com a abertura de concurso para composição dos profissionais docentes e técnicos administrativos. Outrossim, o conhecimento de todas as fases e processos para implantação e criação do *Campus Araçuaí* foi fundamental para compreensão de sua importância visto que, segundo o PDI do IFNMG (2009) esta instituição firmou compromisso com a comunidade da qual faz parte para identificar problemas e, conseqüentemente, criar soluções tecnológicas para que o desenvolvimento seja sustentável e inclua toda a sociedade. Assim,

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição, tal como tem sido apresentada ao longo deste ensaio, é integrá-la de forma interativa normalis amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência. (MAGALHÃES, 2004, p. 133).

O relato da integração do *Campus Araçuaí* ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, desde sua junção ao *Campus Rio Pomba* e integração ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Juiz de Fora, até os dias de hoje, é imprescindível para a compreensão de todo processo histórico que foi articulado com os vários membros da comunidade acadêmica e escolar hoje. A partir dele, tem-se a dimensão do que o *Campus* representa para toda a cidade e microrregião de Araçuaí. O fortalecimento regional e o compartilhamento de competências técnicas para executar projetos educacionais, apoiados a uma cultura de empreendedorismo e cooperativismo sintonizados com os arranjos de produção cultural, social e ambientais no contexto local e regional, foram propostas que pautaram a inauguração do *Campus Araçuaí* (PDI IFNMG, 2009). Os autores desta proposição foram os servidores efetivos do IFNMG, supracitados na construção do PDI, de 2009, com gerência administrativa do Reitor Paulo César Pinheiro de Azevedo, da Pró-Reitoria de Ensino, Ana Alves Neta, e do Diretor Geral do *Campus Araçuaí*, Professor Eduardo de Oliveira Liberato.

Genericamente, historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto. Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos e projetivos, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação. (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

A despeito de ter como missão produzir, disseminar, aplicar conhecimento tecnológico e acadêmico, para a formação cidadã, por meio da tríade “ensino-pesquisa-extensão”, entendeu-se que a função da instituição teria que ir mais adiante, devendo ser articulada de maneira a promover autonomia e criticidade das pessoas. Além disso, infere-se que ela seja responsável por fomentar soluções de ações inovadoras, visando à partilha de saberes científicos e tecnológicos necessários para minimizar os problemas encontrados em âmbito local, promovendo assim a geração e o desenvolvimento econômico.

Magalhães (2004, p. 141), afirma que “a construção da identidade histórica das instituições educativas é um desafio de complexificação e de análise”. Nesta conjuntura, as políticas de gestão da instituição e organização acadêmica implantadas e desenvolvidas para o período de vigência do PDI, de 2009 a 2013, no IFNMG *Campus Araçuaí*, deram ênfase a expansão na infraestrutura, nas ofertas de cursos, no quadro de pessoal técnico administrativo e corpo docente. O cronograma completo referente às inúmeras etapas que se pretendia

alcançar para alcance dos seus objetivos, de acordo com o PDI (2013) seria o de fortalecer a educação profissional e tecnológica, e afastar alguns entraves existentes no Decreto 2208, de 17 de abril de 1997⁹, para dar o início o processo de ampliação de oferta de cursos da Educação Profissional e Técnica (EPT).

Para tanto, entre 2009 e 2013, foram definidas cinco etapas. A primeira iniciou-se em outubro de 2009, definindo cursos e modalidades que seriam executadas (extensão, integrado, subsequente/concomitante, PROEJA e superior), quantos alunos e turmas pretendiam alcançar, bem como a carga horária e a duração de cada um deles. Dentre as muitas previsões feitas para essas fases, o presente estudo optou por descrever aquelas referentes ao ensino superior.

Neste primeiro estágio, em 2009, conforme o PDI divulgado no sítio institucional, o *Campus* de Araçuaí não foi contemplado com nenhuma informação acerca do ensino superior. Já na etapa seguinte, em fevereiro de 2010, era prevista a implantação e desenvolvimento de três cursos, a saber: Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Licenciatura em Matemática, conforme apurado a seguir, na Tabela 3:

Tabela 3 – Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI ARAÇUAÍ ETAPA 2 – OUTUBRO/2010.

Curso	Modalidade	Alunos/turma	Turmas	Entrada	Duração
Tecnólogo em Gestão Ambiental	Superior	40	1	Semestral	6 semestres
Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Superior	40	1	Semestral	6 semestres
Licenciatura em Matemática	Superior	40	1	Anual	6 semestres

Fonte: IFNMG – PDI, 2009, p. 67, adaptada pela autora. Disponível: <<https://www.ifnmg.edu.br/docs-planejamento>>

Salienta-se que, até o ano de 2019, esta segunda etapa não havia sido totalmente executada conforme o planejado. A implantação do curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas ocorreu em 2016, cinco anos depois do previsto pelo cronograma. Não houve registro de nenhum curso de Licenciatura em Matemática no *campus*. No que tange ao curso Tecnologia em Gestão Ambiental, calcula-se que a escolha do *Campus* Araçuaí para sua implantação inferiu-se em razão de o *campus* pertencer ao CEFET-Rio Pomba. A Escola Agrícola de Rio Pomba, desde 1956, era subordinada ao Ministério da

⁹ Decreto 2208/97 – Regulamentava o parágrafo 2. do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional. Foi revogado pelo Decreto n. 5.154, de 2004.

Agricultura e, deste modo, prestava-se a atender aos anseios políticos, econômicos e sociais vigentes, objetivando o atendimento das necessidades do meio rural. Em 2008, por força da Lei 11.892, foram instituídos os Institutos Federais, oriundos da união de escolas técnicas federais. Nessa esfera, para formação das estruturas *multicampi* dos IFs (institutos federais), houve a junção de escolas técnicas. O CEFET-Rio Pomba foi incorporado ao IF do Sudeste de Minas Gerais e o *Campus Araçuaí*, por sua vez, em atendimento às exigências de edital do MEC, por intermédio da Prefeitura Municipal de Araçuaí, deixou de pertencer ao CEFET-Rio Pomba do IF do Sudeste de Minas Gerais e integrou-se ao IFNMG.

Cumpra esclarecer que a estrutura para formação *multicampi* do IFNMG foi aprovada na íntegra pelo MEC e pela SETEC, e aconteceu com a junção entre a Escola Técnica Agropecuária de Salinas, MG, e o CEFET de Januária, MG, juntamente com suas UNEDs em Almenara, Arinos e Pirapora que, em sua essência educativa, remetiam a escolas predominantemente agrícolas.

Desta forma, o foco de atuação institucional do *Campus Araçuaí* estaria também correlacionado com os cursos para formação de profissionais da Escola Técnica de Salinas e do CEFET – Januária. Infere-se que, quase em sua totalidade, com raras exceções, o perfil e a formação dos diretores *pro tempore* dos *Campi* do IFNMG, nesta época, eram profissionais com formações nas áreas agrárias, lotados na Escola Técnica Agropecuária de Salinas e outros no CEFET – Januária. Corroborando com a hipótese supramencionada, certificou-se que o Diretor-Geral *pro tempore*¹⁰ foi nomeado pelo Reitor do IFNMG, Professor Paulo César Pinheiro de Azevedo, em 19 de agosto de 2009, para dar início às atividades de funcionamento do *Campus Araçuaí*. Outra hipótese que poderia fundamentar a criação e implantação do curso Tecnologia em Gestão Ambiental reside no fato de que, em 2010, quando da criação desse *campus*, de acordo com índices publicados pelo IBGE daquele ano, a microrregião de Araçuaí concentrava uma população rural maior do que a urbana, cerca de 50,09%, justificando assim a escolha do curso, com foco nas questões agrárias.

¹⁰ Professor Ednaldo Liberato de Oliveira - Possui graduação em Agronomia (1988) e mestrado em Engenharia Agrícola (1995) pela Universidade Federal da Paraíba, Doutorado em Engenharia de água e solo, pela Universidade Federal de Lavras (2009), tem Especialização em GESTÃO PÚBLICA, na área Multidisciplinar de Gestão e Administração Pública, pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná (2010). Desde outubro de 1996 é professor efetivo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), antiga Escola Agrotécnica Federal de Januária (EAFJ). Diretor-Geral do IFNMG, Campus Araçuaí-MG, na fase de implantação do Campus (2009-2012). [...]tem experiência na área de Agronomia/Fitotecnia e tratos culturais, Engenharia Agrícola com ênfase em Irrigação. Também tem experiência em extensão com vários cursos ministrados a produtores rurais em parceria com o SENAR-MG. Tem experiência em elaboração, implantação e condução de projetos de pesquisa. Atualmente é professor titular do IFNMG - *Campus Januária*, ministrando aulas no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Curso Superior de Agronomia e Curso Superior de Engenharia Agrícola e Ambiental. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4785634D3>>

Concernente ao curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do *Campus Araçuaí*, o que de palpável relatou-se foi ata da terceira reunião do Colégio de Dirigentes (CODIR) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais¹¹, datada de 23 de setembro de 2010, na sala de reuniões do prédio da Reitoria, em Montes Claros, MG. À ocasião, entre outras pautas, esclareceu-se que o citado curso seria apresentado apenas ao egrégio Colégio. A apresentação Conselho Superior (CONSUP)¹² não seria realizada por não haver tempo suficiente para que a comissão fizesse a visita *in loco*, ficando decidido que o CONSUP se reuniria em uma data futura para aprovação do pré-projeto. Para melhor compreensão, no que tange a composição dos IFs, acordo com a Lei 11.892/08, os órgãos colegiados superiores são o CODIR e o CONSUP. A seguir foram apresentadas algumas condutas para a implantação do curso, a saber:

O Coordenador Geral de Ensino do Campus Araçuaí, o Professor João Antônio Motta Neto apresentou o Pré-Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, citou as justificativas do curso, o perfil profissional de conclusão dos egressos, as possíveis áreas de atuação destes profissionais. Continuou sua explanação apresentando a Matriz Curricular com cinco períodos para dois anos e meio de duração do curso, apresentou o corpo docente e técnico administrativo disponível. A Professora Ana Neta questionou sobre os laboratórios e referências bibliográficas. O Professor João Antônio esclareceu que serão utilizados os laboratórios dos cursos técnicos e quanto a biblioteca já está em construção. O Professor Adalcino questionou quanto a duração do curso se é legal o período de dois anos e meio. A Professora Ana Neta esclareceu que para atender o catálogo o período atende, porém para progressão do aluno a duração dos cursos Tecnólogos deverão ser de três anos. O Professor Paulo pediu a Professora Ana Neta para encaminhar as orientações necessárias para a equipe construtora do Pré-Projeto para reelaboração e posterior encaminhamento (ATA DA 3ª REUNIÃO COLEGIO DIRIGENTES IFNMG, 2010, p. 01).

Passado pouco mais de um mês da supradita reunião, o CONSUP aprovou a proposta do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e, conseqüentemente, a criação do curso Tecnologia em Gestão Ambiental, por meio da Resolução nº 8, de 28 de outubro de 2010. No mesmo despacho, o Conselho deliberou também o prazo máximo de um ano, a partir da data, para efetivação e implantação do curso.

Três dias após a aprovação do curso Tecnologia em Gestão Ambiental pelo CONSUP, foi expedida a Portaria nº 328, de 3/11/2010, pelo Reitor Paulo César Pinheiro de

¹¹ Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/relatorio-gestao/17-portal/institucional/3014-atas-colegio-de-dirigentes>>

¹² O Conselho Superior é o órgão máximo dentro do IFNMG, de caráter consultivo e deliberativo. Presidido pelo reitor, conta com representantes dos docentes, discentes, servidores técnico-administrativos, egressos, representantes da sociedade civil, do Ministério da Educação e dos diretores-gerais de *campi*. Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/conselho-superior>>

Azevedo, que designava, dentre servidores pertencentes aos outros campi, três funcionários do *campus* para compor a Comissão Permanente do 1ª Vestibular de 2011 do *Campus Araçuaí*. Em seguida, no dia 5 de novembro de 2010, divulgou-se o Edital nº 49/2010, referente ao vestibular deste curso, sendo as inscrições, as provas, os recursos decorrentes do processo e os resultados, processados até o dia 16 de dezembro do mesmo ano. De acordo com o calendário acadêmico, o início das aulas se deu em 7 de fevereiro de 2011.

Na análise do CONSUP, conforme ata da quarta reunião, realizada em 28 de outubro de 2010¹³, ocasião em que foi aprovado o projeto, bem como a criação e implantação do curso, de todas as diligências recomendadas para seu perfeito funcionamento, não se citou em nenhum momento, e de acordo com as datas supramencionadas, nem houve tempo de proceder, a uma consulta pública, a fim de verificar a demanda e a viabilidade da oferta em curto, médio e longo prazo. A redação da discussão foi:

[...]Em seguida o Professor João Antônio Motta Neto apresentou o Pré-Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, do Campus Araçuaí, citou as justificativas do curso, o perfil profissional de conclusão dos egressos, as possíveis áreas de atuação desses profissionais. Continuou sua explanação apresentando a Matriz Curricular, o corpo docente e técnico administrativo disponível. Fizeram uso da palavra as Professoras Maria Aparecida Colares Mendes e Maria Clara Oliveira Durães, que apresentaram o **relatório da visita *in loco* ao Campus Araçuaí da Comissão de Avaliação das Condições Gerais para a Implantação dos Cursos de Graduação**, composta por: Ana Alves Neta, Maria Aparecida Colares Mendes, Maria Clara Oliveira Durães. As professoras pontuaram a motivação de todos do Campus com este projeto, ressaltaram que a Coordenação demonstrou comprometimento em realizar todas as alterações gerais necessárias para a implantação do curso. A Comissão entendeu que o **Corpo Docente apresenta quantitativo suficiente para atender as demandas das disciplinas do Curso**, considerou **necessária a incorporação de um profissional específico da área e que o Corpo Técnico Administrativo atende, porém será necessário posteriormente a contratação de no mínimo um técnico para atuar no laboratório de solos e um técnico para atuar no laboratório de microbiologia. O acervo bibliográfico do Curso Tecnólogo de Gestão Ambiental não existe na estrutura física da biblioteca, entretanto, o Campus Araçuaí possui espaço físico apropriado e já existe uma infraestrutura básica para implantação do curso, explicando que a bibliografia básica para suporte ao curso já se encontra empenhada**. Continuaram a explanação explicando que o Projeto Pedagógico se apresenta de forma satisfatória. Em seguida apresentaram o relatório fotográfico e pôr fim a Comissão pontuou a viabilidade da implantação do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, por atender as condições básicas de funcionamento. **Após algumas sugestões e considerações o Projeto foi colocado para apreciação e o**

¹³ Reuniões do Conselho Superior do IFNMG - Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/dadosabertos/17-portal/institucional/3013-atas-conselho-superior>

Conselho aprovou por unanimidade. O Professor Paulo agradeceu a equipe pelo excelente trabalho.

(ATA DA 4ª REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR IFNMG, 2010, p. 02, grifo nosso).

A crítica às decisões tomadas pelo CONSUP incide justamente ao fato de os municípios que o *Campus Araçuaí* agrega serem elementos fundamentais no processo de construção dos anseios da população e, desta forma, pressupõe-se que eles também seriam responsáveis diretos pela definição de prioridades do território. Sendo assim, apesar do processo de criação e implantação do curso Tecnologia em Gestão Ambiental ter sido apreciado e aprovado por unanimidade pelo CONSUP, depreende-se que, ao longo dos 7 anos – de 2011 a 2017 – em que o curso esteve disponível, os gestores encontraram dificuldades em reduzir os elevados índices de evasão discente, chegando a atingir cerca de 47,03% dos acadêmicos, o equivalente a 240 alunos.

Prosseguindo à terceira etapa, datada de fevereiro de 2011, verificou-se a previsão de implantação de mais dois cursos: Tecnólogo em Silvicultura e Licenciatura/Formação de Professores EPT, compreendendo, cada um, uma turma de quarenta alunos. Este, com duração prevista de oito semestres, e aquele, com duração de seis semestres, conforme exibido na Tabela 4. Constatou-se que não houve execução da meta prevista na modalidade superior.

Tabela 4 – Cronograma de implantação e Desenvolvimento da Instituição para o período de vigência do PDI – ETAPA 3 – FEVEREIRO/2011.

Curso	Modalidade	Alunos/turma	Turmas	Entrada	Duração
Tecnólogo em Silvicultura	Superior	40	1	Semestral	6 semestres
Licenciatura/Formação de Professores EPT	Tecnológico Superior	40	1	Anual	8 semestres

Fonte: IFNMG – PDI, 2009, p. 67, adaptada pela autora. Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/docs-planejamento>>

Na quarta etapa do PDI, prevista para ser desenvolvida em fevereiro 2012, constatou-se a previsão de mais dois cursos superiores, consoante a Tabela 5, a seguir.

Tabela 5 – Cronograma de implantação e desenvolvimento da Instituição para o período de vigência do PDI – ETAPA 4 – FEVEREIRO 2012.

Curso	Modalidade	Alunos/turma	Turmas	Entrada	Duração
Tecnólogo em Agroecologia	Superior Tecnológico	40	1	Semestral	6 semestres
Bacharelado em Administração	Superior	40	1	Anual	8 semestres
Licenciatura em Biologia	Superior	40	1	Anual	8 semestres
Especialização em PROEJA	Pós-Graduação (Lato Sensu)	40	1	Anual	2 semestres

Fonte: IFNMG – PDI, 2009, p. 68, adaptada pela autora. Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/docs-planejamento>>

No entanto, três dos cursos supracitados, cuja criação já havia sido aprovada no PDI, não foi implementado: Tecnólogo em Agroecologia, Licenciatura em Biologia e Especialização em Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)¹⁴. O que se apurou é que somente o Bacharelado em Administração foi criado em 2012, tendo sua primeira turma iniciado em 2013.

A última etapa do planejamento, prevista para ser executada em fevereiro 2013, contava com a inserção de cursos, tanto de grau superior como de pós-graduação, como mostra a Tabela 6, a seguir.

Tabela 6 - Cronograma de implantação e Desenvolvimento da Instituição para o período de vigência do PDI – ETAPA 5 – FEVEREIRO/2013.

Curso	Modalidade	Alunos/turma	Turmas	Entrada	Duração
Licenciatura em Química	Superior	40	1	Anual	8 semestres
Especialização em Redes de Computadores	Pós-Graduação (Lato Sensu)	40	1	Anual	2 semestres

Fonte: IFNMG – PDI, 2009, p. 69, adaptada pela autora. Disponível: <<https://www.ifnmg.edu.br/docs-planejamento>>

A previsão referente aos cursos superiores e de pós-graduação *lato sensu* não se efetivou até o momento, porém isso não influenciou no resultado final da presente pesquisa.

¹⁴ O Proeja - Criado Decreto n°. 5.478, de 24/06/2005 e denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Foi uma decisão governamental no atendimento à demanda de jovens e adultos, pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos. Teve como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Por meio do Decreto n°. 5.840, de 13 de julho de 2006, é ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, passando a se chamar Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proeja>>

Em relação aos cursos superiores apresentados no PDI 2009, presume-se que tenham ocorrido questões estruturais em face de inúmeras decisões e procedimentos inerentes à abertura, tanto do *Campus Araçuaí*, quanto dos cursos, referentes à infraestrutura física do *campus* e à contratação de servidores.

Neste sentido, cita-se a ata da terceira reunião do CODIR, realizada no dia 23 de setembro de 2010, ocasião em que a professora Ana Alves Neta¹⁵ (2010) explicou aos presentes que, embora constasse no plano de metas a implantação de novos cursos superiores para os novos *campi* em 2011, após uma visita técnica da Pró-Reitoria de Ensino aos locais, verificou-se ser impossível sua implantação tendo em vista que a carência de Biblioteca e servidores inviabilizam esse processo. Por fim, encerra a questão dizendo, “a Pró-Reitoria entende que é melhor estruturar os *campi* para depois oferecer os cursos com qualidade”, lembrando ainda que os novos *campi* deverão investir nos cursos Técnicos Integrados, sendo estes o teor principal do IFNMG. Desse modo, embasou-se a hipótese acima de não concretização dos cursos previstos no PDI IFNMG por falta de estruturas necessárias.

Neste cenário, pelo PDI IFNMG (2014), a instituição reafirmou os compromissos que pautam sua missão nas regiões em que está inserido. Ainda neste documento, o IFNMG demonstrava que educação profissional, científica e tecnológica era fundamental para os municípios e para a região sede, mas que, acima de tudo, o instituto continuava sendo a força motriz que alavancava o "cultivo da criatividade cultural, para a melhoria do padrão de vida, assim como para a vivência dos direitos humanos, da democracia e do amplo respeito". Assim,

A contribuição do IFNMG para a região se constitui num referencial ímpar, como fator de desenvolvimento local e regional e, sobretudo, na preparação de cidadãos para atuarem como verdadeiros agentes de mudanças nos campos da atividade produtiva, econômica, social, política e cultural. (PDI IFNMG, 2014. p 12).

O PDI IFNMG continuou sendo uma ferramenta de gestão com a finalidade precípua de planejar os passos da instituição até 2018, com definições precisas dos objetivos, das diretrizes estratégicas e das metas a serem atingidas neste período. Destarte, o plano de metas e ações com base nos recursos financeiros definiu todas as prioridades que se quis alocar, a

¹⁵ Possui graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1991), graduação em Letras pela Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha (1993) e mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000). Atualmente é regente jurídico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais. Tem experiência em [...], Assuntos estudantis e Inclusão. Doutorado em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PGDR. Pertence à Classe de Professor Titular do IFNMG. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4298369Y1>>

fim de obterem o pleno equilíbrio da receita e da despesa, atendendo às propostas orçamentárias da instituição.

Ademais, dentre os inúmeros objetivos destacados pela Pró-Reitoria de Ensino e assessoria de ações inclusivas neste documento, vale destacar aqueles planejados para os cursos de nível superior, no período de 2014 a 2018, com a meta, o cronograma e quais os indicadores que se pautaram para cumpri-las. O reconhecimento dos cursos de graduação, mediante elevação de sua qualidade, seria uma meta importante no contexto de evasão que atravessava o IFNMG. Ações que visavam à diminuição da reprovação e da evasão por intermédio de programas que dessem suporte aos acadêmicos, também foram, na visão do IFNMG, uma ferramenta que poderia contribuir para minimizar as elevadas taxas de evasão, segundo exibe-se na Tabela 7:

Tabela 7 – Objetivos da Pró-Reitoria.

Objetivo 2: Ministrar Cursos de nível Superior visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e outras áreas do conhecimento.		
Metas	Cronograma	Indicadores
<p>Elevação da qualidade dos cursos de graduação, refletindo nos resultados dos seus processos de reconhecimento, renovação de reconhecimento e promovendo uma melhoria dos conceitos de avaliação atribuídos pelo MEC;</p> <p>Realização de ações que visem a diminuição da reprovação e da evasão por meio da participação em programas como o PET (Programa de Educação Tutorial-MEC) e o PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência - CAPES), e do estímulo à participação em monitorias, tutorias e cursos de nivelamento;</p> <p>Definição de indicadores e procedimentos de avaliação e acompanhamento dos cursos de graduação;</p>	2014 a 2018	<p>Fomento a ações de pesquisa e extensão conforme Art. 43 da Lei nº 9.394/1996, melhoria da infraestrutura dos cursos de graduação e promoção da formação continuada aos docentes. Portaria nº 040/2010, o Decreto nº 5.773/2006 e a Lei nº 10.861/2004. Atendimento à Portaria MEC nº 976/2010 e o Decreto nº 7.219/2010</p> <p>Definição de indicadores e procedimentos de avaliação e acompanhamento dos cursos com base nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação</p>

Fonte: PDI IFNMG, 2014, p. 27, adaptada pela autora. Disponível: <<https://www.ifnmg.edu.br/docs-planejamento>>

É importante ressaltar que, dentre as ações empreendidas para alcance das metas,

citou-se o Programa de Educação Tutorial (PET),¹⁶ do MEC, criado em 1979, que daria mais suporte ao acadêmico na decisão de ficar ou evadir-se, pois, de acordo com a Secretaria de Ensino Superior (SESu), a qual o programa era subordinado, ele consistia no benefício de bolsas concedidas a grupos de até 12 estudantes de graduação, até a conclusão da graduação, com a tutoria de um professor docente para estímulo as atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária.

Verificou-se que, nos termos da legislação pertinente, para a abertura de um grupo PET, as instituições devem aguardar publicação de edital e encaminhar o pedido para análise ao MEC. Embora o programa oferecesse oportunidades ao acadêmico, e o PDI 2014/2018 tê-lo referenciado como medida para contenção da evasão, os acadêmicos de Araçuaí, no período compreendido entre 2011 a 2017, não fizeram benefício do mesmo.

No Relatório de Gestão do IFNMG, em 2018, apurou-se que o instituto possui um único grupo em funcionamento, vinculado ao curso de Bacharelado em Administração, localizado no *Campus* Januária. Quanto ao Programa Institucional de Iniciação à Docência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),¹⁷ que oferecia bolsas a acadêmicos de curso de licenciatura, não houve nenhuma aplicação ao benefício no campus em estudo, tendo em vista o IFNMG – *Campus* Araçuaí não ofertar nenhum curso que atendesse os requisitos direcionados a esse tipo de programa, ou melhor dizendo, cursos de licenciatura.

Prosseguindo a presente análise, em concordância com a Tabela 8, apurou-se a preocupação incessante de cumprir metas para enfrentar, com ímpeto, os processos de evasão, abandono e repetência, que assolavam os cursos de graduação no período. Segundo o Relatório de Gestão do IFNMG (2018) essas ações inclusivas “vão além do cumprimento da legislação vigente”. A Política de Assistência Estudantil é uma das estratégias desenvolvidas pelo IFNMG em prol da permanência dos estudantes na instituição. Salientou-se aqui que estas ações inclusivas do IFNMG foram – e ainda são – extremamente importantes para o acesso, permanência e saída com êxito do acadêmico. Todavia, de posse da apuração dos altos índices de evasão dos cursos do *Campus* Araçuaí, entendeu-se que tais medidas não foram suficientes, considerando que o problema persiste com bastante pujança. Notou-se que os

¹⁶ Este programa era regido pelas Portaria 976 de 27/07/2010. Disponível em: <http://sigpet.mec.gov.br/docs/Portaria_976_2010.pdf> e Portaria 343 de 24/04/2013. Disponível em: <http://sigpet.mec.gov.br/docs/Portaria_343_2013.pdf>

¹⁷ Fundado pelo Ministério da Educação (MEC). Responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu Mestrado e Doutorado, abrangendo todos os estados federativos. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/sobre-a-capes/7473-sobre-a-capes>>

programas de assistência estudantil e ações inclusivas existentes no IFNMG não contemplavam o *Campus Araçuaí* em sua totalidade, ocasionando, desta forma, menos benefícios assistenciais e, conseqüentemente, aumento de vulnerabilidade dos discentes.

Tabela 8 – Assessoria de Ações Inclusivas.

Objetivo 2: Promover a educação inclusiva, buscando garantir o ingresso, a permanência e a saída com sucesso		
Metas	Cronograma	Indicadores
Estímulo aos programas que visam a Permanência do estudante	2014 a 2018	Decreto nº 7.234/10 (PNAES) e o Decreto nº 7.611/11 (Viver sem Limite).
Criação e operacionalização de mecanismos para redução de evasão, abandono e repetência;	2014 a 2018	Decreto nº 7.234/10 (PNAES).
Criação do Fórum Permanente de Assistência Estudantil;	2014	Redução do percentual de evasão, abandono e repetência. Necessidade de formação continuada.
Fortalecimento do Programa de Assistência Estudantil (PRONAE)	2014 a 2018	Redução do percentual de evasão, abandono e repetência.
Criação, ampliação e fortalecimento da política voltada para os Núcleos de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE);	2014 a 2018	Redução do percentual de evasão, abandono e repetência. Atendimento à Lei 12.711/2012

Fonte: PDI IFNMG, 2014, p. 29, adaptada pela autora. Disponível: <<https://www.ifnmg.edu.br/docs-planejamento>>

Embora, durante o período do PDI 2014, as metas refletissem a política geral da instituição, os propósitos não se diferenciavam do PDI anterior, sendo agregados novos desafios que visavam o cumprimento total daquelas projetadas para o período.

Com o financiamento cada vez mais escasso do Governo Federal para as instituições públicas, verificou-se que, por mais que os PDIs contassem com programas de metas de estímulo à permanência dos acadêmicos, seu cumprimento dependia de recursos financeiros, enfrentando a possibilidade de não serem concretizados. Em 2019, o Governo Federal anunciou o corte de 30% ao orçamento das instituições públicas de ensino superior, porém, mesmo em anos anteriores, a área da educação, no Brasil, nunca mereceu destaque prioritário. É lamentável constatar que educação, aos olhos do Governo Federal, num país como o Brasil, é vista como despesa e não como investimento. Com isso, a missão do instituto federal, a princípio, de transformar a vida dos sujeitos, oportunizando meios para que exerçam a cidadania, tornou-se cada vez mais distante.

Além disso, conforme preconizavam as concepções e diretrizes do MEC (2010), a importância das instituições superiores, assim como o IFNMG - *Campus Araçuaí*, esteve

sempre em propiciar diálogos entre os seus diversos atores sociais, em ambiências diversas. Assim, sua ação pedagógica trabalha na perspectiva ciência/tecnologia e teoria/prática, encontrando princípios científicos e educativos em suas ações de ensino, pesquisa e extensão, sendo inconcebíveis as práticas que consideravam o conhecimento de forma fracionada.

Outro dado importante foi a investigação e comprovação que o *Campus* Araçuaí, em conformidade à sua missão institucional, propiciava, ao desenvolvimento local, seus valores e sua visão, a formação de profissionais qualificados, que conseguissem gerar saberes múltiplos e novos conhecimentos, e que contribuíssem efetivamente para o progresso socioeconômico local.

A educação é um constructo humano constituído por mudanças, processos e percursos de formação no nível de saberes, capacidades (técnicas), comportamentos e valores, práticas e atitudes; é um processo/produto racional e razoado – um processo epistêmico, pela busca gradativa de um saber, de uma comunicação, mas também uma hermenêutica, um inquérito e uma “construção” de sentido – pensar, dizer, fazer/construir; processo em devir, é interação de elementos humanos, sociais, processuais (materiais e organizacionais), culturais. (MAGALHAES, 2004, p. 32).

Desse modo, competia também ao *Campus* Araçuaí, enquanto instituição de ensino, ser a ponte intermediária que possibilitava aos sujeitos serem protagonistas no processo de desenvolvimento, à medida que propiciava um leque de atividades aos profissionais que ali se formavam. Segundo Oliveira Júnior (2014, p.2), estas originam “uma força de atração de consumidores e empresas, contribuindo para gerar um crescimento econômico-social local/regional”. A sua missão, conforme o PDI IFNMG (2013), pautou-se sempre nas necessidades locais para ofertar uma educação profissional, científica e tecnológica que alavancasse o desenvolvimento cultural, econômico e social, oportunizando melhoria no padrão de vida das pessoas e, conseqüentemente, sua plena cidadania. Silva *et al.* ratificam o preposto no parágrafo anterior no seguinte trecho:

A compreensão do conhecimento deve ser tratado em sua completude, nas diferentes dimensões da vida humana, integrando ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos – inclusive nas propostas pedagógicas dos cursos de graduação (licenciaturas, engenharias e superiores de tecnologia) e pós graduação – na perspectiva de ultrapassar o rígido limite traçado pelas disciplinas convencionais; o reconhecimento da precedência da formação humana e cidadã, **sem a qual a qualificação para o exercício profissional não promove transformações significativas para o trabalhador e para o desenvolvimento social; a necessidade de assegurar aos sujeitos as condições de interpretar a sociedade e exercer sua cidadania**, na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade. (2009, p.10 grifo nosso).

Desse modo, em 2010, a história do IFNMG – *Campus Araçuaí* compreendeu todos os movimentos estruturais e sociais que se fizeram necessários, como se observou nas metas e compromissos previstos pelos PDIs de 2009 a 2018. Depreendeu-se que os compromissos sociais assumidos pelos gestores da época e sociedade civil, embora encontrassem empecilhos que impedissem sua concretização, permitiram que a dimensão da materialidade segundo Magalhães (2004) alargasse suas estruturas e meios processuais, e assim pudesse visualizar o produto constituído, ou seja, a construção de uma instituição educativa. Vislumbrou-se, nesta conjuntura histórica, a construção subjetiva de sujeitos. Magalhães (2004, p. 62) cita que “as instituições educativas, de forma particular e na sua dimensão sistêmica, são realidades dentro de outra realidade”, e assim foi à criação do IFNMG - *Campus Araçuaí*. O estudo crítico e histórico da instituição é, segundo Magalhães (2004), um requisito essencial para a intelecção e conseqüentemente tomada de decisões.

A seguir, fez-se um estudo acerca da história do IFNMG – *Campus Araçuaí* e de sua oferta de cursos, para se compreendesse exatamente a dimensão e a importância deste *campus*.

2.1.2 IFNMG – *Campus Araçuaí*: oferta de cursos

O *Campus Araçuaí* do IFNMG oferece cursos nas áreas de educação profissional técnica de nível médio¹⁸ (integrado, concomitante, subsequente e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com PROEJA) e educação superior (Curso Superior de Tecnologia, Curso de Licenciatura, Curso de Bacharelado/Engenharia), sendo possível seu ingresso nas formas presencial ou à distância (EAD). Como essa pesquisa versou sobre a evasão do ensino superior, abordaram-se somente as formas de ingresso para os cursos superiores presenciais de graduação existentes no *Campus Araçuaí*, quais sejam: Tecnologia em Gestão Ambiental, Bacharelado em Administração, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental.

2.2 Forma de acesso aos cursos superiores

¹⁸ O IFNMG oferta as três modalidades de cursos técnicos. Na modalidade integrada ao ensino médio, o aluno faz ao mesmo tempo, no IFNMG, o ensino médio e o curso técnico da área escolhida. A modalidade concomitante exige que o aluno esteja cursando a 2ª ou 3ª série do ensino médio, em outra instituição de ensino; paralelamente, ele faz o curso técnico no IFNMG. Para fazer um curso técnico na modalidade subsequente, é necessário que o aluno já tenha concluído o ensino médio. (IFNMG, 2012). Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/perguntas-frequentes#Qual-a-diferenca-entre-cursos-tecnicos-nas-modalidades-integrado-concomitante-e-subsequente-ao-ensino-medio>>

A forma de acesso aos cursos do IFNMG – *Campus* Araçuaí, dá-se, conforme o Regulamento dos Cursos Superiores de graduação do IFNMG (2012, revisado em 2018), através do vestibular tradicional, de adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), por processo seletivo para ocupação de vagas remanescentes, por transferência *ex officio*, na forma da lei ou outra maneira descrita em dispositivo legal, ou pode ser proposta por programas de oferta de cursos superiores. O vestibular é realizado anualmente em uma etapa com questões objetivas e redação. Para este acesso, até 2012, eram ofertadas quarenta vagas.

Contudo, desde 2013, por imposição da Lei de Cotas 12.711, de 29 de agosto de 2012¹⁹, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, a quantidade de vagas acessadas pelo vestibular tradicional foi reduzida. Em função disso, as IES eram obrigadas a programar, no mínimo, 25% da reserva das vagas, a cada ano, à política de cotas, preenchidas por estudantes que tivessem concluído o ensino médio integralmente em escolas públicas, com prazo máximo de quatro anos para cumprimento integral da presente norma legal. Findado o prazo, no decorrer dos quatro anos seguintes, as IES deveriam chegar ao cumprimento dos 50% da oferta total de vagas do ensino público superior federal. O total do percentual destinado às cotas reservadas seria subdividido entre estudantes que preenchessem os requisitos determinados na lei supracitada.

Outra forma de acessar a IFNMG é por meio do SISU e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para tanto, utiliza-se o desempenho obtido na última edição do ENEM, com o mesmo critério do sistema de cotas determinado pela Lei 12.711/12, com cronograma definido pelo MEC.

Antes da descrição minuciosa dos cursos superiores ofertados pelo IFNMG – *Campus* Araçuaí, segue um compilado baseado na homologação dos resultados finais dos editais anuais dos processos seletivos próprios do IFNMG – *Campus* Araçuaí, no período de 2011 a 2018, no tocante as vagas ofertadas, candidatos classificados, inscritos em lista de espera e eliminados do certame.

¹⁹ Assim, metade dos estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e a outra parte com renda familiar superior a um salário mínimo e meio, mas também advindo de escola pública são beneficiados. Nesses casos, há também um percentual mínimo que contempla os estudantes que se declaram pretos, pardos e indígenas, de acordo com o último censo demográfico do IBGE. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>

Tabela 9 – Compilado dos cursos superiores do Processo Seletivo Próprio (Vestibular) IFNMG – Campus Araçuaí.

Cursos	Anos	**Vagas ofertadas	Candidatos			Total de inscritos
			Classificados	Lista de espera	*Eliminados	
TLGA	2011/2017	180	180	236	308	724
BCAD	2013/2018	120	120	313	928	1361
TLAS	2016/2018	60	60	88	77	222

*Eliminação por não possuir pontuação suficiente, ou não comparecimento na data prevista para a prova presencial e outros casos especificados em edital.

Fonte: VESTIBULAR IFNMG, BRASIL, 2011/2018. Elaborada pela autora. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/processos-seletivos-antiores>. Acesso em 31 ago. 2018

Vale ressaltar que, em função dos Termos Anuais de Adesão entre o MEC, por meio da SESu, e o IFNMG para oferta de vagas pelo SISU, a quantidade de vagas ofertadas pelo vestibular próprio foi reduzida. Por razões a serem descritas no próximo tópico, em 2018 não foram ofertadas vagas para o curso Tecnologia em Gestão Ambiental.

2.2.1 Tecnologia em Gestão Ambiental

Conforme exposto anteriormente, o Vale do Jequitinhonha enfrenta dificuldades que advêm da baixa produção de bens e serviços e renda *per capita*, dentre outros (SEDRU/MG, 2014). Esbarrou-se sempre na falta de estrutura e pouca capacitação de pessoas do município e região, quando se propunha a vencer estes contextos. De acordo com o Jornal Estado de Minas²⁰, a cidade de Araçuaí é um dos exemplos que apostou na melhoria de vida da população e, conseqüentemente, na geração de empregos com dois projetos de cooperativa agrícola, financiados com recursos públicos, em 2007: um de processamento de frutas, e o outro de fábrica de cachaça.

As iniciativas fracassaram, gerando, aos agricultores, prejuízos de milhões de reais, além dos recursos públicos perdidos. Apurou-se que faltou a qualificação dos munícipes, fator fundamental para se empreender qualquer iniciativa, era ineficiente, tendo os empreendimentos sido paralisados por “gestão mais eficiente”.

²⁰ Desemprego é realidade permanente no Vale do Jequitinhonha Desemprego alto persiste no Jequitinhonha, depois do fracasso de projetos para tentar driblar a falta de oportunidades na região implementados no início da década de 2000. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/04/27/interna_politica,641372/emprego-e-renda-ilusao-perdida.shtml>

A região tem como elementos marcantes a condição de semiaridez de caráter sazonal e a grande variabilidade pluviométrica típica do clima. O desenvolvimento socioeconômico processou-se de maneira descontrolada, levando a exaustão de parte dos recursos naturais.

Ademais, vale mencionar que os municípios de Araçuaí, Itinga e Almenara detêm, em seu subsolo, minerais de pegmatito²¹ entre os seus bens minerais de maior valor econômico, citando lítio e pedras preciosas. Constata-se por esse motivo, uma degradação ambiental por parte de empresas de mineração que exploram o solo da região, empregando mão de obra de baixo valor, e pouco acrescentam nas condições socioeconômicas da área, no que diz respeito à agregação de valor ao produto para o desenvolvimento local.

Segundo o Programa Pedagógico do IFNMG – *Campus Araçuaí*, em consequência desse fato, considera-se habitual a migração da população regional para outros centros urbanos maiores. Assim sendo, vê-se o aspecto concernente às desigualdades sociais se elevarem a cada dia. (PPC IFNMG – *Campus Araçuaí*, 2013). De acordo com Pereira *et al.* (2003, *apud* PPC IFNMG – *Campus Araçuaí*, 2013) os principais problemas ambientais da região são:

[...]o desmatamento, visando às carvoarias, queimadas e florestamento com espécies exóticas, o mau gerenciamento dos solos, que conduz a uma erosão acelerada. Ligado a tais fatores, o assoreamento de rios e córregos, o ressecamento do solo, a redução da vazão de rios ou mesmo a sua intermitência são problemas que repercutem, de forma significativa, nos padrões de vida da população regional, historicamente caracterizada pela pobreza. (PEREIRA *et al.*, 2003 *apud* PPC IFNMG *Campus Araçuaí*, 2013).

Neste cenário, a falta de preparo profissional torna-se mais latente, gerando restrições aos novos empreendimentos que objetivam a melhoria do quadro de ambiência regional apresentado. Percebe-se a urgência em capacitar pessoas que possam atuar em âmbitos diversos, sejam públicos ou privados, para redução do cenário de deficiências que assola a microrregião de Araçuaí. Em 2010, na busca de profissionais qualificados que poderiam atuar de maneira efetiva, em resposta a entraves que refletiriam na melhoria de vida da população, e desenvolvendo uma nova postura alusiva a padrões técnicos e científicos para um

²¹ Pegmatitos são categorizados em simples e complexos, considerando critérios mineralógicos e estruturais. Os simples são compostos de feldspato, quartzo e muscovita. Pode-se encontrar berilo e turmalina. Caso eles sejam complexos, além da constituição que há nos pegmatitos simples, há uma evidente associação de minerais acessórios: Minérios de lítio, de céσιο, cassiterita, tantalita-columbia, e outras inúmeras diversidades de turmalinas. O feldspato de pegmatitos é responsável por produzir matéria prima para a indústria cerâmica. O lítio é extraído de algumas fontes da natureza como o pegmatito e é o principal responsável pela produção de baterias de automóveis e telefones celulares. Segundo a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE (2013 *apud* CORNEJO & BARTORELLI, 2010, p.712) o distrito Pegmatítico de Araçuaí, abrange parte dos municípios de Itinga, Araçuaí, Virgem da Lapa, Coronel Murta, Rubelita e Salinas. Disponível em: <http://recursomineralmg.codemge.com.br/substancias-minerais/gemas-e-minerais-raros/>

desenvolvimento sustentável, implantou-se o curso Superior Tecnologia em Gestão Ambiental, com oferta anual de 40 vagas, objetivando com sua criação a:

[...] formação de tecnólogos dotados de compreensão e capacidade crítica a respeito das diversas atividades tecnológicas, econômicas, produtivas e sociais que afetam direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo também capazes de propor alternativas, preventivas e/ ou corretivas, de solução e/ou de prevenção, para a melhoria e conservação da qualidade ambiental. (PPC CURSO GESTÃO AMBIENTAL, IFNMG – CAMPUS ARAÇUAÍ, 2013).

O curso foi autorizado pela Resolução CS nº 8/2010, de 28 de outubro de 2010, reconhecido pela Portaria nº 544 do MEC/SERES, de 12 de setembro de 2014, e publicado no Diário Oficial da União (DOU) Seção 1, p. 25, com duração prevista de três anos, sendo o tempo mínimo para integração três e máximo de cinco anos. Ao final do ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), em 2014, junto à secretaria competente, o IFNMG solicitou a renovação do reconhecimento²², concedido de forma automática, sem visita *in loco*, conforme preceitua a Portaria Normativa²³ nº 20, de 21 de dezembro de 2017.

Ressaltou-se aqui, por meio de Processo de Avaliação Institucional, que a primeira Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFNMG foi criada em 2011, com objetivos específicos de coordenar e articular os processos avaliativos internos da instituição e, na sequência, formalizá-los para prestar as informações que se fizeram necessárias para que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) avaliasse as condições do processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação, bem como do desempenho acadêmico (IFNMG, 2013). A comissão foi designada pela Portaria nº 582 REITOR/2011, de 26 de dezembro de 2011, e seus membros, eleitos por seus pares, quais sejam servidores do corpo docente e técnicos administrativos, discentes e representantes da sociedade civil, para o mandato 2010/2013. A criação desta comissão se deu por força de Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que dispõe acerca do SINAES.

²² Renovação do reconhecimento concedido, conforme Portaria SERES/MEC n. 136 de 01/03/2018, publicado no D.O.U. N. 42, seção 01 página 108 de 02/03/2018 – Registro e-MEC Nº. 20180485. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/5091109/do1-2018-03-02-portaria-n-136-de-1-de-marco-de-2018-5091105>

²³ Dispõe sobre procedimentos e padrões decisórios dos processos de credenciamento, reconhecimentos, autorizações, reconhecimentos e renovações de cursos superiores dentre outros. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39380053/do1-2018-09-03-portaria-normativa-n-20-de-21-de-dezembro-de-2017--39379833>

A coleta das informações serviu, segundo o relatório Processo de Avaliação Institucional, para redirecionar as políticas educacionais no sentido de transformar a realidade do ensino, permitindo reflexões sobre diversos aspectos: qualidade das atividades pedagógicas, pesquisas, extensão, etc. (IFNMG, 2013). A metodologia utilizada foi feita com base nas dez dimensões do art. 3º da Lei 10.861, exigidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e pela legislação que fundamenta o SINAES.

Passados oito anos desde a criação do curso, inferiu-se que o IFNMG – *Campus Araçuaí* formou profissionais com competência para atuação no mercado de trabalho, mas que, apesar de ter conseguido junto ao MEC/SERES a renovação do reconhecimento, o curso Tecnologia em Gestão Ambiental, atualmente, não oferece o mesmo atrativo dos processos seletivos realizados anteriormente. A cada ano, apesar de ter disponibilizado as vagas para o ingresso no curso, houve progressiva redução da procura, conforme pode ser observado na Tabela 10.

Tabela 10 – Quantidade de vagas ofertadas, candidatos inscritos, classificados, em lista de espera e eliminados no processo seletivo (Vestibular) do curso superior Tecnologia em Gestão Ambiental – IFNMG – *Campus Araçuaí* no período de 2011 a 2018.

Anos:	Vagas ofertadas	Candidatos Classificados	Candidatos na Lista de Espera	*Candidatos eliminados	Total de Inscritos
2011	40	40	37	70	147
2012	40	40	111	38	189
2013	**20	20	29	95	144
2014	**20	20	31	31	82
2015	**20	20	11	24	55
2016	**20	20	09	33	62
2017	**20	20	08	17	45
Total Geral:	180	180	236	308	724

*Eliminação por não possuir pontuação suficiente e ou não comparecimento na data prevista para a prova presencial.

**Em função da Lei 12.711(50% oferecido através do SISU).

***Em 2018, não houve oferta para o curso superior Tecnologia em Gestão Ambiental.

Fonte: COPEC IFNMG – Elaborada pela autora com base no EDITAL DE VESTIBULAR, 2013, 2018. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/vestibular-anteriores>

Após análise da tabela anterior, observou-se que, em 2013, um total de 144 pessoas inscreveram-se para as vinte vagas ofertadas. Porém, 95 candidatos deste montante foram eliminados do processo por não possuírem pontuação suficiente nas provas de seleção ou não comparecimento na data prevista para realizar a prova, fatos que prejudicaram bastante o processo de preenchimento das vagas ofertadas. Caso não sejam preenchidas as condições exigidas no edital dos candidatos selecionados nas chamadas ordinárias, a instituição fica

obrigada a selecionar candidatos alocados em lista de espera e que não foram contemplados nas chamadas regulares. No ano em questão, todo este processo contou apenas com 29 candidatos.

A exceção do ano de 2012, percebeu-se que o fenômeno em que a soma dos candidatos eliminados supera a soma dos candidatos em lista de espera reiterou-se nos anos 2011, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. Ademais, esta diminuição progressiva no total de inscritos no processo vestibular obrigou os gestores do IFNMG – *Campus Araçuaí*, a se posicionarem e não disponibilizarem, no vestibular 2018, as ofertas de vagas para formação de tecnólogos em Gestão Ambiental.

Esta decisão fundamentava-se no Relatório de Auditoria Anual de Contas da Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais, nº. 201700877/12, emitido em 26 de abril de 2017. Através do relatório, realizado em visita *in loco* aos nove *campi* do IFNMG, a Controladoria requereu que a instituição de ensino apresentasse a evolução do indicador relação de candidatos por vaga, de forma estratificada, para cada um dos cursos ofertados, a fim de que avaliassem a pertinência da manutenção da oferta de trinta cursos, em nove *campi*. A relação por vaga mostrou-se, segundo a Controladoria, inferior à média apurada, sem tendência de alta.

A resposta a esse questionamento foi remetida em 25 de maio de 2017, onde o IFNMG pontua o seguinte:

[...] O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG, antes de iniciar a oferta de cursos, considera: 1) **os motivos da implantação do curso: finalidade e objetivos da instituição, enquanto Instituto Federal, preconizados por lei; demanda da sociedade; relação do curso com os arranjos produtivos locais (APL); 2) a viabilidade de abertura de um novo curso do ponto de vista educacional e institucional.**

No que se refere aos cursos superiores, tendo em vista a aplicabilidade do item 2, ainda são observadas as condições gerais *in loco* para implantação do curso. [...] Nesta perspectiva, **a metodologia comumente utilizada pelos campi para avaliar a pertinência da manutenção de cursos, mesmo que estes cursos estejam com baixa relação de candidatos por vaga**, tem se pautado em realização de reuniões ou audiências envolvendo: coordenador, professores e servidores técnicos administrativos do curso; Diretores do campus; representantes da comunidade acadêmica/escolar, através do Conselho Gestor do Campus; egressos do curso; estudantes do curso; representantes da Comissão Permanente de Processos Seletivos - CPROS e/ou Subcomissão Própria de Avaliação- Sub-CPA.[...] • **discutir sobre as possibilidades de manutenção do curso considerando: [...]. Parte-se do princípio de que os cursos do IFNMG são implantados diante da demanda da sociedade, da missão da instituição e da viabilidade educacional e institucional. Sendo assim, um curso somente será desativado ou terá a sua oferta extinta no IFNMG caso esgotarem-se todas as possibilidades de manutenção da sua oferta. [...]. Desse modo, a**

Instituição demonstrou avaliar sistematicamente a pertinência da manutenção da oferta dos cursos por ela oferecidos, dispondo de critérios definidos para a descontinuidade daqueles cuja manutenção não se justifique. (CRU/MG, 2016, grifo nosso).

Salienta-se que o curso Tecnologia em Gestão Ambiental teve seu último ingresso em 2017, completando o ciclo de integralização no segundo semestre de 2019, dando lugar a outro curso, Engenharia Agrícola e Ambiental, no período diurno, buscando “atendimento de demanda da sociedade, da missão da instituição e da viabilidade educacional e institucional” (IFNMG, 2017), conforme a resposta do relatório enviado à Controladoria da União, em 2017.

No entanto, parece contraditória a afirmativa que, antes de iniciar um curso, o IFNMG mensurava a demanda da sociedade. Não foram localizados quaisquer documentos oficiais, no *Campus Araçuaí* ou no banco de dados eletrônicos do IFNMG, que abonassem a pertinência e manutenção do curso em seus sete anos de existência, tampouco reuniões de audiências com envolvimento maciço de representantes da comunidade escolar. Ao longo desses anos, é notório que, pela observação da Tabela 10, a cada ano, havia menos candidatos em lista de espera, inviabilizando a permanência do curso.

Nesta conjuntura, questiona-se se, na implantação do *Campus Araçuaí*, realmente aconteceu uma consulta pública à comunidade – e demais regiões abrangentes – acerca da decisão de criação de cursos, ou se ela foi decidida, entre quatro paredes, pela equipe gestora. Questiona-se, também, se houve relação do curso com os arranjos produtivos locais. Uma pesquisa divulgada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em 2010, em parceria como a PNUD²⁴, Fundação João Pinheiro²⁵ e IPEA²⁶, mostrou que 30,38% das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, trabalhavam no setor agropecuário, 1,40% na indústria extrativa, 6,81% na indústria de transformação, 9,47% no setor de construção, 0,91% nos setores de utilidade pública, 11,54% no comércio e 35,41% no setor de

²⁴ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento possui objetivo de contribuir para o desenvolvimento humano, o combate à pobreza e o crescimento do país nas áreas prioritárias. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/>>

²⁵ Fundação João Pinheiro – Instituição de pesquisa e ensino com vinculação direta com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais. Disponível em <<http://fjp.mg.gov.br/index.php/institucional>>

²⁶ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia. Objetiva dar suporte técnico e institucional às ações do governo quando na formulação e reformulação de políticas públicas, bem como de programas no Brasil que estão sendo desenvolvidos. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68>

serviços. O curso, de 2011 a 2017, possuía o equivalente a 38,15% de desistentes na faixa etária até 29 anos.

À época, houve alguma pesquisa aprofundada, por parte da instituição educativa, para a ocupação da população em outras faixas etárias, ou ignorou-se o nicho de 35,41% economicamente ativo no setor de serviços (IBGE, 2010)? A metodologia utilizada pelo IFNMG avaliava, dentre outros temas, a viabilidade educacional e institucional de cada curso? O curso atendia à demanda da sociedade, especialmente a da microrregião de Araçuaí, por profissionais tecnólogos em Gestão Ambiental, assim como às necessidades do mercado? Onde foram feitas as reuniões e atas com a toda a comunidade escolar, em que foram apresentadas todas as possibilidades de manutenção de continuação da oferta?

Em suma, considerou-se que 47,03% dos evadidos deste curso encontraram campo propício e fértil para esta tomada de decisão, tendo em vista que o processo institucional para implantação do curso Tecnologia em Gestão Ambiental, desde 2011, ano de sua criação, até 2017, não impulsionaram estruturas de apoio, a exemplo de consultas aos municípios agregados da microrregião de Araçuaí, audiências públicas com a comunidade escolar, reuniões com os servidores técnicos administrativos ou movimentos populares que poderiam balizar e dar sustentação a qualquer decisão de extinção ou permanência do curso.

2.2.2 Bacharelado em Administração

O PPC superior Bacharelado em Administração (BCAD), criado em 2012 e implantado em 2013, foi alicerçado nas diretrizes curriculares nacionais (DCN), nas resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara da Educação Superior (CES) nº 1, de 2 de fevereiro de 2004; e nº 4, de 13 de julho de 2005; nos Pareceres CNE/CES nº 67, de 11 de março de 2003; CNE/CES nº 134, de 04 de junho de 2003; e CNE/CES nº 23, de 03 de fevereiro de 2005. Também se balizou na estrutura e imposição da Lei 10.861/04, que constitui o SINAES²⁷, bem em como todas as Legislações correlatas.

²⁷ O SINAES tem como objetivo melhorar a qualidade da educação superior que está sendo ofertada, orientar sua expansão no que diz respeito a sua oferta, aumentar a eficácia das instituições além da acadêmica e social, além de propiciar o aperfeiçoamento das responsabilidades e compromissos assumidos pelas Instituições educacionais de ensino superior. Este sistema substituiu o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB) e o ENC (Provão), porém com uma nova roupagem que incluía a articulação da avaliação educativa, de natureza formativa, os processos intrínsecos aludidos à regulação (supervisão e fiscalização) que são executados pelo Estado, sem perder de vista o respeito a uma série de princípios que são admitidos amplamente e que se insere no campo do respeito à identidade e à diversidade da instituição de ensino superior. No Programa anterior, embora os componentes avaliados pelo SINAES existissem, a unidade cêntrica era a concernente auto avaliação da instituição, propiciando com isso, métodos mútuos, uma investigação geral e integrada referente a dimensões,

Pelos termos do PPC IFNMG – *Campus Araçuaí*, de 2012 e revisado em 2017, o curso tem duração de quatro anos, com prazo para integralização de, no mínimo, quatro anos ou oito semestres, e máximo de seis anos. A primeira turma iniciou o curso em 2013, com 43 matriculados e foi produto de extensa pesquisa aos sujeitos e órgãos envolvidos: acadêmicos, Núcleo Docente Estruturante (NDE), Conselho Regional de Administração e empresariado regional.

Salientou-se que, apesar de o PPC afirmar que houve ampla pesquisa entre os sujeitos envolvidos, novamente não foram encontrados arquivos que contemplassem consulta aos munícipes da cidade de Araçuaí e das cidades circunvizinhas, que utilizavam dos serviços educacionais ofertados pela instituição federal, quando da implantação do presente curso. Neste sentido, conclui-se que, no processo de criação do curso, apesar de ter-se estabelecido um produto de política pública, não houve a escuta da comunidade municipal e regional, legitimando assim a ação daqueles que conduziram o processo de criação do curso, podendo esta legitimação servir como controle de legalidade do processo através da audiência pública (MOREIRA NETO, 1992)²⁸.

Segundo o PPC, o objetivo do curso é a formação de profissionais que atuem de forma competitiva, em sintonia com os desafios mercadológicos de instituições de todas as naturezas contábeis, jurídicas, organismos ou qualquer tipo de corporações com fins lucrativos ou filantrópicos. Em complemento, ressalta-se a contribuição na formação de um cidadão diligente e envolvido com o desenvolvimento social e regional da microrregião de Araçuaí, sem abandonar os desafios e necessidades de aprimoramento constante e profícuo da gestão, com vistas às melhores técnicas. O PPC preceitua que há, neste sentido, uma reflexão constante sobre as mudanças em diversos âmbitos, que altera a estrutura social e reflete no perfil da cadeia de relacionamento, resultando com isso, em novos padrões de gestão, como se observa no trecho a seguir:

Os ambientes empresariais estão sujeitos a um conjunto de constantes transformações em suas diferentes dimensões – mercados e consumidores, economia com oscilações e planos cada vez mais complexos, relações de trabalho conturbado, meio ambiente, política, tecnologia, demanda por

estruturas, finalidades, etc. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/SINAES+-+Sistema+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+Da+Concep%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+Regulamenta%C3%A7%C3%A3o+5a+ed+amp/d98724bf-b529-4a88-a5f9-e62b9d6f9ebc?version=1.4>>

²⁸ Um instituto de participação administrativa aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando à legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em lei, pela qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que possam conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação consensual. (MOREIRA NETO, 1992, p.129).

responsabilidade social das empresas, relações internacionais, comportamento social, crises e outros eventos. Tais fenômenos não são inócuos, porque provocam mudanças sobre o pensamento humano e o fazer diário das organizações, que revela uma relação de interdependência entre as partes. Na realidade, esses episódios provocam grandes desafios no que diz respeito à gestão das organizações e suas demandas internas ou externas, assim como de toda a comunidade nas quais estão inseridos. Qualquer alteração nesta estrutura social reflete nos perfis das cadeias de relacionamento e resultam em novos padrões de gestão. (PPC BCAD IFNMG – CAMPUS ARAÇUAÍ, 2017, pg. 20).

A Tabela 11 retratou as vagas ofertadas em cada processo seletivo feito pela própria instituição de ensino.

Tabela 11 – Quantidade de vagas ofertadas, candidatos inscritos, classificados, em lista de espera e eliminados no processo seletivo (Vestibular) do curso superior Bacharelado em Administração – IFNMG – Campus Araçuaí no período de 2013 a 2018.

Anos:	Vagas ofertadas	Candidatos Classificadas	Candidatos na Lista de Espera	*Candidatos eliminados.	Total de Inscritos
2013	**20	20	47	288	355
2014	**20	20	65	135	220
2015	**20	20	44	136	200
2016	**20	20	50	105	175
2017	**20	20	60	114	194
2018	**20	20	47	150	217
Total	120	120	313	928	1.361

*Eliminação pelos motivos elencados em edital do vestibular.

**Oferta total 40 vagas. Em função da Lei 12.711(50% oferecido através do SISU) somente 50% das vagas são ofertadas no vestibular promovido pela IFNMG.

Fonte: COPEC IFNMG - Elaborada pela autora com base no EDITAL DE VESTIBULAR, 2013, 2018. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/vestibular-antiores>

Depreendeu-se, ao analisar a tabela, que a quantidade de inscritos decresceu no decorrer dos últimos seis anos de existência do vestibular em Administração do IFNMG – Campus Araçuaí. Somando todos os candidatos classificados nesse período aos candidatos em lista de espera, obtém-se um total de 433 inscritos. O número médio de candidatos por vagas, resultante da divisão deste total pelo número de vagas oferecidas, qual seja 120, foi de 3,66 candidatos por vaga. Conforme os resultados finais, apresentados na mesma Tabela 11 e publicados no site desta instituição, um índice expressivo, equivalente a 68,18% dos 1.361 candidatos inscritos, foram excluídos do processo classificatório. De acordo com as regras dos editais anuais para os exames vestibulares, notou-se que mais da metade dos inscritos não estavam aptos a participar do processo por motivos como: eliminação na prova de redação; eliminação pelo limite de vagas para correção da redação; desclassificação por zerar uma

prova ou mais; desclassificação por terem comparecido somente a uma prova; e eliminação por não terem comparecido a prova.

Cada candidato submeteu-se, conforme a Tabela 12, a seguir, a um exame de previsão anual, composto de questões objetivas de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Língua Estrangeira, História e Matemática, valoradas em 70 pontos, além de uma redação discursiva no valor de 30 pontos, totalizando 100 pontos. No final de 2013, para ingresso no curso em 2014, o edital contemplou questões de múltipla escolha e uma redação no valor de 60 pontos, e também o conteúdo de duas disciplinas exigidas pelo curso escolhido, com 10 questões cada, resultando em 80 pontos.

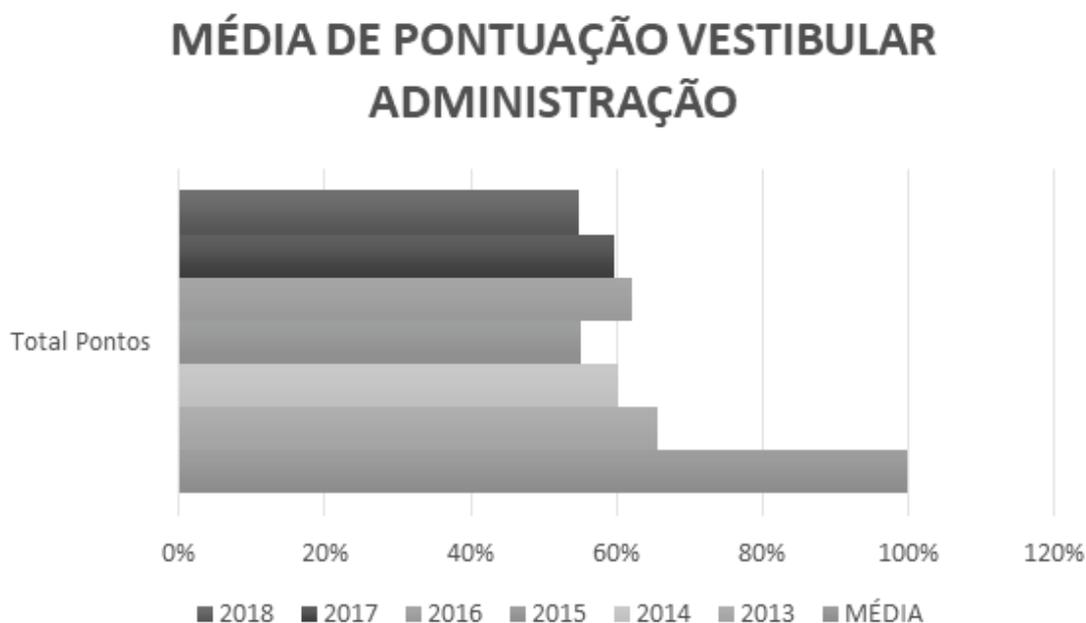
Tabela 12 – Candidatos que pontuaram em 1º lugar do exame vestibular do IFNMG – Campus Araçuaí nos anos de 2013 a 2018 no curso superior Bacharelado em Administração.

Ano	Edital Vestibular	Nº Inscrição	Data Nasc	L.Port L.Bras	L. Estrangeira	História	Matemática	Redação	Total
2013	176/12	03350	24/09/60	16	6	16	4	23,67	65,67
2014	173/13	00568	04/12/93	15	8	7	6	24,20	60,20
2015	257/14	01801	11/11/95	13	8	3	6	25,00	55,00
2016	269/15	16000	27/01/95	12	7	10	9	24,07	62,07
2017	320/16	325005	24/11/95	10	8	6	8	27,70	59,70
2018	293/17	043471	29/03/00	16	7	7	3	21,77	54,77

Fonte: COPEC IFNMG - Elaborada pela autora com base no EDITAL DE VESTIBULAR, 2013, 2018. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/vestibular-antiores>

Considerando que a soma das provas aplicadas nos processos de vestibulares, até 2013, era 100 pontos e, após este período, 80 pontos, observou-se, por meio da Tabela 12, que a pontuação máxima alcançada pelos candidatos atingiu somente 65,67 pontos, conforme ilustrado no Gráfico 1, no período compreendido pela pesquisa.

Gráfico 1 – Evolução da pontuação obtida dos candidatos do Curso Superior em Administração do IFNMG – Campus Araçuaí no vestibular do Curso Superior em Administração do IFNMG – Campus Araçuaí no Vestibular 2013 a 2018.



Fonte: COPEC IFNMG - Elaborada pela autora com base no EDITAL DE VESTIBULAR, 2013, 2018. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/vestibular-anteriores>

Durante anos de exames vestibulares para o curso BCAD, nenhum candidato aferiu resultado superior ao supracitado, à exceção de 2014. Outro dado é que, de acordo com a relação nominada publicada no sítio institucional, todos os outros candidatos que pontuaram em primeiro lugar no processo seletivo do vestibular, desistiram do curso. Observou-se que de acordo com dados do Registro Acadêmico, somente o candidato ingressante do ano de 2013, nessa pesquisa identificado com o código BCAD113NA29²⁹, formalizou sua desistência alegando atividade extrajornada, cessando assim todo vínculo contratual existente até então no IFNMG – Campus Araçuaí, sendo desligado da Instituição conforme preceitua o Regulamento dos Cursos Superiores³⁰. A desistência dos outros acadêmicos, a saber, BCAD115NA25, BCAD116NA26 e BCAD117NA20, foi considerada abandono. Uma das questões levantadas neste relato foi que, com exceção do ano de 2017, todos os acadêmicos elencados acima, evadiram no primeiro semestre do curso e reprovaram em todas as sete disciplinas ofertadas. No referido ano, o candidato que pontuou em primeiro lugar não efetuou

²⁹ BCAD – Bacharelado em Administração; Ano 2013; Periodicidade de Ingresso NA – Noturno/Anual; Número retirado na ordem decrescente da ordem alfabética, preservando assim a identidade do acadêmico.

³⁰ Fonte: IFNMG- Regulamento dos Cursos Superiores de Graduação IFNMG (2013). Revisado em 2017 e 2018. Disponível no Título IV, Capítulo I, Seção VIII, Artigo 120, inciso III, p.28. Dispõe sobre a cessação total dos vínculos com a Instituição. Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/regulamentos-ensino>>

a matrícula, porém o candidato BCAD117NA20, segundo melhor pontuado, também abandonou o curso, não renovando a matrícula no primeiro semestre de 2018. O candidato BCAD117NA20 cursou até o semestre 2/2017 e, com exceção da disciplina Metodologia Científica, reprovou em todas as treze disciplinas do primeiro e segundo semestres que compõem a matriz curricular do curso BCAD. Apurou-se, neste sentido, recursos públicos desperdiçados como esclarece Silva Filho e colaboradores,

As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico. (SILVA FILHO *et al.*, 2007, p.642).

Assim, o problema da evasão se processou nestes casos de abandono, por aspectos e fatores sociais até então desconhecidos, mas que tiveram como agravantes, além desses, os altos índices de reprovação em disciplinas. Presumiu-se neste sentido que houve a ineficiência da instituição superior em perceber, por meio de acompanhamento pedagógico, as dificuldades de aprendizagem e desempenho nas disciplinas cursadas pelo acadêmico.

Para ter noção do nível dos candidatos, vislumbra-se, na Tabela 13, a pontuação e a classificação obtidas pelos últimos candidatos de cada edição do vestibular anual que ficaram na lista de espera, aguardando uma eventual desistência dos classificados dentro no número de vagas ofertadas.

Tabela 13 – Candidatos que pontuaram em último lugar (lista de espera) do exame vestibular do IFNMG – Campus Araçuaí nos anos de 2013 a 2018 no curso superior Bacharelado em Administração.

Ano	Edital Vest.	Nº Inscrição	Data Nasc	L.Port L.Bras	L. Estrang	História	Matemática	Redação	Total Pontos
2013	176/12	01476	18/12/92	11		12	2	16,00	43,00
2014	173/13	03976	25/03/93	6		1	4	10,03	24,03
2015	257/14	04571	16/10/93	5		3	1	11,50	23,50
2016	269/15	05071	05/07/97	6		1	3	09,00	23,00
2017	320/16	323242	12/12/95	4		1	3	09,20	23,20
2018	293/17	042920	02/06/98	9		5*	1	09,17	30,17

*Configurou-se no resultado como pontuação referente a química/biologia.

Fonte: COPEC IFNMG - Elaborada pela autora com base no EDITAL DE VESTIBULAR, 2013, 2018. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/vestibular-antiores>

Alguns candidatos, à exceção do ano de 2013, pontuaram apenas um ponto no exame seletivo nas disciplinas de História e Matemática. Mesmo assim, caso algum candidato classificado dentro do número de vagas ofertadas desistisse, esse candidato em lista de espera

poderia encontrar abertura segundo o edital, para ingressar no curso. Sem condições para permanecer, por falta de conhecimentos que deveria aprender no ensino médio, poderia ser um futuro candidato à desistência/evasão. A SEDRU/MG retratou perfeitamente este cenário quando afirmou que as parcelas de faixas etárias mais jovens das mesorregiões do Jequitinhonha e Mucuri parecem estar padecendo de analfabetismo funcional, o que dificulta a progressão dos estudos, bem como a inserção no mercado de trabalho.

Observou-se que, desde o Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União, expedido para Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em 2012, os auditores ressaltaram o baixo desempenho nos níveis anteriores de escolarização e a disparidade de saberes dos alunos por ocasião de seu ingresso, como se segue:

Inicialmente deve ser destacado que a evasão deve ser considerada como um processo que começa nas etapas iniciais de escolarização dos estudantes (ensinos infantil e fundamental). Autores como Rumberger e Lee (2008), que realizaram levantamento da literatura, **destacam que um pobre desempenho acadêmico, nessas etapas elementares, representa uma das grandes causas para explicar o fracasso e à evasão nos níveis médios e superiores de escolarização.** [...]. Um segundo aspecto a ser destacado, corroborado nas entrevistas com professores e pró-reitores, trata da discrepância de conhecimentos e habilidades dos alunos no momento de sua entrada nos cursos. Isso faz com que parcela dos alunos apresente déficits educacionais significantes, aumentando o risco de evasão. Os déficits educacionais provocam dificuldade de aprendizado, dos conteúdos do curso, para 80%(oitenta) dos professores consultados pela pesquisa enviada pelo TCU. (Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União expedido para Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em (2012, p. 15, grifo nosso).

Mediante os dados, verificou-se que o processo do vestibular do IFNMG, em especial do *Campus* Araçuaí, até os dias atuais, não referenciam a individualidade das instituições, bem como das regiões em que estão inseridas. As avaliações são elaboradas de forma padrão para as regiões de abrangência do IFNMG, possibilitando o nivelamento de candidatos simplesmente pelo critério de classificação em uma avaliação sistêmica, desprivilegiando a cultura local e as especificidades de cada região, no que tange ao nível de informação.

Cada indivíduo, em maior ou menor grau, dispõe de uma bagagem cultural individual que não tem sido considerada nos processos vestibulares do IFNMG. O instrumento de admissão da instituição, para Ribeiro Neto (1985, p.48), é “uma fita de chegada, que deve ser rompida numa maratona”. Ainda segundo o autor, é utopia cogitar que “ela possa ser igualmente justa para todos os competidores, que, na verdade, partem de

marcas diversas, às vezes muito distanciadas entre si, e quase sempre percorrem caminhos distintos”.

A própria instituição, em seu Relatório de Gestão do Exercício de 2011, apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo como prestação de contas anual a que o IFNMG esteve obrigado em 2012, reconhece que a região é extensa e diversa. Neste mesmo relatório, apresentou estar ciente que os candidatos que ingressavam no IFNMG possuíam deficiências educacionais que poderiam prejudicar a permanência nos cursos ofertados. O relatório diz:

A área de abrangência do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais é constituída de 126 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Norte de Minas, parte do Noroeste e parte do Jequitinhonha), ocupando uma área total de 184.557,80 km². A população total é de 2.132.914 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2000 (Brasil, IBGE, 2000). É caracterizada, em muitos momentos e de forma apressada e generalizada como “bolsão de pobreza”, “região problema”, “vale da miséria”, “ferida de subdesenvolvimento”, etc.

Não se trata de não reconhecer os graves problemas que afligem grande parte da população local, **mas não há dúvida de que é preciso reconhecer que a área de abrangência do Instituto Federal Norte Minas Gerais não é uma região homogênea e que a maioria dessas considerações não capta suas diferenciações.** [...]

Os estudantes ingressantes do IFNMG apresentam, em geral, um índice de proficiência abaixo da média nas avaliações sistêmicas, de abrangência estadual, acredita-se que seja reflexo da falta da utilização das avaliações como diagnóstico das situações de aprendizagem e otimização das possibilidades de melhoria da qualidade da educação, o que interfere no desenvolvimento do ensino – aprendizagem nos nossos cursos, uma vez que alguns pré requisitos são fundamentais para o desenvolvimento do ensino – aprendizagem nos nossos cursos, uma vez que alguns pré-requisitos são fundamentais para o desenvolvimento de competências e habilidades gerais e, também profissionais. (RELATÓRIO DE GESTÃO - IFNMG, 2011, p.27, grifo nosso).

Apesar de todo o exposto, a instituição insiste na mesma metodologia de avaliação, de 2010 até os dias atuais. Na realidade, no âmbito do IFNMG, os processos deveriam ser revistos de maneira que pudessem contemplar, para o acesso ao ensino superior, os níveis anteriores de ensino, ou seja, notas obtidas nas séries do ensino médio, ponderando a abrangência regional de cada *campus*, bem como o perfil dos candidatos que procuram os cursos ofertados.

Conforme perfil do alunado do IFNMG – *Campus Araçuaí*, 44,58% dos acadêmicos possuía ocupação formal e procurava os cursos noturnos para, deste modo, conciliar jornada de trabalho com estudos, o que exigia, por parte deles, uma adaptação a um novo esquema, autonomia e conhecimentos prévios formais e informais mais complexos.

Entende-se que a instituição escolar deveria estar preparada para propiciar aprendizados que nem sempre fazem parte do portfólio das camadas mais populares, a exemplo da microrregião de Araçuaí.

Em vista disso, questiona-se o porquê da utilização de métodos de seleção que não são proficientes e que privilegiam somente alguns. Necessário, a partir do exposto, que fosse analisado todo o aparato teórico disponível nas várias literaturas sobre o tema evasão, para que se possam tomar medidas efetivas para o combate deste problema que afeta tanto as instituições superiores, em especial o IFNMG – *Campus Araçuaí*.

Nestas circunstâncias, o PPC 2017 de BCAD corrobora com a afirmação anterior do PPC de Tecnologia em Gestão Ambiental: devido à falta de estrutura e capacitação da população, o Vale do Jequitinhonha enfrenta dificuldades sociais intensas, e isso se deve em, grande parte, à reduzida produção de bens e serviços, renda per capita, dentre outros, sendo a educação é um processo necessário. A escassez de profissionais habilitados para o mercado de trabalho que promovam a transformação socioeconômica deste território é, sem dúvidas, seu “calcanhar de Aquiles”, ou seja, um condicionante aos novos empreendimentos, que requerem especialistas que atuem nos três setores da economia³¹. Segundo a SEDRU/MG, eixo produtor da microrregião de Araçuaí é formado por micro e pequenos proprietários rurais e ou agroindustriais, e as atividades que o sustentam exigem, em um cenário globalizado, melhorias estruturais concernentes às infraestruturas físicas, diversificação de produtos para atendimento às exigências do mercado e mão de obra qualificada.

Por fim, quando se planejou a oferta desse curso, em 2012, segundo o PPC, presumiu-se a melhoria da qualidade de vida da população, a diminuição do nível de desemprego e, conseqüentemente, aumento do padrão de qualidade dos profissionais, que seriam demandados pelo mercado de trabalho na região. O curso contribuiria também, além dos motivos mencionados anteriormente, para atendimento do arcabouço legal em que o instituto federal se sustenta, ou seja, produção, disseminação e aplicação do saber tecnológico e acadêmico na formação de pessoas cidadãs.

Em 2017, no *Campus Araçuaí*, atendendo à legislação em vigor, aconteceu a segunda avaliação *in loco* do MEC. A primeira, em 2014, foi direcionada para o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, e esta, voltada para o primeiro reconhecimento do curso Bacharelado

³¹ O primeiro Setor é o Estado representado por entes políticos, além de entidades a estes entes ligados. Chamamos de primeiro setor o setor público, que obedece ao seu caráter público e exerce atividades públicas. O segundo setor é o Mercado, composto por entidades privadas que exercem atividades privadas, ou seja, atuam em benefício próprio e particular e o Terceiro Setor é composto por organizações privadas sem fins lucrativos, buscando a promoção do bem-estar-social. (MARTINS *et al.*, 2011, p.12.)

em Administração. Durante a visita, analisou-se a organização didática pedagógica, os profissionais que trabalhavam ali, a infraestrutura, além do funcionamento dos diversos setores. O curso, numa escala compreendida de 1 a 5, obteve nota 4, conforme a Portaria nº 969, de 06 de setembro de 2017, Registro e-MEC Nº. 201602900.

Ao visualizar a publicidade feita pelo IFNMG – *Campus Araçuaí*, em seu site institucional, teve-se a percepção que parte do segmento docente, representado pela coordenadora³² e pelo docente da área de Administração³³, juntamente com alunos do corpo discente, ficaram totalmente agraciados em torno do conceito obtido por ocasião da visita dos avaliadores do MEC. Neste sentido a publicidade relata:

Curso superior em Administração do Campus Araçuaí recebe nota 4 do MEC

Publicado: Sexta, 05 de Maio de 2017, 17h01 | Última atualização em Sexta, 05 de Maio de 2017, 17h31

Os acadêmicos do curso em Administração do IFNMG-Campus Araçuaí podem comemorar. Numa escala de 1 a 5, o curso, obteve nota 4 do MEC. Entre os critérios analisados, estão: organização didático-pedagógica, infraestrutura, funcionamento dos diversos setores e desempenho dos servidores.

De acordo com a professora Raquel Barreto, que é coordenadora do curso superior em Administração do IFNMG-Campus Araçuaí, o resultado reflete a história de construção do Campus e o empenho de cada servidor que contribui para a consolidação do curso. “Estamos muito felizes pela avaliação tão significativa de um curso ainda jovem. Essa nota é de todos nós”, destaca a coordenadora.

O curso foi aberto no final do ano de 2012. A primeira turma começou em 2013 e se formou no início deste ano de 2017.

Satisfação

A aluna Maria D’Ajuda Vieira Alves, do 5º período, considera a nota uma conquista mais que justa. “A nota é um reconhecimento de um trabalho em conjunto e contínuo, que começou antes mesmo da implantação do Campus na cidade. Com o Instituto, muitos estudantes que não teriam condições de morar fora para estudar, pagar uma moradia, custear a alimentação encontraram no IFNMG a oportunidade de se formar com qualidade. O nosso curso de Administração não deixa nada a desejar em relação a cursos oferecidos em grandes cidades. Trata-se de um curso que atende às expectativas de quem procura um bom curso”, defende a acadêmica.

Raquel Barreto afirma que o curso se destaca pela sua preocupação com a sólida formação acadêmica dos alunos, o que culmina, por exemplo, na participação e premiação de trabalhos apresentados em eventos acadêmicos.

³² Raquel de Oliveira Barreto Doutora em Administração pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (CEPEAD) da UFMG. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é pesquisadora do NEOS – Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade [...]. Tem experiência na condução e execução de projetos de consultoria, minicursos e palestras sobre as temáticas elencadas. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6794282814637656>>

³³ Bruno Pellizzaro Dias Afonso é professor de administração do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG, CAMPUS São João Evangelista. Também está como coordenador do Curso de Bacharelado em Administração. Possui doutorado em administração pela Universidade FUMEC (2014), [...]. Foi sócio em empresas[...]e Pequenas Empresas; Gestão Pública, Gerenciamento de Projetos, Gestão de Pessoas e Liderança. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7688822681993157>>

“Trabalhamos para articular o tripé do ensino, pesquisa e extensão, buscando também a aproximação com o empresariado local e com a comunidade araçuaiense de uma forma geral. A qualificação dos docentes e a qualidade do acervo bibliográfico estão entre os principais pontos de destaque da avaliação”, informa a coordenadora.

Falando no corpo docente, o professor da área de Administração Bruno Pellizzaro resume o sentimento em relação à nota: satisfação. “Nós, como professores, estamos satisfeitos com essa nota. Além disso, podemos experimentar a sensação de dever cumprido, aliada à sensação de que a gente pode mais, pelo campus, pelo curso e pelos nossos alunos”, afirma (IFNMG, 2017).

A partir da nota de curso expedida pela comissão de avaliação instituída, o corpo docente ficou extasiado, em razão do pouco tempo da criação da instituição educativa e do curso Bacharelado em Administração. À época, essa avaliação poderia abranger também, além do espaço educativo, a compatibilidade do curso com a realidade da região, os procedimentos da instituição, as relações sociais travadas neste lugar, as atividades econômicas e culturais que se processam, ou seja, as diferenças sociais expostas.

É fundamental que a instituição reflita suas metodologias pedagógicas, institucionais e suas práticas de ensino utilizadas, tendo em vista que, até o ano de 2017, dos 240 ingressantes do curso, não ter conseguido reter 33,01% acadêmicos em seus quadros discentes. Imprescindível salientar que os dados levantados nesta pesquisa não possuem caráter meramente descritivo. O importante é entender que não, além de pensar em movimentos que atraiam nova clientela, os acadêmicos que procuram o IFNMG – *Campus Araçuai* devem se sentir incluídos. É necessário e urgente implementar ações que oportunizem e garantam a permanência de todos, com olhos voltados, especialmente, ao acolhimento dos desafios regionais e da melhora na eficiência e eficácia da gestão pública.

Com base no PPC, a proposta do IFNMG – *Campus Araçuai* é formar acadêmicos em administração com perfil de gestor estratégico, comprometidos com a busca contínua por boas práticas em gestão. Neste sentido, a instituição deveria estar também comprometida com a busca contínua da clientela que almeja formar no curso Bacharelado em Administração, ou incorrerá em índices de evasão cada vez mais elevados.

Outro fato a ser considerado, decorre do Regulamento dos Cursos de Graduação, datado de 2013 e vigente até 2017. Em determinado artigo, era autorizado ao Núcleo de Registros Acadêmicos que realizasse, juntamente à solenidade de colação de grau oficial, a cerimônia de colação de grau simbólica. Isto possibilitou que acadêmicos retidos em vários conteúdos da matriz curricular, pudessem colar grau simbólico no evento solene de conclusão

de curso, propiciando aos presentes da comunidade escolar de Araçuaí e região, uma falsa impressão dos acadêmicos concluintes. Os termos desse direito eram:

Seção III

Da colação de grau simbólica

Art. 193 Poderá colar grau simbolicamente, mediante autorização do Diretor Geral, o acadêmico que integrou a turma à qual é destinado à colação de grau.

Parágrafo único – Para colar grau simbolicamente, o acadêmico deverá assinar Termo de Compromisso no qual declare estar ciente:

I- de que não colará grau;

II- das pendências acadêmicas a serem cumpridas para que se efetive a sua colação de grau em um momento posterior.

Art. 194 Os nomes dos acadêmicos que colam grau simbolicamente serão chamados à parte, antes ou após os concluintes; não receberão o grau, e não será permitida sua assinatura na ata de colação de grau.

Art. 195 Ao acadêmico que cola grau simbolicamente não será conferido o título nem entregue o diploma e histórico escolar final (REGULAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO IFNMG, IFNMG, 2013, p. 35 a 36, **grifo nosso**).

Percebeu-se que com essa abertura, alguns alunos estavam retidos em disciplinas isoladas da matriz curricular prevista pelo PPC de BCAD. A situação chegou a preocupar a instituição que, durante a revisão do Regulamento, em abril de 2017, aboliu este direito acadêmico.

O que se conclui é que, anteriormente, não havia inquietude por parte do acadêmico, como agora na vigência do novo Regulamento, em integralizar o curso, por haver possibilidades legais asseguradas por este instrumento para colação simbólica de grau.

CAPÍTULO XIII

Da colação de grau

Art. 234 Colação de grau é a solenidade formal e ritual de conferência de grau acadêmico ao concluinte do curso de graduação oferecido pela instituição.

Art. 235 Somente poderão participar da solenidade de colação de grau os discentes que tenham integralizado o currículo do curso, conforme previsto no PPC; não possuir pendência com algum setor da instituição e estejam em condição regular em relação ao Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), conforme legislação vigente.

Parágrafo único. Por integralização curricular do curso, entende-se a conclusão, com aprovação de componentes curriculares estabelecidos pelo PPC, a exemplo das disciplinas obrigatórias e optativas, AC, TCC e estágio curricular supervisionado. (REGULAMENTO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DO IFNMG, IFNMG, 2017, p. 50, **grifo nosso**).

Por derradeiro, constata-se, através dos dados divulgados pelo INEP em 2017, referentes ao Censo do Ensino Superior 2016, ano de integralização do curso BCAD do

IFNMG – *Campus* Araçuaí, que a referida formação, no Brasil, apresentou-se entre os dez maiores de curso graduação em número de matrículas e concluintes, no período compreendido entre 2009 a 2016.

A seguir, na Tabela 14 e na Tabela 15, os dados coletados pelo supramencionado censo:

Tabela 14 – Maiores cursos de graduação em número de matrículas, de ingressantes e de concluintes – Brasil – 2009-2016

PRINCIPAIS RESULTADOS - CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Tabela 2.05 – Os 10 maiores Cursos de Graduação em Relação ao Número de Matrículas, de Ingressantes e de Concluintes (Nome OCDE) – Brasil – 2009-2016

Ano	Posição	Matrículas				Ingressantes				Concluintes			
		Nome OCDE	Número	%	% Acumulado	Nome OCDE	Número	%	% Acumulado	Nome OCDE	Número	%	% Acumulado
2009	1	Administração	710.778	11,8	11,8	Administração	257.838	12,3	12,3	Pedagogia	104.711	10,8	10,9
	2	Direito	661.730	10,8	22,9	Direito	188.986	8,1	21,6	Direito	87.523	8,1	20,0
	3	Pedagogia	513.006	8,8	31,5	Pedagogia	175.326	8,5	35,1	Administração	87.080	8,1	28,1
	4	Ciências contábeis	275.142	3,9	35,4	Ciências contábeis	83.990	4,1	34,2	Enfermagem	38.994	4,2	33,3
	5	Enfermagem	220.854	3,9	39,3	Enfermagem	73.485	3,8	37,7	Ciências contábeis	34.957	3,8	36,9
	6	Serviço social	130.179	2,2	41,5	Gestão de pessoal / recursos humanos	40.820	2,3	43,0	Formação de professor de educação básica	33.396	2,1	39,0
	7	Fisioterapia	98.290	1,7	43,2	Serviço social	44.989	2,2	42,2	Fisioterapia	17.680	1,8	40,9
	8	Medicina	86.544	1,6	44,8	Sistemas de informação	36.292	1,8	43,9	Gestão de pessoal / recursos humanos	17.309	1,8	42,7
	9	Formação de professor de educação básica	91.480	1,5	46,5	Gestão logística	32.481	1,6	45,5	Competências gerenciais	16.922	1,8	44,4
	10	Sistemas de informação	89.670	1,5	47,8	Engenharia civil	30.383	1,5	47,0	Formação de professor de língua	15.522	1,6	46,0
2010	1	Administração	833.878	13,1	13,1	Administração	284.123	12,1	12,1	Administração	121.100	12,4	12,4
	2	Direito	694.548	10,9	24,0	Direito	197.188	9,0	21,1	Pedagogia	107.808	11,1	23,5
	3	Pedagogia	570.829	8,9	32,9	Pedagogia	198.038	9,0	30,1	Direito	91.035	9,3	32,9
	4	Ciências contábeis	265.164	4,2	37,1	Ciências contábeis	90.727	4,2	34,3	Enfermagem	42.923	4,4	37,3
	5	Enfermagem	245.092	3,8	40,9	Enfermagem	71.054	3,3	37,0	Ciências contábeis	37.034	3,8	41,1
	6	Serviço social	142.198	2,2	43,2	Gestão de pessoal / recursos humanos	58.544	2,7	43,2	Formação de professor de educação básica	23.379	2,4	43,5
	7	Psicologia	126.420	2,1	45,3	Serviço social	52.371	2,4	42,8	Gestão de pessoal / recursos humanos	22.007	2,4	45,8
	8	Formação de professor de educação básica	128.227	2,0	47,3	Psicologia	42.830	2,0	44,6	Serviço social	20.717	2,1	46,0
	9	Gestão de pessoal / recursos humanos	105.113	1,6	48,8	Engenharia civil	42.434	1,9	46,3	Competências gerenciais	18.424	1,9	49,9
	10	Medicina	103.312	1,6	50,5	Formação de professor de educação básica	40.958	1,9	46,4	Psicologia	18.311	1,9	51,7
2011	1	Administração	943.197	12,8	12,8	Administração	275.825	11,7	11,7	Administração	128.208	12,4	12,4
	2	Direito	723.044	10,7	23,2	Pedagogia	207.273	8,8	20,8	Pedagogia	118.841	11,8	24,2
	3	Pedagogia	586.851	8,7	31,9	Direito	188.841	8,5	28,0	Direito	95.058	8,3	33,8
	4	Ciências contábeis	288.798	4,3	36,2	Ciências contábeis	101.887	4,3	33,4	Enfermagem	47.114	4,6	38,2
	5	Enfermagem	244.248	3,6	39,8	Gestão de pessoal / recursos humanos	71.284	3,0	36,4	Ciências contábeis	38.284	3,8	42,0
	6	Serviço social	152.869	2,3	42,1	Enfermagem	70.175	3,0	36,4	Gestão de pessoal / recursos humanos	25.071	2,5	44,4
	7	Psicologia	147.518	2,2	44,3	Engenharia civil	67.844	2,9	42,3	Formação de professor de educação básica	22.958	2,3	46,7
	8	Engenharia civil	144.848	2,1	46,5	Serviço social	62.264	2,1	44,4	Psicologia	19.944	2,0	48,7
	9	Ciência da computação	130.256	1,9	48,4	Empreendedorismo	49.390	2,1	46,5	Empreendedorismo	19.887	2,0	50,8
	10	Gestão de pessoal / recursos humanos	128.811	1,9	50,3	Psicologia	46.855	2,0	46,5	Farmácia	18.750	1,8	52,5
2012	1	Administração	833.042	11,8	11,8	Administração	316.541	11,5	11,5	Administração	134.027	12,8	12,8
	2	Direito	737.071	10,5	22,3	Direito	217.770	8,3	19,8	Pedagogia	112.137	10,7	23,4
	3	Pedagogia	603.968	8,8	30,9	Pedagogia	210.228	8,0	27,9	Direito	87.826	8,3	30,8
	4	Ciências contábeis	313.174	4,4	35,3	Ciências contábeis	127.842	4,7	32,5	Enfermagem	48.888	4,4	37,2
	5	Enfermagem	234.714	3,3	38,7	Gestão de pessoal / recursos humanos	97.250	3,5	38,0	Ciências contábeis	41.704	4,0	41,2
	6	Engenharia civil	188.328	2,8	41,5	Engenharia civil	65.282	2,5	39,5	Gestão de pessoal / recursos humanos	33.521	3,2	44,4
	7	Serviço social	172.879	2,5	43,9	Enfermagem	76.381	2,8	42,3	Serviço social	27.874	2,8	47,0
	8	Psicologia	162.280	2,3	46,2	Serviço social	61.185	2,2	44,5	Formação de professor de educação básica	22.109	2,1	48,1
	9	Gestão de pessoal / recursos humanos	167.753	2,2	48,5	Psicologia	60.839	2,2	48,7	Empreendedorismo	21.046	2,0	51,1
	10	Engenharia de produção	129.022	1,8	50,3	Empreendedorismo	60.284	2,2	48,9	Gestão logística	19.808	1,9	53,0



Tabela 2.5

Fonte: CENSUP INEP, 2016, p. 12. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_d_a_educacao_superior_2016.pdf

Tabela 15 – Maiores cursos de graduação em número de matrículas, de ingressantes e de concluintes – Brasil – 2009-2016

PRINCIPAIS RESULTADOS - CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Tabela 2.05 – Os 10 maiores Cursos de Graduação em Relação ao Número de Matrículas, de Ingressantes e de Concluintes (Nome OCDE) – Brasil – 2009-2016

Ano	Posição	Matrículas			Ingressantes			Concluintes		
		Nome OCDE	Número	% Acumulado	Nome OCDE	Número	% Acumulado	Nome OCDE	Número	% Acumulado
2013	1	Administração	800.114	11,0	Administração	286.159	10,4	Administração	116.188	11,7
	2	Direito	769.889	10,5	Direito	237.532	8,7	Pedagogia	96.011	9,7
	3	Pedagogia	614.835	8,4	Pedagogia	216.553	7,9	Direito	95.118	9,6
	4	Ciências contábeis	328.031	4,5	Ciências contábeis	124.502	4,5	Ciências contábeis	41.929	4,2
	5	Engenharia civil	257.268	3,5	Engenharia civil	111.275	4,1	Gestão de pessoal / recursos humanos	39.708	4,0
	6	Enfermagem	228.515	3,1	Gestão de pessoal / recursos humanos	95.797	3,5	Enfermagem	32.229	3,3
	7	Psicologia	179.802	2,5	Enfermagem	78.895	2,9	Serviço social	28.734	2,9
	8	Serviço social	173.758	2,4	Psicologia	66.811	2,4	Empreendedorismo	22.379	2,3
	9	Gestão de pessoal / recursos humanos	172.083	2,4	Serviço social	61.275	2,2	Gestão logística	21.162	2,1
	10	Engenharia de produção	144.127	2,0	Engenharia de produção	58.710	2,1	Psicologia	20.005	2,0
2014	1	Direito	813.454	10,4	Administração	302.230	9,7	Administração	112.185	10,9
	2	Administração	801.936	10,2	Direito	258.867	8,3	Pedagogia	105.982	10,3
	3	Pedagogia	652.762	8,3	Pedagogia	246.215	7,9	Direito	95.701	9,3
	4	Ciências contábeis	353.597	4,5	Ciências contábeis	137.409	4,4	Ciências contábeis	45.485	4,4
	5	Engenharia civil	317.153	4,1	Engenharia civil	131.300	4,2	Gestão de pessoal / recursos humanos	41.091	4,0
	6	Enfermagem	249.527	3,2	Gestão de pessoal / recursos humanos	111.100	3,6	Enfermagem	29.819	2,9
	7	Psicologia	207.070	2,6	Enfermagem	92.410	3,0	Serviço social	25.472	2,5
	8	Gestão de pessoal / recursos humanos	182.816	2,3	Psicologia	80.715	2,6	Empreendedorismo	23.865	2,3
	9	Serviço social	180.379	2,3	Formação de professor de educação física	79.386	2,6	Psicologia	20.683	2,0
	10	Engenharia de produção	162.075	2,1	Serviço social	67.222	2,2	Gestão logística	19.627	1,9
2015	1	Direito	853.211	10,6	Administração	287.013	9,1	Administração	124.986	10,9
	2	Administração	796.859	9,8	Direito	258.143	8,8	Pedagogia	122.835	10,7
	3	Pedagogia	655.813	8,2	Pedagogia	226.847	7,8	Direito	105.324	9,2
	4	Ciências contábeis	358.452	4,5	Ciências contábeis	129.509	4,4	Ciências contábeis	54.789	4,8
	5	Engenharia civil	355.998	4,4	Engenharia civil	125.179	4,3	Gestão de pessoal / recursos humanos	49.444	4,3
	6	Enfermagem	281.215	3,3	Gestão de pessoal / recursos humanos	92.508	3,2	Enfermagem	34.799	3,0
	7	Psicologia	223.490	2,8	Enfermagem	87.348	3,0	Serviço social	30.387	2,6
	8	Gestão de pessoal / recursos humanos	177.823	2,2	Psicologia	74.650	2,6	Engenharia civil	25.298	2,2
	9	Serviço social	172.569	2,1	Formação de professor de educação física	74.532	2,6	Empreendedorismo	25.113	2,2
	10	Engenharia de produção	170.587	2,1	Engenharia de produção	65.958	2,1	Gestão logística	24.018	2,1
2016	1	Direito	862.324	11,0	Pedagogia	263.700	8,5	Pedagogia	125.099	12,2
	2	Administração	710.984	9,1	Administração	262.074	8,4	Administração	118.304	11,5
	3	Pedagogia	679.286	8,7	Direito	255.128	8,2	Direito	107.909	10,5
	4	Engenharia civil	380.445	4,8	Ciências contábeis	137.882	4,4	Ciências contábeis	55.302	5,4
	5	Ciências contábeis	355.425	4,5	Engenharia civil	108.001	3,5	Gestão de pessoal / recursos humanos	44.848	4,4
	6	Enfermagem	273.444	3,5	Enfermagem	98.617	3,2	Engenharia civil	35.380	3,4
	7	Psicologia	235.594	3,0	Gestão de pessoal / recursos humanos	92.168	3,0	Enfermagem	35.195	3,4
	8	Formação de professor de educação física	185.554	2,4	Formação de professor de educação física	89.480	2,9	Serviço social	29.403	2,9
	9	Arquitetura e urbanismo	167.271	2,1	Psicologia	76.283	2,5	Psicologia	26.344	2,6
	10	Engenharia de produção	165.677	2,1	Serviço social	60.901	2,0	Formação de professor de educação física	22.333	2,2

Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deest



Tabela 2.5

Fonte: CENSUP INEP, 2016, p. 13. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf

No entanto, infere-se que, em nível nacional, o padrão de excelência publicado nos sítios governamentais, em referência aos índices de conclusão do curso BCAD, não foi o mesmo percebido no IFNMG – *Campus Araçuaí*. Enquanto o curso, no *ranking* dos concluintes em nível nacional, a exceção dos anos de 2009 e 2016, ocupava as primeiras posições, o do *Campus Araçuaí*, por ocasião da primeira colação de grau oficial, o percentual de concluintes com relação ao número de ingressantes, equivalia somente 15,90%. Os outros 84,10% de acadêmicos restantes ainda não estavam aptos a concluir o grau na primeira data prevista pelo IFNMG – *Campus Araçuaí*, 10 de março de 2017, já haviam desistido do curso.

Em suma, atribui-se a este fato as condições de vulnerabilidade, tanto da microrregião de Araçuaí, como dos acadêmicos, relatadas em formulário socioeconômico. Contribuem para a não conclusão do curso a formalização da desistência e/ou trancamento de semestre, as retenções em disciplinas, e inúmeras outras concernentes a causas individuais, acadêmicas e institucionais.

2.2.3 Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

O curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS) quando de sua criação em 2016, de acordo com seu PPC, objetivava a formação de tecnólogos que soubessem fazer uso dos conhecimentos científicos e tecnológicos para atendimento de demandas e necessidades regionais, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico, ambiental, econômico e social. Sua construção cumpriu o que determinava a legislação, a saber: Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN); Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008; Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004; Resolução Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno (CNE/CP) nº 3, de 18 de dezembro de 2002; e Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Segundo o PPC, houve a busca incessante de atendimentos às pretensões da comunidade, que se apresentou com novos arranjos sociais, comunicacionais e ou/tratativas de informações, pleiteando assim profissionais com padrões científicos e técnicos diferenciados dos que o mercado de trabalho da região ofertava no período de criação do curso supracitado. O Catálogo Nacional de Cursos de Tecnologia estabelece:

O tecnólogo em análise e desenvolvimentos de sistemas analisa, projeta, documenta, especifica, testa, implanta e mantém sistemas computacionais de informação. Este profissional trabalha, também, com ferramentas computacionais, equipamentos de informática e metodologia de projetos na produção de sistemas. Raciocínio lógico, emprego de linguagens de

programação e de metodologias de construção de projetos, preocupação com a qualidade, usabilidade, robustez, integridade e segurança de programas computacionais são fundamentais à atuação deste profissional. (CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES EM TECNOLOGIA, 2010, p. 50).

Nessa ótica, O IFNMG – *Campus Araçuaí*, ao propor a criação de mais um curso, em 2015, com o ingresso da primeira turma no primeiro semestre de 2016, reafirmou seu compromisso no fortalecimento da região, à medida em que propiciou condições para formar profissionais com competência técnica e científica na elaboração e execução de projetos em diversos âmbitos. Estariam aptos, também, a realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Foram ofertadas quarenta vagas anuais, conforme Tabela 16, sendo vinte preenchidas por aprovados no vestibular da própria instituição, e o restante por aprovados no SISU. Além disso, em cada processo, 50% das vagas foi destinada a atender o preceituado na Lei de Cotas anteriormente citada.

Tabela 16 – Quantidade de vagas ofertadas, candidatos inscritos, classificados, em lista de espera e eliminados no processo seletivo (Vestibular) do curso superior Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – IFNMG – *Campus Araçuaí* no período 2016/2018.

Anos:	Vagas ofertadas	Candidatos Classificadas	Candidatos na Lista de Espera	*Candidatos eliminados.	Total de Inscritos
2016	**20	20	24	41	85
2017	**20	20	31	12	63
2018	**20	20	33	24	74
Total Geral:	60	60			

*Eliminação por não possuir pontuação suficiente e ou não comparecimento na data prevista para a prova presencial.

**Em função da Lei 12.711(50% oferecido através do SISU).

Fonte: Elaborada pela autora com base no Resultado Final do Vestibular IFNMG, BRASIL, 2011/2018.

Ainda analisando a Tabela 16, é possível observar que o número de inscritos na primeira edição do vestibular do IFNMG – *Campus Araçuaí* para o referido curso era de 85 candidatos. Desde então o total de candidatos inscritos nos vestibulares decresceu, apesar de ter apresentado um leve crescimento no número de candidatos na lista de espera. O montante de 24, em 2016, elevou-se, em 2017 e 2018, respectivamente, para 31 e 33 candidatos. Apesar de serem tendência e estarem muito agregados à oferta de emprego no mercado de trabalho, entre 2015 e 2016, os cursos tecnológicos tiveram diminuição no número de matrículas, tanto nos cursos à distancia, quanto nos presenciais, segundo apuração do Censo da Educação

Superior, realizado pelo INEP. Destaca-se que a duração prevista da formação é de três anos, tendo a primeira turma do curso TADS do IFNMG – *Campus Araçuaí* completado sua formação no segundo semestre de 2018.

De acordo com o PPC, ao concluir o ciclo de integralização das turmas ofertadas, o *Campus Araçuaí* programou-se para iniciar o cumprimento de sua missão de formar tecnólogos em nível superior em análise e desenvolvimento de sistemas, competentes e críticos para atuarem no mercado de trabalho.

Importante salientar que do total de 82 acadêmicos ingressantes da primeira e segunda turmas, em 2016 e 2017, respectivamente, de acordo com dados do Núcleo de Registros Acadêmicos, 53,66% já estão com o *status* de abandono/desligado³⁴ do curso. O índice ultrapassa o valor de referência considerado aceitável pelo MEC que, de acordo com a Comissão Especial para Estudo da Evasão, Retenção e Diplomação no Ensino Superior (*apud* Amorim, 2016) considerou como critério para realizar as análises dos dados relativos à evasão um índice equivalente a 20% de abandono em relação ao número de ingressantes.

Identificou-se, por meio das metas do PDI vigente no período de 2014 a 2018, que o IFNMG, em consonância com a missão institucional, estava preocupado em reduzir o quadro de evasão apresentado acima para melhor atendimento de seu papel no contexto regional em que está inserido. Todavia, diante dos índices apresentados, pode estar encontrando dificuldades para sanar a questão ora revelada. Trabalha-se com a hipótese de que o aumento das taxas de evasão tenha relação com a primeira versão da matriz que aportou disciplinas com pré-requisitos, impedindo que muitos alunos com dificuldade de aprendizagem prosseguissem para o semestre seguinte.

2.2.4 *Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental*

O curso Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental (BCEG) foi implantado em 2018, tendo sido autorizado pela Resolução CONSUP nº 45, de 13 de setembro de 2017, substituindo o curso Tecnologia em Gestão Ambiental. O tempo para integralização do curso será de, no mínimo, cinco anos e, no máximo, sete anos e meio. O profissional formado bacharel terá duas habilitações ao longo do ciclo – agrícola e ambiental – e uma sólida base

³⁴ De acordo com o manual do SisTEC sistema instituído e implantado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2009 (Resolução CNE/CEB N. 3/2009), por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) são usados nas instituições de ensino ofertantes de educação profissional e tecnológicos 02 status para informar situação final dos acadêmicos nos cursos de graduação de qualificação profissional são eles: 1 Abandono - Quando não houver mais possibilidade do acadêmico retornar (evasão) e 2 – Desligamento – Quando o acadêmico solicita formalmente o cancelamento da matrícula.

científica e tecnológica, com capacidade crítica e criativa de forma que possa atuar na região em que se insere, mesmo com os problemas da agropecuária e os alusivos do semiárido e cerrado brasileiro. Nos termos do PPC, a formação desse profissional o capacitará com um forte embasamento em diversas ramificações da engenharia, possibilitando que aplique seus conhecimentos na busca de soluções às atividades agrícolas, em diversos aspectos, às suas necessidades e, conseqüentemente, ao seu desenvolvimento.

O perfil do egresso será:

Estudar a viabilidade técnica e econômica, planejar, projetar, especificar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente; realizar assistência, assessoria e consultoria; Dirigir empresas, executar e fiscalizar serviços técnicos correlatos; Realizar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e pareceres técnicos; Desempenhar cargo e função técnica; Promover a padronização, mensuração e controle de qualidade; Atuar em atividades docentes no ensino técnico profissional, ensino superior, pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão; Conhecer e compreender os fatores de produção e combiná-los com eficiência técnica e econômica; Aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos; Conceber, projetar e analisar sistemas, produtos e processos; Identificar problemas e propor soluções; Desenvolver, e utilizar novas tecnologias; Gerenciar, operar e manter sistemas e processos; Comunicar-se eficientemente nas formas escrita, oral e gráfica; Atuar em equipes multidisciplinares; Avaliar o impacto das atividades profissionais nos contextos social, ambiental e econômico; Conhecer e atuar em mercados do complexo agroindustrial e de agronegócio; Compreender e atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário; Atuar com espírito empreendedor; Conhecer, interagir e influenciar nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais. (PPC – BCEG – IFNMG CAMPUS ARAÇUAÍ, 2017).

O curso foi apresentado à comunidade no dia 30 de janeiro de 2017, pelo Diretor Geral do *Campus* Aécio Miranda de Oliveira. Além dos servidores docentes e técnicos administrativos, contou com participações importantes do Pró-Reitor de Ensino do IFNMG, Professor Ricardo Cardoso, da Vice-Prefeita de Araçuaí, Doutora Rita Capdeville, representando o Prefeito Municipal, e representantes de diversas organizações civis e do poder público de Araçuaí e do Vale do Jequitinhonha.

Segundo o site institucional³⁵ o professor Ricardo Cardoso parabenizou a iniciativa e ressaltou a importância da discussão na comunidade de Araçuaí e do Vale do Jequitinhonha na abertura de novos cursos. Ele foi categórico ao salientar a importância do caráter dialógico e democrático de envolver os agentes de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha no

³⁵ Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/noticias-ara/noticias-2016/14498-campus-aracuai-do-ifnmg-apresenta-a-comunidade-a-proposta-de-abertura-de-novos-cursos>

debate. Ainda, completou afirmando com o quanto o desenvolvimento do IFNMG deve estar vinculado aos anseios do povo da região.

O que pareceu bem “anormal”, a comparar com a criação dos outros três cursos citados anteriormente, foi o reconhecimento, por parte dos gestores, da participação da comunidade em todos os processos estabelecidos.

Diferente de todos os outros cursos superiores já ofertados no *Campus Araçuaí*, o BCEG é ofertado nos períodos diurno/vespertino, procurando atender um público bem mais jovem e que ainda não tem nenhuma colocação formal no mercado de trabalho. Salienta-se que os cursos superiores de graduação, até então, eram ofertados no período noturno, atendendo a um público adulto diferenciado, que trabalha no período diurno e estuda no período noturno. Com a implantação deste curso, o *Campus Araçuaí* novamente atende as instruções da Controladoria da União no Estado de Minas Gerais 201700877/12, que versam a instituição de cursos relevantes à demanda da sociedade, à missão da instituição e à viabilidade educacional e institucional.

Baseado no documento Plano de Permanência e Êxito do IFNMG – *Campus Araçuaí*, verificou-se a necessidade de rever ou aplicar algumas metodologias para que se alcancem os objetivos pretendidos. Verificou-se, através do Edital de Vagas Remanescentes 24/2018 - IFNMG – *Campus Araçuaí* para o segundo semestre de 2018, que a oferta de vagas para todos os cursos foi bastante significativa, sendo que o curso BCEGB já possuía oito vagas ociosas, que foram colocadas em disponibilidade. Ao mesmo tempo, a ocorrência de 20% de discentes desistentes logo no primeiro semestre letivo do curso apresentou-se como motivo para posterior análise.

Como a presente pesquisa foi realizada no espaço temporal compreendido entre os anos 2011 e 2017, este curso não foi investigado e, conseqüentemente, não houve nenhuma apuração de outros dados concernentes à evasão, senão os expostos acima.

2.3 Evasão IFNMG e no *Campus Araçuaí* e a criação do Plano de Permanência e Êxito

A expansão das unidades de ensino da rede federal implicou, por um lado, no crescimento do país, com exigência de mão de obra qualificada, e por outro, a oportunidade de convergência espacial, com políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento regional. Simultaneamente a isto, identificou-se a interiorização das escolas técnicas, reinstitucionalizadas em institutos federais, o que representou a sustentação, ou seja, o desenvolvimento das microrregiões que, nesta análise, obteve foi aquém do esperado.

Nesta fase de expansão verificou-se que, de um total de 140 em 2003, o número de escolas chegou a 562 unidades, em 2014. A fase de expansão I, compreendida entre 2003 e 2010, ano da criação do IFNMG, teve como critérios de escolha:

a) Proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados em níveis local e regional; b) Importância do município para a microrregião da qual faz parte; c) Valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico; d) Existência de potenciais parcerias para a implantação da futura unidade; e) Atender a pelo menos uma das três seguintes diretrizes: e.1) estar localizada em uma Unidade da Federação que ainda não possui instituições federais de educação profissional e tecnológica instaladas em seu território; e.2) estar localizada em alguma das regiões mais distantes dos principais centros de formação de mão de obra especializada; e.3) nos casos em que o município selecionado pertencer a uma região metropolitana, a escola deverá estar situada nas áreas de periferia.(TCU, 2011).

Porém, concluída as fases de expansão I (2003 a 2010), II (2011/2012) e III (2013/2014) de expansão, a evasão discente, desde 2012, demonstrou ser obstáculo que abarca diferentes modalidades de ensino nos institutos federais, objeto do Relatório de Auditoria Operacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Tribunal de Contas da União (TCU) nº026062/2011-09, de 2012.

Segundo este documento, havia impossibilidade de muitos alunos concluírem seus respectivos cursos, sendo necessário o acompanhamento articulado de indicadores de evasão, retenção e conclusão. Outro dado importante a ser mencionado é que, desde este período, a rede federal tecnológica apresentava a menor taxa de conclusão nos cursos de bacharelado (27%) e licenciatura (25%). Houve também, nesta mesma análise, taxa de retenção superior a um ano, para cursos como Licenciatura, Bacharelado e Tecnólogo de 43%, 44% e 37%, respectivamente. Ainda, de acordo com o Relatório (TCU, 2012, p. 12), “o grande número de alunos em curso sugere que devem ser analisados os padrões de retenção ou atraso estudantil vivenciado pelos alunos. A premissa é que alunos com maior nível de atraso são mais propensos a evadir”.

Novamente, em 2014, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), desenvolveu as sete dimensões que abarcavam o entendimento dos fenômenos da evasão e retenção em um plano de ação, desenvolvido a partir do Acórdão nº 506, de 2013, do TCU, que recomendava a adoção de diversas medidas para o combate da evasão. Por meio da Portaria SETEC nº 39, de 22 de dezembro de 2013, foram apresentadas orientações que deveriam ser seguidas por todas as instituições públicas da rede federal de ensino.

Como o problema persistiu, em 2015, através da Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, endereçada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, esta secretaria orientou as instituições a construírem planos estratégicos institucionais para a permanência e êxito dos estudantes. Tais planos deveriam contemplar um diagnóstico que evidenciasse as causas de evasão e retenção, não se abstendo de incluir políticas, ações administrativas e pedagógicas que ampliassem as possibilidades de permanência e êxito no processo educacional na Rede Federal, respeitando, é claro, as especificidades de cada região abrangida.

Assim, o SETEC/MEC, por meio deste ato, percebeu a urgência em definir políticas institucionais e implementação de planos que promovessem a inclusão de um público em sua maior parte “socioeconomicamente vulnerável e egresso de sistemas públicos de ensino em regiões com baixo índice de desenvolvimento educacional” (SETEC/MEC, 2015). Importante salientar que, para assegurar que esta orientação se consolidasse, seria primordial o diagnóstico que compreendesse diversas etapas: conhecimento do tema e avaliação de fatores complexos que implicassem na aprendizagem dos estudantes, correlacionados com o êxito ou a desistência do curso. Outro aspecto a considerar seria a compreensão da evasão e a identificação de suas causas, para que fossem adotadas as medidas pedagógicas e institucionais cabíveis para saná-las. Em síntese, esta secretaria orientava a elaboração e desenvolvimento de um plano estratégico com metas e ações alinhadas ao PDI. Tudo isso deveria ser publicado no relatório anual de gestão institucional. A metodologia para subsidiar este trabalho seria:

Fase 1: Instituição de comissão interna - Cada instituição deve constituir uma comissão interna geral composta por gestores de ensino e de assistência estudantil, coordenadores de curso, professores e equipe técnico-pedagógica, dentre outros profissionais. Essa comissão terá como objetivo coordenar e sistematizar a elaboração do plano estratégico institucional em colaboração com o campus.

Fase 2: Elaboração de diagnóstico quantitativo - A comissão deverá realizar o levantamento dos dados do SISTEC e/ou do sistema institucional de gestão acadêmica para a identificação das taxas de evasão, retenção e de conclusão de cada curso.

Fase 3: Elaboração de diagnóstico qualitativo - De posse dos dados quantitativos, deverá ser realizado o diagnóstico qualitativo, por campus e por curso, mediante inserção contributiva que oportunize a participação e o comprometimento de todos os segmentos da instituição na identificação das causas principais de evasão e de retenção e na proposição de medidas para superá-las. As instituições definirão a melhor forma de condução e organização dessa etapa, podendo haver subcomissões nos campi para auxiliar os trabalhos da comissão interna geral. É importante que cada instituição elabore um instrumento para coleta e registro das informações que deverá ser utilizado por todos os campi, facilitando a sistematização

final das informações. Essa fase, além de fornecer informações importantes para a elaboração do plano estratégico de intervenção e monitoramento, possibilita a participação e a reflexão da comunidade escolar sobre a problemática da evasão e da retenção e sobre o comprometimento de todos nesse processo.

Ao final, os resultados dos diagnósticos assim como as propostas de intervenção devem ser sistematizados e entregues à comissão interna geral da instituição.

Fase 4: Consolidação do plano estratégico - A partir dos diagnósticos de cada curso, a comissão interna elaborará uma proposta de Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes que deverá ser submetida ao Conselho Superior ou órgão equivalente das instituições.

Fase 5: Monitoramento e Avaliação das Ações - É importante que mecanismos e momentos de monitoramento e avaliação das ações de intervenção implementadas sejam previstos para acompanhamento da execução e análise dos resultados alcançados. O monitoramento e a avaliação deverão ser realizados, no mínimo, anualmente possibilitando a atualização dos indicadores de evasão, retenção e conclusão. O monitoramento deverá observar as alterações dos dados quantitativos dos cursos e o cumprimento dos prazos. A avaliação deverá analisar se as medidas propostas foram desenvolvidas, quais as dificuldades encontradas e se os resultados alcançados impactaram na transformação da situação de evasão e/ou retenção nos cursos e na instituição. A partir dos resultados do monitoramento e da avaliação, poderão ser propostas reformulações ao plano estratégico. (SETEC/MEC, 2015).

Assim como em outras instituições de ensino superior, o IFNMG, diante dos altos índices de evasão de seus cursos e atendendo à exigência do MEC, por ocasião do último encontro de ensino, ocorrido em Januária, MG, em 2017, propôs a elaboração do Plano de Permanência e Êxito do IFNMG.

Em abril de 2018, na cidade de Diamantina, MG, uma das ações anuais da Pró-Reitoria de Ensino foi organizar para um público de diretores e coordenadores de ensino, coordenadores de cursos técnicos e superiores, docentes, representantes do núcleo pedagógico, secretarias escolares e acadêmicas, representantes das bibliotecas dos *campi*, reitoria do IFNMG, representantes do Núcleo de Assuntos Estudantis e Comunitários (NAEC), diretoria de assuntos estudantis e comunitários, e representantes dos discentes, um encontro de ensino com o fito de desenvolver políticas institucionais para construção do Plano de Permanência e Êxito do IFNMG.

No que concerne ao ensino superior, houve debates em torno do currículo, integração e otimização. Foi questionada a composição dos grupos, o que poderia ser melhorado nos cursos de Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado. Dentre as sugestões dos grupos de trabalho, destacou-se as revisões dos PPCs dos cursos do ponto de vista da integração e formação integral, otimizando assim a carga horária, a abordagem da recepção discente para o

primeiro período, a identificação de disciplinas que registrassem o maior índice de retenção, bem como o planejamento de metas para redução, identificação e estímulo para formação de projetos interdisciplinares e integradores, e a atualização de informações no sítio institucional.

Em suma, o encontro intitulado “INTEGRAÇÃO: olhares para a nossa prática numa perspectiva do Plano de Permanência e Êxito” envolveu diversos segmentos de profissionais ligados ao ensino, com o objetivo principal de discutir a evasão e a retenção. O evento propiciou oportunidades de operacionalização e implantação de estratégias para a permanência e êxito e, conseqüentemente, minimização da conjuntura evolutiva da evasão na instituição. Ramos Neto (2019) analisou alguns planos estratégicos de permanência e êxito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a conclusão do autor é que, apesar dos elevados índices de evasão, nenhum plano estratégico de permanência e êxito dos analisados procurou questionar o projeto pedagógico dos institutos federais. Pelo contrário, eles sempre eram “exaltados na literatura pelas inovações” que se propunham. Finalizou dizendo que o plano estratégico do IFNMG pressupunha o currículo como um dos fatores que causavam a evasão discente. Fez-se salutar que fosse desenvolvido um currículo que levasse em conta seu público alvo, suas especificidades e por fim o cenário no qual o sujeito estaria envolto.

Fundamental, portanto, a partir dessas discussões, o surgimento de ações concretas e contínuas entre toda a comunidade acadêmica, fortalecendo o processo de inclusão e viabilizando ações de garantia não só do acesso, como também da permanência com êxito do acadêmico, considerando que o IFNMG – *Campus Araçuaí* acumulava um índice significativo de evasão nos cursos.

Num total de 561 acadêmicos dos cursos Tecnologia em Gestão Ambiental, Bacharelado em Administração e Tecnologia em Gestão Ambiental, o número de evadidos chegava a 240, representando um percentual de 42,78%, ultrapassando o recomendado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão.

Observa-se, a seguir, um resumo descritivo do quantitativo de desistentes, concluintes e em curso, no que tange aos cursos superiores no IFNMG – *Campus Araçuaí*. Para efeito de esclarecimento, foram consideradas todas as desistências ocorridas, de todas as turmas ingressantes, no período entre 2011 a 2017, nos três cursos analisados: Tecnologia em Gestão Ambiental, Bacharelado em Administração e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, até o semestre 2019/01. O somatório de concluintes dos cursos citados foi considerado levando-se em conta todas as turmas que possuíam integralização curricular concluída e data da última colação de grau oficial realizada conforme previsão pela

Diretoria de Ensino do Campus, ou seja, 10 de março de 2019. Logo, o quantitativo designado como em curso, foi determinado pelas matrículas de acadêmicos de todas as turmas já integralizadas e não integralizadas, realizadas para o semestre 2019/01, época em que foram coletados os dados apresentados na Tabela 17 a seguir.

Tabela 17 – Somatório descritivo dos cursos superiores do IFNMG – *Campus* Araçuaí das turmas ingressantes no período 2011 a 2017.

Cursos	Desistentes	Concluintes	Em curso	Total
*TLGA(2011/2017)	127	118	26	270
**BCAD(2013/2017)	69	54	86	209
***TLAS(2016/2017)	44	11	27	82

Cursos Superiores: *Tecnologia em Gestão Ambiental, **Bacharelado em Administração, ***Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Fonte: NÚCLEO REGISTRO ACADÊMICO – IFNMG – *CAMPUS* ARAÇUAÍ – Elaborada pela autora.

Elementar a demonstração da tabela acima, tendo em vista que a Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão (BRASIL, 1996), item que veremos a seguir, preconizou para as instituições federais, um percentual em torno de 20% como meta razoável para a evasão. Nesse escopo, a reflexão em torno dos números evidenciados para o IFNMG – *Campus* Araçuaí faz-se necessária em razão dos níveis bastante elevados de evasão discente.

2.4. Comissão Especial de Estudos Sobre Evasão

A constituição de uma comissão especial e, conseqüentemente, de seminários para estudos da evasão discente nas instituições superiores, surgiu em 1995, do desejo da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação de adotar uma metodologia e conceitos padronizados para mensurar e conceituar a evasão discente, que já assolava as instituições públicas de ensino superior. O seminário realizado colocou em prática discussões concernentes a publicidade de dados estatísticos e do desempenho das instituições federais, acoplado a informações correlatas dos recursos públicos utilizados e dos baixos resultados propagados pela SESu³⁶. À época havia, por parte das instituições, crítica a esse resultado,

³⁶ A Secretaria de Educação Superior (SESu) é órgão do Ministério da Educação que é responsável direta por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação superior. Fica a cargo também desta Instituição, a supervisão, a manutenção e todo o desenvolvimento das instituições públicas federais de ensino superior (IFES) e das particulares ou privadas de ensino superior

fundamentado pela SESu utilizando uma metodologia não adequada para os contextos apresentados. Segundo a secretaria citada, a evasão média nacional para o conjunto das instituições federais de ensino superior 50%, consoante aos inexpressivos índices de diplomação.

A princípio, houve a apresentação de estudos que evidenciavam a evasão discente de três universidades e da Federal de Pernambuco. Não houve consenso sobre os dados apresentados no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, em razão da divergência oriunda da utilização, para o cálculo da média nacional, de uma metodologia que, segundo a Comissão Especial Instituída para Estudos da Evasão, era pactuada em uma metodologia simplista, portanto considerada totalmente inapropriada.

O procedimento utilizado para mensuração da média fundamentava em somente um indicador com relação direta, ou seja, sem qualquer desvio de variáveis, e que, além disso, tomavam por base a totalização de ingressantes nos cursos e total de diplomados. Viu-se que a divergência nos índices apresentados pelo SESu, deviam-se à aplicação de metodologias diversas, inviabilizando assim quaisquer comparações sobre dados de evasão nas instituições superiores. Adachi (2009) diz que a comissão naquela época, concluiu que deveria haver uma semelhança das regras institucionais para o desligamento dos estudantes. A crítica até então existente, dizia respeito à ausência de parâmetros unificados dos quais poderiam valer-se as instituições superiores, e assim pudessem produzir informações uniformes e confiáveis. Para o autor, essa compreensão inviabilizava os estudos se confrontado este tema com outros, em todo o universo de educação superior no País (ADACHI, 2009).

Asseverou-se um trabalho urgente, com a finalidade de avaliar o real desempenho das instituições federais de ensino superior, mediante uso de uma metodologia que mais apropriada e que fosse um instrumento único para mensurar o cálculo dos índices de evasão nas instituições superiores. De acordo com Adachi (2009) esta metodologia estabeleceria a destinação de recursos para as instituições públicas. Destarte, a partir de então, iniciou-se a procura por mais estudos acerca das evidências deste dilema, incidindo-se em um novo campo de pesquisas científicas. Por essa razão constitui-se, por meio da expedição de portarias pela SESu, de 13 e 17 de março de 1995, com publicação no DOU datada, respectivamente, em 18 e 21 de março de 1995, a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão Escolar. Dentre outras competências de definições conceituais e metodológicas, estipularam-se reuniões, a serem

realizadas periodicamente, para avaliar o desenvolvimento de estudos e deliberar ações e metodologias novas que fossem eficazes para realização de seus objetivos específicos.

A comissão, inicialmente constituída por treze professores, incumbidos da elaboração do relatório e conclusão do estudo. Ao longo do período, enfrentou modificações em decorrência de questões relativas a envolvimento pessoal e ou outros compromissos, assumidos por seus membros.

A primeira reunião foi realizada em abril de 1995, e presidida pelo Secretário da Educação Superior do MEC, membros representantes do SESu e das instituições superiores. A preocupação com os altos índices de evasão e retenção nas universidades públicas constituíram a tônica principal da reunião, e foi também o motivo pelo qual a SESu, estipulou para a comissão a redução dos elevados índices verificados, de forma que as instituições obtivessem, em médio prazo, a meta razoável de 20% de evasão. Vale mencionar que, tendo em vista as divergências das taxas de evasão de diversos cursos, verificou-se a urgência dessa comissão em identificar, à época, as causas gerais e específicas motivadoras da evasão, bem como sugestões para minimizá-las, reduzindo os altos índices constatados pelo MEC. Experiências institucionais que já eram utilizadas foram mencionadas neste evento. Os objetivos específicos foram definidos desde a primeira reunião, a saber:

Aclarar o conceito de evasão, considerando suas dimensões concretas: evasão de curso, evasão da instituição e evasão do sistema de ensino superior.

Definir e aplicar metodologia homogeneizadora de coleta e tratamento de dados.

Identificar taxas de diplomação, retenção e evasão dos cursos de graduação das Instituições ensino superior do País.

Apontar causas internas e externas da evasão, considerando às peculiaridades dos cursos e das regiões do País.

Definir estratégias de ações voltadas à redução dos índices de evasão nas universidades públicas brasileiras. (MEC/BRASIL, 1996, p. 7).

Deu-se continuidade aos trabalhos com a definição de conceitos básicos sobre o objeto de estudo e com estabelecimento de parâmetros metodológicos para orientação desses conceitos. Para tanto, buscou-se experiências efetivadas em diferentes instituições de ensino superior do país para fundamentar o objeto de estudo, no caso específico, a evasão.

Nesta primeira reunião foram aprovadas as diretrizes metodológicas que objetivavam a garantia da exatidão e comparabilidade dos resultados. Propuseram que, devido ao curto espaço de tempo, a identificação de causas do desempenho das instituições e das propostas de ação seria realizada somente após o diagnóstico evidenciado nos primeiros três objetivos.

Para garantia e desenvolvimento dos trabalhos de estudos sobre o tema, definiu-se a composição de grupos, considerando particularidades regionais e disponibilidade de tempo dos seus membros. A comissão especial foi incumbida de todo o trabalho de definições conceituais e metodológicas, e reunia-se periodicamente para avaliar o desenvolvimento do estudo e deliberar acerca das condutas a serem adotadas pelas instituições de ensino superior federais.

O relatório da comissão ressalta que o trabalho desenvolvido não foi tarefa fácil, mas todos os envolvidos se empenharam para demonstrar a necessidade de um sistema fidedigno de armazenamento de dados sobre os cursos de graduação, permitindo a identificação das necessidades das instituições, estabelecendo e cumprindo normas que deveriam ser eficazes e objetivar a manutenção dos estudantes em seus cursos.

Para caracterizar o objeto de estudo, a comissão ampliou a análise para além do conceito de evasão, alcançando as taxas de diplomação e de retenção discente de diversos cursos. A comissão reconhecia que a evasão era, na época, um fenômeno complexo que abarcava todas as instituições universitárias e, como tal, devido a sua complexidade e abrangência, exigia análises. Com referência à eficiência na perspectiva economicista da relação custo/benefício, a comissão constatou, neste seminário, que os índices de desempenho não eram consideráveis, vez que não representavam maior rendimento do ensino superior.

A comissão também tinha uma preocupação naquele momento. O entendimento que, por ser um problema complexo, os trabalhos explanavam resultados parciais ou conclusivos, com índices quantitativos, e teriam que estar agregados a informes que atestassem evidência efetiva, no sentido de contribuir para uma melhor compreensão da questão. Logo, seria necessário que os índices contemplassem particularidades que pudessem coadjuvar com as medidas resolutivas das instituições para minimizar o problema. Assim,

os índices de diplomação, retenção e evasão devem ser examinados em conjunto, não como um fim em si mesmo, ou como com objetivos "rankeadores", mas sim como dados que possam contribuir tanto à identificação dos problemas a eles relacionados, como à adoção de medidas pedagógicas e institucionais capazes de solucioná-los. (BRASIL, 1996).

Nesse escopo, a comissão chama a atenção ao considerar a ambiguidade do conceito atribuído à evasão. É utilizado um conceito de José Lino O. Bueno (*apud* COMISSÃO ESPECIAL MEC, 1995) para dizer que uma primeira concepção de evasão infere uma postura ativa do aluno que, por si mesmo, decide desligar-se da instituição de ensino. Todavia, um segundo conceito de evasão é atribuído para o consentimento do estabelecimento

das ações que levam ao jovem evadir-se, por não possuir instrumentos que sejam capazes de aproveitá-lo e direcioná-lo para uma formação profissionalizante.

Posto isto, a comissão procurou com definir os conceitos da evasão de curso, da instituição e do próprio sistema em face do objeto de estudo dos cursos de graduação, de modelo que:

- evasão de curso: quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;
- evasão da instituição: quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;
- evasão do sistema: quanto o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior. (BRASIL, 1996).

O documento orientador para a superação da evasão e retenção da rede federal,, expedido pelo MEC, entende que a Comissão Especial preceitua três enquadramentos predominantes para as causas da evasão:

Uma delas relacionada aos estudantes, outra relacionada aos cursos e as instituições e, por último, as de ordem mais conjuntural, denominadas [...] de “variáveis socioculturais e econômicas”. Esta última estaria relacionada ao mercado de trabalho, ao reconhecimento social da carreira escolhida, à qualidade do ensino fundamental e médio, ao contexto socioeconômico e às políticas governamentais. (SETEC, MEC, 2014 p. 16).

No estudo, a Comissão Especial também propôs a definição de uma metodologia para cálculo da evasão. Para Lobo (2012), isto é extremamente dificultoso em razão de, segundo a autora, nem sempre quem faz o cálculo, tem possibilidades de acompanhar o que realmente acontece com cada discente individualmente. Tal ação demandaria o acompanhamento de cada aluno e de todos os pormenores em seu entorno. O resultado deste tipo de informação deveria refletir com exatidão e confiabilidade os dados do fluxo de matrículas.

A fórmula aprazada pela Comissão Especial para determinar a evasão considera-se o número de ingressantes menos o número de concluintes, sendo o total o número de evadidos. Este, multiplicado por cem e dividido pelo número de ingressantes, representa a porcentagem de evasão.

O Estudo da Evasão feito pela Comissão descortinou outros índices de desempenho, analisados em países do mundo inteiro. Com os menores índices encontrados, citam-se aqui, Finlândia, Alemanha, Holanda e Suíça. Já os índices mais altos ficam a cargo dos Estados

Unidos, Áustria, França e Espanha. No Brasil, estudos posteriores surgiram com o propósito de superação da evasão.

A Comissão, por outro lado, não apresentou, segundo o relatório, conclusões definitivas e tampouco indicou alguma resolução ou apontamento de critérios para uma formulação de política nacional (BRASIL, 1995). Os pesquisadores apresentaram um rigoroso diagnóstico com base quantitativa, mas em momento algum, se propuseram a dimensionar cientificamente causas ou fatores que implicavam nas taxas de diplomação.

Todas as particularidades destacadas fizeram parte da experiência por parte da instituição e dos professores integrantes desta comissão. Logo, todas as definições, que dizem respeito a formas de configuração do atual cenário de evasão, que aumentem a taxa de diplomação e, conseqüentemente, diminuam os índices de evasão, poderão ser obtidos com estudos complementares.

3 TEORIAS NA RETENÇÃO DO ACADÊMICO

O presente estudo não tem como pretensão findar o problema em torno da evasão, o que seria, aliás, bastante utópico. No entanto, surge com o propósito de contribuir com o estudo acerca do tema, propiciando sua compreensão no âmbito do ensino superior e, com base na bibliografia disponível nos bancos de dados do *Scientific Eletronic Library on-line (SciELO)*, banco de teses do portal da CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e em sites de buscas de artigos científicos, recorreu-se em alguns referenciais de estudiosos para apresentação do tema.

No entendimento de um dos mais renomados teóricos sobre o tema, professor da *Syracuse University* – EUA, Tinto (1975 *apud* FIALHO, 2014) a evasão é a interrupção no ciclo de estudos, uma decisão que não resulta somente da vontade do aluno. Acerca desse conceito, o autor é categórico ao afirmar que a evasão abarca fatores que vão além da simples motivação de abandonar a instituição. Em outras palavras, o autor chama a atenção para o fato de o aluno não ser, sozinho, o responsável pela não conclusão de seu curso. É fundamental considerar que a instituição de ensino superior desempenha um papel crucial, que pode ou não desencadear o processo de evasão discente, tendo neste sentido, responsabilidade solidária neste caso.

Ainda de acordo com Fialho (2014, p.49), Tinto trouxe contribuições respeitáveis para o problema da evasão no ensino superior. Em sua teoria, ele recomenda a análise de aspectos fundamentais, para a permanência e ou evasão discente. Tais aspectos, descritos mais adiante nesta pesquisa, envolvem processos de integração acadêmica e integração social no ambiente da instituição de ensino superior. Na concepção de Silva Filho *et al.* (2007) o tema é problema afeto a todas as instituições de ensino, sejam públicas ou privadas. Os autores, corroborando com estudiosos como Polydoro (2000); Adachi (2009); Lobo (2012) dentre outros, salientam que a evasão ocorre em âmbito internacional e prejudica os sistemas educacionais a conquistarem ao longo de um período, um desfecho satisfatório. O malogro disso verifica-se em perdas correlatas a desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. Ressaltam também que, em diversas vertentes, representa investimentos sem o devido retorno significando assim, “fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.” (SILVA FILHO *et al.*, 2007, p. 642).

Percebeu-se que esse transtorno atinge a todos, e em grande escala. Contudo em proporção a isso, verificaram-se movimentações parcas por parte das instituições e academia

científica, em busca de trabalhos e pesquisas educacionais, para conseqüentemente redução e resolução do fato. O autor complementa dizendo que,

O Brasil tem poucos estudos sistemáticos e dados nacionais sobre evasão. Por esse motivo, o Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia decidiu realizar um trabalho de coleta e organização de dados sobre a evasão brasileira, acrescentando dados internacionais para comparação, no intuito de contribuir com a comunidade acadêmica brasileira para o aprofundamento dos estudos sobre tema tão relevante. (SILVA FILHO *et al*, 2007, p. 643).

Coube agora, no entanto, salientar que os estudos de Silva Filho *et al*. (2007) compreenderam uma vasta literatura sobre a evasão, que incluiu, dentre outros parâmetros, métodos adequados para mensurá-la e conseqüentemente classificá-la. Neste sentido,

A evasão pode ser medida em uma instituição de ensino superior, em um curso, em uma área de conhecimento, em um período de oferta de cursos e em qualquer outro universo, desde que tenhamos acesso a dados e informações pertinentes. Em princípio, pode-se estudar a evasão no âmbito de uma IES, ou em um sistema, ou seja, um conjunto de instituições. (SILVA FILHO *et al*, 2007, p. 644).

Imprescindível, sobretudo segundo Silva Filho *et al* (2007), analisar no cerne da questão, para assim, encontrar ferramentas que minimizem os impactos que tanto afligem as instituições de ensino superior. Lobo (2012) corrobora com a premissa acima, à medida que explicita que a evasão é um dos maiores problemas existentes no ensino e que abrange todos os seus níveis (básico, no fundamental e médio, e ensino superior). Segundo ela, não seria diferente no Brasil, nas ambiências públicas e privadas de ensino superior. O abandono do discente sem conclusão do seu ciclo de estudo equivale à “perda social, de recursos e de tempo de todos os envolvidos no processo de ensino” (LOBO, 2012, p.1). Nesta conjuntura, dissipa todos os projetos do aluno, do professor, da instituição de ensino, do sistema de educação, da sociedade, do país como um todo. Logo, é urgente que sejam feitas análises e pesquisas, pois, consoante a ela, no Brasil, há escasso material científico sobre os tipos de evasão.

Na visão de Brito (2013), a evasão também abrange todas as instituições, reproduzindo desarranjos e também disfunções desajustes. Conforme a autora, quando esse dilema atinge as duas modalidades de ensino, básica e superior, exige providências efetivas das instituições para que o conflito se dissipe. Dilucida que o fenômeno ultrapassa as fronteiras e “emerge como uma questão ostensiva internacional que compromete os sistemas educacionais” (BRITO, 2013, p.116). Para os cofres públicos, pressupõe recursos

desperdiçados, que deveriam ser revertidos para áreas sociais, econômicas e acadêmicas. Na perspectiva de Fialho (2014, p. 39) “A palavra evasão vem do latim *evasio*, e utilizada pela primeira vez em meados do século XV significando fuga, saída, fora, abandono, fracasso, insucesso”. Contudo, o termo é bastante abstruso, em razão de existirem linhas de estudos, com vertentes distintas sobre o tema, mas que se convergem em um único sentido, ou seja, a não conclusão de uma etapa relativa a um curso, capacitação, especialização ou outra modalidade educacional que direcione o discente a um conhecimento especializado.

Moraes e Theóphilo (2006) em um dos trabalhos publicados em anais do 3º Congresso de iniciação científica em Contabilidade, da Universidade de São Paulo (USP) em São Paulo, afirmam que “a evasão escolar é o desligamento da instituição de ensino” e esta, por sua vez, não exerce qualquer domínio sobre a decisão do acadêmico. Segundo Santana *et al.* (2006 *apud* MORAES e THEÓPHILO, 2006, p.5), para o sistema educacional, a evasão escolar é um dos mais desafiantes e inquietantes problemas, o que implica em disparidade, desarmonia, desproporcionalidade e disfunções educacionais dos objetivos almejados.

Encerrando-se este tópico, foram inseridas na pesquisa as contribuições obtidas em 1995, por ocasião do trabalho conjunto de instituições de ensino superior em nível federal e estadual, quando da criação da Comissão Especial de Estudos Sobre Evasão. Este estudo, definiu para o problema da evasão nas instituições, dentre outros dados bastante relevantes relatados em outro tópico, conecta-se a não haver unanimidade em relação ao conceito, dimensionando-o de modo que todos possam ter um parâmetro quando se fala em evasão, como:

- evasão de curso: quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;
- evasão da instituição: quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;
- evasão do sistema: quanto o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior. (BRASIL, 1996).

Em vista desses conceitos, e em razão de ser o tema bastante complexo, pois é versado como interrupção no ciclo de estudos, uma vez que implica em uma série de impasses, inclusive nos direitos de segunda geração, relacionados a direitos prestacionais sociais do Estado perante o sujeito, e que, segundo Lafer (2006, p. 127) “[...] são direitos de crédito do indivíduo em relação à coletividade”, considerando que “tais direitos – como o direito ao trabalho, à saúde, à educação – têm como sujeito passivo o Estado porque, na

interação entre governantes e governados, foi à coletividade que assumiu a responsabilidade de atendê-los”. Sob o manto dos direitos fundamentais da segunda geração, o sujeito “reclama do Estado uma ação que possa proporcionar condições mínimas de vida com dignidade” (IURCONVITE, 2007, p. 3).

Neste momento, é cabível a prossecução de leituras e análises criteriosas de uma vasta literatura e de documentos correlatos ao tema, para penetrar no cerne da questão e assim poder efetivar os objetivos que foram almejados para esta pesquisa.

3.1 Modelos Teóricos Explicativos sobre a Evasão

Faz-se necessário o registro dos modelos teóricos, a partir de 1970, que explicitam os processos que resultam em evasão e retenção revelada pelos teóricos. Isto se faz necessário porque, gradualmente, na perspectiva do documento orientador para superação da evasão e retenção, expedida para as redes federais de ensino, a evasão interrompe o ciclo do curso por algum aspecto, tal como não renovação da matrícula. Já a retenção equivale à não conclusão do curso no prazo determinado pelo discente, e nesse fundamento, é “fator concorrente para o aumento da propensão em relação à evasão” (MEC/SETEC, 2014, p. 20).

3.1.1 Modelo do Processo de Abandono

Tendo como mentor William G. Spady e respaldando o desenvolvimento sistemático da compreensão do fenômeno da evasão, este modelo propõe, fundamentado em evidências empíricas, o modelo de abandono do acadêmico. Em 1970, Spady fez uma adaptação do modelo aventado de suicídio, por Emile Durkheim, ao cenário acadêmico como sustentação para o modelo de retenção. Na teoria de Durkheim (1897 *apud* LUCENA, 2012, p. 298) o suicídio relaciona-se “ao conceito de anomia, ausência ou desintegração das normas sociais, conceito que vai ter um papel predominante no estudo do suicídio”. De tal modo, segundo essa teoria, a probabilidade de um indivíduo cometer o suicídio, aumenta de acordo com o seu nível de integração social, e isto equivale igualmente à evasão discente em menor grau.

Voltando a Spady (1970 *apud* CISHAGHI, p. 41), a desistência do curso em uma instituição ensino superior é algo incomparável ao suicídio, havendo uma situação análoga entre as condições sociais que predispõe e instiga a existência real dos dois fatos. Ele ainda destaca que as regras do ambiente da universidade devem estar para o acadêmico em consonância com a integração de seus valores, atitudes, habilidades etc. Neste contexto,

havendo todo o aparato necessário da instituição para acolhê-lo, a exequibilidade de evadir do ambiente acadêmico será bem menor. Ou seja, se o grau de satisfação for grande, proporcional será o comprometimento com o ambiente acadêmico, levando o aluno a permanecer no curso. Como postulava o Durkheim,

[...] o suicídio é comum quando o indivíduo não está suficientemente integrado à produção da sociedade. Especificamente, a probabilidade do suicido aumenta quando dois tipos de integração estão faltando: a afiliação coletiva e a integração moral. Essa má integração é vista como resultado de divergências entre os valores do indivíduo e da sociedade, bem como de uma insuficiente interação com os outros membros da coletividade. (DURKHEIN, 1961 *apud* ADACHI, 2009, p. 34).

Dessa forma, com base no modelo teórico de Spady (1970, *apud* CISHAGHI), pontuam-se variáveis no processo de abandono, tais como potencial acadêmica, congruência normativa, avaliações de desempenho, desenvolvimento intelectual e suporte de amizades. Essas variáveis materializam-se no processo de decisão de firmar ou não no curso que se ingressou.

Fialho (2014, p. 49) ainda pontua serem importantes para o teórico os fatos sociais, tendo em vista as bases sociológicas na perspectiva de Durkheim. Nesse aspecto, os fatos sociais são os modos de ser, agir, valores e regras morais. Essas representações coletivas são “reflexos dos fatos sociais e a maneira como a sociedade enxerga a si mesmo e ao mundo que o envolve. Estes fatos coagem os indivíduos e exercem autoridade sobre os mesmos.”.

À luz desse teórico, restou a análise aprofundada de todas as determinantes e implicações ocorridas no ambiente acadêmico, com o objetivo de verificar se elas determinaram ou sinalizaram a evasão discente ocorrida no *Campus* Araçuaí. A reflexão a que se procedeu, com relação à Teoria do Abandono de Spady, é que esta possui uma abordagem sociológica e, portanto, tem seu domínio não nas forças individuais, mas nos poderes externos da instituição educativa. A razão lógica deste modelo reside exatamente na falta de adaptação do acadêmico ao ambiente de uma instituição superior de ensino, afetando-o diretamente e ocasionando seu abandono. Essa adaptação incidia nos fatores que o influenciavam a ficar ou evadir-se.

Presumiu-se, com base neste modelo, que, em uma região precária como a de Araçuaí, os poucos cursos superiores ofertados a população, são simplesmente incorporados na vida do indivíduo, sem que o mesmo se dê conta se fazem parte do seu ideário de escolha profissional. A exemplo do *Campus* Araçuaí, o primeiro curso superior público federal, ofertado em 2010, foi Tecnologia em Gestão Ambiental. Conjecturamos que os candidatos

que postularam uma vaga neste *campus*, não possuíam outras possibilidades de escolha, haja vista que, até 2017, havia somente três opções de cursos na microrregião de Araçuaí, neste nível de ensino, totalmente presencial e gratuito, a saber: Tecnologia em Gestão Ambiental, Bacharelado em Administração e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Com base nesta inferência, estima-se que 139 acadêmicos, representando 57,92% dos desistentes dos três cursos superiores, não declararam, em nenhum momento, os motivos que os fizeram desistir do curso ingressado. Além de outras premissas, no ambiente de ensino superior do Campus Araçuaí, pode ter ocorrido falta de integração, como afirma o Teórico Spady em seu modelo teórico do abandono.

3.1.2 Modelo de Integração

Tinto (1975) defendeu o modelo de integração do estudante em função de não existir, à época, nenhum modelo que para explicasse este fenômeno. Segundo Fialho (2014), este modelo foi alicerçado por Tinto na literatura americana, com o objetivo que pudesse explicar com razões tangíveis, os motivos ensejadores da evasão.

No modelo de integração do autor, ele expressa que a evasão não se processa somente por um único aspecto. Tomando por base este princípio de credibilidade e relevância, tendo em vista que já ter sido fundamento por inúmeras pesquisas no campo universitário, a evasão dá-se em função da ausência de integração com as ambiências acadêmicas e sociais da instituição superior. Esta é condicionada a particularidades individuais, expectativas do curso e carreira e, posterior a isso, aos propósitos e objetivos assumidos por ocasião do ingresso no curso.

Destarte esse modelo, recomenda seis conjuntos de variáveis, a saber:

- os atributos de pré-entrada, entendidos como habilidades do aluno, escolaridade anterior e antecedentes familiares;
- os comprometimentos iniciais ou metas traçadas pelo próprio estudante;
- a integração acadêmica, tida como o vínculo entre o estudante e a estrutura da instituição de ensino;
- a integração social entre os grupos de estudantes e docentes como variável;
- os comprometimentos subsequentes ou influência das dimensões acadêmicas e sociais da integração no vínculo com a instituição e na intenção de alcançar o objetivo de conclusão de curso; e
- os aspectos externos. (TINTO, 1975 *apud* MEC SETEC, 2014, p. 15).

Com base neste modelo, há duas integrações, segundo Tinto (1975): acadêmica e social. A acadêmica refere-se ao discente sentir-se integrado com a universidade no contexto

do curso e suas demandas. Envolve o desempenho no curso e a autoestima com relação a isso, a apreensão de estar desenvolvendo como pessoa, a percepção de apreciar os conteúdos cursados, identificando-se com as normas, princípios e com o papel de ser acadêmico. A social imputa o sentimento de estar bem no ambiente acadêmico. Verifica-se nesta integração, a interação com colegas, as ações cooperativas em tarefas de caráter social na universidade e ou outros relacionamentos informais com a comunidade acadêmica.

Além das integrações acadêmica e social, este modelo teórico estabelece como sendo vital, para permanência ou evasão, o contrato firmado com a instituição superior no seu ingresso, bem como, o designio de conclusão do curso com a consequentemente diplomação.

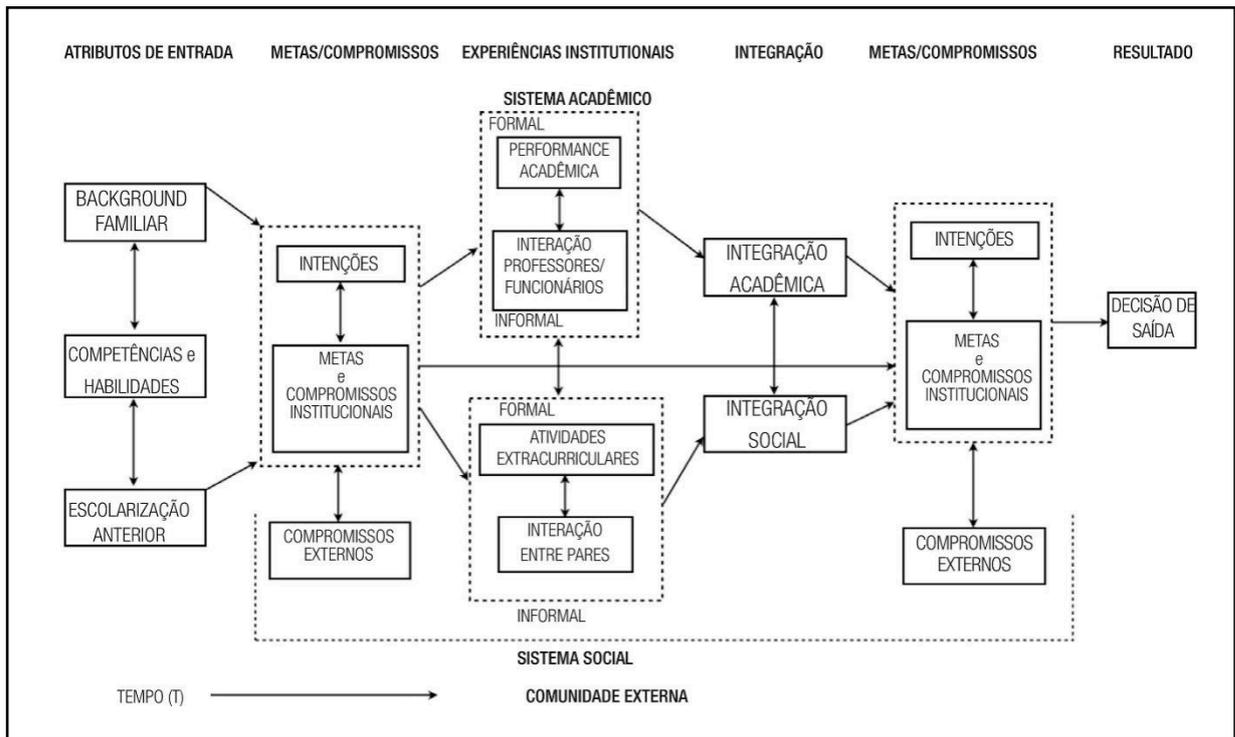
Outro ponto que chama a atenção no modelo de Tinto, relaciona-se ao contexto familiar e de trabalho. Logo segundo Tinto,

[...] declara o status social, clima e expectativas são fatores do contexto familiar que interferem no momento da escolha do curso e durante o processo de construção do saber. **As condições econômicas dos alunos de baixa renda estão em desvantagem em relação à preparação acadêmica se comparados aos alunos que dispõem de tempo integral** para se dedicar apenas aos estudos sem ter que trabalhar para permanecer no curso. **Tinto (2006) chama de “porta giratória”, aqueles que precisam trabalhar e estudar paralelamente.**

A família é parte fundamental no processo de permanência do indivíduo no ensino superior. Tinto (1975) relata que a renda familiar é inversamente proporcional ao abandono, [...] (1975 *apud* FIALHO, 2014, p. 53, grifo nosso).

Como pode ser percebido no Gráfico 2, ao ingressar na instituição, o indivíduo traz consigo uma série de particularidades, que agregam em si, suas metas e compromissos. No decorrer do tempo, quando o acadêmico inicia as experiências dentro do ambiente institucional, e de posse das metas e compromissos almejados, é necessário haver integrações no ambiente institucional, que vão definir e convergir nas metas e compromissos assumidos no início da trajetória acadêmica (TINTO, 1975). Esses são os pontos-chaves para compreensão da decisão de saída do acadêmico. Sob esse bojo de informações, na análise dos dados acadêmicos de retenção dos acadêmicos do *Campus Araçuaí*, pressupõe-se que o modelo teórico de Tinto, no tocante à perspectiva interacional, ou seja, influência de interações individuais e elementos referentes ao ambiente acadêmico, pode ter um peso bastante acentuado na questão da evasão do *campus* citado.

Gráfico 2 – Modelo longitudinal de Vicent Tinto para explicar a Teoria da Integração do Estudante.



Fonte: TINTO (1993).

Apurou-se que 44,58% dos acadêmicos desistentes possuíam uma ocupação remunerada, isto é, dispunham de um emprego formal e ou informal no período diurno, consumindo tempo, energia e recursos numa atividade que trazia benefícios palpáveis e imediatos. Assim sendo, alude-se que, além de outras causas, em cerca de 42,08% do total de desistentes, o emprego formal/informal pode tê-los impedido de participar de atividades sócio acadêmicas colaborativas na instituição de ensino, prejudicando tanto a integração acadêmica como a social, gerando insatisfação e contribuindo para a desistência do curso.

Neste sentido, a noção de custo-benefício de estar na academia, é explicada por Adachi,

Dada a noção de que o custo e o benefício incluem fatores sociais e econômicos, essa teoria considera que os indivíduos direcionarão suas energias para aquelas atividades que percebem maximizar a razão dos benefícios sobre os custos, em relação à perspectiva do momento. Assim, uma pessoa tenderá a retirar-se da faculdade quando perceber uma forma de investir tempo, energia e recursos em alguma atividade alternativa que lhe trará mais benefícios. (2009, p. 39).

Logo, o desenvolvimento de estudos, com base no aparato de conhecimentos sustentados por Vicent Tinto, suscitou, nas décadas posteriores, a realização de mais

pesquisas e um progresso sistemático no entendimento de processos associados ao dilema da evasão escolar.

3.1.3 Modelo de Desgaste do Estudante e do Estudante não Tradicional

Com fundamento nos estudos de Bean, Cislighi baseia sua teoria em um modelo de comportamentos, a princípio desenvolvido por Price e seu colega Mueller (Price; Mueller, 1981), num ambiente de uma organização empresarial. Esse modelo elucidava a questão da alternância de empregados, considerando aspectos relacionados como a satisfação do funcionário numa empresa. Neste contexto, a análise do absenteísmo era relevante. Outro ponto de fundamental importância estava interligado à decisão de continuar, ou não, naquela organização empresarial. Esta última dimensão era extremamente relevante à análise, vez que inferia na busca, por parte do funcionário, de novas perspectivas do cenário atual em que se encontrava. O propósito que o fazia continuar ou não no emprego é análogo, segundo Bean, à decisão do aluno de permanecer na instituição superior de ensino (1985, *apud* CISLAGHI, 2008).

Tomando por base esta teoria, os acadêmicos evadem da universidade, por motivos similares aos que levam o trabalhador a deixar seu posto de trabalho. O modelo do teórico supradito avalia que as definições da saída da universidade, são advindas de “complexas inter-relações entre fatores não cognitivos” (BEAN, 1985, *apud* CISLAGHI, 2008), que contribuíam para formação de atitudes, definindo as intenções do seu comportamento, a exemplo, condutas de suas ações, abonação da família, amigos e os que se relacionam com o próprio ambiente. Isto seria modificado à medida que novas experiências surgissem para o acadêmico no interior da universidade, como amizades, disciplinas cursadas, bem como a importância da instituição de ensino. Salienta-se que as experiências externas também têm peso no que se refere a condutas, bem como no poder de decidir.

Na concepção de Bean e Metzner, era indispensável um modelo que focasse os estudantes não tradicionais (1985, *apud* CISLAGHI, 2008), ou melhor, aqueles que tinham um trabalho e, portanto, não residiam na instituição superior. Neste sentido, desenvolveu-se um modelo que compreendia o processo de adaptação social como inferior ao propósito de permanecer na universidade ou sair em definitivo. Utilizando variáveis, tal modelo conglomerava o desempenho acadêmico, fatores relacionados que aconteceram antes do ingresso e aspectos ambientais, e o plano de evadir-se. Esses aspectos estão ilustrados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Modelo conceitual do estudante não tradicional de Bean.

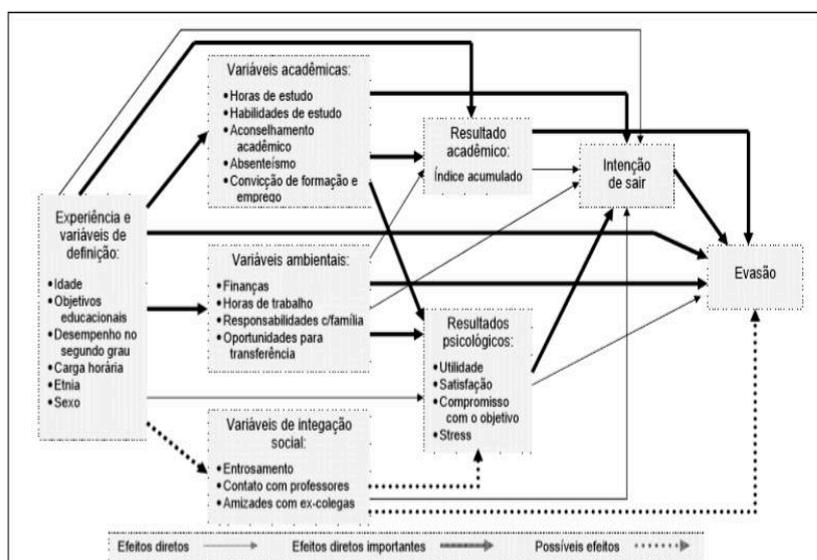


Figura 5 - Modelo conceitual de desgaste de estudantes não tradicionais (BEAN e METZNER, 1985).

Fonte: CISLAGHI, 2008.

Neste modelo com perspectiva interacional, as decisões dos alunos são retratadas no sentido de ver utilidade e satisfação nas atividades do curso que desempenham no ambiente acadêmico. Com base nas informações retiradas dos 101 requerimentos acadêmicos que formalizam o motivo da desistência, não se pode afirmar que este modelo teórico se encaixa e explicita as evasões obtidas no *Campus Araçuaí*. Porém, outros casos podem ter assentado neste modelo.

3.1.4 Modelo do Impacto dos Ambientes Universitários

As interações do ambiente universitário são levadas em conta neste modelo conceitual desenvolvido por Ernest T. Pascarella, em razão de fundamentar-se no Modelo de Integração desenvolvido por Vicent Tinto. Aqui, a interação é interposta por dimensões autônomas que se inter-relacionam. Em conformidade com Pascarella (1986 *apud* CISLAGHI, 2008, p.55) as variáveis são: “1. O nível de contato informal entre estudante e professores; 2. outras experiências universitárias (no convívio em salas de aula e fora delas), e 3. Resultados educacionais (desempenho em notas, crescimento intelectual e pessoal, integração, etc).”.

Nessas circunstâncias, dentre as variáveis apresentadas, uma que ocasiona falhas, implica em graves problemas sobre as demais. Contudo, o desempenho em notas e o

crescimento intelectual e pessoal, integrações que, em sua completude, reverberam nos resultados educacionais, têm preponderância sobre as demais na deliberação de continuar ou não o curso na instituição superior de ensino.

Pascarella utilizou o modelo de integração defendido por Tinto para fundamentar vários de seus estudos. Com isso, constatou que há correlação entre a periodicidade do estudante calouro na procura dos seus respectivos docentes, nos contatos informais extraclases, com a sua evasão. A qualidade desses contatos, segundo ele, pode inferir na decisão do acadêmico em abandonar o curso, principalmente tomando por base, aqueles estudantes que, no ingresso, não estavam devidamente comprometidos com o curso pleiteado (1986 *apud* CISLAGHI, 2008).

Neste modelo de retenção, baseado na perspectiva psicológica em que os atributos de personalidade do acadêmico são avaliados no contato informal de professores e acadêmico, não se pode obter nenhuma conclusão no *Campus* Araçuaí, tendo em vista ter sido uma pesquisa documental e bibliográfica em que as informações descritas no requerimento do Núcleo de Registro Acadêmico não possuíam qualquer alegação, indicação ou elemento que pudesse inferir este modelo de retenção.

3.1.5 Modelo do Envolvimento do Estudante

O comportamento resultante do envolvimento do estudante, observado em suas maneiras de agir dentro da universidade, é o modelo conceitual sustentado por Alexander Astin (1999, *apud* CISLAGHI, 2008). Essa teoria origina-se de um estudo sobre o abandono escolar que buscou investigar fatores que influenciavam significativamente a permanência do estudante na universidade. Aqui, Astin explicita que a energia dispendida pelo acadêmico, tanto no plano físico, como no psicológico, interfere de modo direto em seu propósito de permanência no ambiente acadêmico (1999, *apud* CISLAGHI, 2008).

Argumenta ainda que o currículo deve instigar no aluno, a fim de atingir os efeitos desejados, o esforço e o investimento de energias satisfatórias que possam culminar na aprendizagem e desenvolvimento almejados. Do ponto de vista do autor, o aluno tem participação dinâmica, e salienta que o ambiente de aprendizagem estruturado configura-se fundamental no processo de incentivo dessa participação, acarretando em maior aprendizado (1999, *apud* CISLAGHI, 2008). Astin também argumenta que os professores devem concentrar um tempo maior aos alunos, assim:

[...] encoraja os educadores a se concentrarem menos no que eles fazem e mais no que o aluno faz: como o aluno está motivado e quanto tempo e energia o aluno dedica ao processo de aprendizagem. A teoria pressupõe que o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos não serão impressionantes se os educadores concentrarem a maior parte de sua atenção no conteúdo do curso, técnicas de ensino, laboratórios, livros e outros recursos. Com essa abordagem, o envolvimento do aluno - em vez dos recursos ou técnicas tipicamente usadas pelos educadores - torna-se o foco de preocupação. Assim, o constructo do envolvimento do aluno em certos aspectos se assemelha a um constructo mais comum na psicologia: a motivação. (ASTIM, 1999, *apud* CISLAGHI, 2008, p.522).

A teoria de Astim preocupou-se com os mecanismos comportamentais ou processos que contribuem para o desenvolvimento do aluno. Desde modo, o estudante precisa esforçar-se para alcançar objetivos particulares em seu desenvolvimento e, assim, produzir ganhos a essa tarefa. À medida que empenha seu tempo e esforço na conquista de suas metas, maior será o encontro com o seu objetivo de permanência na instituição, ou seja, com a conclusão do curso. Ademais, se com esse esforço os fatores alcançados fossem positivos, a tendência é aumentar o envolvimento do acadêmico na experiência de graduação. Destarte, se os fatores fossem negativos, o envolvimento ficaria reduzido e conseqüentemente a aprendizagem não seria balizada.

Neste sentido Astin (1984, p. 518) destaca que “o recurso institucional mais precioso pode ser o tempo do estudante”. O tempo psíquico, físico e a energia são finitos, e os educadores competem com outros domínios na vida do acadêmico por um fragmento desse tempo e energia. As práticas da instituição e as políticas que, nesse caso, são implícitas em horários de aula, regulamentos de aulas, estágio, participação em curso implicam efetivamente no tempo consumido, bem como na quantidade de esforço empreendido pelo estudante, e devem ser levadas em conta por gestores e professores.

Um dos aspectos positivos de o aluno viver em residência universitária, e que contribui para sua permanência na universidade, é uma maior chance de envolvimento, possibilitando o desenvolvimento de uma identificação forte com todas as particularidades que envolvem o *campus* universitário. Os estudos do autor evidenciaram que a probabilidade do estudante evadir-se é bem menor quando este participa de grupos sociais ou atividades extracurriculares diversas, aqui entendidas como participação em projetos de pesquisa, inscrição em programas, etc. (ASTIN, 1984). Outro ponto positivo é a realização de trabalho de meio período no *campus*. O estudante, neste contexto, consome tempo e, em decorrência disso, cresce a possibilidade de estar junto do corpo docente, de outros acadêmicos e do pessoal da instituição. No nível psicológico, esta forma de trabalho como fonte de renda

resulta em maior apego a Instituição. Entretanto, sendo o trabalho exercido fora dos ambientes escolares, esse envolvimento fica prejudicado, tendo em vista que o tempo e a energia do acadêmico para atividades escolares, e outras correlatas a este ambiente, diminui significativamente.

O envolvimento do acadêmico é fundamental para a decisão de permanecer e atingir seus objetivos, e isso dependerá, dentre outras coisas, da energia e do tempo gastos neste processo. Este modelo de retenção do aluno com perspectiva psicológica, poderiam ser fundamental na decisão de permanecer do acadêmico desistente do *Campus Araçuaí*, se fosse analisado em tempo hábil pela equipe pedagógica, vez que propunha maior envolvimento com as atividades acadêmicas. A totalidade do percentual de desistentes do *Campus Araçuaí* que não possuíam atividade remunerada, poderia ser inserida em atividades extracurriculares, participação em projetos, inscrição em programas, evitando a evasão e estimulando a permanência no curso ingressado.

De todos os modelos teóricos de retenção explicitados acima, o modelo interacional, de Tinto, elaborado em 1975, que reforça tanto a integração social quanto a acadêmica do indivíduo, pareceu mais conclusivo na retenção dos acadêmicos em estudo, pautando a elaboração da presente pesquisa. Para tanto, considerou-se que, se o acadêmico tivesse, desde 2011, um aparato social e acadêmico dentro da instituição de ensino, presume-se que haveria índice menor de evadidos em todos os cursos superiores, garantindo assim tanto o acesso, como a permanência do acadêmico no *Campus Araçuaí*.

3.2 Estudos sobre as Causas da Evasão no Ensino Superior

Por ser um assunto bastante complexo, a evasão deveria ser uma política governamental geral, que desse foco à qualidade acadêmica e também à responsabilidade dos recursos utilizados e deliberados para tal, devendo todas as fases do processo de evasão ser documentadas, sistematizadas e propagadas.

A Tabela 18, a seguir, ilustra a escassez de estudos no Brasil sobre o tema:

Tabela 18 – Vertente de estudo com a temática evasão da educação superior após 1990.

Tema abordado	Nº de trabalhos (dissertações e teses)	%	No trabalhos (artigos)	%
Revisão bibliográfica	-	-	1	3,22
Trancamento de matrícula	2	4,87	1	3,22
As causas da evasão em um curso específico ou conjunto de cursos de dada instituição	14	34,14	8	25,80
Evasão e perfil socioeconômico	1	2,43	2	6,45
Evasão na EaD	8	19,51	4	12,90
Política de cotas e evasão	2	4,87	1	3,22
Prouni e evasão	-	-	2	6,45
Desenvolvimento profissional e evasão	1	2,43	1	3,22
Gestão da evasão	11	26,82	9	29,03
Evasão no sistema de educação superior brasileiro	1	2,43	1	3,22
Bioética e evasão	1	2,43	-	-
Índices de evasão/estudo quantitativo	-	-	1	3,22
Total	41	100	31	100

Fonte: SANTOS JUNIOR et al, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00385.pdf>. Acesso em 29 mai. 2018

Lobo, em 2012, já fazia uma crítica contundente sobre os poucos estudos existentes quando utilizou, como demonstração, os Estados Unidos da América para dizer que o Brasil está muito atrasado nesta questão.

Há quase dez anos, o Estado norte-americano contava com mais de quatorze mil sites que discorriam sobre a evasão, contando com bases de dados, objetivando avolumar a permanência, bem como a taxa de titulação, dos alunos do ensino superior.

Para a autora, os estudos teóricos sobre as prováveis causas da evasão no Brasil eram, em sua grande parte, bem restritos e de experiências individuais, de uma instituição de ensino ou de um segmento docente (LOBO, 2012). É sem dúvida, essencial empreender esforços governamentais no Brasil, no sentido de custear mais estudos sobre a questão. Lobo ratifica essa informação ao afirmar:

Seria, portanto, muito importante que fossem financiadas iniciativas e desenvolvidas mais pesquisas e estudos sistemáticos sobre a Evasão, que permitissem indicar com mais precisão quais são as melhores práticas para combatê-la com eficácia a partir da compreensão dos problemas do nosso próprio sistema e não, apenas, dos problemas que já são estudados em outros países. (2012, p. 7).

Dado ao fato de o *Campus Araçuaí* localizar-se no Vale do Jequitinhonha, região que, segundo Rattes (2004, apud PPC BCEG IFNMG – *CAMPUS ARAÇUAÍ*, 2017, p. 12) “enfrenta graves problemas sociais, como elevados índice de analfabetismo, carência em

serviços básicos como [...], renda per capita muito baixa e a migração sazonal no período de seca”, entende-se ser necessária uma revisão teórica, na perspectiva de outros autores, acerca das possíveis causas que ensejaram a evasão discente na instituição de ensino superior, tendo em vista que quase a totalidade das pesquisas propõe-se a contribuições para a gestão de outras instituições superiores.

Nas considerações de Polydoro (2000), o trancamento de matrícula é o eixo causador de mais de 50% das evasões ocorridas na universidade, sendo uma forma de evasão que se configura ao longo da trajetória do curso, de modo constante, e que se torna o fator motivador do abandono real. Essa prática discente pressupunha um problema passageiro, que iria se dissipar, ou alguma dúvida provisória daquele momento. Mas a conclusão relevante neste sentido é que uma parcela significativa de acadêmicos que solicitava o trancamento de matrícula, resultava ao final do período concedido, em evasão discente.

Adachi (2009) apontou dois aspectos extremamente importantes que contribuiu para o problema da evasão na Universidade Federal de Minas Gerais, sendo um deles intimamente ligado à questão financeira. Os problemas de desempenho ligados à reprovação incidem no fato de os acadêmicos trabalharem e residirem em outra cidade, fora da capital mineira.

De igual modo, Silva Filho (2009) evidenciou que a grande quantidade de reprovações em disciplinas que impactava na evasão discente na Universidade Federal do Ceará.

Para Borges (2011), as causas evidenciadas apresentavam-se como: dificuldades financeiras, ausência vocacional, ausência de tempo disponível para cumprimento das tarefas das disciplinas obrigatórias, saturação do mercado, estados relacionados à vida humana (casamento, gravidez, filhos, carreira).

Na percepção de Pereira Junior (2012), destacam-se fatores que se relacionam com questões de ordem pessoal, como baixa motivação para tarefas relacionadas ao curso, relacionamentos difíceis com colegas, percepção de incongruência entre autoconceito vocacional e aspectos da profissão, além de questões de ordem institucional concernentes a relacionamentos com professores e currículos.

Amaral (2013) ressalta como motivo para a evasão discente a compatibilização do curso com a imposição imperativa de ter que trabalhar, coadunadas com o enfrentamento das condições socioeconômicas pessoais. O surgimento de novos interesses, ingresso em outros cursos, insatisfação pelo curso ingressado e desempenho escolar também foi questão exposta como razão para evadir-se.

Já Fialho (2014), sinalizou a influência de fatores internos e externos, e justificou sua afirmativa dizendo que a evasão se processa de diversas maneiras e varia conforme a subjetividade e contexto em que se situa. Para tanto, demanda da gestão institucional uma tomada de decisão para combater o problema com planejamento e estratégias.

Na compreensão Theodoro (2015), o não atendimento do curso com as expectativas pessoais, a indispensabilidade na procura de um trabalho, o mau relacionamento com os docentes, a dificuldade relacionada com a compreensão dos conteúdos teóricos do curso e, por fim, os conflitos existentes entre os horários destinados ao curso que ingressou e o trabalho, são fatores que justificam a desistência.

Segundo Amorim (2016, p. 117), a retenção em disciplinas tornou-se um problema na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, pois foi “um dos fatores provocadores da evasão”.

Dada a multiplicidade dos contextos da evasão discente no ensino superior analisados, as indeterminações sobre suas causas e o entendimento de Silva Filho *et al* esse respeito,

as instituições públicas e privadas, dão como principal causa da evasão a falta de recursos financeiros para o estudante prosseguir nos estudos. É, também, o que o estudante declara quando perguntado sobre a principal razão de ter evadido. No entanto, verifica-se nos estudos existentes que essa resposta é uma simplificação, uma vez que as questões de ordem acadêmica, as expectativas do aluno em relação à sua formação e a própria integração do estudante com a instituição constituem, na maioria das vezes, os principais fatores que acabam por desestimular o estudante a priorizar o investimento de tempo ou financeiro, para a conclusão do curso. (2007, p. 643).

Entende-se imperioso definir, no tópico seguinte, todas as tratativas que utilizadas para a presente pesquisa, os documentos e bibliografias consultadas, bem como os procedimentos para as categorias analisadas, para a busca dos reais motivos dissecados acima e outros que surgiram no decorrer do estudo no IFNMG – *Campus Araçuaí*.

4 EVASÃO IFNMG CAMPUS ARAÇUAÍ

Buscando detalhes primordiais acerca da evasão acadêmica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – *Campus Araçuaí*, executou-se uma investigação que conduziria à materialidade dos objetivos delineados para este estudo.

O presente capítulo foi desenvolvido com revisão bibliográfica, análise de documentos e interpretação dos dados, estabelecendo-se todos os procedimentos imprescindíveis à conclusão do estudo. Foram definidos todos os instrumentos de pesquisa necessários para contextualização da análise, retratando, com isso, resultados que esclareceram o problema da pesquisa. Neste contexto, as bases estatísticas constituídas foram essenciais para aclarar o universo de acadêmicos evadidos no IFNMG – *Campus Araçuaí*.

4.1 Características da População investigada e Instrumentos de Pesquisa

Em face das discussões propostas neste projeto de pesquisa na área da Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Linha de Pesquisa 2: Educação, Sujeitos, Sociedades, História da Educação e Políticas Públicas Educacionais - Sublinha: Sociologia da Educação e História da Educação, e com base nas argumentações de Gerhardt; Silveira (2009) e nos critérios definidos pela literatura científica, buscou-se delimitar o caminho metodológico definido em seu desenvolvimento.

De acordo com Silveira (2009, p. 31) “a pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos.”. Lehfeld (apud Gerhardt e Silveira, 2009), igualmente admitiu esse entendimento quando disse que a pesquisa é uma “inquisição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade”. Noutras palavras, uma pesquisa científica deveria, além de analisar densamente um objeto reconhecível e definido de tal modo que seja reconhecível pelos outros, deverá ainda buscar respostas para resolver os problemas de modo que suponha uma experiência de pesquisas já realizadas.

Assim sendo, esta pesquisa buscou embasamento teórico na área educacional, mais precisamente, no estudo da evasão universitária, com o propósito de aplicar tal teoria no IFNMG – *Campus Araçuaí*.

Neste capítulo, pressupondo serem os fundamentos científicos de Gerald e Silveira (2009) apropriados ao presente estudo, descreveram-se os procedimentos metodológicos que nortearam a investigação sobre as causas da evasão, apontando os processos escolhidos para o desenvolvimento da pesquisa, a obtenção, o tratamento e, por fim, a análise dos dados. Dessa forma, a investigação constitui-se de uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, em razão de seu emprego simultâneo de propiciar a coleta de mais informações do que se poderia conseguir isoladamente, além de envolver análises diversas que dão sustentação à pesquisa. É importante ressaltar que:

Pesquisa qualitativa envolve as análises documentais e bibliográficas, o estudo de caso, a análise do discurso, a análise de conteúdo e a análise histórica. Busca a interpretação dos fenômenos por meio da compreensão. Já no estudo quantitativo, em linhas gerais o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido com elementos claramente definidos e variáveis operacionalizadas quantitativamente. Procura a precisão, evitando anomalias nas etapas de análise e interpretação dos dados, garantindo, assim, uma margem de segurança em relação a inferências obtidas. O termo quantitativo significa (...) quantificar dados, nas formas de coleta de informações, assim como, com o emprego de recursos e técnicas estatísticas. É um método utilizado no desenvolvimento das pesquisas descritivas e uma forma de garantir a precisão dos resultados, evitando distorções de análise e interpretações. (BORGES, 2011, p. 41-42)

Logo, o estudo foi de natureza básica e objetivou a constituição de conhecimentos atuais, fundamentais para a evolução da ciência.

Quanto aos objetivos, esteve entre pesquisa descritiva, pois este tipo de estudo demanda a descrição de fatos e fenômenos de uma determinada realidade, exigindo uma série investigações em todas as etapas da pesquisa. Isto possibilitou a coleta, ordenação, classificação dos dados, para estabelecimento de relações entre as variáveis encontradas sem que delas tivesse que interferir. Fez-se uso, de igual modo, da pesquisa explicativa, vez que essa objetivou explicar a causa dos fatos através dos resultados oferecidos.

Finalmente, quanto aos procedimentos, tratou-se de um estudo de caso, que se utilizou das técnicas da pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Yin (2001, p.27) “o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes”. Consoante ao autor, nos estudos de caso, geralmente as questões de pesquisa são da forma “como” e “porque”, tendo ainda como característica as múltiplas fontes de evidência, tais como documentos, entrevistas e observações. Com isso, visto a presente pesquisa ter investigado uma situação específica (a evasão no ensino superior no IFNMG – *Campus Araçuaí*), buscando descobrir o que nela

havia de essencial e característico, evidenciou-se que este estudo caracteriza-se como um estudo de caso, qualificado como:

[...] é uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas, onde se utiliza múltiplas fontes de evidência. (YIN, 1989 apud GODOY, 1995, pg. 25).

Diversos documentos foram analisados, tais como: estatutos, regulamentos dos cursos superiores de graduação, PDIs, fichas, atas do CONSUP e do CODIR, relatórios de auditorias, PNE e outros que se fizerem necessários. Eles propiciariam a obtenção de informações e definições de procedimentos internos correlacionados com os dados da evasão institucional, que poderiam explicitar as causas da evasão discente. Assim sendo:

[...] A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Ademais, tanto a pesquisa bibliográfica quanto a documental foram primordiais porque forneceram os subsídios necessários para aprofundar-se no cerne da evasão discente. O cenário da pesquisa desenvolveu-se no IFNMG – *Campus Araçuaí*, única instituição pública federal instalada no Médio Jequitinhonha, onde o IBGE (2010) mensurou, na cidade de Araçuaí, um “IDHM 2010 igual a 0.663, considerado historicamente um dos mais baixos do país” em comparação a outras regiões do Estado de Minas Gerais, com um povo que documentadamente negligenciado pelas políticas públicas. Dessa maneira,

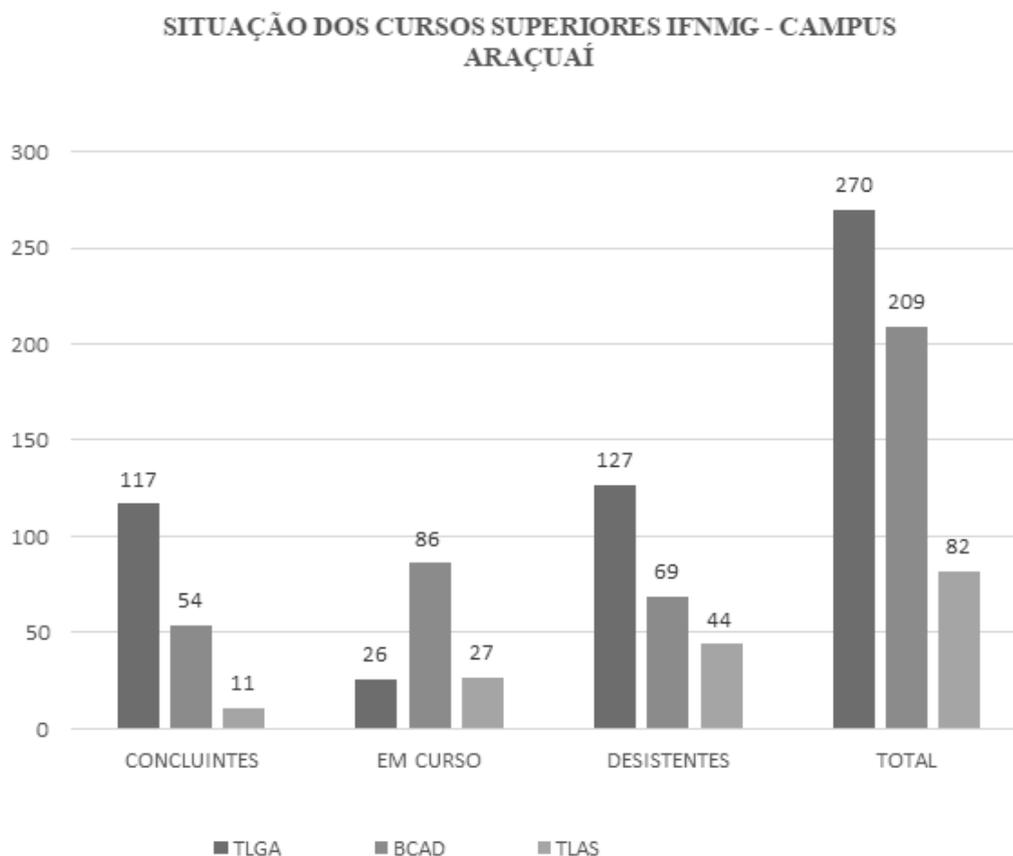
Conforme dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **909 mil mineiros vivem em situação de miséria e 51% estão nos Vales do Jequitinhonha** e do Mucuri e no Norte de Minas. Além disso, os Vale são a 3ª região com menor população no Estado. A renda da população na área é baixa e pode chegar a meio salário mínimo por mês, ou seja, R\$ 280 e segundo o Censo de 2010, [...]com 5,1% da população do Estado e responsável por 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB), o Vale do Mucuri, **em conjunto com Jequitinhonha, apresenta o PIB per capita mais baixo dentre as dez regiões de Minas: R\$ 5,2 mil.** Os dados são do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (JORNAL, O Norte, 2011, grifo nosso).

Como já mencionado, a instituição oferta, atualmente, além de cursos técnicos³⁷ concomitantes/subsequentes e integral, quatro cursos superiores de graduação na modalidade presencial, a saber: Tecnologia em Gestão Ambiental, Bacharelado em Administração, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema e Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental, totalizando um montante de 308 matrículas ativas.

O universo, ou população investigada através dos instrumentos de coleta escolhidos, foram os 240 acadêmicos, de todos os sexos e maiores de idade, em situação de evasão no período analisado, ou seja, que, por algum motivo, deixaram de frequentar as aulas, sendo: 69 no curso Bacharelado em Administração; 127 no curso de Tecnologia em Gestão Ambiental e 44 no curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, conforme ilustrado no Gráfico 4.

³⁷ O IFNMG oferta as três modalidades de cursos técnicos. Na modalidade integrada ao ensino médio, o aluno faz ao mesmo tempo, no IFNMG, o ensino médio e o curso técnico da área escolhida. A modalidade concomitante exige que o aluno esteja cursando a 2ª ou 3ª série do ensino médio, em outra instituição de ensino; paralelamente, ele faz o curso técnico no IFNMG. Para fazer um curso técnico na modalidade subsequente, é necessário que o aluno já tenha concluído o ensino médio. (IFNMG, 2012). Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/perguntas-frequentes#Qual-a-diferenca-entre-cursos-tecnicos-nas-modalidades-integrado-concomitante-e-subsequente-ao-ensino-mdio>>

Gráfico 4 – Discentes em situação de evasão dos cursos superiores IFNMG – Campus Araçuaí no período de 2011 a 2017



Fonte: Elaborada pela autora com base nos registros do Núcleo de Registros Acadêmicos – IFNMG – Campus Araçuaí – 2011 a 2017.

Considerou-se como discente evadido, para essa pesquisa, aquele que se enquadra nos casos elencados no Regulamento dos Cursos Superiores de graduação do IFNMG:

DO DESLIGAMENTO DO ACADÊMICO

Art. 119 O desligamento é a cessação total dos vínculos do acadêmico com a instituição.

Art. 120 O desligamento do acadêmico ocorrerá mediante:

- I- Transferência para outra instituição de ensino;
- II- Desistência da matrícula do ingressante, manifestada em até 10 (dez) dias após o início das aulas;
- III- expressa manifestação de vontade do cancelamento de matrícula, mediante requerimento do acadêmico, ou do seu representante legal;
- IV- Cancelamento de matrícula em todas as disciplinas que estiver matriculado no semestre;
- V- De ofício, quando o acadêmico:
 - a) não renovar a matrícula;
 - b) esgotado o período de trancamento concedido, não efetuar reabertura de matrícula dentro do prazo estabelecido no calendário acadêmico;
 - c) cometer irregularidades ou transgressão disciplinar, nos termos do Regimento Disciplinar Discente dos Cursos de Graduação do IFNMG;

d) não concluir o curso no prazo máximo fixado no PPC para integralização curricular;

e) tenha se servido de documentação inidônea para efetivar matrícula;

f) não comparecer às atividades acadêmicas e forem computadas faltas injustificadas consecutivas, por um período igual ou superior a 60 (sessenta) dias.

VI- Outras situações previstas pelas legislações e normativas pertinentes, no caso de cursos ofertados via programas governamentais.

Art. 121 Os casos de cancelamento de matrícula, previstos neste regulamento, serão encaminhados ao diretor-geral do campus, ou cargo equivalente, para homologação do cancelamento da matrícula e desligamento do acadêmico da instituição.

Art. 122 Quando da ocorrência de cancelamento de matrícula nos primeiros 10 (dez) dias letivos do 1º período letivo do curso, a vaga deverá ser ocupada pelo candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação no processo de seleção para ingresso.

Art. 123 Efetivado o cancelamento de matrícula, ocorrerá o desligamento automático do acadêmico, o qual poderá reingressar no IFNMG, mediante novo processo seletivo público de ingresso. (REGULAMENTO DOS CURSOS SUPERIORES, IFNMG, 2013 revisado em 2017).

Os instrumentos de coleta de dados utilizados neste estudo envolveram três fontes: levantamento bibliográfico, pesquisa eletrônica e documental. A pesquisa documental tipificada neste trabalho como de primeira mão, não obteve qualquer tratamento analítico. Já os de segunda, tais como relatórios, manuais internos de procedimentos, em muito esclareceram, no caso específico deste estudo, fatos existentes em um dado momento da investigação. Utilizou-se a pesquisa eletrônica no intuito de buscar dissertações e teses de domínio público de autores nacionais e internacionais, na categoria de Educação, com termos correlatos a evasão escolar, no nível de ensino superior, disponibilizadas no portal da CAPES, no IBICT³⁸ ou em outro *site* de busca de artigos e teses acadêmicas, confiável, que viesse a contribuir com o estudo do tema em tela.

Em outra vertente, utilizou-se a pesquisa documental abrangendo arquivos públicos, dados de registro e dados de recenseamento educacionais governamentais, incluindo o IFNMG – *Campus Araçuaí*, porque segundo Gerhard e Silveira (2009, p. 69), a pesquisa documental constitui-se a partir de documentos, “contemporâneos ou retrospectivos considerados cientificamente autênticos (não fraudados)”. Nesta perspectiva analisaram-se as fontes de primeira mão, manuscritos que não receberam nenhum tipo de tratamento analítico, tais como: Leis e Planos Nacionais de Educação, política de garantia de permanência do discente, Estatuto do IFNMG, e todo o contexto histórico de criação do *Campus Araçuaí*.

³⁸ O Banco de Teses do IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (<http://bdtd.ibict.br/vufind/>) é um mecanismo de busca que permite o acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras que utilizam o sistema BDTD o IBICT.

Utilizaram-se também os documentos de segunda mão, são os que de alguma forma já foram analisados, conforme nos diz o mesmo autor, relatórios e dados estatísticos do INEP, do Censo da Educação Superior (CENSUP), do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), pareceres de perito, Plataforma Nilo Peçanha, regimentos e relatórios institucionais. Nesta técnica foram analisados e interpretados os dados presentes nas fichas individuais de acadêmicos contidas no Núcleo de Registro Acadêmico, pois, segundo Vieira, a importância da metodologia da pesquisa documental está,

[...] por ser (um) caminho sistemático e reflexivo para conhecer uma dada realidade que, a princípio, utiliza-se de fontes, que possuem dados produzidos por outro no passado, as quais não sofreram elaboração e publicação, mas estão em um dado estado de conservação que torna possível a apreensão de vestígios de determinado momento no passado e com a qual se buscar dialogar. (VIEIRA, 2004, p. 9).

A pesquisa bibliográfica abrangeu uma modalidade particular de documentos que retratam obras escritas e impressas, que agregaram valor ao tema desenvolvido expondo as principais linhas de pesquisa e destacando os fatores diagnosticados como relevantes para saída desses acadêmicos do sistema de ensino superior do IFNMG – *Campus Araçuaí*.

Neste escopo, procedemos às etapas de:

Inspeção e coleta de todos os materiais bibliográficos e documentos associados ao tema evasão. Essa busca foi efetivada em bibliotecas, no acervo público do IFNMG, do *Campus Araçuaí*, no Núcleo de Registro Acadêmico e no setor pedagógico da instituição examinada. O objetivo desta coleta foi à obtenção de informações para o desenvolvimento de um sistema de categorias que propiciasse a conjectura multidimensional dos fatores que levam o discente a evadir-se do ambiente acadêmico. Segundo Silva Filho, o estudo propiciou:

[...] Em princípio, pode-se estudar a evasão no âmbito de uma IES, ou em um sistema, ou seja, um conjunto de instituições.

O estudo interno, realizado por uma IES com base em seus dados, pode ser muitas vezes mais detalhado porque é possível institucionalizar-se um mecanismo de acompanhamento da evasão, registrando os diversos casos, agrupando e analisando subgrupos, ou diferentes situações (cancelamento, trancamento, transferência, desistência, por exemplo) e, a partir daí, organizar tabelas e gráficos que demonstrem a evolução da evasão para buscar formas de combatê-la com fundamento nos resultados.

Numa IES, a evasão pode ser medida pela simples organização das informações disponíveis nos setores de registro e controle acadêmico. É possível até medir a evasão em uma turma pela comparação entre o número de ingressantes no ano de formação dessa turma e o número de concluintes do mesmo grupo de alunos. (SILVA FILHO, 2007, p. 644, grifo nosso.).

Leitura de documentos históricos e oficiais, coletados na busca constante de reconhecer traços característicos que poderiam inferir algum fator de influência ou que fosse significativo na decisão de o aluno evadir-se. A consulta abarcou os documentos públicos oficiais da instituição e do MEC, correlatos ao ensino superior e à evasão discente deste tipo de ensino que estivessem concatenados com os objetivos desta pesquisa. Nesta etapa houve a leitura de publicações e artigos científicos acerca do tema, além dos relatórios, regulamentos e manuais internos de procedimentos do Núcleo de Registro Acadêmico, setor pedagógico da instituição e atas de reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos superiores do IFNMG – *Campus* Araçuaí, no sentido de empreender esforços para detectar elementos que direcionassem as causas da evasão dos cursos superiores.

Investigação dos relatórios de gestão acadêmica e institucional, que consistiu na descrição do *campus*, infraestrutura, práticas desenvolvidas; indicadores referentes aos processos seletivos da instituição e ao ingresso nos cursos; candidatos/vagas; candidatos concluintes; renda *per capita* dos discentes/família; classificação por sexo e por idade; e outros dados necessários a essa etapa, numa abordagem quantitativa que buscasse indicadores e tendências observáveis. Assim, “as pesquisas quantitativas são aquelas em que os dados e as evidências coletadas podem ser quantificados, mensurados. Os dados foram filtrados, organizados, tabulados, enfim, preparados para que fossem submetidos a técnicas e/ ou testes estatísticos” (MARTINS; THEÓFILO, 2007, p. 135).

Investigação através dos relatórios institucionais mencionados em auditorias do TCU e/ou Controladoria Geral da União (CGU) ou de órgãos vinculados ao MEC, Plataforma Nilo Peçanha, SESu/SISTEC – MEC, cálculos de índices diversos de retenção do fluxo institucional, relação aluno/professor (RAP) na instituição, titulação dos profissionais, e tudo que direcionasse o estudo e tivesse alguma correlação com as causas da evasão discente.

Nesta etapa fez-se uma relação e análise dos requerimentos para a formalização da desistência de vaga pelo discente. Esses documentos encontravam-se arquivados na Coordenadoria do Núcleo de Registro Acadêmico do *Campus* Araçuaí, e foram registrados pelo próprio acadêmico ou pessoa por ele autorizada a formalizar o cancelamento da matrícula. Neste requerimento, o discente informava à instituição os motivos que o levaram a solicitar o cancelamento da vaga do IFNMG – *Campus* Araçuaí. Posteriormente, de acordo com o Regulamento dos Cursos Superiores, esta vaga seria homologada pelo diretor e publicitada para ser ofertada em um processo seletivo de vagas remanescentes. Essa fase foi

fundamental, uma vez que esta pesquisa procurava elucidar os fatores que suscitavam as causas de evasão aos discentes do IFNMG – *Campus Araçuaí*.

Verificação de alunos em situação de evasão, que ficaram retidos em disciplinas nos anos anteriores a saída, no período de 2011 a 2017, utilizando-se, para tanto, dos diários de classes.

4.2 Análise dos Resultados

Para análise dos dados pontuou serem importantes tanto a análise qualitativa, quanto a quantitativa. Os resultados de toda a coleta dos dados do Núcleo de Registros Acadêmicos, juntamente às análises e percepções obtidas, foram expostos a fim de encontrar as razões dos elevados índices de desistência do acadêmico, nos cursos superiores ofertados pelo IFNMG – *Campus Araçuaí*.

Em suma, utilizou-se todo o aparato estatístico necessário para tabular e *mensurar* os resultados encontrados, tais como: gráficos, tabelas, índices etc. de maneira que pudesse se tipificar e propor intervenções pedagógicas a gestão institucional, no tocante a políticas de enfrentamento de evasão dos cursos superiores do IFNMG – *Campus Araçuaí*.

4.3 Categorias de Análises

Para delinear o perfil do estudante evadido, assentou utilizar categorias de análise que faziam parte do processo seletivo vestibular/SISU e, que de alguma forma, determinavam proximidades com as revisões teóricas procedidas ao longo dessa pesquisa, aduzindo as reflexões acerca dos evadidos, a fim de alcançar os objetivos pretendidos para este estudo.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a tese contou com nove análises diferentes, extraídas de formulários socioeconômicos da própria instituição pesquisada e do SISU, por ocasião do ingresso dos acadêmicos, além de outras fichas individuais contidas no Núcleo Registros Acadêmicos. O formulário socioeconômico descreve dados do acadêmico, da família, da escolarização obtida na educação básica e serve, segundo o INEP (2019), para subsidiar pesquisas sobre o nível do ensino ofertado no Brasil.

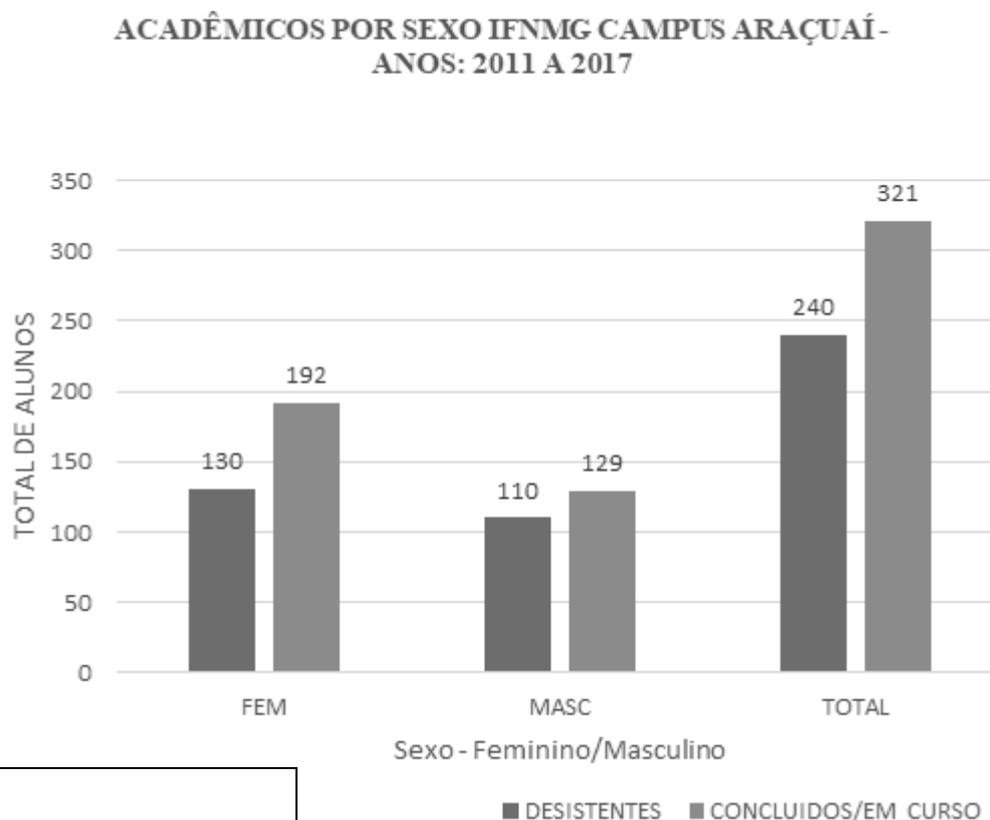
As categorias de análises dos desistentes foram variáveis por atributos individuais definidos a saber: sexo, faixa etária, estabelecimento de ensino da educação básica, condição econômica individual e familiar, escolaridade dos pais, renda econômica, renda familiar/número de pessoas do núcleo familiar, cor, escolaridade do acadêmico com relação a

origem da educação básica e modalidade de ingresso. As análises compreenderam as condições relacionadas com trancamento de semestre e reprovação em disciplinas. Estas categorias constituíram como eixo central e referências que determinaram assimilações, do objeto analisado: a evasão. Além de preocupação com a representatividade numérica que os dados traduziam para a evasão do IFNMG – *Campus Araçuaí*, esmerou-se também a abordagem qualitativa, o que permitiu o aprofundamento das questões que determinaram a evasão dos acadêmicos.

Tal procedimento mostrou-se basilar à conclusão dos objetivos pretendidos: identificar os perfis dos estudantes e suas taxas de permanência, conclusão e desistência; avaliar fatores internos e externos que acarretaram a evasão dos cursos superiores do IFNMG – *Campus Araçuaí*; e a identificação do curso de maior índice de evasão, bem como suas causas e implicações. Fez-se necessário esclarecer também que o status “não declarado” foi inserido na pesquisa em algumas categorias de análises, em função de o arquivo físico do Núcleo de Registro Acadêmico do IFNMG – *Campus Araçuaí*, não possuir informações de alguns acadêmicos desistentes, que pudessem ser coletadas para a pesquisa.

4.3.1 Sexo versus desistência

A primeira categoria analisada foi o sexo dos alunos evadidos. Da amostra total de acadêmicos que ingressaram no IFNMG – *Campus Araçuaí* nos três cursos ofertados, Tecnologia em Gestão Ambiental, Bacharelado em Administração e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, no período de 2011 a 2017, qual seja, dos 561 ingressantes, 322 eram do sexo feminino e 239 do sexo masculino, conforme observação do Gráfico 5.

Gráfico 5 – Total de Acadêmicos por Sexo IFNMG – *Campus Araçuaí*

FONTE: IFNMG – *Campus Araçuaí*. Elaborado pela autora com base no Formulário Sócio Econômico, 2011, 2017.

Contudo, o que se apurou é que, tanto o sexo feminino como o masculino, o número de desistentes não foi superior ao número de conclusos ou em curso. Foram, neste sentido, 240 desistentes (42,78%), sendo 130 acadêmicas (24,60%) e 110 acadêmicos (18,18%), em oposição a 321 de conclusos e ou, em curso (57,22%), a saber, 192 acadêmicas (34,23 %) e 129 acadêmicos (22,99%), totalizando os 561 alunos (100%) que ingressaram nos cursos de graduação do IFNMG – *Campus Araçuaí* no período de 2011 a 2017. Prosseguindo, na Tabela 19 analisou-se a variável sexo por curso.

Tabela 19 – Desistentes dos cursos superiores de graduação por sexo IFNMG – Campus Araçuaí 2011 a 2017.

TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL									
ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL	
FEM/DESIST	9	15	8	10	20	9	8	79	14,08%
MASC/DESIST	6	7	7	8	4	6	10	48	8,55%
TOTAL ATIVOS	25	18	21	21	20	21	17	143	25,50%
TOTAL DE INGRESSANTES	40	40	36	39	44	36	35	270	48,13%
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO									
ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL	
FEM/DESIST			10	11	7	3	8	39	6,95%
MASC/DESIST			5	6	8	6	5	30	5,35%
TOTAL ATIVOS			27	25	28	29	31	140	24,95%
TOTAL DE INGRESSANTES			42	42	43	38	44	209	37,25%
TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS									
ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL	
FEM/DESIST						5	07	12	3,57%
MASC/DESIST						15	17	32	4,28%
ATIVOS						20	18	38	6,77%
INGRESSANTES						40	42	82	14,62

FONTE: Elaborada pela autora com base no Formulário Sócio Econômico, 2011,2017, IFNMG – Campus Araçuaí.

Pela tabela anterior, observa-se que, no curso Tecnologia em Gestão Ambiental ingressaram 270 acadêmicos, sendo que 143 desistiram ao longo do período analisado, 14,08% do sexo feminino e 8,55% do sexo masculino. Em todos os anos analisados, com exceção do ano de 2017, o sexo feminino evadiu-se mais. Este índice afetou no resultado final de ser do sexo feminino os percentuais maiores de desistência de vaga no curso, assim, o curso de Gestão ambiental representou 25,50% de desistentes no total de ingressantes.

A margem de percentual maior para o sexo feminino também sobressaiu no curso de Bacharelado em Administração, exceto em 2016. Os índices de desistentes foram 6,95% para o sexo feminino, e 5,35% para o masculino, considerando o total de ingressantes, qual seja, 561.

Todavia, na apuração referente ao curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas houve 44 desistentes, sendo 12 do sexo feminino, e 32 do sexo

masculino. Na apuração deste curso, ao contrário dos anteriores, os ingressantes do sexo masculino apresentaram maior percentual de desistência. Apurou-se que, dos 82 acadêmicos que ingressaram no curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, 18 eram do sexo feminino, e o restante, equivalente a 62 acadêmicos, era do sexo masculino. Assim, do total de 18 ingressantes do sexo feminino, 12 (3,57%) desistiram, e do sexo masculino, dos 64 que ingressaram, 32(4,28%) desistiram.

Na análise estratificada, verificou-se que, com relação ao gênero, o sexo feminino obteve um índice mais elevado de desistência de vaga dos cursos superiores de graduação. Segundo Silva e Hasenbalg (2000, p. 423-445), no Brasil, as primazias alusivas “as desvantagens educacionais” obtidas pelos homens em séculos passados e, principalmente, nos últimos 10 anos, foi reduzida. Contudo, observou-se que, em menor incidência, as diferenças educacionais com relação ao gênero ainda persistem na microrregião de Araçuaí, e isto se reflete nos índices de evasão apurados no IFNMG – *Campus Araçuaí*.

Os dados do Censo Escolar de 2018, obtidos pelo INEP (2017, p. 7) revelam que “em relação ao número de estudantes matriculados o sexo feminino predomina em ambas as modalidades de ensino”. Apesar dos índices deste conceituado instituto publicarem um aumento no número de matrículas para o sexo feminino nas modalidades de ensino, e paralelo a isso no Brasil verificou-se também o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e nos movimentos políticos e sociais, no Vale do Jequitinhonha e, em especial, na microrregião de Araçuaí, ainda perpetuavam os problemas relacionados à mulher, e se configuravam totalmente desfavoráveis em relação à condição masculina. No Brasil, a carência de políticas públicas destinadas às mulheres só agrava o problema, afastando todas as possibilidades de reversão do atraso educacional. A curto, médio e longo prazo, somente com a educação é possível transformar essa realidade, constatando-se, assim, a importância do *Campus Araçuaí* para essa região.

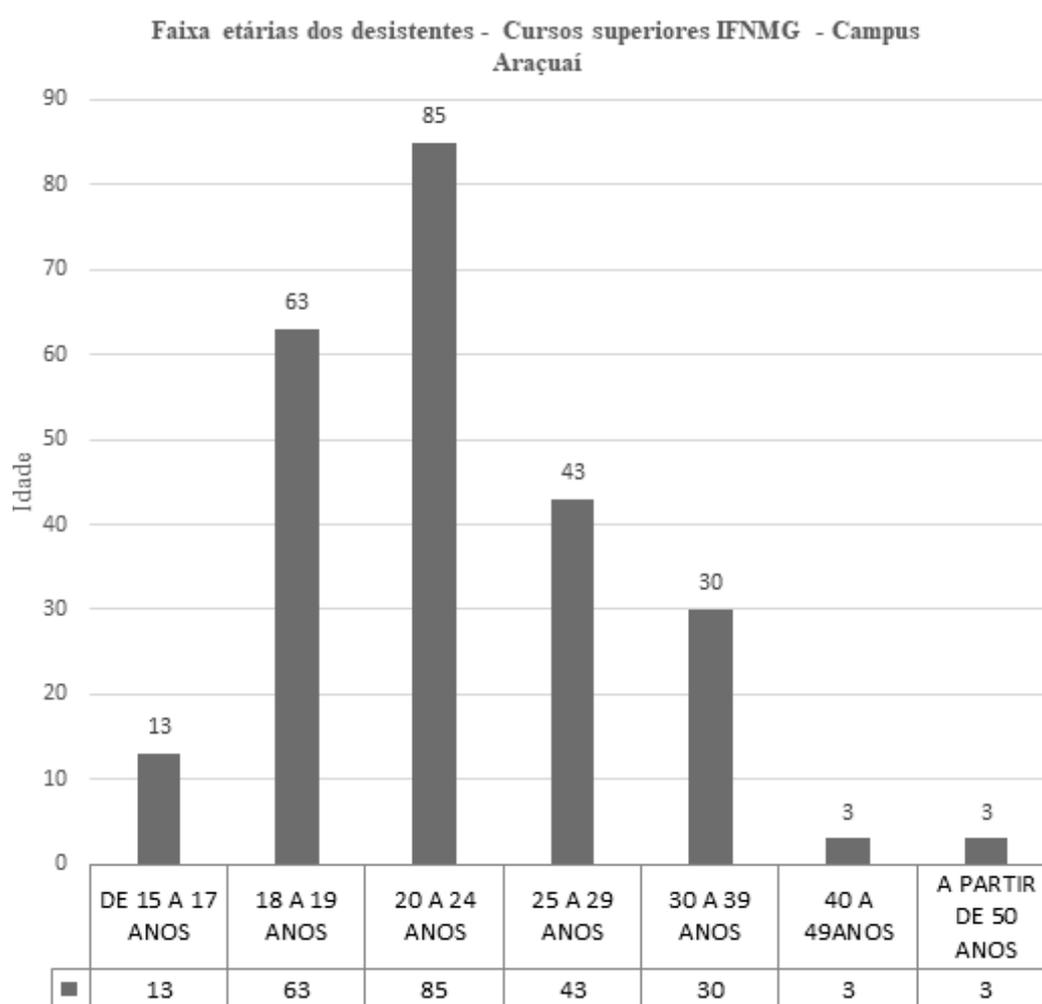
4.3.2 Faixa Etária versus desistência

A próxima análise definida do universo pesquisado foi em relação a faixa etária dos desistentes dos cursos superiores do IFNMG – *Campus Araçuaí*, nos três cursos pesquisados. Para tanto, neste estágio, definiu-se adotar as sete faixas etárias utilizadas nos formulários socioeconômicos do INEP no SISU, e da instituição pesquisada, ou seja, 15 a 17 anos, 18 a 19 anos, 20 a 24 anos, 25 a 29 anos, 30 a 39 anos, 40 a 49 anos e a partir de 50 anos.

Nesta etapa, vislumbrou ser fundamental conhecer também a faixa etária dos alunos ativos, aqui representados pelos acadêmicos que integralizaram o curso até a última colação de grau oficial, realizada no dia 10 de março de 2019, e os que estão regularmente matriculados no primeiro semestre 2019/01.

Esta etapa objetivou verificar se a faixa etária dos desistentes e o fator idade, em específico, contribuíram para a elevação do índice da evasão. Assim, através do Gráfico 6, visualizou-se a faixa etária dos acadêmicos dos três cursos superiores, com abrangência além do universo pesquisado que são os desistentes.

Gráfico 6 – Faixa etária dos desistentes cursos superiores IFNMG – Campus Araçuaí – Período 2011 a 2017.



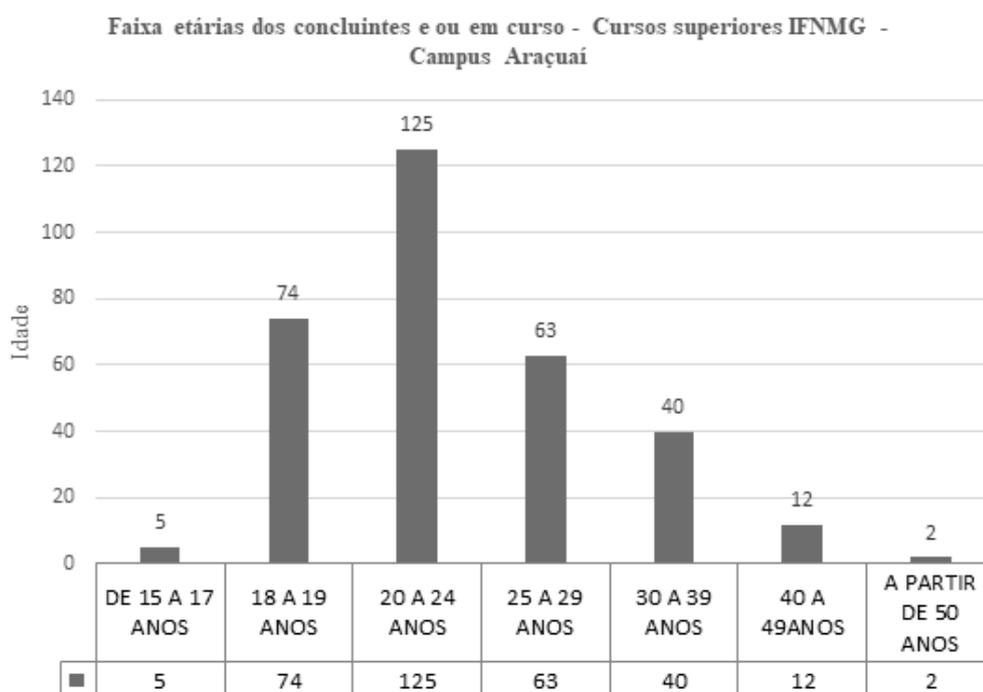
Fonte: Elaborada pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí.

Neste gráfico, observou-se que na faixa etária de 20 a 24 anos, é a que apresenta maior índice de desistentes: do total de 240 desistentes dos cursos pesquisados, 37,43%

desistiram, o equivalente a 85 acadêmicos. O montante é representado por 43 alunos do curso Tecnologia em Gestão Ambiental, 24 de Bacharelado em Administração e dezoito acadêmicos do curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

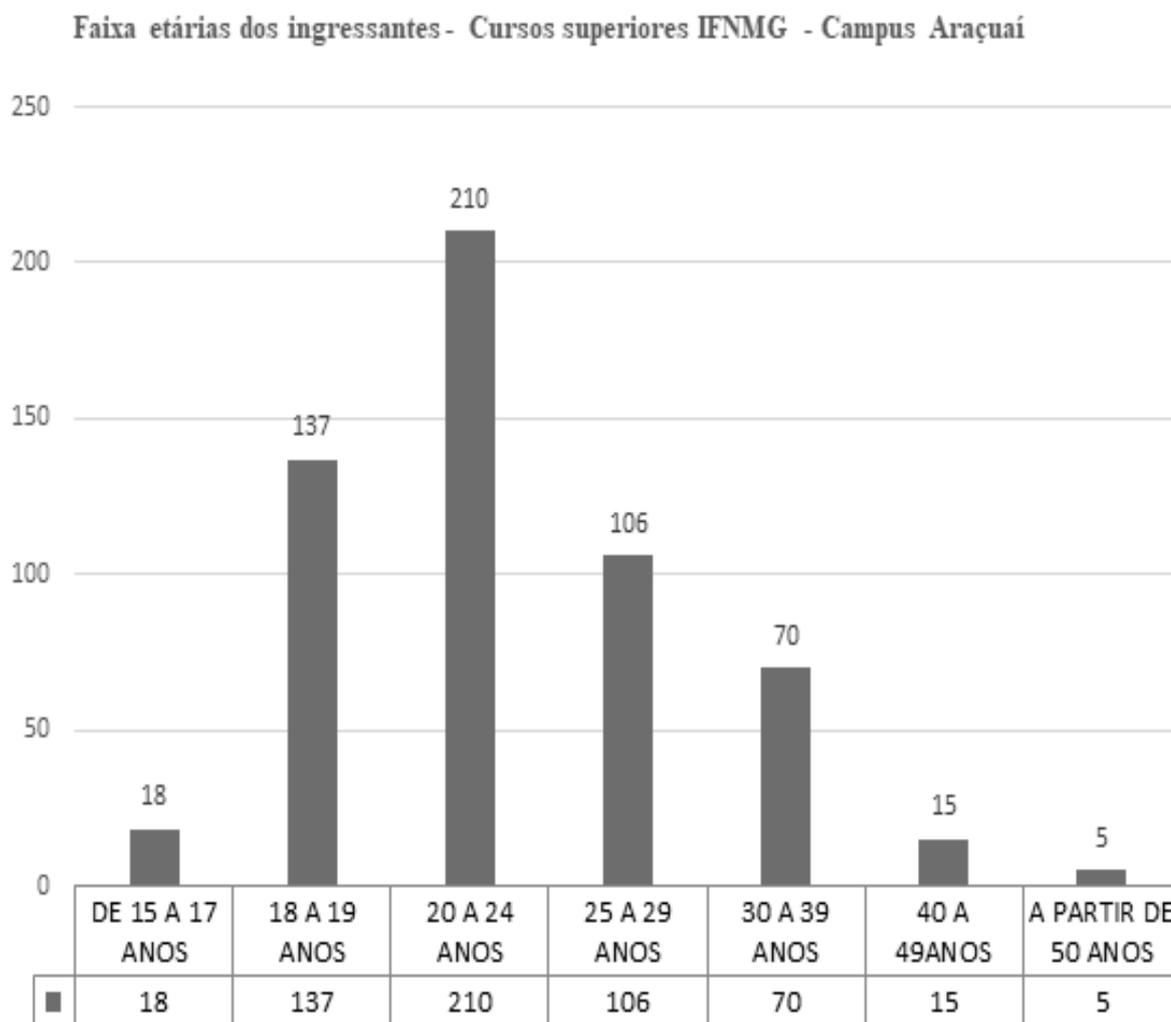
Por outro lado, é necessário dizer que, o índice mais elevado da análise entre os acadêmicos que estão ativos foi apurado nessa mesma faixa etária, qual seja 38,94%, o equivalente a 125 acadêmicos, do universo de 321 acadêmicos ativos, representados no Gráfico 7:

Gráfico 7 – Faixa etária dos concluintes e ou em curso dos cursos superiores IFNMG – Campus Araçuaí – Período 2011 a 2017.



Fonte: Elaborada pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí.

A faixa etária de 20 a 24 anos também atingiu o maior percentual em referência ao ingresso. Logo, é compreensível que essa faixa etária represente os maiores percentuais, tanto de evadidos, como de acadêmicos ativos. Neste sentido, dos 561 acadêmicos ingressantes totais, no período investigado de 2011 a 2017, 210 estão na faixa etária de 20 a 24 alunos, correspondente a 37,43%; seguido pelos ingressantes de 18 a 19 anos, com 24,42%; acadêmicos com idade entre 25 e 29 anos, 18,90%; alunos de 30 a 39 anos, 12,48%; ingressantes na faixa dos 15 a 17anos, 3,21%; que possuem entre 40 a 44 anos, 2,67%; e a partir de 50 anos, 0,89%, conforme verifica-se no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Faixa etária dos ingressantes dos cursos superiores do IFNMG – *Campus Araçuaí*.

Fonte: Elaborada pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – *Campus Araçuaí*.

Entre a amostra pesquisada, os desistentes na faixa etária de 20 a 24 anos representaram 35,45%. Em função dessa casualidade, fez-se essencial definir qual seria a segunda faixa etária, com maior índice de desistentes. Dimensionou-se, deste modo, que dentre os cursos superiores do *Campus Araçuaí*, no período investigado, 63 acadêmicos, representando um índice de 26,25% de desistentes, configuravam-se na faixa de 18 a 19 anos, todavia o índice de ativos superava o índice desse parâmetro de idade.

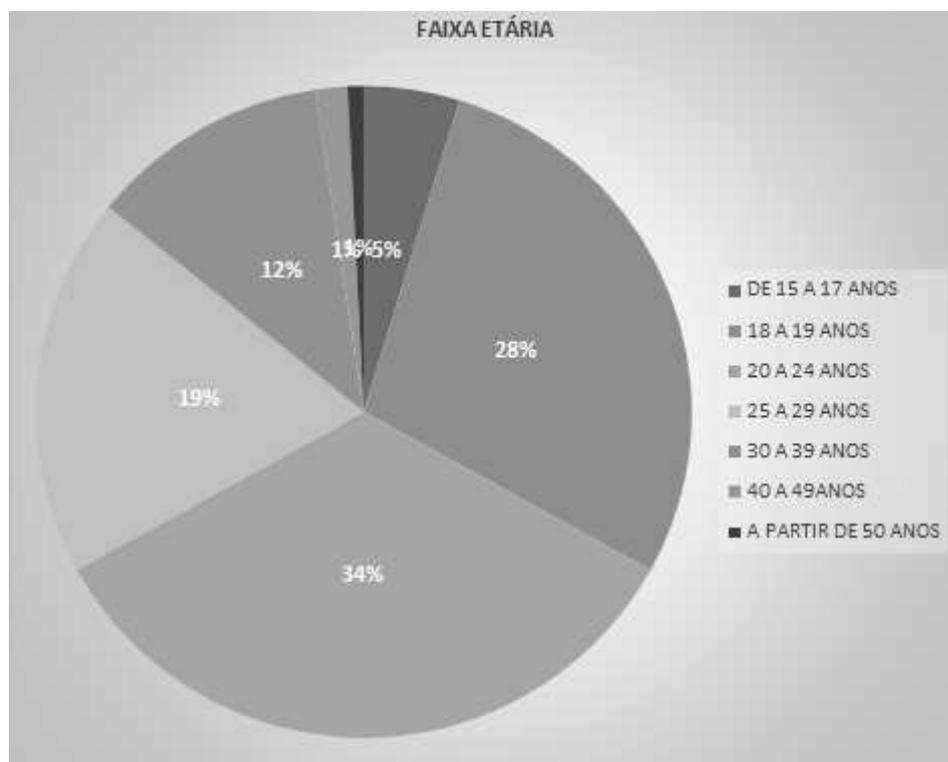
Por fim, as únicas faixas etárias que apresentavam um valor superior de desistentes com relação aos acadêmicos ativos, foram as de faixa de 15 a 17 anos e a partir de 50 anos. Porém, o valor apurado é tão irrelevante, que ficaria prejudicado se houvesse a afirmação de que essas faixas etárias eram agentes causadoras da evasão discente. Apurou-se que as referidas faixas etárias representavam percentuais equivalentes de 5,41% e 1,25% de

desistentes, respectivamente, contra valores de acadêmicos ativos com as mesmas idades, percentuais de 1,55% e 0,63%.

Diante disto, analisou-se curso por curso, na tentativa de esclarecer qualquer indício com relação à faixa etária dos desistentes, que pudesse levar ao alcance dos objetivos desse estudo. Neste contexto, aferiu o curso Tecnologia em Gestão Ambiental, bem como a análise de suas variáveis concernentes as faixas etárias, desde sua criação, em 2011, até a última oferta em 2017, onde se evidenciou uma incidência alta de evasão, considerando os índices preconizados por BRASIL (1995) pela Comissão Especial de Estudos da Evasão, que admitia níveis aceitáveis até 20%. Notou-se que, dos 240 acadêmicos desistentes dos cursos ofertados, 52,92% ou seja, 127 acadêmicos desse total, eram do curso Tecnologia em Gestão Ambiental. Na sequência, analisou-se dentre as faixas etárias coletadas quais seriam as de maior incidência que contribuiriam para definir o perfil deste alunado e também para a evasão discente.

Assim mensurou os seguintes índices: acadêmicos de 15 a 17 anos, 2,5%; na faixa etária dos 18 a 19, 15%; aqueles com idade entre 20 e 24, 17,92%; ingressantes que possuem de 25 a 29, 10%; alunos com 30 a 39, 6,25%; dentro da faixa de 40 a 49, 0,83%; e a partir dos 50 anos, 0,42%, como se vê no Gráfico 9, a seguir.

Gráfico 9 – Faixa etária dos desistentes do curso tecnologia em gestão ambiental no período de 2011 a 2017 com relação ao total de desistentes.



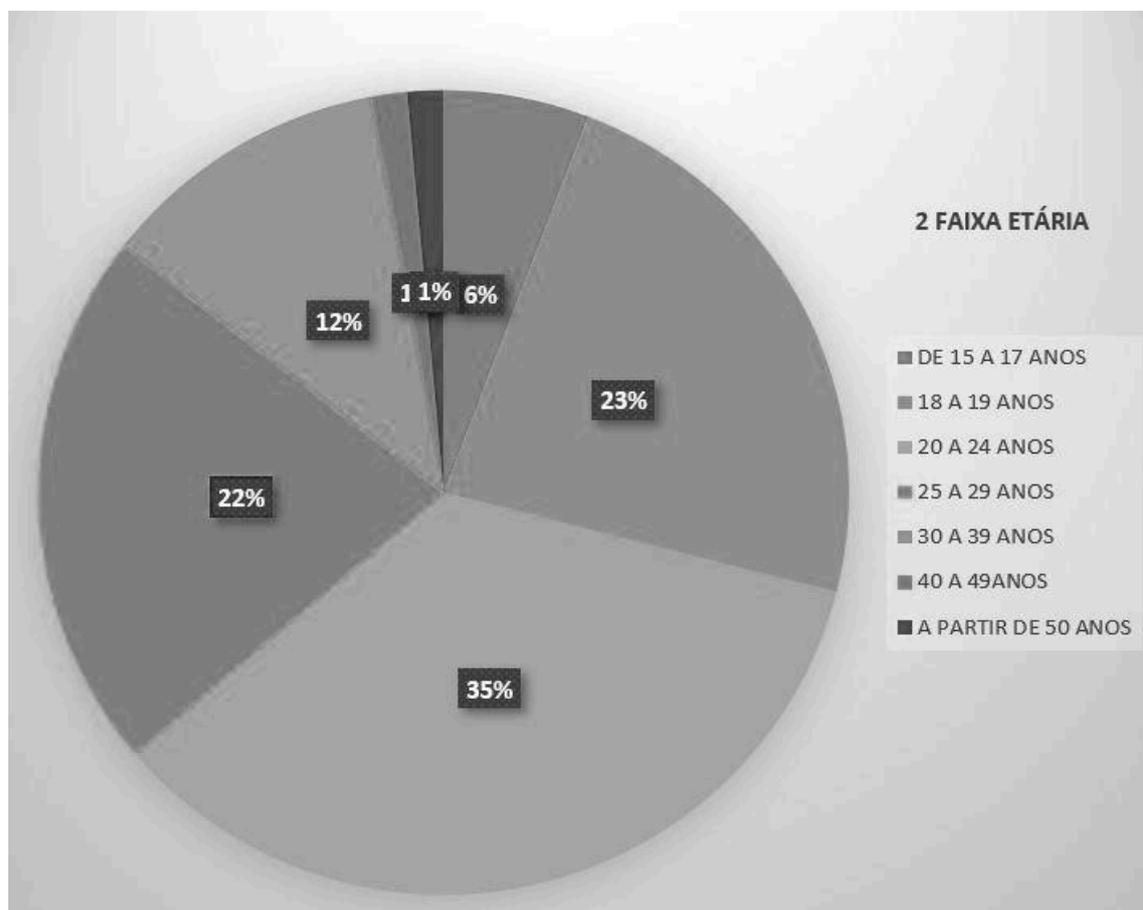
Fonte: Elaborada pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí.

Na presente análise, contabilizou-se que as faixas que obtiveram índices de desistência maiores foram as de 20 a 24, com 17,92%, e de 18 a 19 anos, com 15%, em relação às faixas etárias analisadas em todos os cursos ofertados no período analisado. De igual modo seguiu-se com o terceiro índice, na faixa etária de 25 a 29 anos, com 10%, e 6,25% no quarto índice analisado, entre 30 a 39 anos. Os demais índices, referentes às outras faixas não referidas nesta análise, são ínfimas para o contexto analisado.

Perseverou-se com o curso Bacharelado em Administração, na diligência de examinar o curso, no tocante aos índices de acadêmicos desistentes, e constatar o que já foi observado nas outras análises anteriores ou diagnóstico divergente que mereça deferência no perfil de desistentes dos cursos. Destarte, para a formação em tela, apurou-se 69 desistentes, representando 28,75% do montante de 240 acadêmicos desistentes dos cursos ofertados. Atinente à faixa etária, depurou-se que, neste curso, persistem os maiores índices de evasão nas mesmas faixas etárias analisadas nas etapas anteriores, ou melhor, na faixas dos 20 aos 24 anos no topo, seguido pelos acadêmicos de 18 a 19 anos, em terceiro lugar aqueles de 25 a 29

anos, e, em quarto, a faixa etária dos 30 a 39 anos. As demais idades não representam considerações dignas de nota. Tais afirmações encontram-se demonstradas no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Desistentes do curso bacharelado em administração no período de 2013 a 2017 com relação ao total de desistentes.



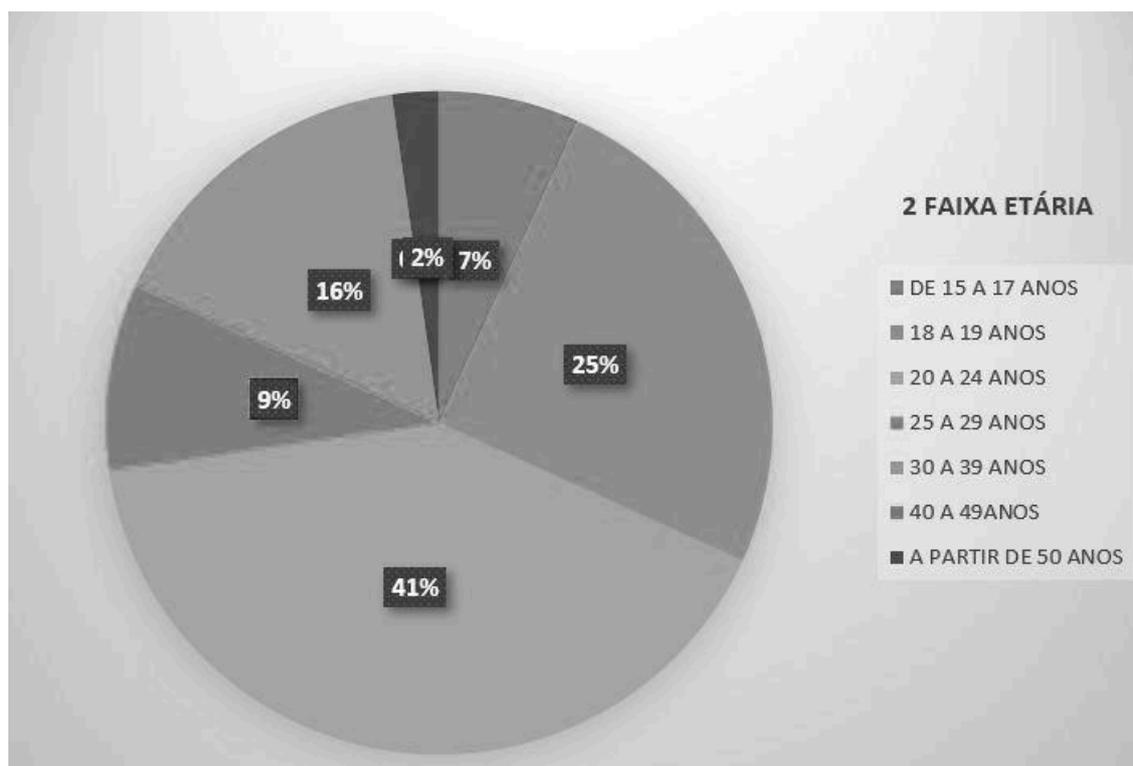
Fonte: Elaborada pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí.

Acerca deste curso, não se verificou, portanto, nenhum indício que representasse curva de índices diferente dos anteriormente analisados, alusivos às faixas etárias. A última análise procedida foi do curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Asseverou-se que este curso, com relação aos outros analisados, teve uma incidência maior de acadêmicos desistentes, considerando que em dois anos, desde sua criação, em média, teve 22 acadêmicos desistentes por ano, totalizando 44 desistentes.

Quanto às faixas etárias analisadas, os parâmetros encontrados anteriormente se mantiveram ocupando as primeiras posições, até o segundo lugar, quais sejam acadêmicos na faixa dos 20 a 24 alunos, com 7,5% dos desistentes, e aqueles entre 18 a 19 anos, com 4,58%, respectivamente. Entretanto, a terceira faixa etária diverge das análises anteriores, sendo

preenchida pelos ingressantes com idade entre 30 a 39 anos, estampando 2,92% dos evadidos, e só então se alcançou a faixa de 25 a 29 anos, com representação de 2,92%. As demais faixas inclusas na análise não pontuaram com índice expressivo. O Gráfico 11 ilustra o que foi supramencionado.

Gráfico 11 – Desistentes do Curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas no período de 2016 a 2017 com relação ao total de desistentes.



Fonte: Elaborado pela autoria com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí.

Em síntese, as análises demonstraram que as faixas etárias que obtiveram índices de desistências mais elevados, foram as que compreenderam as idades de 20 a 24 anos, 18 a 19 anos e por último a de 25 a 29 anos.

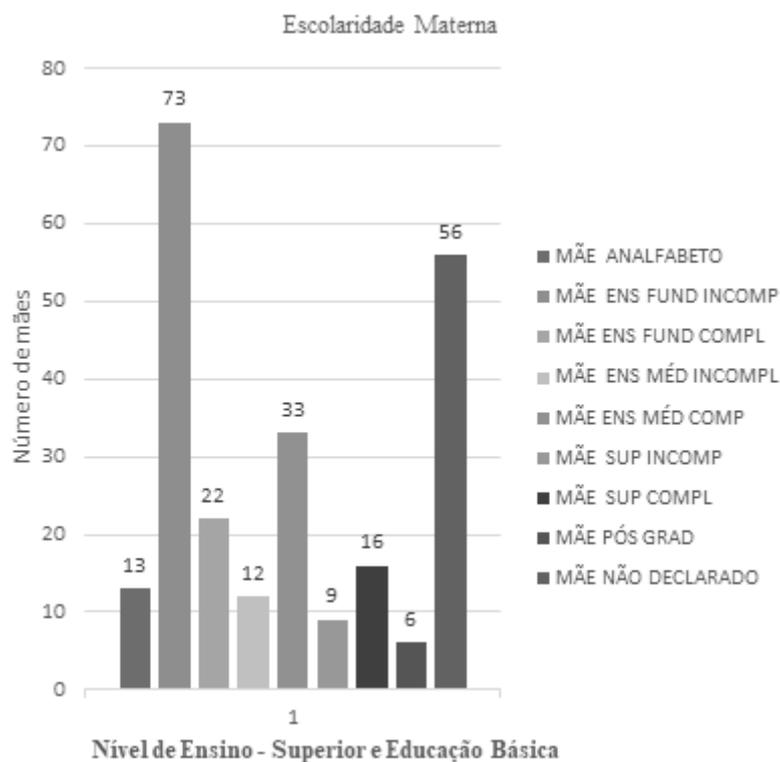
4.3.3 Escolaridade dos pais versus desistência

A escolaridade dos pais foi mensurada neste estudo para acrescentar particularidades essenciais ao perfil dos acadêmicos evadidos. Sendo assim, o formulário socioeconômico utilizado para essa pesquisa, tipificava a escolaridade em: pai e mãe analfabetos, com ensino fundamental completo e incompleto, com ensino médio completo e incompleto, com superior

completo e incompleto, com pós-graduação. Todos os dados referentes ao perfil do acadêmico foram extraídos de formulários de arquivos de dados contidos no Núcleo Registro Acadêmico. Todavia, algumas pastas não possuem tal informação. Tal fato impeliu-se na inclusão de tal atributo, como perfil não declarado. Dessa maneira, concluiu-se que a maioria dos pais e mães dos desistentes foram declarados pelos acadêmicos, como tendo somente o ensino fundamental completo/incompleto, isto é, 118 pais, representando 49,16%, e 95 mães, representando 39,58% do total de desistentes.

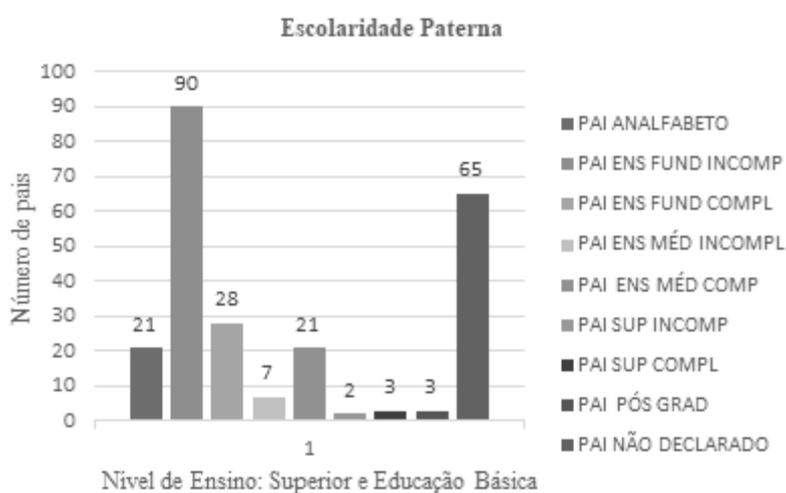
Outro fato marcante diz respeito à escolaridade dos pais e mães que cursaram ou completaram o ensino superior. Neste cenário, somente cinco pais dos 240 acadêmicos desistentes declararam que cursaram ou concluíram o ensino superior. As mães registraram índice de 10,41% para o nível superior completo ou incompleto. Os pais, em oposição ao índice materno, figuram somente com 2,08% neste mesmo nível de ensino. Neste atributo, viu-se que as mães possuíam escolaridade maior do que a figura paterna, conforme se visualiza nos Gráfico 12 e Gráfico 13, a seguir. Porém, pesquisa divulgada pelo IBGE (2018) ressaltou que, mesmo em número bem superior aos homens, as mulheres ainda enfrentam desigualdades no mercado de trabalho.

Gráfico 12 – Escolaridade materna dos acadêmicos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017.



Fonte: Elaborada pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí.

Gráfico13 – Escolaridade paterna dos acadêmicos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017.



Fonte: Elaborada pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí.

Aferiu índice significativo nos níveis de ensino, tanto na educação básica como no ensino superior, quando se agregou os percentuais maternos e paternos, como se observa no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Escolaridade Materna e Paterna agregados – IFNMG – Campus Araçuai



Fonte: Elaborada pela autora com base no IFNMG, FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuai.

Todavia, teve-se a dimensão exata de que a microrregião de Araçuai não dá conta de competir com as regiões mais desenvolvidas quando observado que a população adulta não possui escolaridade, comprometendo, desse modo, todos os indicadores relacionados à qualidade de vida da população. Não é à toa que o IBGE (2010) preconizava que o IDHM referente a população de 18 anos ou mais com o ensino completo, carregava “uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas de menor escolaridade”.

Segundo Silva e Hasenbalg (2000), existem três dimensões da desigualdade brasileira que apontam sobre as possibilidades de progressão escolar. O autor associou a primeira dimensão recursos econômicos. A segunda dimensão é o que interessa na análise de escolaridade dos pais. Diz respeito aos recursos educacionais ou culturais, e exterioriza o nível de escolaridade dos membros da família com idade adulta, e particularidades relacionadas ao ambiente cultural que os envolve. Em síntese, o autor argumenta que, quanto maior o nível educacional dos pais, maior a probabilidade dos filhos serem na trajetória escolar. Desta forma, o presente estudo correlaciona escolaridade dos pais com o que afirma a SEDRU (2014), que preceitua que esta microrregião retrata cenário desolador, num contexto

educacional, quando comparado a outras regiões brasileiras. Não há, neste sentido, como não relacionar abandono escolar com escolaridade precária dos pais. A escolaridade formal tornou-se essencial e imprescindível, tendo em vista que uma população pouco instruída está exposta a todo tipo de mazela social, o que reflete, principalmente, no acesso de direitos referente às políticas públicas, a saber, educação, saúde, mercado de trabalho, e todas que possibilitem, ao indivíduo, o pleno exercício da cidadania.

4.3.4 Atividade remunerada/trabalho versus desistência

Na definição dos pontos a serem abordados para elaboração do perfil do acadêmico desistente, a análise de ocupação/trabalho faz-se fundamental. Sem uma pesquisa científica aprofundada, podia-se associar a desistência do acadêmico diretamente ao fato de ele ter que abandonar os estudos em função do trabalho. Porém, o fato de o acadêmico possuir uma atividade remunerada não basta como fundamento para definir a evasão acontecida nos cursos superiores do IFNMG – *Campus Araçuaí*, considerando que os percentuais encontrados foram equivalentes.

Contudo, segundo Tinto (1997), os compromissos assumidos externamente, por exemplo, o trabalho, são internalizados. Isto, segundo o autor, é elemento preponderante na tomada de decisão de abandonar o curso no qual ingressou, ou permanecer seguindo seus objetivos de formação em nível superior.

O que se apurou, e que pode ser comprovado no Gráfico 15, a seguir, é que, na data de ingresso dos acadêmicos desistentes, somente 44,58% deles possuíam um trabalho, sendo similar o percentual daqueles que declaravam não possuírem qualquer ocupação, e 10,83% ter não declarado trabalho algum

Gráfico 15 – Apuração de atividade remunerada dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017.



Fonte: Elaborada pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí.

Prosseguindo com a análise curso a curso, verificou-se que, no curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, o atual quadro, quando do ingresso do acadêmico, era que 38,64% possuíam um trabalho, 59,09% não dispunha de qualquer ocupação para o sustento e 2,27% não declararam. Notou-se que o índice mais elevado neste curso equivale, justamente, aos que não possuíam um emprego para geração de renda. Já no curso Bacharelado em Administração, 53,62% possuíam um trabalho, contra 37,68% dos que não possuíam, e 8,70% não declararam a situação ocupacional. Quando se partiu para a aferição do índice de ocupação no curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, percebeu-se que o índice dos que possuíam uma ocupação reduziu para 41,73%, contra 43,31% daqueles que não estavam empregados, e 14,96% não declarou se trabalhava ou não.

Nesta análise, com referência a atividade remunerada, um aspecto mereceu consideração: a dificuldade de conciliar estudos com trabalho, conforme alegaram alguns acadêmicos, por causa da falta de tempo ou mesmo por necessidades exclusivamente financeiras, impossibilitou-os de continuarem seus estudos, levando-os a evadir, como aconteceu no *Campus Araçuaí*.

4.3.5 Renda econômica versus desistência

Tendo em vista o PPC Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, os relevantes dilemas sociais e econômicos provenientes da renda per capita baixa, má distribuição de renda e limitada produção de bens e serviços da microrregião do Médio

Jequitinhonha (IFNMG, 2017), seria um contrassenso não considerar, tanto a renda econômica individual, quanto a familiar, como um dos quesitos que podem inferir na evasão dos acadêmicos investigados, como afirma Lobo e Silva Filho et al. (2007)

Outra questão importante, diz respeito às bases financeiras da evasão. De modo geral, as instituições, públicas e privadas, dão como principal razão da evasão a falta de recursos financeiros para o estudante prosseguir nos estudos. É, também, o que o estudante declara quando perguntado sobre a principal razão da evasão. No entanto, verifica-se nos estudos existentes que essa resposta é uma simplificação, uma vez que as questões de ordem acadêmica, as expectativas do aluno em relação à sua formação e a própria integração do estudante com a instituição constituem, na maioria das vezes, os principais fatores que acabam por desestimular o estudante a priorizar o investimento de tempo ou financeiro, para conclusão do curso. (LOBO E SILVA FILHO et al., 2007, p.643).

Deste modo, avaliou ser vital a coleta de dados individuais e familiares da renda econômica. O que se apurou tanto na renda individual, como na familiar, é que as faixas salariais que atingiram a maioria dos acadêmicos do universo pesquisado, mantiveram-se uniformes como renda bruta de até um salário mínimo (SM) vigente na época. Nos itens seguintes, analisou-se, em separado, as rendas individual e familiar.

Antes de descrever esta a categoria, pontuou-se ser necessário ressaltar a possibilidade de o candidato que postulava ingresso por meio do formulário socioinstitucional ter incluído, como atividade remunerada, o exercício de trabalho informal. Na microrregião de Araçuaí, esta prática é comum, tendo em vista que a região não oferece grandes oportunidades de emprego, qualificação e renda (SEDRU, 2014).

A renda individual/familiar foi demonstrada nos gráficos levando em consideração nove faixas salariais diferentes que tipificavam a renda do acadêmico desistente, quais sejam: a) nenhuma renda; b) 1 SM; c) de 1 até 1,5 SM; d) mais de 1,5 até 3 SM; e) mais de 3 a 5 SM; f) mais de 5 até 10 SM; g) mais de 10 até 20 SM; h) mais de 20 SM; i) não declarado.

Importante esclarecer que a renda individual informada nos formulários socioeconômicos respondidos pelos desistentes, tanto nos criados pelo IFNMG em seus processos seletivos vestibulares, quanto nos criados SISU, a partir de 2012, foram baseados na renda mensal bruta. No tocante à renda familiar, houve divergência nos formulários, vez que este questionava o ingressante quanto a sua renda familiar bruta, enquanto aquele levava em consideração a renda familiar *per capita*.

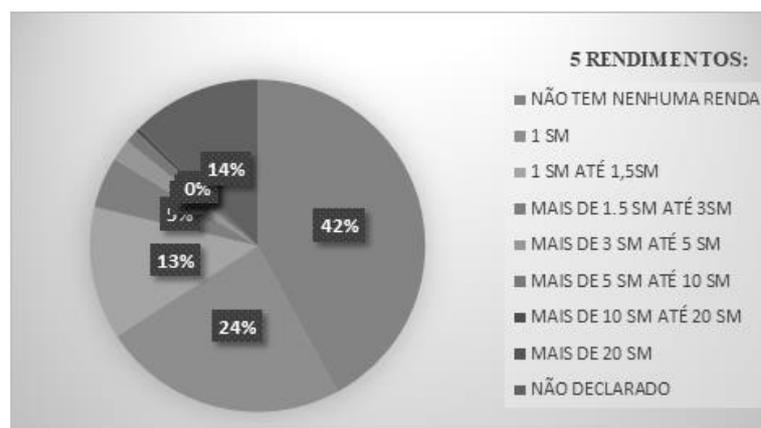
Deste modo, a presente análise optou por utilizar a *per capita* indicada pelo acadêmico. Nos formulários em que figuravam a renda bruta familiar, quais sejam os

formulados pelo SISU, dividiu-se o valor pelo número de pessoas da família, a fim de alcançar-se um padrão para composição dos dados da pesquisa.

Outro ponto que mereceu esclarecimento foi o fato de o formulário disponibilizado pelo SISU não possuir, em sua grade remuneratória familiar, opção para aqueles que não possuíam qualquer renda per capita. Assim sendo, ao responder o questionário, o ingressante deveria, obrigatoriamente, selecionar a alternativa de renda compreendida entre 1 e 2 SM auferidos.

O Gráfico 16, a seguir, esclarece que, no tocante à renda individual, 42% dos acadêmicos dos cursos superiores investigados, ingressados no período entre 2011 a 2017, não possuíam qualquer tipo de renda mensal, e que, nesta mesma ocasião, 24% revelavam apurarem renda mensal de somente um salário mínimo.

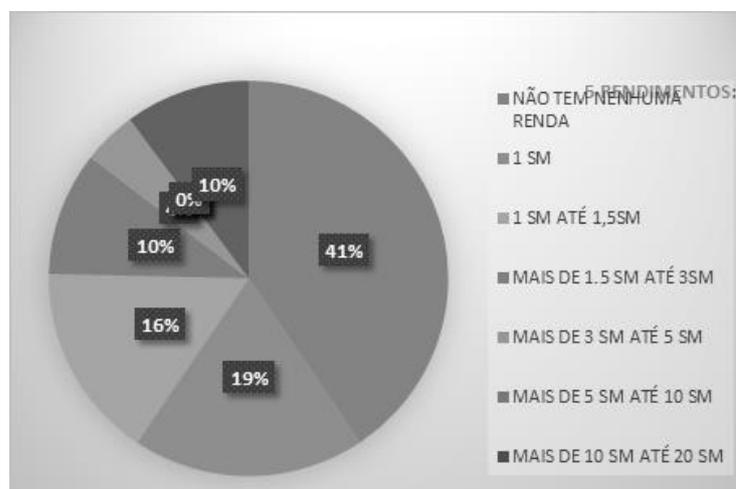
Gráfico 16 – Apuração da renda individual dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017.



Fonte: Elaborado pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí

Quanto ao curso de Bacharelado em Administração, verificou-se que mesma inclinação de índice mais alto, quando constatado que o equivalente a 41% dos acadêmicos desistentes não tinha nenhuma fonte de renda, conforme demonstra o Gráfico 17.

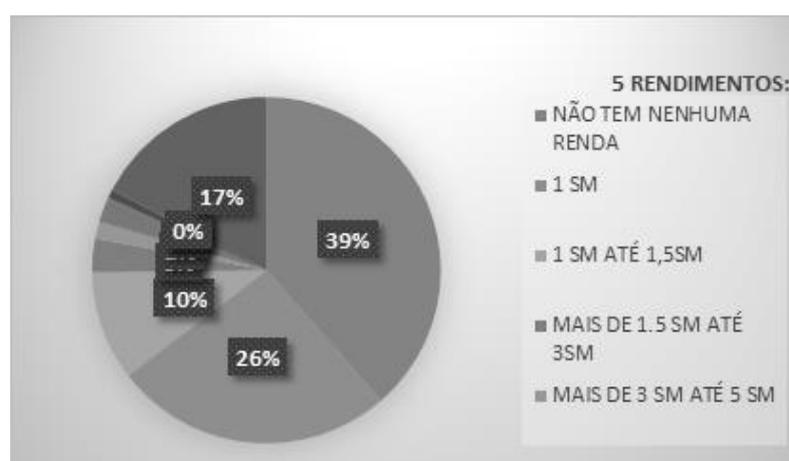
Gráfico 17 – Apuração da renda individual dos desistentes do curso superior bacharelado em administração no período de 2013 a 2017.



Fonte: Elaborado pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí

No curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, assim como os cursos de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Bacharelado em Administração, predomina a mesma tendência verificada em relação aos índices de acadêmicos que não possuíam renda individual, quando do ingresso no curso. Pelo ilustrado no Gráfico 18, é possível observar que o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental possui 39% de acadêmicos na faixa especificada:

Gráfico 18 – Apuração da renda individual dos desistentes do curso superior tecnologia em gestão ambiental no período de 2011 a 2017



Fonte: Elaborado pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí adaptado pela autora.

4.3.6 Renda Familiar bruta/número de pessoas da família

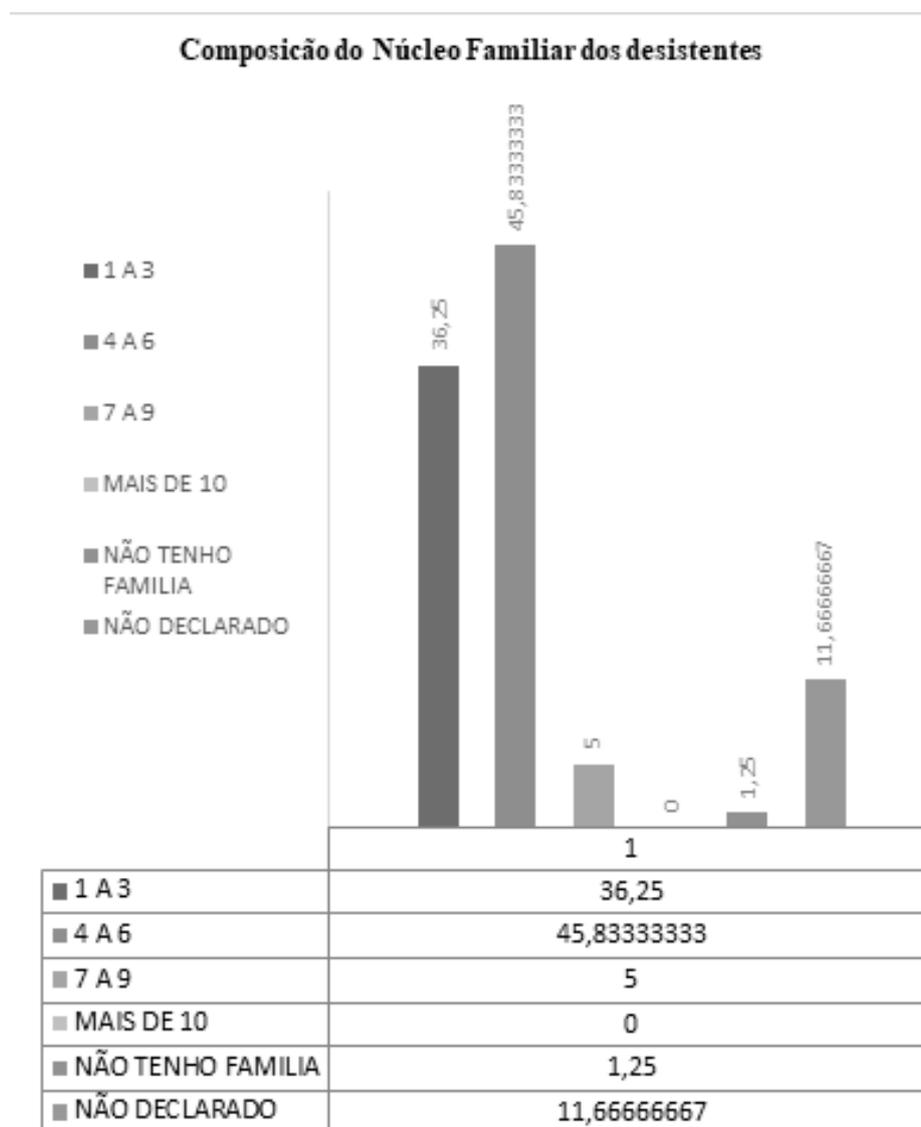
Para mensurar a base da faixa salarial familiar, foi fundamental definir a constituição do núcleo familiar. A renda familiar *per capita* não foi apurada, porque alguns formulários socioeconômicos mencionavam somente a renda bruta. Apesar de a renda *per capita* constituir a divisão da renda bruta entre os componentes familiares, o que se verificou é que, para a maioria dos acadêmicos, a renda familiar bruta era de até um salário mínimo, dividido entre uma família de quatro a seis pessoas.

O número de membros por família também foi obtido por meio do formulário socioeconômico, que estabelecia como opções: 1 a 3 pessoas, 4 a 6 pessoas, 7 a 9 pessoas, mais de 10 pessoas, não tenho família e não declarado.

A maior incidência, representando 45,83% dos desistentes dos cursos superiores do IFNMG – *Campus Araçuaí*, no período de pesquisa, qual seja, entre 2011 e 2017, é de núcleos familiares constituídos de 4 a 6 membros; figurando, em segundo lugar, as composições de 1 a 3 pessoas, equivalente a 36,25% dos ingressantes. O índice de 11,66% configura-se no terceiro grupo, abrangendo os acadêmicos desistentes que não declararam registro para a categoria em análise, seguido pelos grupos familiares de 7 a 9 pessoas representam 5% dos alunos.

Todos os dados descritos podem ser verificados no Gráfico 19.

Gráfico 19 – Constituição familiar dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017.



Fonte: Elaborado pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí

Quanto a renda familiar bruta, analisaram-se oito parâmetros diversos daqueles aplicados para auferir a renda individual, sendo: a) até 1 SM; b) mais de 1 até 2 SM; c) mais de 2 até 3 SM; d) mais de 3 até 5 SM; e) mais de 5 até 10 SM; f) mais de 10 até 20 SM; g) mais de 20 SM; e h) não declarado, conforme pode ser observado no Gráfico 20.

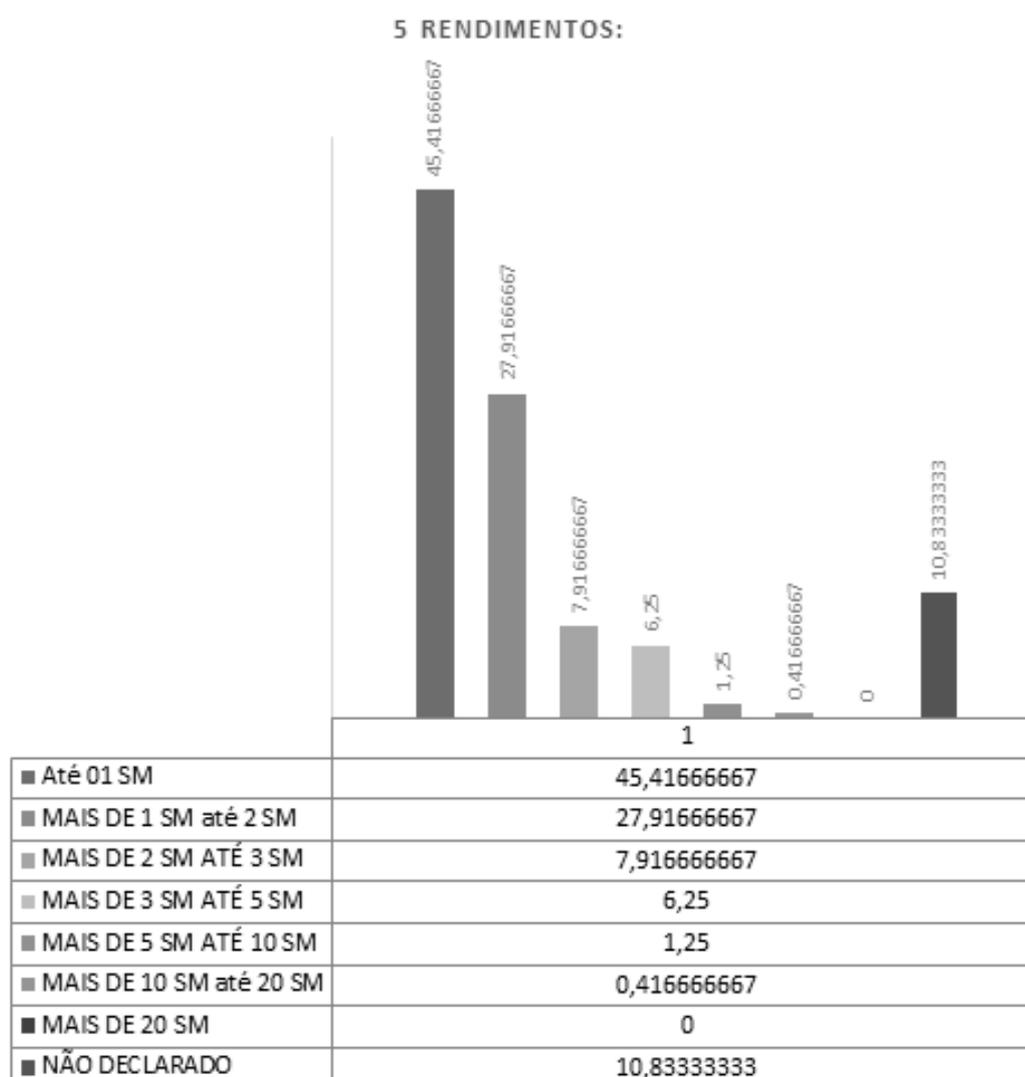
Aqui, assim como observado em relação à renda individual, o maior índice revela que 45,41% do total, o equivalente a 109 acadêmicos desistentes, à época do ingresso, possuíam renda de até um salário mínimo bruto. Constatou-se que o segundo lugar, com 67 acadêmicos desistentes, percebia uma renda de mais de 1 até 2 SM. O índice de 10,83% foi representado pelos acadêmicos que não possuíam declarações em arquivo no Núcleo Registro

Acadêmico e, finalmente, ocupando o quarto lugar na tabela, com 19 acadêmicos, atingindo o patamar de 7,92%, aqueles que auferiam renda familiar bruta de 2 a 3 SM.

Em ambas as análises, os acadêmicos desistentes declararam, por meio do formulário socioeconômico, em sua maioria, apurarem de zero até um salário mínimo. Em outros casos, os ingressantes descreviam não possuir qualquer fonte de renda, individual ou familiar bruta.

A partir desse levantamento de dados, notou-se que as inúmeras desigualdades regionais existentes no Brasil ainda refletem e influenciam em âmbito educacional, provocando danos irreversíveis.

Gráfico 20 – Renda familiar dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017.



Fonte: Elaborado pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí

Configurou-se, no presente estudo, que o IDHM (2010) é baixo, comparado a outras regiões do Estado, ratificando a afirmação da SETEC (2010, p.21) acerca das regiões menos

favorecidas, que são “setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil”. Pesquisou-se a questão a fim de entender qual era a situação do Brasil, nesse quesito, em anos passados, o que levou ao relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), escrito pelo INEP, que já elencava, no ano de 2000, o país como detentor de um IDH mais baixo entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento. Além disso, o citado documento estabelecia acentuadas disparidades na distribuição de renda, que eram “reforçadas e reproduzidas através do tempo, em parte, devido ao acesso desigual à educação básica”.

Observou-se que, em 2000, estas divergências apontavam obstáculos que interferiam na inclusão de indivíduos menos favorecidos no mercado de trabalho, tendo em vista este pleitear indivíduos cada vez mais qualificados, demandando, em sua formação, atualizações céleres e contínuas.

A partir desse levantamento de dados e do parecer emitido no relatório do PISA (2000), entendeu-se que as inúmeras desigualdades de cada região do Brasil ainda refletiam e influenciavam a esfera educacional, principalmente a microrregião de Araçuaí, que já teve seus contrastes regionais já explicitados. Faz-se necessário que a rede tecnológica federal aponte novos rumos que possam encaminhar para o acesso e permanência aos níveis superiores de ensino, eliminando a exclusão de indivíduos do acesso a esses lugares, tendo em vista que 240 candidatos tiveram oportunidade de ingressar no *Campus* Araçuaí, porém, por fatores diversos – a saber, trabalho, educação básica precária, falta de suporte de família, escolha equivocada do curso, e outros –, evadiram. Aponta-se aqui, também, aqueles candidatos que nem foram classificados por terem sido eliminados do processo vestibular, nos anos de 2011 a 2017, conforme Tabela 9 e Tabela 10, demonstradas nas páginas 51 e 54 deste estudo.

4.3.7 Raça/Cor versus desistência

Nesta coleta de dados fez-se imprescindível a análise referente à raça/cor dos acadêmicos para a composição do perfil dos evadidos, que, em sua grande maioria, identificam-se como sendo da cor parda. Procurou-se, então, verificar qual a predominância na composição étnica brasileira, a fim de averiguar se a cor, no caso da microrregião de Araçuaí, não estava fora dos padrões brasileiros. De acordo com a Agência Brasil (2017), com base em pesquisas do PNAD (2016) divulgadas pelo IBGE (2010), o Brasil apresenta 95,9

milhões de pessoas de cor parda, representando 46,7% do total da etnia. Em 2012, o percentual atingia a marca dos 45,3%.

Buscou-se verificar, em anos anteriores, como era a composição étnica na cidade de Araçuaí, em Minas Gerais e no Brasil. Neste sentido, um dado obtido de um estudo do Ministério da Integração Nacional através do Plano de Desenvolvimento integrado e Sustentável do Jequitinhonha e Mucuri (PLANOMESO, BRASIL, 2005), com base nas informações publicadas pelo IBGE, revelou que a composição de cor da cidade de Araçuaí, com relação à cor parda figurava com 71,6%. Com relação ao Estado de Minas Gerais, decrescia para a casa dos 41,6%, e no Brasil, alcançava 42,4%, segundo o ilustrado pela Tabela 20.

Tabela 20 – População residente conforme cor ou raça – Brasil, Unidade da Federação.

Tabela 5 - População residente conforme cor ou raça. Brasil, Unidade da Federação e Microrregiões, 2000

Brasil, UF e Microrregião Geográfica	Cor ou raça					
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
BRASIL	51.6	5.0	0.4	42.4	0.2	0.4
BAHIA	20.2	10.1	0.1	69.0	0.1	0.4
MINAS GERAIS	51.4	6.7	0.1	41.6	0.0	0.2
ESPIRITO SANTO	47.9	5.7	0.1	46.1	0.1	0.1
Porto Seguro - BA	18.9	6.7	0.2	73.0	0.7	0.5
Diamantina - MG	27.4	7.6	0.1	64.4	-	0.5
Capelinha - MG	33.1	7.7	0.1	58.8	0.0	0.3
Araçuaí - MG	21.2	6.9	0.1	71.6	0.0	0.2
Pedra Azul - MG	27.8	3.7	0.0	68.4	0.0	0.1
Almenara - MG	22.8	3.8	0.2	72.9	0.0	0.3
Teófilo Otoni - MG	21.5	6.8	0.1	71.2	0.0	0.3
Nanuque - MG	25.0	4.7	0.0	69.2	0.6	0.3
Montanha - ES	25.8	4.6	0.1	69.2	0.1	0.2
São Mateus - ES	29.9	10.9	0.1	59.0	0.0	0.1

Fonte: IBGE.

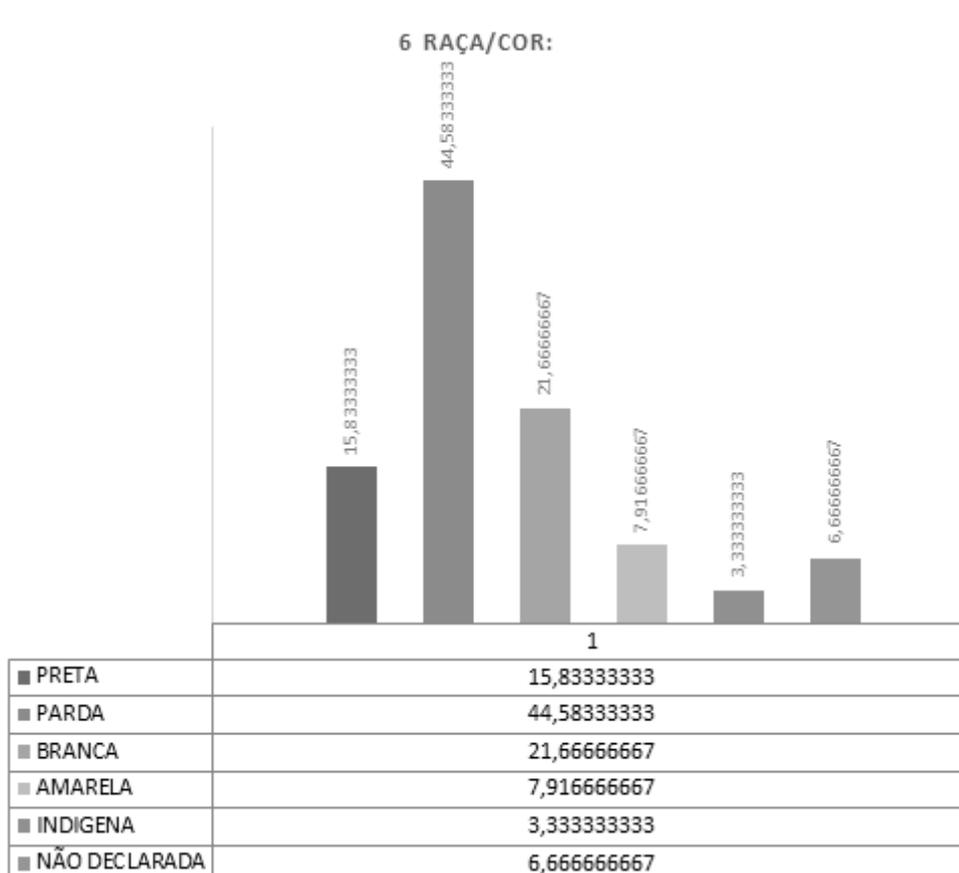
Fonte: PLANOMESO, BRASIL, 2005. Disponível em:
http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=775b21c6-35be-451d-afa8-5170cfa420ad&groupId=24915

Em vista disso, torna perfeitamente aceitável que a cor parda predominasse entre os desistentes, e determinasse categorias de variáveis maiores para a evasão discente, conforme

observado na tabela anterior. Neste sentido, o índice medido foi de 44,58%, representando 107 desistentes. O segundo índice foi determinado pela cor branca com 21,67% dos desistentes. Ocupando a terceira posição, com 15,83%, 38 acadêmicos desistentes se declararam da cor preta e 17,93% foram representados pelas raças amarela, indígena e os que não se declararam de nenhuma raça/cor específica.

O maior índice de desistência encontrada para a cor parda, não contraria os dados divulgados pelo IBGE (2018), obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua. Neste cenário, mais do que uma justificativa de ter encontrado o maior índice de evasão para a cor parda, o IBGE revela que, em se tratando de cor ou raça, no Brasil registrou-se incidência maior para a cor parda, no ano de 2016, com 95,9 milhões de habitantes, o equivalente a 46,7% do total da população brasileira. A cor branca aparece em segundo lugar, com 44,2% representantes, cerca de 90,9 milhões de pessoas, seguido dos 8,2% de cor preta, que resultam em 18,8 milhões de pessoas.

Gráfico 21 – Cor/Raça dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017.



Fonte: Elaborada pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí

4.3.8 Origem escolaridade educação básica versus desistência

Salienta-se que o acesso desses desistentes processou-se por meio do ENEM/SISU, processo vestibular próprio ou edital de vagas remanescentes. No tocante à origem da escolaridade básica no ensino médio e no ensino fundamental do acadêmico desistente, o percentual obtido foi bastante expressivo para a educação pública, incluindo escolas municipais, estaduais e ou federais: 88,33% no ensino fundamental e 87,92% no ensino médio. A diferença neste índice advém do fato de alguns alunos terem cursado o ensino médio em escola pública e o ensino fundamental em escola privada.

Na categoria de escola privada³⁹, incluíram-se todas aquelas que estão no rol do art. 19 e 20 da LDBEN, resultando em um percentual irrelevante de alunos: 6,25% cursaram o ensino fundamental em escolas privadas, e 10,42%, o ensino médio.

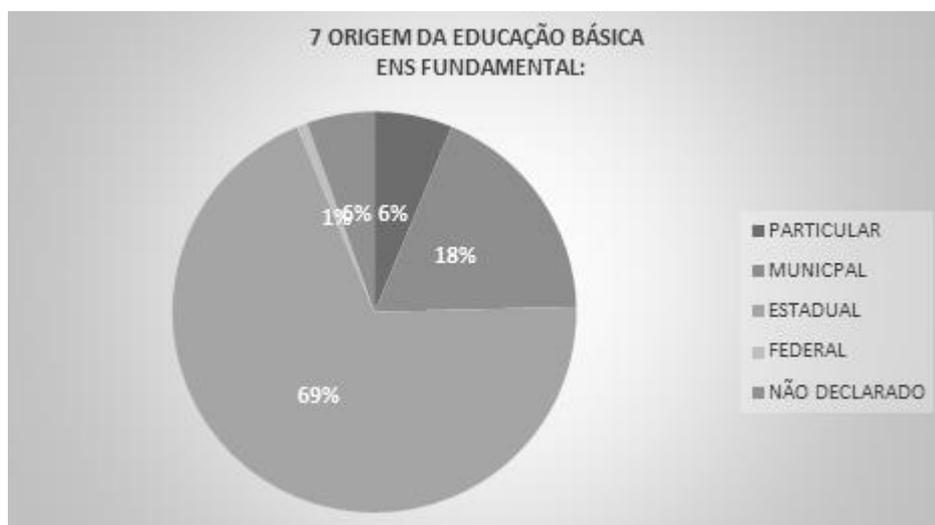
Dos 240 desistentes, 15 concluíram o ensino médio em escolas particulares, 44 em escolas municipais, 66 em escolas estaduais, 2 de escolas federais e 13 não declararam. Já no ensino fundamental, 2 vieram de escolas municipais, 195 de escolas estaduais, 14 de escolas federais, 25 de escolas particulares e 4 não declararam.

Todavia ao verificar o Gráfico 22 e o Gráfico 23, resta dizer que os acadêmicos que declararam serem oriundos de escola privada fizeram parte da educação básica (ensino fundamental ou médio) em escola pública, ou vice-versa.

³⁹ Art 19[...] II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo; II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior; IV - filantrópicas, na forma da lei.

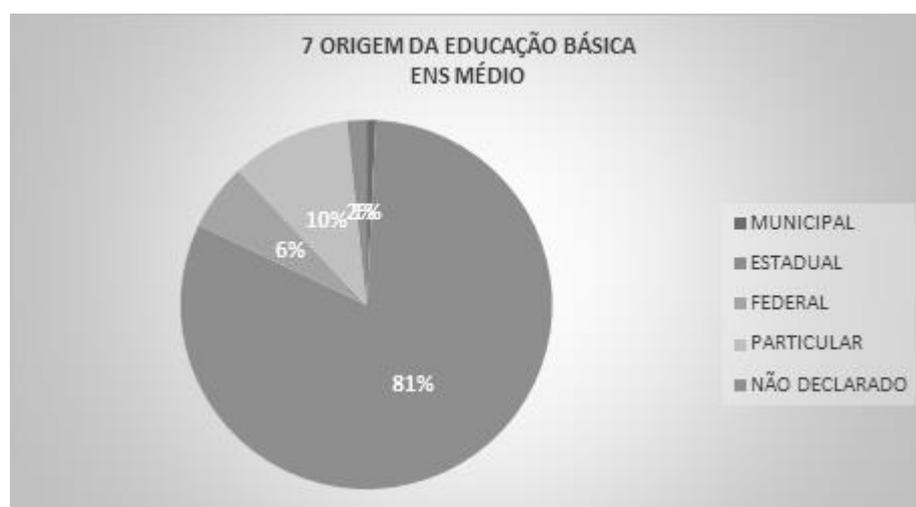
Gráfico 22 – Escolaridade da educação básica dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017.



Fonte: Elaborado pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – *Campus Araçuaí*

Os não declarados, que representaram uma parcela ínfima nos gráficos, são assim denominados em razão de não existirem, nos arquivos do Registro do Núcleo Acadêmico do IFNMG – *Campus Araçuaí*, cópia do histórico escolar ou qualquer menção quanto a origem da escolarização da educação básica.

Gráfico 23 – Escolaridade da educação básica dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017.



Fonte: Elaborado pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – *Campus Araçuaí*.

Não é possível afirmar, pelos dados coletados neste estudo, que a evasão discente no IFNMG – *Campus Araçuaí* teve como causa principal somente a deficiência em relação à escolarização da educação básica. Para tal afirmação, seriam necessárias informações

referentes o Para afirmar tal fato, supõe-se que precisaria no mínimo estar com os dados referentes aos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada escola pública que os 240 acadêmicos desistentes cursaram os ensinos fundamental e médio.

O IDEB, criado em 2005, pelo INEP, para calcular a qualidade da aprendizagem de cada estudante, combina dois indicadores referentes à aprendizagem e ao fluxo escolar das três etapas da educação básica. Avaliam-se os alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio.

A despeito da educação básica pública, o fato é que nos últimos relatórios do PISA da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), constataram que o desempenho brasileiro foi aquém do esperado. Como a presente pesquisa compreende o período de 2011 a 2017, estabeleceu-se correlação de seu resultado da pesquisa ao relatório do ano 2000.

Posto isso, o relatório do PISA (Brasil, 2001, p. 17) foi firme ao mencionar que, “no Brasil, o gargalo da educação básica constituiu-se, historicamente, o principal obstáculo ao crescimento da demanda de vagas no ensino superior”. Ao final, o documento foi categórico ao afirmar que as escolas não eram devidamente competentes para oferta da educação básica que se pretendia no Brasil. Nessa perspectiva,

A escola, tanto de rico quanto de pobre, não está ensinando seus alunos a ler um texto escrito e a tirar dele as conclusões e reflexões logicamente permitidas. O modo como os alunos lêem textos e deles extraem informações básicas para uma reflexão posterior deixa muito a desejar. Nos testes, a maioria parece tentar resolver a questão sem apoio do texto, baseados nas suas opiniões. As escolas brasileiras estão longe de promover nos alunos a competência exigida pelas sociedades letradas para o verdadeiro exercício da cidadania. Das mil coisas e conteúdos que a escola faz ou tenta fazer, o Pisa está nos mostrando que ela se esquece da mais essencial: dar ao aluno o domínio da linguagem. Se fosse necessário gerar um slogan para todas as escolas de todos os níveis, esse seria: "Só há uma prioridade na escola brasileira: ensinar a ler e entender o que está escrito". (BRASIL – PISA, 2006, p.88)

Levando em consideração tudo que foi apresentado neste quesito, verificou-se que, nos últimos dados apresentados pelo MEC, em 2015, o contexto ora publicado ainda não se alterou muito. Os resultados divulgados dão conta que o Brasil piorou e estacionou em dez anos, ficando abaixo da nota obtida por outros países participantes, levando o ministro da Educação, Mendonça Filho a declarar,

“Esse resultado é uma tragédia” [...] “E confirma exatamente o diagnóstico que fizemos, desde o início da nossa gestão, de que, apesar de termos

multiplicado por três o orçamento do Ministério da Educação, em termos reais, o desempenho ficou estagnado ou até retrocedeu, como é o caso específico de matemática”. (PORTAL DO MEC, BRASIL, 2016).

Nesse escopo, observou-se que os acadêmicos desistentes do *Campus Araçuaí*, quase em sua totalidade, concluíram a escolarização da educação básica em estabelecimentos públicos de ensino. Através dos dados obtidos pelos registros acadêmicos (históricos escolares), comprovou-se que a rede estadual de ensino foi a que mais ofertou educação de nível básico. Necessário, nestas circunstâncias, que o IFNMG oportunize, a seus servidores, ferramentas para desenvolvimento de estudos com referência ao IDEB das escolas públicas da microrregião de Araçuaí, para que assim tenham um diagnóstico do público-alvo que ingressa nos seus cursos. De posse desse diagnóstico, seria possível verificar se houve correlação da evasão discente com a educação básica precária. Em caso positivo, poderiam ser adotadas metodologias pedagógicas que sanasse as deficiências da população que procura o IFNMG – *Campus Araçuaí*, a fim de conter os elevados índices de evasão apresentados até então.

4.3.9 Modalidade de ingresso versus desistência

Apercebeu-se ser de suma relevância, quando da inserção dos dados por ocasião do ingresso, a verificação de qual modalidade os acadêmicos evadidos inscreveram-se para postular uma vaga na oferta de cursos do IFNMG – *Campus Araçuaí*. Cabe salientar que nesta análise, apesar do curso superior Tecnologia em Gestão Ambiental, ter sua primeira turma criada em 2011, analisou-se somente as classes formadas a partir do ano de 2013, quando a Lei Federal 12.711, alcinhada Lei das Cotas, aprovada em agosto de 2012, já estava em vigor. Nestes termos, 50% das matrículas eram asseguradas a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, conforme edital do Processo Seletivo nº 176, de 14 de novembro de 2012, do IFNMG, que declara,

Em cumprimento à Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, ao Decreto nº 7.824 e à Portaria Normativa nº 18 de 11 de outubro de 2012, o IFNMG reservará 50% (cinquenta por cento) das vagas ofertadas para estudantes oriundos da Rede Pública de Ensino, por meio do Quadro de Vagas (ANEXO I), respeitando a proporção mínima de autodeclarados pretos, pardos e indígenas do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao estado de Minas Gerais. Os outros 50% serão disponibilizados à ampla concorrência (EDITAL 176 IFNMG, p.1, 2012).

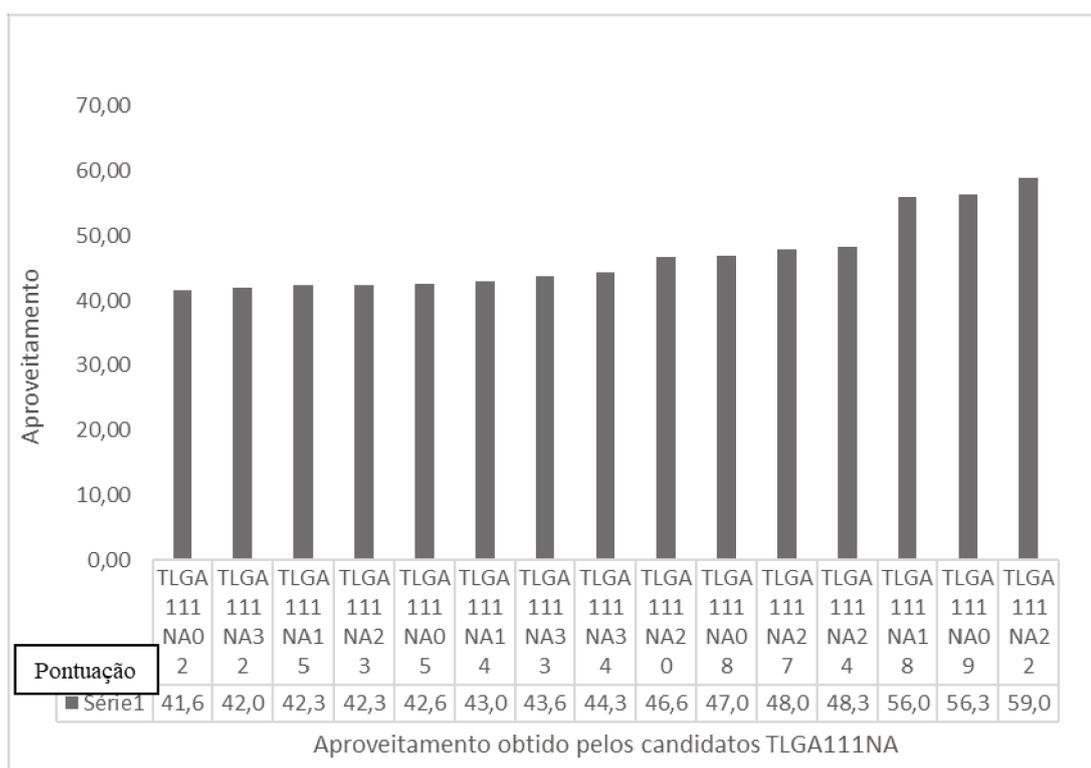
Observou-se que os acadêmicos dos anos 2011 e 2012, ingressaram por meio de processo seletivo próprio, sendo determinante para aprovação o valor total de pontos

atribuídos aos conteúdos de Língua Portuguesa/Literatura Brasileira, Língua Estrangeira, Biologia, Química e Redação.

Neste âmbito, os acadêmicos classificados em primeiro lugar em 2011 e 2012, inscrições TLGA111NA19 e TLGA112NA08, dos 100 pontos distribuídos, alcançaram o equivalente a 62,33 e 64,67, respectivamente. Os códigos de identidade, a exemplo destes citados acima, foram criados para preservar a identidade destes candidatos. Ao recorrer a pontuação obtida pelos acadêmicos desistentes nos anos supracitados, verificou-se que os mais bem pontuados, inscrições TLGA111NA22 e TLGA111NA02, alcançaram 59,00 e 60,33 pontos, respectivamente.

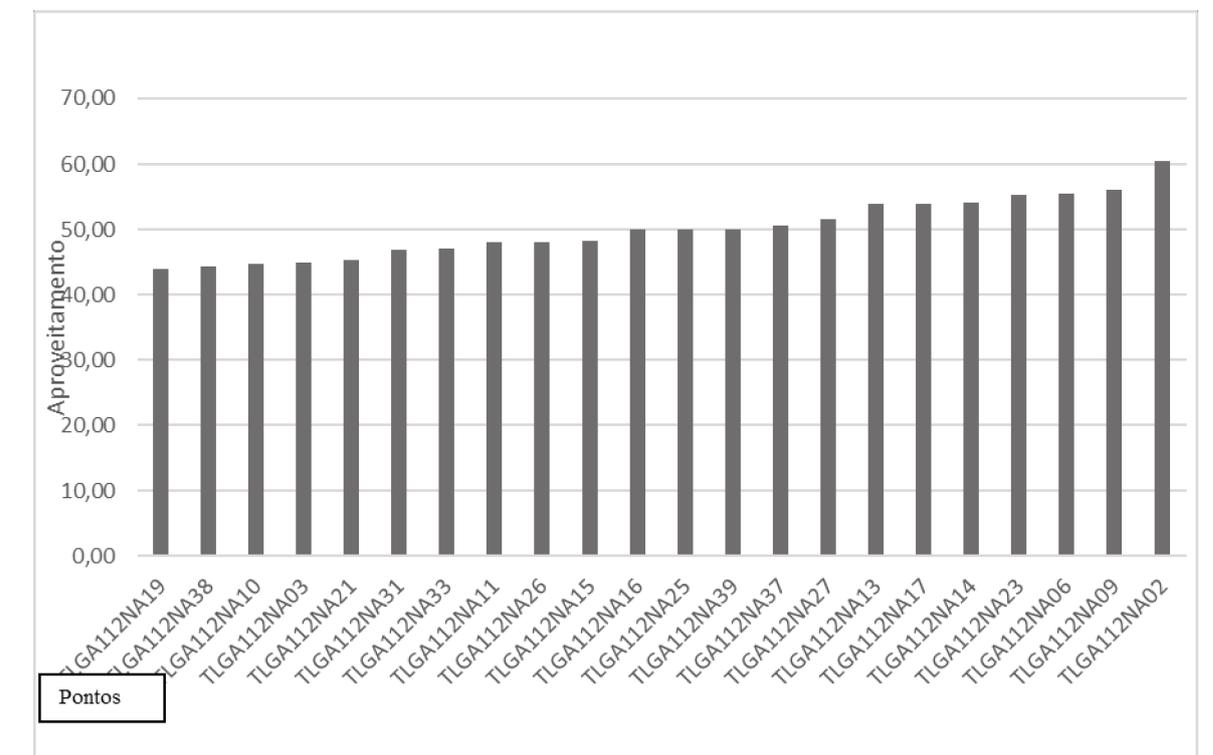
O Gráfico 24 ilustra as afirmações referentes ao ano de 2011, bem como o Gráfico 25 refere-se a 2012.

Gráfico 24 – Pontuação obtida Vestibular 2011 – Tecnologia em Gestão Ambiental.



Fonte: IFNMG – CAMPUS ARAÇUAÍ – Elaborado pela autora com base no resultado Vestibular, 2011. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/arquivos/2011/vestibular201101/edital061_vestibular_resultadofinal.pdf>

Gráfico 25 – Pontuação obtida Vestibular 2012 – Tecnologia em Gestão Ambiental.



Fonte: IFNMG – CAMPUS ARAÇUAÍ – Elaborado pela autora com base no Vestibular, 2012. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/vestibular/1688-1-vestibular-2012>>

Dos 40 alunos que ingressaram em 2011, 15 evadiram, e destes, 6 acadêmicos desistiram do curso depois de terem cursado quatro semestres letivos. Com base na matriz curricular do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, composta de 34 disciplinas, os evadidos já haviam cursado 24 disciplinas do currículo. Em relação a estes, um dado que se mostrou preocupante foi o fato de a média apurada de disciplinas reprovadas foi de quase 10 disciplinas por aluno. Prosseguindo com a análise, constatou-se que outros 5 alunos desistentes dessa turma, que cursaram todo o currículo, ou seja, 34 disciplinas. Desse montante, a média de reprovações em disciplinas cursadas foi de 7 por aluno, e o detalhe é que alguns alunos desse grupo, prosseguiram cursando além do segundo semestre de 2013, ano de integralização do curso, porém sem êxito. Outros desse grupo chegaram a solicitar o reingresso⁴⁰ ao curso, procedimento recursivo previsto no Regulamento dos Cursos Superiores (IFNMG, 2018), porém o abandonaram novamente, sem qualquer justificativa. De resto, apurou-se 3 alunos que cursaram somente o primeiro semestre, com média de 4

⁴⁰ Art. 124 O reingresso é o processo de natureza recursiva que possibilita, ao ex-acadêmico do curso de graduação do IFNMG, que está em situação de desligamento do curso, ou que teve sua matrícula cancelada antes da conclusão do curso, reintegrar-se ao corpo discente do IFNMG. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/regulamentos-ensino>

disciplinas reprovadas por aluno, e mais um aluno que cursou 2 semestres letivos com 12 disciplinas ofertadas e 10 reprovações.

Diante dos dados expostos, passou-se à análise da turma de 2012, que contava com 22 alunos desistentes de uma turma de 40 alunos. Apurou-se que 8 alunos cursaram todos os semestres de integralização, com média, por aluno, de 6 disciplinas reprovadas. Neste grupo notou-se alunos que concluíram a parte teórica do curso, porém não cumpriram o estágio curricular obrigatório. Além destes, 9 alunos cursaram até o segundo período do curso, e a média de reprovação para este grupo foi de 8 disciplinas. Apenas um aluno cursou 4 semestres completos, com 2 disciplinas reprovadas e, finalmente, um grupo de 4 alunos permaneceu no curso apenas no primeiro período, porém das 06 disciplinas que o compõem, esses acadêmicos apresentaram média de reprovação de 5 disciplinas.

Nesta análise foi que dos 37 acadêmicos evadidos da primeira e segunda turma, a com exceção de 4, não formalizaram a desistência de vaga e, conforme o Regulamento dos Cursos Superiores (IFNMG, 2019), foram desligados por não renovarem a matrícula⁴¹. Apesar de não terem formalizado essa desistência, 6 alunos trancaram o curso e não voltaram para reativá-lo, e 2 alunos solicitaram histórico, alegando ter que continuar os estudos em outra instituição de ensino superior. Daqueles que formalizaram a desistência da vaga, 3 alegaram continuar os estudos em outras instituições de ensino superior.

Após a exaustiva coleta de dados e conseqüente descrição das turmas do período de 2011 e 2012, o que se mensurou diz respeito ao baixo desempenho do acadêmico no decorrer deste curso. Verificou-se que, apesar de classificados para o acesso ao ensino superior, os acadêmicos ingressaram com um aproveitamento muito baixo, o que pode ter contribuído para a reprovação em disciplinas, avolumando os altos índices de repetência, correlacionando-se à evasão discente no IFNMG – *Campus Araçuaí*.

A partir do ano 2013, conforme explicitado, prosseguiu-se com a análise referenciada dos acadêmicos desistentes, conforme modalidade de ingresso e curso superior escolhido. As modalidades ora descritas neste estudo, foram definidas pelos candidatos por ocasião da inscrição para o processo seletivo vestibular, ou melhor, valor de referência inferior ou superior e ou associado a cor/raça preta, parda e indígena, a saber: VRRI, VRRI-PPI, VRRS, VRRS PPI e Ampla Concorrência, conforme Tabela 19.

⁴¹ Art. 85 A não renovação da matrícula nas condições previstas neste regulamento implicará a perda do direito à vaga no respectivo curso e o conseqüente desligamento automático do acadêmico do IFNMG. <https://www.ifnmg.edu.br/regulamentos-ensino>

Tabela 21 – Modalidade de ingresso.

Modalidade	Descrição da modalidade e renda familiar exigida
VTRI	Vagas reservadas para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita;
VTRS	Vagas reservadas para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita;
VTRI PPI	Vagas reservadas para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas;
VTRS-PPI	Vagas reservadas para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita que se autodeclarem pretos, pardos e indígenas;
VPcD	Vagas reservadas às pessoas com deficiência.
Ampla concorrência	Vagas reservadas às pessoas que não preencheram os critérios do sistema de reserva de vagas supracitados.

Fonte: PROCESSO SELETIVO E VESTIBULAR, IFNMG, 2016. Elaborado pela autora. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/processo-seletivo-e-vestibular>

Por não preencher a oferta de vagas, os gestores e a Comissão Permanente de Processos Seletivos (CPROS), que tem por função planejar e coordenar todos os trabalhos com referência aos processos seletivos e ou vestibulares, em alguns anos, realizaram processo seletivo simplificado. Este não observou o percentual reservado a Lei de cotas, mas sim a pontuação obtida pelo inscrito. É importante ressaltar a finalidade e a composição desta comissão, citada no Regimento Interno da Reitoria do IFNMG:

Art. 118. Comissão Permanente de Processos Seletivos – CPROS tem por finalidade planejar, coordenar, acompanhar os processos relativos à organização e realização de processos seletivos e vestibulares para ingresso no IFNMG.

Art. 120. A Comissão Permanente de Processos Seletivos será composta pelo Diretor de Ensino do IFNMG, pelo Coordenador de Ingressos do IFNMG, por 01 (um) representante da Assessoria de Comunicação e Eventos da Reitoria, por 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Administração, por 01 (um) representante da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e por 01 (um) representante da Diretoria de Gestão de Pessoas. § 1º O presidente da Comissão Permanente de Processos Seletivos será o Diretor de Ensino e, em sua falta ou impedimentos legais, o seu substituto formalmente nomeado. § 2º Caso seja necessário os diretores-gerais poderão indicar outros representantes dos Campi para compor a Comissão Permanente de Processo Seletivo. (IFNMG, 2012, p.59).

Para ciência, poderá haver divergência na modalidade de ingresso do acadêmico desistente, em função da definição das primeiras classificações na modalidade de ampla concorrência. Deste modo, são observados critérios de maior pontuação do candidato no processo seletivo vestibular, independentemente da modalidade que se inscreveu. Neste sentido, caso o candidato da reserva de vagas tenha pontuação superior ao candidato inscrito

para a modalidade de ampla concorrência, automaticamente seria migrado para a modalidade de ampla concorrência. A presente análise coaduna com a tipificação escolhida pelo candidato, por ocasião de seu ingresso, para definição do perfil do acadêmico desistente. Neste sentido,

4.4 O candidato deverá solicitar, no ato da inscrição, a opção de concorrer á reserva de vaga destinada aos estudantes oriundos da Rede Pública de Ensino e a categoria em que se enquadra, dentre as elencadas no item 4 deste edital.

4.5. Esgotadas as possibilidades de preenchimento das vagas destinadas ao sistema de reserva (conforme Portaria Normativa N. 18 do MEC, de 11 de outubro de 2012), caso ainda restam vagas, estas retornarão ao quadro geral (ampla concorrência).

4.6 Na classificação final, o candidato que optar pelo sistema de reserva de vagas definidas neste edital e obtiver nota suficiente para ser classificado no sistema de ampla concorrência será automaticamente classificado neste sistema, ficando isento da apresentação da documentação exigida no sistema de reserva de vagas para egresso de escola pública. (IFNMG – EDITAL 269, 2015, p. 4, grifo nosso).

Em 2015, não sendo completadas as vagas ofertadas no processo seletivo normal, o IFNMG – *Campus* Araçuaí formalizou edital nº 4, de 2 março de 2015, em uma etapa, em que tornava público o 1º Edital de Vestibular Simplificado para o 1º Semestre de 2015, para completar a oferta de 17 vagas não foram preenchidas no vestibular anual. Esse montante de inscritos não foi determinado pela modalidade de renda ou cor, prejudicando a categoria analisada no curso Tecnologia em Gestão Ambiental, no ano de 2015.

Segundo o edital 1/2015 - Processo Simplificado, o vestibular compunha de uma redação de 100 pontos, sendo necessária a obtenção de 30 pontos para aprovação. Ainda segundo o edital, caso as vagas não fossem preenchidas, disponibilizá-la-iam em primeira etapa para alunos classificados no mesmo curso nos *campi* do IFNMG. Caso a oferta fosse maior do que a demanda, em segunda etapa ofertariam a vaga para alunos que fizeram o ENEM 2014, classificando-os conforme o resultado aferido na prova de redação deste exame seletivo.

A 1ª. Chamada deste processo simplificado, na qual foram ofertadas 17 vagas, contou com 112 candidatos. Todavia, dos 17 primeiros classificados, 14 matrículas foram deferidas, restando 3 vagas. Convocaram então mais 3 candidatos e, desta vez, foram deferidas duas matrículas. Em três convocações para candidatos em lista de espera, houve a decisão de convocarem mais um candidato para completar as 17 vagas.

Constatou-se pelos dados do Registro Acadêmico do IFNMG – *Campus* Araçuaí que, dos 14 candidatos que tiveram sua matrícula homologada em 1º convocação neste processo,

10 desistiram no início e ou no decorrer do curso, conforme Figura 2. A identidade destes candidatos apesar de estar publicados no site institucional, foi preservada conforme se visualiza a seguir.

Figura 2 – Resultado Final – Vestibular simplificado (Tecnólogo em Gestão Ambiental).

IFNMG - CAMPUS ARACUAI			
RESULTADO FINAL DO VESTIBULAR SIMPLIFICADO 2015			
TECNÓLOGO EM GESTÃO AMBIENTAL			
Classificação	Número de inscrição	Nome	Nota
1	9		92
2	10		90
3	11		88
4	13		88
5	14		87
6	80		84
7	22		83
8	17		82
9	124		82
10	60		77,5
11	113		75
12	31		74
13	57		70
14	87		70
15	24		68
16	78		65
17	67		64,5
18	71		64
19	104		63,5
20	29		63
21	27		60
22	47		60
23	58		60
24	117		60
25	2		59
26	20		59
27	21		58
28	36		57,75
29	49		57,5
30	19		57
31	68		57
32	88		56
33	42		55
34	73		55
35	75		55
36	92		55
37	106		55
38	1		54
39	25		54
40	70		54
41	7		50
42	37		50
43	53		50

FONTE: IFNMG1º Vestibular, 2015. Disponível em:<<https://www.ifnmg.edu.br/vestibular-anteriores/48-portal/aracuai/aracuai-cursos/8282-1-vestibular-2015-documentos-campus-aracuai>>

Levantou-se ainda através dos dados que, no ano de 2016, o cálculo do índice referente à modalidade de ingresso não pode ser considerado, tendo em vista que a listagem geral de candidatos inscritos para o vestibular do curso Tecnologia em Gestão Ambiental contar com 62 candidatos inscritos, porém somente 29 terem classificado de acordo com as normas do Edital do Processo Seletivo. Assim, esse número não foi suficiente para preencher as vagas ofertadas, já que alguns candidatos tiveram suas matrículas indeferidas ou não compareceram.

Dessa forma, para ocupar as vagas restantes oferecidas, a CPROS, fundamentado no Edital de n. 269, Item 3.4 (2015, p.3), que estabelecia “caso não ocorra o preenchimento de todas as vagas destinadas ao Vestibular, as vagas remanescentes serão preenchidas pelos candidatos, da lista de espera, do Sistema de Seleção Unificada (SISU)”, determinou a ocupação das vagas restantes para o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, com candidatos que fizeram opção para o curso Bacharelado em Administração, que estavam, até o momento, em lista de espera.

Através dos Registros Acadêmicos constatou-se que, a partir da inscrição 00917 – classificação 31 a inscrição 05613, da listagem geral do curso Bacharelado em Administração, foram convocados 08 inscritos para ocupar as vagas do curso Tecnologia em Gestão Ambiental. Destes, 7 evadiram no início e ou no decorrer do curso. Ao finalizar a última categoria de análise, verificou-se que 182 acadêmicos desistentes eram oriundos dos processos seletivos vestibulares da própria instituição pesquisada, e somente 58 eram provenientes do SISU. Dos evadidos, 3,75% equivale aos acadêmicos desistentes do processo seletivo simplificado, 15,83% representou os anos de ingresso referente a 2011 e 2012, e 3,33% referiu-se a reopção de curso procedida no ano de 2016.

A modalidade que mais evadiu no *Campus Araçuaí* foi proveniente de acadêmicos que se declararam sendo da ampla concorrência, representando 42% dos discentes. Em segundo plano ficou a modalidade de renda com VRRRI PPI – valor de referência inferior a um salário mínimo e meio, que se autodeclararam preto, pardo e indígena – com 14%. Já em terceiro lugar, 9% configuraram a modalidade que se declarou como VRRRI – valor de referência inferior a um salário mínimo e meio. As posições de quarto e quintos lugares foram ocupadas por acadêmicos desistentes que possuíam VRRS PPI – valor de referência superior e preto, pardo e indígena – com 7%, e VRRS – valor de referência superior – com 5%.

Considerando que a modalidade Ampla Concorrência foi, dentre as analisadas, a que mais apresentou desistência do acadêmico ao curso e representou renda superior acima dos parâmetros exigidos para a reserva de vagas, prescritos por Lei Federal, não exigindo, para o ingresso no ensino superior, escolarização básica do ensino médio advindo de estabelecimentos públicos, ratificou-se o que disse Silva Filho *et al.* quando correlacionou as causas da deserção do curso, a não uma única, com relação a renda.

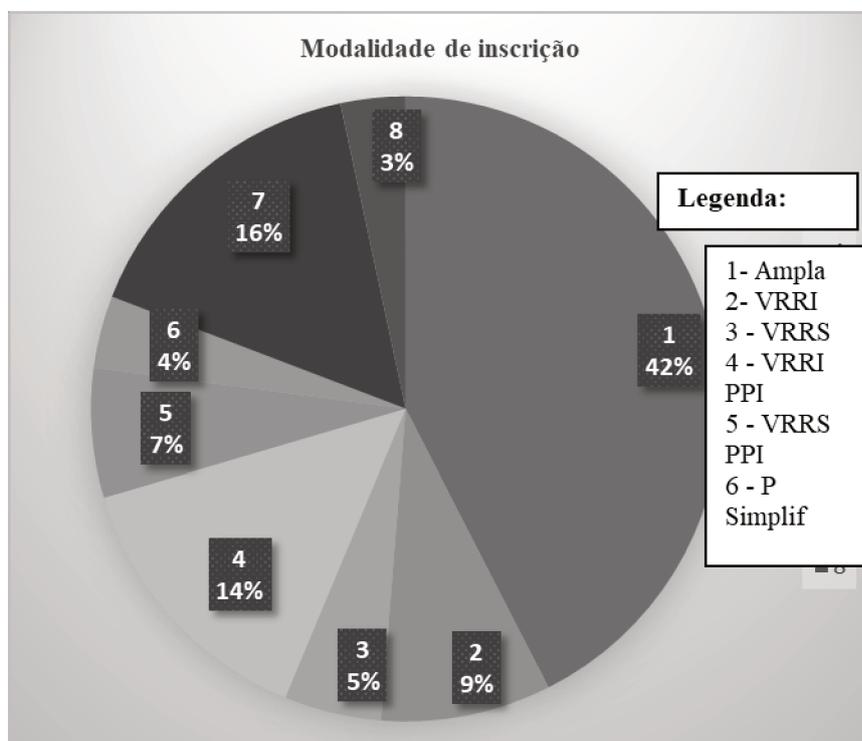
No entanto, verifica-se nos estudos existentes que essa resposta é uma simplificação, uma vez que as questões de ordem acadêmica, as expectativas do aluno em relação à sua formação e a própria integração do estudante com a instituição constituem, na maioria das vezes, os principais fatores que acabam por desestimular o estudante a priorizar o investimento de tempo ou

financeiro, para conclusão do curso. Ou seja, ele acha que o custo benefício do “sacrifício” para obter um diploma superior na carreira escolhida não vale mais a pena. (SILVA FILHO *et al.*; 2007, p.643).

Desta forma comprovou-se que a renda pode não configurar como causa principal da evasão discente, e que outros fatores precisam ser devidamente analisados para determinação da causa.

O Gráfico 26, a seguir, explicita a modalidade de inscrição escolhida pelos acadêmicos. Vale ressaltar que, os percentuais de 16%, 4% e 3%, não foram inscritos considerando modalidade para reserva de vaga, tendo em vista que o primeiro representou os anos de 2011 e 2012, quando não havia exigência de reserva de vagas; o percentual de 4% representou o processo simplificado elaborado em 2015, que não se observava modalidade de ingresso e sim pontuação classificatória alusivo a uma redação de 100 pontos, determinando assim, os classificados; e ,por último, o equivalente a 3% referente aos candidatos inscritos para o curso de Bacharelado em Administração e que tiveram aproveitamento classificatório para em segunda opção, escolher o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental.

Gráfico 26 – Modalidade de Inscrição considerando opção por ocasião da inscrição do candidato nos cursos superiores do IFNMG - Campus Araçuaí.



FONTE: IFNMG – Campus Araçuaí – Elaborado pela autora com base no Resultado Vestibular, 2015. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/vestibular-anteriores>

Em suma, concluídas todas as tabulações feitas para delimitar o perfil dos acadêmicos evadidos, pontuou ser importante fazer uma síntese geral para verificar, dentre as variáveis analisadas, quais se sobressaíram. Deste modo, o perfil da amostra total de sujeitos pesquisados (n=240) revelou a predominância, no ensino superior, de acadêmicos com as seguintes peculiaridades:

1. Sexo: 54,17% dos acadêmicos desistentes são do sexo feminino
2. Faixa etária: Indivíduos que estão na faixa etária entre 20 a 24 anos
3. Escolaridade paterna e materna: A maioria possui o ensino fundamental incompleto
4. Atividade Remunerada: A amostra configurou-se uma paridade no índice encontrado. Revelou 44,58% de acadêmicos com atividade remunerada e no mesmo percentual sem um trabalho remunerado definido por ocasião da inscrição do processo seletivo de ingresso.
5. Renda Econômica: Renda individual e familiar bruta percebida de até 01 salário mínimo.
6. Raça/Cor: 44,58% são autodeclarados pardos
7. Origem Escolarização da educação Básica: A maioria advém de estabelecimentos públicos estaduais, tanto para o Ensino fundamental (69,17%) como no Ensino Médio (81,25%).
8. Modalidade de Ingresso: Equivalente a 42,51% no processo seletivo vestibular e SISU autodeclararam como sendo da Ampla concorrência.

A evasão pode se configurar como um processo bastante complexo, caracterizado por um ou vários motivos agregados. Dore e Luscher (2011, p. 777) afirmam que “a complexidade do processo de evasão demanda soluções também complexas, de difícil execução e que envolvem a participação de diversos agentes sociais”.

O propósito que o universitário persegue diariamente pode instigá-lo a desertar a vida escolar, e a causa dessa deserção não acontece em um dia, nem em um ano cursado, mas em pequenos fatos ou acontecimentos circunstanciais que poderiam ter sido evitados. Como exemplo, dessa questão através dos documentos acadêmicos, muitos alunos, por falta de informação do Regulamento dos Cursos Superiores, perdem prazos para pedido de segunda chamada de avaliação, para matrícula em disciplina e acabam reprovando nas disciplinas. Estes fatos acabavam desestimulando-os a prosseguir o curso porque, conforme se verificou, o Sistema Acadêmico de Gestão Unificada (SAGU), um sistema informatizado do IFNMG que gerenciava o cadastro do estudante, até 2017, não oferecia acesso para esse tipo de requisição do aluno, e todos os processos referentes a solicitações tinham que obedecer a

prazos e deveriam ser formalizados presencialmente no setor acadêmico, dificultando assim muito a vida do alunado.

Desta maneira, as variáveis dos perfis abaixo descritas poderiam inferir condições preponderantes para que a evasão se processasse. Depreendeu-se que, em função das categorias analisadas, as causas do abandono se relacionavam diretamente com todos os atributos revelados no perfil dos acadêmicos desistentes do IFNMG – *Campus Araçuaí*. Dore, em seu texto, preceitua:

A disposição de um estudante de continuar ou não na escola até a conclusão dos estudos está associada a fatores diversos. Nenhum fator único é capaz de explicar por si só e de modo completo esse processo. Assim como acontece com os próprios estudantes, as pesquisas acadêmicas relatam uma variedade de fatores associados a decisão de evadir-se da escola. (DORE *et al.*, 2017, p. 116).

A análise estratificada dos resultados expostos na Tabela 22 retrata o perfil dos desistentes do IFNMG – *Campus Araçuaí*.

Tabela 22 – Perfil dos Acadêmicos desistentes do IFNMG - *Campus Araçuaí*.

Variáveis		Nº desistentes	Montante apurado %
Sexo	Masculino	110	42,50%
	Feminino	130	57,50%
TOTAL		240	100%
Faixa etária	Faixa etária de 15 a 17 anos	13	5,42%
	Faixa etária de 18 a 19 anos	63	26,25%
	Faixa etária de 20 a 24 anos	85	35,41%
	Faixa etária de 25 a 29 anos	43	17,92%
	Faixa etária de 30 a 39 anos	30	12,50%
	Faixa etária de 40 a 49 anos	3	1,25%
	Faixa etária a partir de 50 anos	3	1,25%
TOTAL		240	100%
Escolaridade Paterna	Analfabeto	21	8,75%
	Ensino Fundamental Incompleto	90	37,50%
	Ensino Fundamental Completo	28	11,67%
	Ensino Médio Incompleto	7	2,92%
	Ensino Médio Completo	21	8,75%
	Superior Incompleto	2	0,83%
	Superior Completo	3	1,25%
	Pós Graduação	3	1,25%
	Não declarado	65	27,08%
TOTAL		240	100%
Escolaridade Materna	Analfabeto	13	5,42%
	Ensino Fundamental Incompleto	73	30,42%
	Ensino Fundamental Completo	22	9,17%

	Ensino Médio Incompleto	12	5,00%
	Ensino Médio Completo	33	13,75%
	Superior Incompleto	9	3,75%
	Superior Completo	16	6,66%
	Pós-Graduação	6	2,50%
	Não declarado	56	23,33%
TOTAL		240	100%
Atividade Remunerada	Não possui atividade remunerada	107	44,58%
	Possui atividade remunerada	107	44,58%
	Não declarado	30	12,50%
TOTAL		240	100%
Atividade Remunerada Percapita Individual	Não tem nenhuma renda	101	42,08%
	01 salário mínimo	57	23,75%
	01 salário mínimo até 01 salário mínimo e meio	31	12,92%
	Mais de 01 salário mínimo e meio até 03 salários mínimos.	12	5,00%
	Mais de 03 salários mínimos até 05 salários mínimos.	5	2,08%
	Mais de 05 salários mínimos até 10 salários mínimos.	3	1,25%
	Mais de 10 salários mínimos até 20 salário mínimos.	1	0,42%
	Mais de 20 salários mínimos	0	0,00%
	Não declarado	30	12,50%
TOTAL		240	100%
Atividade Remunerada Percapita Familiar	De 01 salário mínimo até 02 salários mínimos	67	27,92%
	Mais de 02 salários mínimos até 03 salários mínimos	19	7,92%
	Mais de 03 salários mínimos até 05 salário-mínimo	15	6,25%
	Mais de 05 salários mínimos até 10 salários mínimos	3	1,25%
	De 10 salários mínimos até 20 salários mínimos.	1	0,41%
	Mais de 20 salários mínimos	0	0
	Não declarado	26	10,83%
TOTAL		240	100%
Cor/Raça	Preta	38	15,83%
	Parda	107	44,58%
	Branca	52	21,67%
	Amarela	19	7,92%
	Indígena	8	3,33%
	Não declarado	16	6,67%
TOTAL		240	100%
Origem da escolaridade da Educação Básica Ensino Fundamental	Estabelecimento		
	Particular/Privada	15	6,25%
	Municipal	44	18,33%
	Estadual	166	69,17%
	Federal	2	0,83%
	Não declarado	13	5,42%
		240	100%

Ensino Médio	Particular/Privada	25	10,42%
	Municipal	2	0,83%
	Estadual	195	81,25%
	Federal	14	5,83%
	Não declarado	4	1,67%
TOTAL		240	100%
<hr/>			
Modalidade de Ingresso			
	Processo Seletivo – Vestibular (1)	182	75,83%
	SISU – Sistema de Seleção Unificada (2)	58	24,17
	TOTAL	240	100,00%
Modalidade de Ingresso por ocasião da Inscrição do Processo seletivo vestibular (1)			
	VRRRI - Egresso de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita. (1)	12	5,00%
	VRRRI PPI- Egresso de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e se autodeclararem preto, pardo ou indígena. (1)	26	10,83%
	VRRS - Egresso de escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita. (1)	9	3,75%
	VRRS PPI- Egresso de escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e se autodeclararem preto, pardo ou indígena (1)	10	4,17%
	Processo Simplificado (1)	09	3,75%
	Outros (1)	38	15,83%
	Reopção de Curso (1)	08	3,33%
	Ampla concorrência – Todos os requisitos que não se encaixam nos critérios elencados acima. (1)	70	29,17%
	Subtotal	182	75,83%
	VRRRI - Egresso de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita. (1)	09	3,75%
	VRRRI PPI- Egresso de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e se autodeclararem preto, pardo ou indígena. (1)	08	3,33%
	VRRS - Egresso de escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita. (1)	03	1,25%
	VRRS PPI- Egresso de escola pública, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e se autodeclararem preto, pardo ou indígena (1)	06	2,5%
	Ampla concorrência – Todos os requisitos que não se encaixam nos critérios elencados acima. (2)	32	13,34%
	Sub Total	58	24,17%

FONTE: IFNMG – *Campus Araçuaí, 2011 a 2017-* Elaborada pela autora com base na Base de dados Núcleo Registro Acadêmico

De acordo com o PPC de Engenharia Agrícola e Ambiental, a microrregião de Araçuaí é uma região em que o desenvolvimento social e econômico se processou tardio, produzindo contextos sociais e políticos que distanciavam da realidade de outros municípios de igual porte em outras regiões brasileiras (IFNMG, 2017). Deste modo, os desequilíbrios regionais acabavam por ditar comportamentos e regras para uma população economicamente fragilizada.

Percebeu-se através das análises realizadas que existia uma desigualdade social que possuía raízes profundas e históricas, originárias do processo econômico brasileiro. Numa região como Araçuaí, longe dos grandes centros urbanos (604 km da capital mineira Belo Horizonte), os benefícios para suprir toda a demanda são insuficientes. Essa desigualdade se manifestava em diferentes dimensões e uma delas é a falta de oportunidades, que obrigava principalmente a população mais jovem a migrar para os grandes centros.

Araçuaí possui muitas potencialidades, e isso é fato. Todavia, no decorrer deste estudo, o perfil dos acadêmicos desvelou-se bastante frágil. As categorias analisadas apresentaram um retrato dos 240 acadêmicos que interromperam sua fase escolar para empreender em outras linhas. Assim, desistiram da formação educativa formal que os daria instrumentos para alcance de outras possibilidades de crescimento individual e, desse modo, enfrentar as desigualdades sociais de uma região, apresentadas nas categorias analisadas da presente pesquisa.

5 APROFUNDANDO A COMPREENSÃO DA EVASÃO NO CAMPUS ARAÇUAÍ

Para além das categorias dissecadas, que direcionam a deserção escolar do discente de ensino superior no IFNMG – *Campus Araçuaí*, seria inconcebível não adentrar nos tópicos seguintes, relacionados a alguns procedimentos acadêmicos, regulados por força do Regulamento dos Cursos Superiores dos Cursos de Graduação do IFNMG, como trancamento de matrícula do semestre, e a não observância, por parte do acadêmico, de normas que impactam diretamente na sequência normal das disciplinas do curso, como prazo para segunda chamada de avaliação, renovação de matrículas e outras correlatas. Enfatizamos que, em alguns casos, ensejou até o abandono do curso e, em face disso, só restou ao acadêmico a solicitação de reingresso ao colegiado do curso, que pode ou não ser deferida, com fundamento nas normas deste mesmo Regulamento.

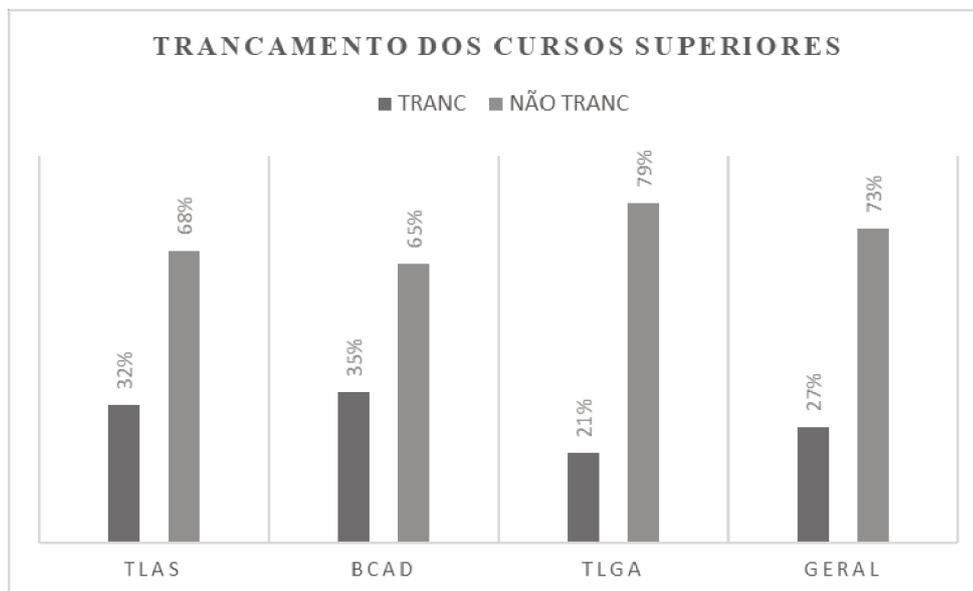
Outro aspecto vital tratado neste enfoque seria a retenção em disciplinas que exigem pré-requisitos, como a inclusão no projeto pedagógico do curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, que necessitam de conhecimentos precedentes de uma disciplina já cursada pelo acadêmico. O entendimento é que o discente já deveria ter o suporte pedagógico suficiente para cumprimento da sequência curricular. Tal princípio seria imprescindível para o cumprimento de outra disciplina, descrita na grade curricular. Ressalta-se, neste ponto, a importância da escolaridade básica prévia do acadêmico, vez que estes pré-requisitos poderiam constituir em impasses preponderantes no prosseguimento normal das disciplinas do período, e até abandono do curso, como se pressupõe ter acontecido no IFNMG – *Campus Araçuaí*, levando em conta o alto índice de evasão registrado.

5.1 Trancamento de matrícula

Considerou-se importantíssimo coletar dados referentes aos trancamentos de matrícula ocorridos nos semestres dos períodos avaliados, entre 2011 e 2017, por certificar que uma parte dos acadêmicos desistentes solicitou trancamento de semestre, e não retornou ao *campus* para renovar a matrícula na ocasião pré-determinada no calendário acadêmico.

Segundo o Regulamento dos Cursos de Graduação do IFNMG, trancamento de matrícula é a “é a interrupção temporária dos estudos com manutenção do vínculo do acadêmico com a instituição” (IFNMG, 2013). De acordo com o Gráfico 27, o percentual 26,25% corresponde às matrículas gerais trancadas entre os desistentes.

Gráfico 27 – Trancamento de matrícula dos desistentes dos cursos superiores no período de 2011 a 2017.



Fonte: Elaborado pela autora com base no FORMULÁRIO S ECONÔMICO, 2011, 2017, IFNMG – Campus Araçuaí.

Um dos pontos observados nesta etapa da coleta foi com relação aos requisitos exigidos para trancamento da matrícula. No regulamento anterior exigia-se para o trancamento da matrícula, que o acadêmico necessariamente deveria ter concluído o primeiro semestre do curso conforme se verifica abaixo,

Art. 95 O trancamento de matrícula por semestre será concedido: I- para o semestre letivo em curso; II- por até dois semestres letivos consecutivos, desde que renovado semestralmente, ou alternados. §1º Concessão além da mencionada no inciso II poderá ocorrer em situações excepcionais, a serem decididas pelo colegiado do curso mediante a solicitação do acadêmico. Art. 96 O trancamento de matrícula por semestre será concedido desde que o acadêmico atenda aos seguintes requisitos: I- **tenha encerrado o primeiro semestre letivo**; II- não esteja sob processo disciplinar. Parágrafo único – Será excepcionalmente autorizado o trancamento de matrícula no primeiro semestre letivo do curso, nos seguintes casos: I- prestação de serviço militar; II- tratamento prolongado de saúde; III- gravidez e problemas pós-parto. (Regulamento dos Cursos de Graduação do IFNMG, 2013, p.21, grifo nosso).

Isso possibilitava que o acadêmico cursasse pelo menos um semestre letivo, tendo tempo hábil para conhecer, ainda que parcamente, o programa pedagógico do curso, do corpo docente, do corpo técnico pedagógico, do *campus*, em todas as dimensões que ora estava ingressando. Houve, em 2017, uma mudança nas regras alusivas ao trancamento de matrícula. Com essa alteração, o trancamento seria automático, sem necessariamente o acadêmico ter

cursado o primeiro semestre letivo. Neste sentido o art. 106 do referido regulamento preceitua o seguinte: “O trancamento de semestre poderá ser concedido a qualquer tempo, devendo ser solicitado junto à CRA, mediante preenchimento de requerimento próprio pelo acadêmico, ou por procuração particular com firma reconhecida” (IFNMG, 2013, p. 27). Observou-se que na revisão do regulamento no art. 105, omitiu-se a exigência de o acadêmico encerrar o primeiro semestre letivo para o trancamento da matrícula, conforme se verifica no inciso I:

Art.105 O trancamento de semestre será concedido no ato da solicitação, de forma automática, nas seguintes condições: **I- para o semestre letivo em curso**; II- por até dois semestres letivos, consecutivos ou alternados. Parágrafo único. Situações excepcionais, relativas aos incisos I e II, serão analisadas e decididas pelo Colegiado do Curso, mediante a solicitação do acadêmico. (Regulamento dos Cursos de Graduação do IFNMG, 2017, p.27, grifo nosso)

Todavia, devido ao período investigado compreender os anos de 2011 a 2017 e a revisão do Regulamento dos cursos ter sido elaborado em 2017, o Núcleo de Registro Acadêmico ainda não tem dados consistentes para afirmar que a mudança de regra contribuiu para o aumento do percentual de desistência do curso. Para verificar a amplitude dessa mudança, o presente estudo teria que ser mais expandido. O fato é que o acadêmico, no Regulamento vigente em 2019, com um dia de ingresso poderá, em função dessa alteração, trancar o curso por um ou dois semestres, consecutivos ou alternados, não tendo tempo suficiente para avaliar qualquer particularidade do curso ora ingressado, sem qualquer justificativa plausível e sem esperar algum deferimento.

Ademais, faz-se nota quanto ao parecer de deferimento deste trancamento. No regulamento anterior, o discente deveria aguardar frequentando o curso, até o parecer favorável ou não, do coordenador do curso conforme estabelecido no art. 97 do Regulamento (IFNMG, 2013). Por conseguinte, o coordenador do curso poderia verificar, ou entrar em contato com a equipe pedagógica para que o fizesse, e investigar, mais detalhadamente, os reais motivos alegados, para deferir a solicitação do trancamento ou tomada de outras decisões ao caso em tela. Na atual norma, isso já não é mais possível, uma vez que o trancamento de matrícula é automático conforme preceitua o caput do art.105, citado anteriormente.

Prosseguiu-se à análise do trancamento de matrícula concernente aos cursos individualmente. Desta maneira, mensurou que, dos acadêmicos desistentes que solicitaram o trancamento de semestre, 31,82% dos 44 que estavam matriculados no curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema, 34,78% dos 69 desistentes do curso Bacharelado em

Administração, e 19,68% dos 127 acadêmicos desistentes do curso Tecnologia em Gestão Ambiental. Alguns acadêmicos não declararam o motivo para trancamento de matrícula, outros elencaram os motivos relacionados na Tabela 23. Detectou-se, neste sentido, que formulários associam mais de um motivo, a saber, viagens constantes e falta de tempo para dedicar aos estudos; trabalho excessivo e trabalho em horário noturno; mudança de cidade e proposta de emprego; incompatibilidade de horário com o trabalho e falta de tempo; gravidez e falta de tempo para dedicar aos estudos; etc.

Tabela 23 – Motivos relacionados ao trancamento de matrícula dos cursos de graduação do IFNMG - Campus Araçuaí no período 2011 a 2019.

Causas relacionadas ao:			
Não declaração de motivo		Não declarado	16
Trabalho/Financeiro		Trabalho	6
		Conciliação de trabalho/estudo	2
		Viagens constantes	1
		Trabalho em outra cidade/estado	2
		Curso e aperfeiçoamento no trabalho	1
		Incompatibilidade de horário com o trabalho	1
		Trabalho excessivo	2
		Trabalho em horário noturno	1
		Tempo para dedicar aos estudos/trabalho	1
		Mudança de cidade para procura de trabalho	1
		Falta de tempo para cursar outro curso	1
		Proposta de trabalho por tempo determinado	1
	Particulares individuais		Problemas familiares
		Problemas pessoais	6
		Gravidez	1
		Perseguição	1
		Tentativa de assalto	1
		Tratamento psicológico	1
		Doença	1
		Moradia em outra cidade	3
		Viagens	1
		Mudança de cidade	6
		Sobrecarga de estudos para concursos	1
Financeiro		Complementação de renda por nascimento de filho	1
		Dificuldade financeira para transporte	1
Curso/Instituição de Ensino		Reopção de curso	3
		Matrícula em outra Instituição	2
		Não satisfação com a metodologia de ensino	1
		Medo de reprovação por frequência	1
		Aproveitamento de disciplina em outra IES	1

Fonte: IFNMG – CAMPUS ARAÇUAÍ – Elaborado pela autora com base de dados Núcleo Registro Acadêmico, 2011 a 2017.

É perceptível, pela tabela, que os motivos ensejadores do trancamento de matrícula foram vários. Porém, é crucial perceber e antecipar o problema que poderá levar a evasão do curso ingressado, tendo em vista que, conforme afirma Polydoro (2000, p.126), “o

trancamento de matrícula é uma forma de evasão que aparece ao longo dos anos de forma uniforme e frequente na instituição”.

A coleta de dados acadêmicos dos três cursos avaliados, por meio da formalização desses trancamentos, revelou alguns obstáculos que os impediram de prosseguir no curso. Os motivos expostos estão relacionados a questões que dizem respeito ao curso, à Instituição e aos acadêmicos em si. Estas últimas versam sobre questões financeiras ou outras bem subjetivas, que não fazem menção ao financeiro (perseguição, tentativa de assalto, sobrecarga de estudos para concursos, etc.). Pressupôs-se que os números comprovaram que essa parcela de desistentes necessitava de um tratamento diferenciado por parte de coordenadores, professores e equipe pedagógica, na tentativa de propiciar reflexão sobre a decisão a ser tomada.

Fatores como empecilhos de conciliar jornadas exaustivas de trabalho ao estudo, trabalho e moradia em outra cidade, tempo para dedicar ao estudo e ao trabalho, poderiam ser situações mais fáceis de resolver no *Campus Araçuaí*, caso a instituição pudesse adotar o modelo de integração. Esse modelo, recomendado por Tinto (1975), assegurava que, se o aluno vivesse em residência universitária, permaneceria por maior tempo na instituição superior e, com isto, vivenciaria maiores oportunidades para um envolvimento e integração com o campus universitário. Como o *Campus Araçuaí* não dispunha de residências universitárias, qualquer iniciativa nesse sentido mostraria-se inviável. Isso não seria impedimento caso tivessem sido adotadas outras medidas para conter essas dificuldades de integração do aluno no ambiente universitário, como projetos universitários de extensão, pois, segundo Tinto (1993, p. 204), “a capacidade de uma instituição manter os alunos está diretamente relacionada com sua habilidade em alcançar e fazer contato com os estudantes, integrando-os no tecido social e intelectual da vida institucional”.

O estudo técnico produzido em maio, pela Câmara dos Deputados (2017, p.32) com relação à evasão das Instituições Federais de ensino superior no Brasil, pressupõe que a integração acadêmica e social é componente crucial para mitigar a chance de evasão. Os dados do Campus demonstram uma porcentagem considerável dos acadêmicos que trancaram a matrícula, e com isso revelavam compromissos diversos totalmente direcionadas a garantir necessidades vitais que, ao longo da vida escolar, o faziam desistir de prosseguir com os estudos universitários. Nas inúmeras referências teóricas consultadas, Polydoro (2000) é contundente ao afirmar que o trancamento é interligado geralmente a uma combinação de vários problemas, uns efêmeros outros até relevantes, mas que parte significativa dos que o solicitam, não retorna ao final do período da concessão, resultando na evasão discente.

Nos requerimentos preenchidos no Núcleo de Registros Acadêmicos, certificou-se que o acadêmico solicitava o trancamento de apenas um semestre e, vencido o prazo, reativava a matrícula e renovava o trancamento para o próximo semestre. Presumiu-se que o acadêmico do IFNMG – *Campus Araçuaí* procede dessa forma na tentativa de mudar na situação relatada para solicitação inicial deste trancamento. Porém, encerrado o prazo limite do segundo trancamento, eles não retornam para formalizar a renovação de matrícula para o próximo semestre. Segundo Polydoro (2000), o acadêmico age de forma a relacionar o trancamento como uma situação passageira, que vai se resolver, e encara o trancamento como uma oportunidade de preservação do vínculo com a instituição de ensino por mais tempo. Todavia, quase em sua totalidade, os trancamentos solicitados pelos acadêmicos do *Campus Araçuaí*, depois de esgotado o prazo, resultaram em abandono do curso e, conseqüentemente cancelamento da matrícula, ensejando assim o encerramento definitivo do contrato educacional do acadêmico do curso ingressado.

Outro quesito que representou óbice às formalizações de justificativas para os trancamentos, incide no fato de o próprio Regulamento dos Cursos Superiores de Graduação do IFNMG não ser exigir qualquer justificativa formal para o pedido em questão. Além disso, os formulários existentes no *Campus Araçuaí* não seguem um padrão instituído para o IFNMG, com obrigatoriedade de tal justificativa, obstando em índice de 71,66% de causas não declaradas, conforme tabela a seguir.

Tabela 24 – Trancamento de matrículas – causas diversas relatadas atingindo 28,34% do universo pesquisado.

Trancamento	Trabalho	19	7,92%
	Particular	24	10,00%
	Financeiro	02	0,83%
	Curso/Instituição Ensino	08	3,33%
	Não declarado	15	6,25%
Não Trancamento		172	71,66%
TOTAL		240	100,00%

Fonte: IFNMG – CAMPUS ARAÇUAÍ – Elaborado pela autora com base de dados Núcleo Registro Acadêmico, 2011 a 2017.

No item seguinte tratou-se da retenção em disciplinas que, como no trancamento de matrícula, impedem ou atrasam significativamente o acadêmico na conclusão do curso, que, em boa parte dos casos, como no *Campus Araçuaí*, direciona-se à desistência do curso.

5.2 Retenção em disciplinas

Em função de ter apurado para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema um índice de evasão na ordem de 53,66% referente duas turmas, a saber, uma com o ciclo concluído e outra com alunos em curso, fez-se um estudo minucioso da turma concluída de 2016 do IFNMG – *Campus Araçuaí*, a fim de verificar se a retenção em disciplinas teve participação efetiva na evasão discente apurada.

Sendo assim, em 2016, 40 acadêmicos estão listados no diário físico dos professores de cada disciplina que compõe o primeiro período do curso, ou seja: Algoritmos, Lógica Matemática, Matemática Computacional, Língua Portuguesa Aplicada, Fundamentos da computação, Inglês Técnico e Teoria Geral da Administração. Neste relato de retenção considerou-se três disciplinas que atingiram o maior número de alunos reprovados. Das 40 matrículas registradas em todas as disciplinas do primeiro período, o número de retenções foi bem considerável, apresentando maiores índices nas disciplinas Matemática Computacional, Língua Portuguesa Aplicada e Algoritmos. Apurou-se que 23, 17 e 16 acadêmicos ficaram retidos nos conteúdos curriculares citados, respectivamente. Entre os 23 acadêmicos retidos em Matemática Computacional, 15 são desistentes. No conteúdo Língua Portuguesa Aplicada, com 17 acadêmicos retidos, 10 são desistentes. E, finalizando a análise do primeiro período, no conteúdo Algoritmos, 12 dos 16 acadêmicos são desistentes.

Diante disso, verificou-se a retenção não somente no universo investigado de acadêmicos desistentes, mas, na amostra total de desistentes e matrículas ativas.

Um aspecto a considerar foram os pré-requisitos para avançar para o semestre seguinte. Assim sendo, a disciplina Algoritmos impediu que 16 acadêmicos de cursar o segundo período em sua integralidade, porque constituía pré-requisito para cursar a disciplina Estrutura de Dados, componente curricular do segundo período. Prosseguindo à análise, comprovou-se que somente 34 alunos foram inseridos nos diários físicos. O restante já havia decidido abandonar o curso, mas, apesar disso, não se pode afirmar se esse dado foi determinante para os altos índices de evasão deste curso. O que se pressupõe é que a exigência de pré-requisitos atrasa o período de integralização do curso e em alguns casos, pode ser o obstáculo decisivo na conclusão deste.

O fenômeno da retenção com relação aos pré-requisitos exigidos em disciplina também foi analisado pela Comissão Especial de Estudos sobre a evasão. Neste sentido, seus membros já faziam algumas considerações, justificando assim que esses problemas faziam parte de um processo influenciado por fatores inter-relacionados e multiplicativos. Assim os reitores correlacionam as altas taxas de evasão com as retenções devido a exigência de alguns pré-requisitos em disciplinas, ou seja,

Antes de encerrar a discussão genérica sobre os problemas relacionados ao desempenho acadêmico e suas prováveis causas, cabem algumas observações.

Inicialmente trata-se de refletir sobre os índices de retenção indicados no estudo. Pode-se aventar algumas situações que explicariam as taxas elevadas constatadas pela pesquisa, tais como: [...]

- cursos com encadeamento rígido de pré-requisitos, nos quais a reprovação em apenas uma disciplina da cadeia dificulta o desenvolvimento do curso no tempo normal (tanto mais forte é o fenômeno quanto se trata de cursos nos quais o acesso ao "ciclo profissional" supõe a conclusão do ciclo básico). (COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A EVASÃO – BRASIL, 1996, p.124)

Segundo a Comissão (1996), cabia à instituição superior analisar todo o contexto situacional, para tomar medidas cabíveis e apropriadas. Prosseguiu-se a análise e na apuração do segundo período, onde a retenção em disciplinas se processou em Banco de Dados I, Sistemas Operacionais e Fundamentos de Sistema de Informação. A retenção verificada foi de 9, 15 e 11 acadêmicos, respectivamente, na amostra de 34 alunos. Neste número, dos 9 que ficaram retidos em Banco de dados, 8 são desistentes; dos 15 de Sistemas Operacionais, 11 são desistentes; e, finalmente, dos 11 retidos em Fundamentos de Sistemas de Informação, 9 são desistentes. De igual modo, ao avançar para o terceiro período, 9 acadêmicos não puderam cursar Banco de Dados II por estarem retidos na disciplina Banco de Dados I.

Na avaliação do terceiro período do curso, houve uma variação de matrículas nos diários físicos, tendo em vista que alguns já haviam desistido e ou estavam retidos em algumas disciplinas que os impediam de cursar o terceiro período em sua totalidade. Desta maneira, 28 acadêmicos matricularam em Programação Orientada a Objetos e 11 ficaram retidos, sendo 6 desistentes. Na disciplina de Programação Web I, 9 acadêmicos ficaram retidos e 7 são desistentes. Concluindo o terceiro semestre, a disciplina de Engenharia de Software teve 8 retidos, porém, 7 são desistentes.

Todos os que ficaram retidos nas disciplinas citadas, não puderam cursar Programação Web II, Programação de Sistemas Corporativos, Análise e Projeto de Sistemas, disciplinas que fazem parte do rol do quarto período. Com isto, a sala de aula anteriormente alocada com 40 acadêmicos, reduziu-se a um número bem inferior, chegando ao quarto semestre com somente 21 acadêmicos na disciplina de Rede de Computadores. Nesta, verificou somente 5 retenções, não havendo qualquer desistência. No quinto período, 15 acadêmicos estavam matriculados na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I e houve somente 2 retenções. No sexto período, acusou-se, na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, somente 4 retenções, porém, somente 16 acadêmicos estavam matriculados.

Salienta-se que as desistências de acadêmicos relatados nos casos de retenção em disciplinas foram processadas ao longo da existência da turma. Importante esclarecer que o leque de disciplinas não abordadas nesta redação compreendeu um número não relevante de retenções. Faz-se necessário dizer também que, no último período, ou seja, semestre 02/2018, algumas disciplinas, a exemplo de Empreendedorismo, estavam com inserção de até 25 alunos matriculados.

5.3 Informações Complementares

Importante salientar que, neste estudo, considerou-se evasão todo e qualquer tipo de dissolução cabal de vínculo entre o IFNMG – *Campus Araçuaí* e os acadêmicos, que esteja regulamentado no Título IV, Capítulo I, Seção IX do Regulamento dos Cursos Superiores de Graduação do IFNMG, do art. 119 ao art. 123, ou seja,

Art. 119 O desligamento e a cessação total dos vínculos do acadêmico com a instituição.

Art. 120 O desligamento do acadêmico ocorrerá mediante:

- I- transferência para outra instituição de ensino;
- II- desistência da matrícula do ingressante, manifestada em até 10 (dez) dias após o início das aulas;
- III- expressa manifestação de vontade do cancelamento de matrícula, mediante requerimento do acadêmico, ou do seu representante legal;
- IV- cancelamento de matrícula em todas as disciplinas que estiver matriculado no semestre;
- V- de ofício, quando o acadêmico:
 - a) não renovar a matrícula;
 - b) esgotado o período de trancamento concedido, não efetuar reabertura de matrícula dentro do prazo estabelecido no calendário acadêmico;
 - c) cometer irregularidades ou transgressão disciplinar, nos termos do Regimento Disciplinar Discente dos Cursos de Graduação do IFNMG;
 - d) não concluir o curso no prazo máximo fixado no PPC para integralização curricular;
 - e) tenha se servido de documentação inidônea para efetivar matrícula;
 - f) não comparecer as atividades acadêmicas e forem computadas faltas injustificadas consecutivas, por um período igual ou superior a 60 (sessenta) dias.
 - f) não comparecer as atividades acadêmicas e forem computadas faltas injustificadas consecutivas, por um período igual ou superior a 60 (sessenta) dias em todas as disciplinas. (Redação dada pela Resolução CONSUP/IFNMG no 35 de 03 de setembro de 2018).
- VI- outras situações previstas pelas legislações e normativas pertinentes, no caso de cursos ofertados via programas governamentais. (Regulamento dos Cursos Superiores de Graduação do IFNMG, 2018, p. 28)

Analisou-se a citação acima referente à cessação total dos vínculos do acadêmico para com a instituição e, no inciso I, apurou-se que o IFNMG, considera como evasão a

transferência para outra instituição de ensino. Neste sentido, dos acadêmicos que formalizaram a desistência de vaga, em períodos distintos do curso, 12,5% indicaram através de formulário acadêmico, que iriam migrar para outro curso em outra instituição de ensino.

No inciso II, – desistência da matrícula do ingressante manifestada em até 10 dias após o início das aulas –, o que se apurou foi que os candidatos classificados que desistiam da matrícula no início do curso, não possuíam documentação comprobatória para efetivação da matrícula e acabavam nem comparecendo para formalizar o ingresso.

Mensurou-se, no inciso III, índices bastante significativos: cerca de 43,34% do total de desistentes manifestou, em períodos distintos do curso, vontade de cancelamento de matrícula ou interrupção dos vínculos com a instituição com o trancamento da matrícula. Nesta conjuntura, antes do ano de 2017, apesar de vários PDIs contemplarem ações para conter a evasão, não se localizou no *Campus Araçuaí*, segmentos profissionais da instituição que avaliassem estes índices.

Não houve caso registrado sob a justificativa do inciso IV, já em razão do inciso V, mediu-se 43,34% sendo o maior índice para a evasão, contemplando aqui as não renovação de matrícula e a não conclusão do curso no prazo máximo fixado para integralização curricular. Não foi constatado, em pastas individuais dos acadêmicos no NRA, nenhum registro que pudesse inferir irregularidades ou transgressões disciplinares discentes, bem como outras não relatadas, e que tivessem motivado o desligamento do vínculo com a instituição.

Dessa forma, analisou-se, embasado na literatura acima, a investigação dos dados numéricos da evasão discente, acontecida nos anos de 2011 a 2017. Na Tabela 25, demonstrou-se a respectiva média apurada, considerando o número de ingressantes de cada curso superior abrangido neste estudo, a saber: Tecnologia em Gestão Ambiental, de 2011 a 2017, com 270 ingressantes; Bacharelado em Administração, de 2013 a 2017, com 209 ingressantes; e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, de 2016 a 2017, com 82 ingressantes.

A título de esclarecimentos, apesar de no *Campus Araçuaí* ter sido implantado o curso Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental, o mesmo não foi inserido nesta pesquisa por sua data de implantação ter ocorrido em 2018, e a presente pesquisa não compreendeu esse período.

Tabela 25 – Valores concernentes ao ingresso e evasão discente e média apurada.

ANO	Tecnologia em Gestão Ambiental			Bacharelado em Administração			Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		
	INGRESSO	EVASÃO	MÉDIA	INGRESSO	EVASÃO	MÉDIA	INGRESSO	EVASÃO	MÉDIA
2011	40	15							
2012	40	22							
2013	36	15		42	15				
2014	39	18		42	17				
2015	44	24		44	15				
2016	36	15		38	09		40	20	
2017	35	18		44	13		42	24	
TOTAL	270	127	*47,03%	210	69	*32,86%	82	44	53,65%

*Média de evasão do período pesquisado.

Fonte: IFNMG – Araçuaí – 2011 a 2017. Elaborada pela autora com base nos dados do Núcleo de Registros Acadêmicos.

Notou-se que os índices encontrados são bastante elevados, chegando aos 55%, em 2012, no curso Tecnologia em Gestão Ambiental, e 57%, em 2017, no curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Considerando que, em 2012, no primeiro curso citado ingressaram 40 alunos, e no segundo, em 2017, 42, inferiu-se que, a despeito da evasão ter sido de 22 e 24 acadêmicos, respectivamente, mesmo se todos os acadêmicos restantes da turma concluíssem o curso, ainda assim, o número de evadidos ultrapassaria o número de formandos.

Ainda analisando a Tabela 25, verificou-se que, nos anos 2013, 2014 e 2016, no curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, apesar dos índices terem sido elevados, houve uma leve regressão da evasão, enquanto nos anos 2015 e 2017 há uma progressão acentuada, transpondo o índice de 50% com relação ao número de ingressantes. Apesar do curso Bacharelado em Administração evidenciar taxas altas em todos os anos, desde a sua implantação em 2013, ao colacionar com os cursos superiores de Tecnologia existentes no IFNMG - *Campus Araçuaí*, percebe-se que aquele encontra-se em numa posição confortável, pois desde a sua implantação, em 2013, até o ano de 2017, a taxa medida não ultrapassa 41%.

Segundo Lobo (2017), no Brasil, os índices de evasão no ensino superior vêm, nos últimos 15 anos, se mantendo com oscilações parcas, aferidas em torno de 22% para o setor público, e maior para o setor privado. Outro dado interessante apresentado pela autora, diz respeito aos cursos que possuem a maior taxa de evasão no setor público no Brasil. Essas taxas são atribuídas para aos cursos de Matemática (30%) e Computação (22%) conforme se observa na Tabela 26.

Tabela 26 – A evasão no ensino superior brasileira.

Tabela I Evasão						
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	Media	Tendência
Bacharelado	23%	22%	22%	22%	22%	estavel
Distância	28%	34%	35%	39%	34%	crescente
Privada	31%	36%	37%	41%	36%	estavel
Pública	12%	15%	19%	16%	16%	estavel
Presencial	22%	21%	21%	21%	21%	estavel
Privada	24%	23%	24%	23%	24%	estavel
Pública	17%	13%	13%	12%	14%	estavel
Licenciatura	22%	21%	23%	25%	23%	estavel
Distância	25%	24%	31%	33%	28%	crescente
Privada	27%	26%	20%	40%	28%	oscilante
Pública	20%	18%	22%	21%	20%	crescente
Presencial	20%	19%	20%	20%	20%	estavel
Privada	23%	23%	25%	23%	24%	estavel
Pública	18%	16%	15%	16%	16%	estavel
Tecnológico	42%	37%	43%	40%	41%	estavel
Distância	49%	41%	51%	49%	48%	estavel
Privada	50%	42%	52%	50%	48%	estavel
Pública	36%	34%	28%	26%	31%	decrecente
Presencial	40%	35%	38%	34%	37%	oscilante
Privada	43%	38%	41%	36%	39%	oscilante
Pública	27%	25%	25%	29%	27%	estavel

Fonte: SILVA FILHO, 2017

Segundo Rumberger (2008, *apud* Neto *et al.*, 2012), na teoria, uma maneira encontrada na literatura para mensurar a evasão, é por intermédio do cálculo da taxa de conclusão. Assim, relaciona-se o total de alunos concluintes com a quantidade de alunos matriculados.

Tomando por base esta premissa, a partir de dados extraídos no Núcleo de Registros Acadêmicos do IFNMG – *Campus Araçuaí*, de 40 ingressantes por curso a cada ano, entre 2011 e 2017, totalizando 560 alunos, e desse montante, 200 alunos do curso Tecnologia em Gestão Ambiental e 80 do curso Bacharelado em Administração já terem integralizado o curso, apurou-se que até a última cerimônia de colação de grau oferecida pelo IFNMG – *Campus Araçuaí*, em 10 de março de 2019, mesmo integralizando o curso fora do período devido, a taxa de conclusão foi de somente 43,70%, como se observa na Tabela 27.

Tabela 27 – Quantidade de Acadêmicos do curso superior Tecnologia em Gestão Ambiental – IFNMG – *Campus Araçuaí* que integralizaram o curso no período de 2014 a 2019.

<u>Período do curso</u>	Previsão para integralização do curso	Conclusão do curso com colação de grau						
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
2011/2013	2014	3*	17	3	2			25
2012/2014	2015		10*	6	1		1	18
2013/2015	2016			13*	4	2	1	20
2014/2016	2017				11*	9	1	21
2015/2017	2018					12*	5	17
2016/2018	2019						17*	17
TOTAL DOS CONCLUINTE		3	27	22	18	23	25	118

*Número de concluintes que colaram grau no período correto de integralização do curso, previsto pelo calendário acadêmico do IFNMG – *Campus Araçuaí*

Fonte: IFNMG – *Campus Araçuaí* – 2014, 2019. Elaborada pela autora com base nos dados do Núcleo de Registros Acadêmicos.

Pelos números acima expostos, indicou-se que o número de acadêmicos que integralizaram o curso na data prevista pelo PPC, ou seja, três anos após o ingresso nos cursos de Tecnologia, está destacado na Tabela 27 com asterisco. Logo pode-se inferir que a taxa de conclusão do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental equivale a 43,70% do total de ingressantes matriculados no período compreendido por essa pesquisa.

No curso de Bacharelado em Administração, em quase sete anos desde sua criação, com três turmas que já concluíram o período de integralização do curso, totalizou-se somente 54 acadêmicos que concluíram o curso para o qual ingressaram. Apesar de as três primeiras turmas com 127 acadêmicos ingressantes, terem alcançado o direito de colar grau no prazo previsto pelo PPC, por motivos de retenção em disciplinas e ou trancamentos de semestre, foi ainda apurado um índice de 42,51% de conclusão do curso conforme Tabela 28.

Tabela 28 – Quantidade de Acadêmicos do curso superior Bacharelado em Administração – IFNMG – Campus Araçuaí que integralizaram o curso no período de 2017 a 2019.

<u>Período do curso</u>	Previsão para integralização do curso	Conclusão do curso com colação de grau			
		2017	2018	2019	TOTAL
2013/2016	2017	9*	4	14	27
2014/2017	2018		9*	6	15
2015/2018	2019			12*	12
TOTAL DOS CONCLUINTE		9	13	32	54

*Número de concluintes que colaram grau no período correto de integralização do curso, previsto pelo calendário acadêmico do IFNMG – Campus Araçuaí

Fonte: IFNMG – Campus Araçuaí – 2014, 2019. Elaborada pela autora com base nos dados do Núcleo de Registros Acadêmicos.

O curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas teve sua primeira turma (2016/2018) com 40 acadêmicos, com o prazo previsto para integralização do curso em 2019. Todavia, somente 11 concluíram os conteúdos práticos e teóricos e colaram grau no tempo previsto, representando 27,50% de conclusão do curso, conforme Tabela 29.

Tabela 29 – Quantidade de Acadêmicos do curso superior Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – IFNMG – Campus Araçuaí que integralizaram o curso no período de 2019.

<u>Período do curso</u>	Previsão para integralização do curso	Conclusão do curso com colação de grau			
		2017	2018	2019	TOTAL
2016/2018	2019			11*	11
TOTAL DOS CONCLUINTE				11	11

*Número de concluintes que colaram grau no período correto de integralização do curso, previsto pelo calendário acadêmico do IFNMG – Campus Araçuaí

Fonte: IFNMG – Campus Araçuaí – 2014, 2019. Elaborada pela autora com base nos dados do Núcleo de Registros Acadêmicos.

Em suma, apuraram-se percentuais de conclusão aquém do esperado. A crítica que se faz em relação a esses índices refere-se aos processos relacionados à instituição educativa, bem como seus processos de ensino e aprendizagem, que não conseguem modificar seus processos de trabalho para reverter à situação de evasão que ora se apresenta. Refere-se também às políticas governamentais por não terem um olhar diferenciado para as regiões mais carentes, subsidiando projetos e ações para modificar o contexto vivenciado pelos atores sociais que apresentam índices muito baixos, comparados a outras de igual porte. O que se percebeu, é que a realidade de cada acadêmico evidencia que eles necessitam de algo novo, que insira novas perspectivas de atendimento às suas demandas sociais, familiares e financeiras.

Neste contexto Dore *et al.* (2017) afirma,

A tese aqui sustentada é a de que, na atual sociedade capitalista, a exploração e precarização do trabalho tem sido o motor da produção de desigualdades sociais. Desta forma, nos processos de escolaridade, a Educação atende demandas de qualificação da força de trabalho. [...]. **A evasão escolar, aqui entendida como sinônimo de abandono escolar, relaciona-se à perda de estudantes que iniciam seus estudos, mas não concluem, situação que se configura como desperdício econômico, político e cultural, no sistema educacional e nas instituições de ensino.** (DORE, R.*et al.*, 2017, p. 84.).

Assim, processou-se a evasão no IFNMG – *Campus* Araçuaí. Os 240 evadidos indicaram um quadro de motivos que os nortearam a abandonar o curso. Essas formalizações revelam causas para a deserção que vão muito além do financeiro que, aliás, era uma das hipóteses levantadas no início dessa pesquisa. Elas alertam para fases da vida do acadêmico que estão condicionadas a necessidades subjetivas.

Neste contexto, percebeu-se que a escolarização formal, ao olhar do discente evadido, foi relegada a segundo plano, até que as realizações pessoais mais urgentes sejam concretizadas. A evasão no *Campus* Araçuaí, retrata uma realidade que muitos desconhecem. São jovens, em sua maioria na faixa etária de 20 a 24 anos, advindos escolas públicas estaduais diversas, que ofertam um ensino médio precário, como o revelado pelas pesquisas do PISA, cujos pais não possuem níveis educacionais adequados e não conseguem oferecer suporte para que os filhos continuem os estudos.

A análise estratificada dos trancamentos ocorridos, como da retenção em um dos cursos superiores em bases estatísticas descritivas, oportunizou um quadro geral e amplo concernente à evasão discente no ensino superior do IFNMG – *Campus* Araçuaí. A seguir, na Tabela 30, alguns acadêmicos revelaram os motivos que os fizeram desistir. Nas palavras de Lobo,

A Evasão é comparável às doenças chamadas de silenciosas, pois nem sempre há indicadores prévios de que vá ocorrer, ou já esteja em processo. Uma forma de antecipar o problema (a exemplo dos exames preventivos que se usa na Medicina) é verificar e acompanhar os alunos que começam a faltar às aulas e/ou que obtêm notas baixas, [...] e não procuram por nenhum apoio ou solução para problemas financeiros. (LOBO, 2012, p.12).

Compreendeu-se neste estudo, que os trancamentos e retenções poderiam representar indicadores, tanto para os coordenadores, como para a equipe pedagógica, para que adotem novas metodologias de acompanhamento do acadêmico, para assim conter e reverter os índices apresentados do *Campus* Araçuaí.

A situação da evasão discente foi demonstrada na Tabela 30 com os conceitos “Abandono” e “Desligado”, mesmas nomenclaturas utilizadas conforme Portal do MEC – BRASIL (2012) no SISTEC⁴². Este é um sistema de registro, divulgação de dados e de validação de diplomas da educação profissional e tecnológica, estabelecido pelo MEC, em 2009, para que as instituições inserissem informações referentes a seus cursos, tanto do ensino médio, como de qualificação profissional, incluindo dados de matrícula, frequência, concluintes, etc. Tal procedimento foi necessário para explicitar que o conceito “Desligado” atribui-se ao acadêmico que solicitou a desistência formal de vaga, e no conceito “Abandono”, àquele que simplesmente evadiu-se da instituição, sem qualquer registro formal que pudesse inferir o motivo. Nestes casos, no IFNMG, aplicam-se as normas pertinentes ao Regulamento dos Cursos Superiores de Graduação do IFNMG, Título IV, Capítulo I, Seção IX, art. 119 a art. 123.

Nesta análise apurou que dentre os 240 acadêmicos, somente 62 desistentes formalizaram a desistência de vagas, indicando variadas causas de evasão, sendo a eles conferido o conceito “Desligado”. Por outro lado, 178 desistentes foram considerados e registrados como “Abandono” por não terem formalizado os motivos de sua desistência. Nesse último grupo, 42 acadêmicos, apesar de não ter formalizado a desistência de vaga, trancaram a matrícula por um ou dois semestres, em determinada época do curso, e não retornaram para a renovação. Porém, registraram, no momento da solicitação do trancamento, os motivos que os fizeram interromper os estudos no IFNMG – *Campus Araçuaí*. Inferiu-se, então, que a causa alegada para o trancamento poderia ser a mesma que os levou a desistir do curso. A Tabela 30 não considerou a totalização dos motivos que levaram à desistência, porém incluiu-se um quadro a parte, na mesma tabela, a fim de registrar os motivos que os fizeram não retornar do trancamento e, conseqüentemente, ter a matrícula cancelada.

⁴² Disponível em: http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Guia_Sistec_IF_v2.2_05072016.pdf

Tabela 30 – Motivos da desistência do IFNMG – *Campus Araçuaí*

1 - Curso: Tecnologia em Gestão Ambiental								
<u>111</u>	<u>112</u>	<u>113</u>	<u>114</u>	<u>115</u>	<u>116</u>	<u>117</u>	Tota	Causas Formalizadas
15	18	13	15	20	9	8	98	*Não Renovação de Matrícula
					1		1	Condições Físicas e Psicológicas
			1				1	Dificuldades de aprendizagem
			1				1	Trabalho
							0	Extra Jornada depois do Trabalho
	3	1		3	3	1	11	Matrícula em outra Instituição de Ensino Superior
							0	Mudança de Cidade/Estado
							0	Não identificação com o curso
					1	8	9	Motivos Pessoais - Doença
	1	1	1	1	1	1	6	Não identificação com o curso
							6	Não declarado
15	22	15	18	24	15	18	127	TOTAL
*Abandono								
2 - Curso: Bacharelado em Administração								
		<u>113</u>	<u>114</u>	<u>115</u>	<u>116</u>	<u>117</u>	Tota	Causas Formalizadas
							1	
		9	13	11	7	6	46	*Não Renovação de Matrícula
							0	Condições Físicas e Psicológicas
							0	Dificuldades de aprendizagem
		1					1	Trabalho
							0	Extra Jornada depois do Trabalho
		3	1	3	2	6	15	Matrícula em outra Instituição de Ensino Superior
			1				2	Mudança de Cidade/Estado
							0	Não identificação com o curso
							0	Motivos Pessoais - Doença
							0	Não identificação com o curso
		2	2	1			5	Não declarado
		15	17	15	9	13	69	TOTAL
*Abandono								
3 - Curso: Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas								
					<u>116</u>	<u>117</u>	Tota	Causas Formalizadas
							1	
					16	18	34	*Não Renovação de Matrícula
					01		1	Condições Físicas e Psicológicas
							0	Dificuldades de aprendizagem
							0	Trabalho
							0	Extra Jornada depois do Trabalho
					1	3	4	Matrícula em outra Instituição de Ensino Superior
						1	1	Mudança de Cidade/Estado
							0	Não identificação com o curso
							0	Motivos Pessoais - Doença
						1	1	Não identificação com o curso
					2	1	3	Não declarado
0	0	0	0	0	20	24	44	TOTAL
*Abandono								
TOTALIZAÇÃO DOS MOTIVOS DE DESISTENCIA FORMALIZADOS E NÃO FORMALIZADOS DOS CURSOS SUPERIORES ACIMA REFERENCIADOS.								
							Tota	Causas Formalizadas
							1	
15	18	22	28	31	32	32	178	*Não Renovação de Matrícula

0	0	0	0	0	2	0	2	Condições Físicas e Psicológicas
0	0	0	1	0	0	0	1	Dificuldades de aprendizagem
0	0	1	1	0	0	0	2	Trabalho
0	0	0	0	0	0	0	0	Extra Jornada depois do Trabalho
0	3	4	1	6	6	10	30	Matrícula em outra Instituição de Ensino Superior
0	0	0	1	0	0	2	3	Mudança de Cidade/Estado
0	0	0	0	0	0	0	0	Não identificação com o curso
0	0	0	0	0	0	0	0	Motivos Pessoais - Doença
0	0	0	0	0	1	9	10	Não identificação com o curso
0	1	3	3	2	3	2	14	Não declarado
15	22	30	35	39	44	55	240	TOTAL DOS DESISTENTES

*Abandono

**TOTALIZAÇÃO DOS MOTIVOS DE TRANCAMENTO DE MATRÍCULA QUE NÃO
RETORNARAM PARA RENOVAR MATRÍCULA NO PERÍODO 2011 A 2017 DOS CURSOS
SUPERIORES IFNMG – CAMPUS ARAÇUAÍ**

<u>TLGA</u>	<u>BCAD</u>	<u>TLAS</u>	<u>Tota</u>	<u>Causas Formalizadas</u>
			I	
				*Não Renovação de Matrícula
2	6	1	9	Condições Físicas e Psicológicas
				Dificuldades de aprendizagem
2	5	6	13	Trabalho
				Extra Jornada depois do Trabalho
1	1	2	4	Matrícula em outra Instituição de Ensino Superior
5	2		7	Mudança de Cidade/Estado
				Não identificação com o curso
				Motivos Pessoais - Doença
				Não identificação com o curso
4	4	1	9	Não declarado
14	18	10	42	TOTAL

*Abandono

Fonte: Elaborada pela autora – Requerimento Núcleo Acadêmico – IFNMG – Campus Araçuaí, 2011, 2017

A não renovação de matrícula foi responsável por 74,16% da cessação total dos vínculos do acadêmico com a instituição, no período de 2011 a 2017. Neste cenário, existiram outros fatores não descritos pelo acadêmico, fundamentados por diferentes causas.

Com base no Regulamento dos Cursos Superiores de Graduação do IFNMG, art. 119, inciso V, alínea “b” (IFNMG, 2018, p.28), que preceitua: “V – de ofício, quando o acadêmico: b) esgotado o período de trancamento concedido, não efetuar reabertura de matrícula dentro do prazo estabelecido no calendário acadêmico”, as formalizações que remetem aos motivos da desistência (25,84%) foram somadas ao quantitativo dos motivos alegados pelo trancamento de matrícula (17,50%), pois se inferiu estarem correlacionados. Obteve-se o resultado de 43,34%, referente a porcentagem de acadêmicos com desistências formalizadas, considerando o acadêmico que esgotou o período de trancamento concedido e não voltou para efetivação do vínculo com a instituição ensejando assim, o cancelamento de

ofício da matrícula. Assim, as desistências não formalizadas decrescem para 56% do total encontrado inicialmente.

Os motivos descritos no Requerimento Acadêmico do IFNMG – *Campus Araçuaí* para justificativa do cancelamento da matrícula foram categorizados de acordo com a referência classificada pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Segundo essa Comissão (1996), tanto as práticas pedagógicas de alguns pró-reitores, como outros estudos referentes ao tema, inferiam a uma série de fatores que contribuíam decisivamente para o abandono do curso superior por parte do acadêmico, que foram classificados em três parâmetros, a saber, fatores individuais, fatores internos e fatores externos ao IFNMG – *Campus Araçuaí*,

Devem eles ser classificados em três ordens; em primeiro lugar, aqueles que se relacionam ao próprio estudante; em segundo, os relacionados ao curso e à instituição; finalmente, os fatores socioculturais e econômicos externos. Grande parte deles se inter-relacionam estreitamente. As escolhas pessoais são influenciadas por fatores externos tais como o prestígio social da profissão, as possibilidades de desenvolvimento profissional ou a força da tradição ou das pressões familiares, de nenhum modo desprezível. Igualmente forte é o peso dos fatores intra-universitários, grandemente desencorajadores em muitos casos (BRASIL, 1996, p.117).

Após definir a classificação da análise, definiu-se a especificidade de cada fator. Os fatores individuais aportam características inerentes ao acadêmico, tais como questões de ordem pessoal, envolvimento em atividades do campus universitário, competência para as habilidades que lhe serão exigidas do curso, além das questões socioeconômicas do acadêmico e do grupo familiar. Os internos são os quais a instituição deveria dar mais atenção, são aspectos que dimensionam a instituição educativa, em vários quesitos institucionais: currículo, infraestrutura, estrutura administrativa, gestão didático-pedagógica, etc. Por fim, os fatores externos, que associam todos os aspectos traduzidos em obstáculos para permanecer na instituição educativa. Apontam-se aqui, as dificuldades financeiras do estudante e todas as suas inquisições relacionadas com a escolha profissional, ou seja, oferta de trabalho para sua formação acadêmica, reconhecimento do curso perante o mercado de trabalho, avanços inerentes à globalização, dentre outros aspectos que podem obstar no exercício futuro profissional.

O fato é que as questões elencadas, algumas individuais, como trabalho, e outras internas e externas à Instituição, expressavam a insatisfação do acadêmico, resultando na decisão de abandonar o curso. Nas palavras de Silva Filho (2007, p. 643), “ele acha que o

custo benefício do ‘sacrifício’ para obter um diploma superior na carreira escolhida não vale mais a pena”.

Outras questões relatadas, próprias dos cursos noturnos, como dificuldade em conciliar jornadas de trabalho e estudo, longas viagens de deslocamento de casa para o *Campus Araçuaí* e vice-versa, são agravantes que contribuíram para o abandono do curso, tendo em vista o *campus* não possuir regime de internato e abranger estudantes de outras cidades. Dentre os inúmeros motivos para a evasão, Adachi (2009) e Silva Filho *et al.* (2007) apontam também para os aspectos financeiros. Importante o entendimento de Fialho (2014) quando diz,

[...] a evasão, sobretudo a que ocorre na educação superior, traz prejuízos de ordem econômica, social e cultural para as instituições de ensino superior que conseqüentemente perdem financeiramente e deixam de contribuir para o desenvolvimento da sociedade. No âmbito da gestão universitária, a evasão escolar pode refletir mal-uso dos recursos e deficiência na gestão. Essa deficiência pode afetar a estrutura física, à docência, a administração, o suporte ao aluno e, principalmente, pode prejudicar o progresso da sociedade. (FIALHO, 2014, p. 22)

Sem dúvida, a evasão trouxe, em seu bojo, diversos problemas, exigindo políticas públicas ativas de financiamento que auxiliassem a permanência do aluno, retornando para a sociedade o fruto do conhecimento gerado na universidade. No que concerne à Política de Assistência Estudantil do IFNMG⁴³, a Instituição congregava diferentes programas que objetivavam a manutenção com êxito do acadêmico. Ainda na linha de ações para mitigar a evasão, abrangia Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro e Estímulo à Permanência. O acadêmico possuía, à sua disposição, núcleos – dentre eles, o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e o Núcleo de Estudos Afro-Indígena (NEABI) – que se propunham a dar suporte de uma assistência integral às suas necessidades e, deste modo, contribuir para a consolidação do processo de ensino aprendizagem.

De acordo com o site institucional do IFNMG – *Campus Araçuaí*, disponibilizado no dia 23 de julho de 2012, havia um rol de programas que era destinado a repassar benefícios para os acadêmicos, exibido como Figura 3. Houve atualização dessas informações em 19 de agosto de 2019, às 17 horas e 27 minutos, o que indica que os programas deveriam estar em perfeito funcionamento e execução.

⁴³ Aprovada pelo Conselho Superior em 25 de fevereiro de 2011 e reformulada em 14 de dezembro de 2017, abarca programas que atendem seus discentes na modalidade integrado, concomitante, subsequente, tecnologia, licenciatura, bacharelado e Proeja, todos na modalidade presencial. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil-aracuai/apresentacao>

Figura 3 – Programas assistenciais – Layout do IFNMG – *Campus Araçuaí*.

The image shows a screenshot of the IFNMG website. At the top, there is a header with the IFNMG logo and the text 'INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS'. Below the header, there is a navigation menu with links for 'CEAD', 'Cursos', 'Processo Seletivo e Vestibular', 'Assistência Estudantil', and 'Concurso'. The main content area is titled 'Assistência Estudantil' and includes a sidebar on the left with a dropdown menu for 'ARAÇUAÍ'. The main text describes the student assistance policy, its objectives, and provides a link to the document.

IFNMG
INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS

CEAD Cursos Processo Seletivo e Vestibular Assistência Estudantil Concurso

INSTITUTO FEDERAL
Nome de Minas Gerais
Campus Araçuaí

ARAÇUAÍ ▼

- Araçuaí
- Contatos
- Cursos
- Arquivo de Notícias
- Assistência Estudantil
- Biblioteca
- Eventos do Campus
- Programas
- Extensão

Assistência Estudantil

Publicado: Segunda, 23 de Julho de 2013, 12:18 | Última atualização em Segunda, 19 de Agosto de 2018, 17:27

Twitter Curtir 7,3 mil

A Política de Assistência Estudantil do IFNMG, aprovada pelo Conselho Superior em 25 de fevereiro de 2011 e reformulada em 14 de dezembro de 2017, abarca programas que atendem seus discentes na modalidades integrado, concomitante, subsequente, tecnologia, licenciatura, bacharelado e Projea, todos na modalidade presencial.

Objetivos

- Garantir, para o estudante em vulnerabilidade social, mecanismos que promovam condições socioeconômicas que viabilizem a permanência e o êxito no percurso escolar;
- Promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos discentes do IFNMG com vistas à inclusão social e democratização do ensino;
- Assegurar aos discentes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas;
- Proporcionar ao estudante com necessidades educativas específicas as condições necessárias para o seu desenvolvimento acadêmico, conforme legislação vigente;
- Contribuir para a promoção do bem-estar biopsicossocial dos discentes;
- Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, buscando minimizar a reprovação e a evasão escolar;
- Promover e ampliar a formação integral dos discentes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico.

Documentos

Downloadem o Documento da Assistência Estudantil

Fonte: Assistência Estudantil – IFNMG, *Campus Araçuaí*. Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil-aracuai/apresentacao>

Todavia, embora estejam publicados no site institucional, o que se apurou é que eles não condizem com a realidade. Alguns programas referiam-se especificamente a *campus* rural, como é o caso dos *Campi* Januária, Salinas, etc., que possuíam moradia estudantil, não se aplicando ao *Campus Araçuaí*. Este fato poderia gerar, para a comunidade externa, uma falsa impressão dos auxílios que atualmente o *Campus Araçuaí* oferecia ao seu público alvo.

O Núcleo de Assistência Estudantil *Campus Araçuaí* não abarcava todos os programas especificados, que geravam repasse assistencial e ações a alguns poucos acadêmicos mais vulneráveis. Relacionou-se todos os benefícios e o que apurou, através de documentos no Núcleo de Assuntos Estudantis e Comunitários (NAEC), setor que atua na gestão, promoção e desenvolvimento de programas, ações e serviços, que no tocante à Assistência Estudantil do *Campus Araçuaí*, os acadêmicos possuíam acesso somente a alguns programas e ações. Importante salientar que algumas ações foram executadas em benefício do estudante, mas não constituíam em basicamente um programa, como se visualiza no Quadro 1. O rol desses programas e dos que estão referenciados no *Campus Araçuaí* foram citados com um asterisco e fonte em negrito.

Quadro 1 – Programa da Assistência Integral prestados aos acadêmicos do IFNMG.

Programa de Moradia Estudantil:	Destinado aos estudantes de cursos presenciais em situação de vulnerabilidade social, oriundos da zona rural ou de outro município, diferente da sede do campus.
Programa de Segurança Alimentar:	Consiste no desenvolvimento de ações e serviços para implementação e fortalecimento da prática de Educação Alimentar e Nutricional. Consiste na oferta do auxílio “in natura” de refeições para os discentes dos cursos de nível médio na modalidade integrada. Auxílio financeiro para o discente EaD: Ofertado aos estudantes em situação de vulnerabilidade social dos cursos da Educação a Distância, nas atividades presenciais do curso, com matrícula e frequência regular, para atender as necessidades de alimentação e/ou transporte. b) Restaurante Estudantil: tem o objetivo de fortalecer a política de permanência do educando e contribuir na sua formação, por meio da oferta de refeições balanceadas e de qualidade, a baixo custo ou gratuitamente, destinadas aos estudantes regularmente matriculados. c) Acompanhamento nutricional dos discentes: promover ações de educação alimentar voltadas à segurança nutricional dos discentes, estimulando novas práticas e hábitos alimentares saudáveis.
*Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes:	Destinado aos discentes de cursos presenciais, visa desenvolver ações de oferta de auxílios financeiros e acompanhamento aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para que os beneficiários tenham condições de suprir necessidades básicas, como alimentação, itens escolares dentre outras, possuindo três tipos de auxílios financeiros dependendo do critério de vulnerabilidade social existente.
Programa de Inclusão Digital:	Visa a inserção de estudantes em situação de vulnerabilidade social no mundo digital por meio do fornecimento de um valor financeiro, equivalente ao valor de mercado, para a compra de um computador, ou outro bem ou serviço da área de sua formação que promova a inserção digital.
Programa Creche-escola:	Objetiva dar suporte às mães estudantes, de cursos regulares e presenciais que residam com filhos de até 05 anos de idade e ou crianças sob a sua guarda, em situação de vulnerabilidade social, por meio da oferta de um auxílio financeiro, para que a mãe estudante permaneça em seus estudos.
*Programa de Educação para Diversidade:	Este programa tem a finalidade de aprofundar as discussões sobre equidade na Instituição, garantindo espaços de reflexão sobre diversidade de etnia, gênero, religião, orientação sexual e, assim como os demais programas, também almeja contribuir no processo de estímulo à permanência nos estudos pelos estudantes, sem perder de vista a perspectiva da discussão sobre direitos e cidadania, destacando a

*Programa de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas:	<p>necessidade de desnudar práticas discriminatórias, oriundas da falta de debates e informações, com ações como a criação de grupos de estudos e pesquisa, a exemplo do NEABI.</p> <p>Tem por finalidade fomentar e colaborar na prática da inclusão dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, promovendo condições específicas que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na Instituição, subsidiando as ações do NAPNE (Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas) e se efetiva por meio de ações que fomentam a inclusão e a acessibilidade a exemplo da destinação de recursos financeiros para aquisição de tecnologias assistivas.</p>
*Programa de Atenção à Saúde	<p>Visa a prestação de atendimento eletivo, com fins de promoção da saúde e a prevenção de doenças e agravos por meio da assistência médica, odontológica, nutricional e enfermagem com a finalidade de promover ações de saúde, prevenindo situações como uso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, dentre outras.</p>
*Programa de Apoio Psicológico	<p>Esse programa tem como objetivo promover o bem-estar biopsicossocial dos estudantes e a preservação da saúde mental, por meio de ações de natureza preventiva e interventiva, que respeitem a ética e os direitos humanos e priorizem a multidisciplinaridade, além do acompanhamento dos discentes e realização de encaminhamentos quando necessário, aos demais Programas da Assistência Estudantil do IFNMG, bem como para outras políticas públicas municipais/estaduais/federais.</p>
*Programa de acompanhamento social:	<p>Prestar orientações e atendimentos aos estudantes e seus familiares, na perspectiva de contribuir para o acesso e a permanência do estudante na Instituição, acompanhando-os, especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, realizando encaminhamentos, quando necessário, aos demais Programas da Assistência Estudantil do IFNMG, bem como para outras políticas públicas municipais/estaduais/federais.</p>
Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer:	<p>Este programa objetiva contribuir para a formação física e intelectual e como aporte para a inclusão social com fins ainda em colaborar na formação cidadã de nossos jovens e adultos, podendo desenvolver ações a exemplo de oficinas que desenvolvam atividades esportivas, atividades lúdicas e de lazer, e poderá ainda se efetivar por meio do financiamento de projetos relacionados a sua finalidade, de servidores e discentes via chamadas públicas.</p>
Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural:	<p>Visa oferecer uma formação ampliada, de modo a incentivar o desenvolvimento da criatividade e do olhar analítico, promovendo a prática da sensibilidade, o aprimoramento do fazer artístico, a qualidade do desempenho acadêmico e produção do conhecimento, proporcionando, aos estudantes o acesso a bens e serviços culturais que estejam em consonância com as propostas dos componentes curriculares dos cursos, podendo se efetivar por meio do financiamento de projetos, relacionados a sua finalidade, de servidores e discentes, via chamadas públicas.</p>
Programa Renovar:	<p>Visa à redução do índice de reprovações nos diversos cursos do IFNMG, por meio de ações que perpassam o mundo da aprendizagem; acompanhamento psicossocial e pedagógico aos estudantes com histórico de reprovação e/ou com dificuldade de aprendizagem, promovendo um espaço para refletir criticamente sua trajetória na vida escolar/acadêmica, tendo, como ação estratégica, o planejamento de estudo, trabalhando com a tríple dimensão: aprender, estudar e pesquisar, propiciando condições para o domínio de métodos e técnicas de planejamento, leitura analítica, documentação e elaboração de trabalho acadêmico, desenvolvido de forma articulada com o Ensino.</p>
Programa de Integração dos Estudantes Ingressantes:	<p>Promove a integração dos discentes ingressantes no contexto acadêmico e estudantil, realizando ações de cunho informativo e cultural que orientem os estudantes ingressantes e pais quanto aos serviços oferecidos pelo IFNMG, sendo realizado em articulação com o Ensino e a Extensão.</p>

*Programa de Incentivo à Formação de Cidadania:	à Este programa visa incentivar o estudante, para que se integre ao contexto institucional, contribuindo para a sua formação integral cidadã e estimulando sua participação política e o protagonismo nas organizações estudantis, além de criar espaços para discussões e reflexões sobre temas interdisciplinares com a educação e juventude, estimulando a organização dos espaços de representação estudantil e acadêmica.
*Programa de incentivo à participação em eventos e reuniões dos órgãos Colegiados do IFNMG	à Visa oferecer auxílio financeiro para ajuda de custo em viagens acadêmicas/escolares, para participação em eventos de natureza acadêmica/escolar, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural e participação em órgãos colegiados do IFNMG, no caso de representação discente.
Programa de Auxílio Emergencial:	Poderá ser concedido auxílio emergencial, no valor equivalente ao Auxílio I, II ou III, a estudantes que, momentaneamente, necessitem de apoio financeiro para conseguir continuar suas atividades escolares/acadêmicas.
Programa de Incentivo a Mobilidade Acadêmica - PIMA	a O Programa de Incentivo a Mobilidade Acadêmica – PIMA objetiva proporcionar, aos alunos em vulnerabilidade social do IFNMG, a possibilidade de realizarem atividades acadêmicas em instituições nacionais ou estrangeiras, com a atribuição de créditos em seus currículos escolares, mediante aproveitamento de estudos.
Programa de Incentivo a Pesquisa e Extensão:	Atividades de pesquisa e extensão poderão ser incentivadas, por meio do fomento de ações das áreas supracitadas priorizando o atendimento de estudantes beneficiários das ações afirmativas do IFNMG.

*Fazem parte do leque de Programas de benefícios concedidos aos estudantes do IFNMG – *Campus Araçuaí*

Fonte: Assistência Estudantil, IFNMG, 2012. Disponível em:< <https://www.ifnmg.edu.br/assistencia-estudantil-aracuai/apresentacao>> Adaptado pela autora.

Apurou-se que a concessão de auxílios regia-se por edital próprio, e que, para se candidatar, a priori, o acadêmico deveria estar com a matrícula regular e obedecer aos critérios referentes à renda familiar *per capita*. Cumpridas as exigências de edital, o acadêmico era submetido a uma entrevista, na qual assistente social do *campus* averiguava a situação familiar, bem como sua realidade econômica.

Fato é que o *campus* dispunha de alguns auxílios para os acadêmicos, porém foi notório, nos documentos do NAEC, que os repasses financeiros ora distribuídos, não abarcavam a totalidade dos alunos em situação de vulnerabilidade, considerando que a região é precária e que a maioria dos acadêmicos se encaixavam no perfil exigido para a concessão do auxílio. Fica, portanto, evidente que os auxílios financeiros contribuiriam muito para a decisão de permanecer ou ficar na instituição educativa. É pertinente considerar que, apesar das políticas e ações desenvolvidas pelo IFNMG – *Campus Araçuaí* terem sido concebidas à luz da Política Nacional de Assistência Estudantil, os problemas com a evasão e repetência ainda configuravam-se bem acima dos níveis aceitáveis.

Partindo da análise dos inúmeros fatores que contribuíam para a evasão discente, Tinto (2005) asseverou que a instituição educativa que possuía políticas, e com elas desenvolvia ações e estudos para auxiliar na aprendizagem, estava integrando o acadêmico e consequentemente combatendo a evasão. Segundo ele, tanto a integração acadêmica, como a

social, estavam diretamente relacionadas com a forte influência do acadêmico em concluir o curso com êxito. Um programa de educação favorável era a chave para retenção dos alunos. O autor era categórico ao dizer que a instituição deveria construir um apoio social e educacional que integrassem os acadêmicos na difícil tarefa de aprender.

Porém, o sucesso só se concretizará quando a instituição se propuser a envolver professores, técnicos administrativos e toda a comunidade acadêmica, na construção de ambientes educacionais adequados, que façam o acadêmico se sentir envolvido para aprender ativamente. Outro ponto destacado por Tinto (2005) referia-se a acadêmicos que ingressavam com atrasos em relação aos demais colegas. Neste sentido, ele preceituava a necessidade que a instituição promovesse grupos de projetos, debates em salas, monitorias, ações que contribuiriam para a aprendizagem e para a integração nos grupos sociais existentes.

Dentre as inúmeras ações e contribuições dos teóricos estudados, que poderiam ser executadas para conter o elevado índice de evasão dos cursos superiores no *Campus Araçuaí*, sugere-se que a instituição educativa faça:

- Criação e planejamento de cursos com primeiro passo destinado a consulta pública da comunidade e pesquisa de mercado, com o fito de averiguar se o curso atende aos anseios da comunidade e se está em consonância com os arranjos produtivos da microrregião de Araçuaí, sem dimensionar em primeira instância a formação acadêmica dos docentes que estão lotados no IFNMG Campus Araçuaí.
- Elaboração de projetos pedagógicos com vistas a atendimento dos arranjos produtivos locais através de pesquisa nos Órgãos governamentais e ou especializados no assunto.
- Supervisão contínua e diária da assiduidade dos acadêmicos a fim de identificar em tempo hábil, o motivo de faltas frequentes um determinado período escolar.
- Formação de comissões para esclarecimentos do cotidiano da Instituição, ou seja, esclarecimento quanto a normas do Regulamento dos Cursos Superiores no que diz respeito a renovação de matrícula, cancelamento de disciplina, trancamento de semestres, reingresso e estágios curriculares obrigatórios uma vez que muitos acadêmicos do Campus Araçuaí, através dos dados obtidos no Registro Acadêmico, cursaram todas as disciplinas teóricas, e abandonaram o curso sem cumprir o estágio curricular obrigatório.
- Constituição de ações que propiciem a comunidade da microrregião de Araçuaí, seminários com amostra dos cursos ofertados pelo IFNMG – Campus Araçuaí e o perfil do candidato que este curso agrega, bem como a requisição deste profissional

pelo mercado de trabalho com base em pesquisas em órgãos governamentais e ou especializados no assunto. Essa ação teria por finalidade o acolhimento de futuros pretendentes para a oferta de cursos do Campus.

- Expansão dos Programas Assistenciais ao Acadêmico - Busca de recursos financeiros junto ao Governo Federal de forma que ampliem os valores ora recebidos para repasse assistencial ao maior número de acadêmicos.
- Acolhimento contínuo com apadrinhamento do acadêmico não só no ingresso, mas durante o percurso do curso. Esse acolhimento poderia propiciar a criação de grupos de monitorias a fim de nivelar a aprendizagem de alguns acadêmicos no tocante a conteúdo da educação básica, de maneira que possam acompanhar o restante da turma, sem prejuízo da aprendizagem, evitando com isso reprovações em disciplinas e futuras evasões. Esta ação vislumbra o acompanhamento e resolução das dificuldades e o progresso do acadêmico.
- Ampliação das atividades de pesquisa e extensão com o objetivo de integrar o acadêmico no Campus Araçuaí, com os demais servidores e na comunidade em que atua.

Em síntese, o que se recomenda é que o IFNMG – *Campus Araçuaí* realize um diagnóstico que possibilite agregar ações conjuntas de intervenções supracitadas e outras, entre todos os envolvidos, propiciando a permanência do acadêmico de ensino superior. Necessário ter comprometimento de todos e empenho dos gestores, que nem sempre são afáveis a um pequeno grupo de servidores, na busca de soluções. As medidas terão que ser de curto, médio e longo prazo para que possam trazer resultado exitoso na evasão discente. O ideal seria que o IFNMG – *Campus Araçuaí* estivesse preparado para suprir as necessidades do público-alvo, que já ingressou com histórico desfavorável ao processo educativo, e pudesse integrá-lo na perspectiva social e acadêmica, como preceitua Tinto (1975).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como certamente existem 50 maneiras de acabar um caso amoroso, de acordo com uma canção popular, existem, também, 50 maneiras e 50 razões para um estudante terminar seu “caso amoroso” com uma faculdade. Campanhas de curto prazo para acomodar alunos atendem urgências momentâneas, mas não constroem compromissos de longo prazo. Algumas pesquisas indicam que estudantes não abandonam faculdades por grandes razões, mas por acúmulo de pequenas razões que destroem suas justificativas de escolha de uma instituição. (Corts; Thomas E. - Ex-presidente da Samford University).

Empenhou-se fazer, neste estudo, uma investigação sobre os fatores que contribuíram para as causas de evasão dos cursos superiores no IFNMG – *Campus Araçuaí*, de 2011 a 2017. Para tanto, a fim de alcançar esse objetivo, fez-se necessária a identificação do perfil dos evadidos, bem como os fatores internos e externos que estariam acarretando e agravando esse processo. Outrossim, fez-se também imprescindível que fosse averiguado o maior índice de evasão entre os cursos ofertados, suas causas e implicações. O escopo desta pesquisa intencionou gerar proposições que pudessem contribuir para as políticas de enfrentamento de evasão dos cursos superiores do IFNMG – *Campus Araçuaí*, e de outras instituições educacionais de igual calibre.

Assim, iniciou-se uma busca incessante a todo arcabouço bibliográfico do IFNMG acerca da evasão discente no ensino superior e dos diversos autores na literatura. Tinto (1975), Polydoro (2000), Cislighi (2008), Adachi (2009), Lobo (2012), Fialho (2014), Dore (2017), Gaioso (2017) e Silva Filho (2017), foram pilares fundamentais para a condução desse estudo. Além da revisão bibliográfica, asseverou ser inevitável a coleta de informações qualitativas e quantitativas no Núcleo de Registro Acadêmico do IFNMG – *Campus Araçuaí*, e outros setores do IFNMG.

Houve preocupação em dar maior enfoque no histórico da microrregião de Araçuaí; do IFNMG, sua origem e missão; e, em especial, do *Campus Araçuaí* e de sua integração ao instituto. Deu-se ênfase aos processos de criação, escolha e implantação dos cursos ofertados no *campus*, identificando, como entrave, a falta de consulta pública no processo. A pesquisa revelou que os processos decisórios, principalmente do curso Tecnologia em Gestão Ambiental foram executados intempestivamente, havendo alguns impasses que poderiam ser evitados. Desta maneira, assevera-se que o IFNMG assumiu sozinho o risco de ofertar cursos sem que a demanda fosse devidamente pesquisada na microrregião de Araçuaí, e isso pode ter contribuído para o processo de evasão discente.

Neste contexto, a participação popular na gestão democrática das políticas públicas seria um mecanismo ideal para estabelecer o diálogo com a comunidade, garantindo assim o exercício da democracia nas deliberações relevantes de interesses locais. Moreira Neto (1992) corrobora, preceituando que a audiência pública serviria como controle de legalidade de todo o processo. Relevante que o IFNMG começasse a rever seus procedimentos e criasse condutas que fossem pactuadas com a participação popular. A transformação efetiva dos processos educativos só acontecerá quando permitirem que os sujeitos envolvidos, tenham participação efetiva nas decisões de interesse público, e essas sejam transparentes. São princípios basilares da gestão democrática.

Conferiu-se atenção especial às discussões obtidas por ocasião do encontro de Reitores das Universidades Públicas, realizado em 1996, que gerou parâmetro de 20% considerado aceitável para o cálculo da evasão discente nas instituições de ensino superior públicas. Tal fato foi elemento importante para avaliar e compreender o fenômeno da evasão discente do IFNMG – *Campus Araçuaí*, e analisar os dados da pesquisa, considerando que todos os cursos do *campus* atingiram esse índice.

Prosseguiu-se com a revisão teórica dos modelos explicativos sobre a evasão, priorizando dentre os modelos de retenção supramencionados, o modelo de integração sustentado por Vicent Tinto (1975), porque o autor afirma, em seus estudos, que fatores conjuntos poderiam ser preponderantes na análise da evasão discente. Pontuou a importância de não considerar fator único para expressar as causas motivacionais da evasão discente, sem antes proceder à análise de conjuntura do ambiente acadêmico e do contexto pessoal do sujeito, porque, segundo o autor, quando o acadêmico ingressa na instituição de ensino, carrega consigo todos os seus aspectos individuais, em interação com as características, não só do ambiente acadêmico, como também dos fatores externos a ele, e que podem contribuir e determinar as diversas causas de evasão, como se apurou no ambiente do IFNMG – *Campus Araçuaí*.

A partir dessa premissa, foi possível, através da coleta, análise e apuração dos dados, identificar que o universo pesquisado totalizava o equivalente a 240 alunos evadidos, dos cursos Tecnologia em Gestão Ambiental, Bacharelado em Administração e Tecnologia em Gestão Ambiental, no período de 2011 a 2017. Identificou-se também que o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental apresentou 47,03% de desistentes, 43,33% de concluintes e 9,63% de acadêmicos em curso. O curso de Bacharelado em Administração, 33,01% de desistentes, 25,83% de concluintes e 41,14% de acadêmicos em curso. E que o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas foi o responsável pelo maior índice de

evasão, tendo em vista que, no período de 2016 e 2017, num total de 82 acadêmicos, 44 desistiram, representando um percentual de 53,66% de desistentes. Ainda neste curso, mediu-se 13,41% de concluintes referentes a uma turma que teve seu ciclo de integralização completo, e 32,93% de acadêmicos que ainda estavam em curso e ou retidos em disciplinas de turma com ciclo concluído.

Em face do índice de 53,66% de desistentes no curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, apurou-se que o curso apresentou proporcionalmente ao índice apurado, vários alunos que reprovaram em disciplinas, o que contribuiu significativamente para a evasão discente. Pressupõe-se que os acadêmicos tenham encontrado dificuldades relacionadas a outros fatores, individuais ou internos, em relação ao ensino aprendizagem, na escolha precoce do curso, na adaptação com o ambiente universitário, e até na formação da escolaridade básica anterior, tendo em vista que a pesquisa demonstrou a ocorrência de 136 acadêmicos desistentes que, apesar de não terem formalizado nenhum documento à instituição, deixaram indícios que poderiam ser averiguados de forma mais consistente pela instituição educativa, por meio de seus coordenadores de curso e da assessoria pedagógica. Nesta conjuntura, alguns alunos, reprovados em disciplinas do primeiro semestre, eram infrequentes e desistiram logo no primeiro semestre do curso.

Outro ponto a ser inferido diz respeito à metodologia utilizada pelo docente utiliza ao ministrar suas aulas. Metodologias tradicionais, sem inovação, podem desestimular o acadêmico. Neste sentido, sugere-se um método que leve a reflexão do corpo docente no que tange à avaliação e recuperação da aprendizagem, com o objetivo de atender as necessidades e superar as dificuldades do acadêmico. Deve-se refletir sobre a transição decorrente dos processos da educação básica – ensino médio para o universitário. É notável que esta exerce influência, podendo o acadêmico apresentar dificuldades em virtude de diferentes estratégias de ensino. Demonstrou-se, no desenrolar do estudo, que a microrregião de Araçuaí, assim como outras regiões brasileiras, carece de atenção nos níveis básicos de educação formal até a chegada no ensino superior, porque os processos de escolaridade básica são considerados deficitários, dificultando a inserção deste público nos processos de escolarização superior.

Silva Filho *et al* (2007), são contundentes ao afirmar que acadêmicos que não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. Além disso, os autores asseguram que evadidos são recursos públicos sem o devido retorno, logo, a evasão representa fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

Em relação às retenções e reprovações em disciplinas, sugere-se relacionar, a esses índices, outras dimensões da questão, direcionado ao projeto pedagógico do curso, que

deveria ser objeto constante de acompanhamento e auto avaliação. Essa medida possibilitaria avaliar se os conteúdos e as disciplinas estariam respondendo aos anseios da formação de um profissional que necessita ser inserido no mercado, e ao mesmo instante, ser pessoa autônoma, crítica e participante do meio social.

Outro destaque diz respeito à metodologia dos processos de seleção do vestibular. A pesquisa comprovou que todos os cursos ofertados recebem candidatos com níveis de saberes muito baixos, tanto dos conteúdos objetivos, como dos específicos de cada curso para qual o candidato concorreu. Essas deficiências podem ter origem na educação básica precária, considerando que 80% dos alunos do Campus Araçuaí, tanto no ensino fundamental, como no ensino médio, advêm de escolas públicas estaduais. O próprio Acórdão do TCU nº 506, de 2013 (BRASIL, 2013 D), em seu relatório já afirmava que “a maioria das escolas da Rede Federal está classificada entre as 5000 melhores do país. Situação similar ocorre com as escolas privadas. O mesmo não ocorre com as escolas municipais e estaduais, em que a maioria delas classifica-se após a posição 5.000”. Sugere-se, neste sentido, que a instituição reforce suas políticas de nivelamento para os acadêmicos que ingressarem nessas condições, ou reveja a metodologia dos processos vestibulares que, desde 2011, adota a prova escrita como único instrumento capaz de avaliar a competência e habilidade do candidato que quer ingressar no IFNMG – *Campus Araçuaí*.

No que tange aos dados referentes ao perfil dos evadidos, a análise estratificada dos atributos certificou que alguns deles como, renda individual e familiar, escolaridade dos pais, origem da educação básica referente ao ensino médio e ensino fundamental, atividade remunerada do acadêmico, associada a outros fatores, possuiu relação direta com a evasão discente e, desta maneira, contribuiu para elevação do índice de evasão de cada curso pesquisado. Nesses termos, definiu-se o perfil dos evadidos com maiores índices relacionados à cor parda, sexo feminino, idade entre 20 a 24 anos, com renda individual e familiar bruta de até um salário mínimo, família constituída de 4 a 6 membros, pais com escolaridade, em grande parte, de ensino fundamental completo. Além disso, os acadêmicos desistentes ingressaram em, sua maioria, pela modalidade ampla concorrência e frequentaram instituições públicas estaduais. Quanto à escolaridade dos pais, coube nesta pesquisa esclarecer que, segundo Silva e Hasenbalg (2000, p.445), quanto maior o nível educacional dos pais, maiores chances eles possuem de dar suporte na trajetória escolar do filho.

No tocante à atividade remunerada, Tinto (1997) preceituou ser essa um elemento preponderante na tomada de decisão de abandonar o curso na qual ingressou. Isso porque os compromissos ora firmados pelo acadêmico externamente, são internalizados. Na visão do

autor, seria necessário integrar o acadêmico em outras atividades dentro da instituição, para que ele se sentisse parte do processo. Assim, a dificuldade de conciliação de estudos com trabalho por falta de tempo, ou mesmo por necessidades financeiras, como parte dos motivos alegados para a desistência no *Campus Araçuaí*, impossibilitou que muitos acadêmicos continuassem frequentando o curso. E por último, a respeito da origem da escolarização básica, inferiu-se que, desde o relatório do PISA (BRASIL, 2001), a educação básica no Brasil constituía entraves históricos ao crescimento de demanda de vagas no ensino superior. Desse modo, depreende-se que parte deste problema pode ter sido decisivo na decisão do acadêmico de evadir do curso pretendido. Em dados mais recentes, o próprio portal do INEP (BRASIL, 2018) publicou que, no ensino médio, nenhum estado atingiu a meta do IDEB 2017. Além desta notícia alarmante, cinco estados brasileiros pontuavam ainda com redução do índice. Tinto (1975) ressaltou que as experiências educacionais anteriores, são aspectos que direta e indiretamente influenciam na atuação do ensino superior.

A par da complexidade que envolve o problema da evasão no IFNMG – *Campus Araçuaí*, e de todos os empenhos de servidores retratados no Plano de Estratégias para combate à evasão não estar sendo suficiente para conter os altos índices, sugere que o *campus* eleve os índices de qualidade do ensino/aprendizagem. Isto seria possível se fossem intensificadas as aulas de nivelamento dos acadêmicos, com aulas de monitorias, principalmente nos primeiros períodos do curso, dando intensiva atenção aos conteúdos curriculares que os acadêmicos demonstrem ter maiores dificuldades. Outra possibilidade, seria utilizar-se do formulário socioeconômico respondido por ocasião do processo vestibular, relacionado ao perfil do egresso, como subsídio para remodelar/ajustar os projetos pedagógicos dos cursos para implementação de políticas de melhoria no âmbito do curso.

Outro dado desvelado refere-se ao trancamento de matrícula. Comprovou-se que os discentes, ao trancar a matrícula, não querem encerrar o vínculo com a instituição, como se o motivo alegado, por ocasião do trancamento, fosse se resolver em curto espaço temporal. Porém, os dados demonstraram que 28,76% dos discentes que solicitaram trancamento de matrícula, não retornaram para renová-la, definindo assim o desligamento do acadêmico com o campus. Sugere-se neste campo, uma análise criteriosa com relação à norma do trancamento automático, contido no Regulamento dos Cursos Superiores. Propõe-se, neste sentido, que o trancamento de semestre deixe de ser automático e retorne aos parâmetros exigidos no regulamento anterior, onde o acadêmico solicitava o trancamento e, somente após o deferimento do coordenador, o curso poderia ser interrompido. Esse procedimento não tem o objetivo de barrar o acadêmico do intento, mas propiciar uma interação maior com o

coordenador de curso, que terá momento específico para questionar o acadêmico acerca dos motivos de tal pedido, podendo adotar posturas diferentes frente a situação apresentada.

Não menos importante foi a exigência de pré-requisitos, exigidos no Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, para cursar disciplinas do período subsequente. Estas ocorrências cercearam o direito de alguns acadêmicos em prosseguir os estudos, seguindo a matriz curricular proposta pelo PPC, dentro do prazo previsto. Tal fato teve contribuição decisiva para a evasão discente, considerando que o acadêmico poderia ter ficado desmotivado e levado mais tempo para concluir o curso. Apesar dos documentos institucionais do curso já demonstrar a revisão destes pré-requisitos, no intuito de mitigar os processos de evasão discente, sugere-se acompanhamento constante dos projetos pedagógicos, de maneira a serem introduzidos, no currículo, conteúdos que possam ser suporte e atuem como reforço ou recuperação a esses alunos, ou que se flexibilize o currículo dos cursos, redimensionando as disciplinas com maior índice de retenção.

Nos cursos do IFNMG – *Campus Araçuaí*, no período 2011 a 2017, constatou-se que os cursos são presenciais e ofertados totalmente à noite. Isso quer dizer que metade dos acadêmicos que possuem atividade remunerada, conforme indicou esta pesquisa, deveria compatibilizar horários de trabalho com estudo. Pressupõe que a ausência de tempo para dedicar aos estudos desestimula e, para muitos, essa adaptação e falta de condições adequadas para fazer o curso escolhido, levando uma parcela dos acadêmicos a desistirem. Neste sentido, a instituição poderia possibilitar e propiciar, a estes alunos, minicursos, fóruns de avaliação, semanas acadêmicas, mostras de estágio, na tentativa de instigar e incentivar o acadêmico em sua trajetória. Especialmente no primeiro ano de curso, segundo Tinto (2007), é necessária a integração e envolvimento do acadêmico, e essas intervenções visam duas adaptações: no ambiente acadêmico e no pedagógico, especialmente para aqueles que enfrentam dificuldades de aprendizagem. Portanto, tais ações podem alavancar os processos de ensino em sala de aula e, assim, serem efetivas para a permanência dos acadêmicos, evitando a evasão.

Percebeu-se ainda, através dos formulários acadêmicos, que muitos discentes perderam prazos concernentes à matrícula de disciplina, matrícula de estágio, apresentação de atestados para justificar ausência e, conseqüentemente, solicitar segunda chamada de avaliação. Tanto é que houve casos de acadêmicos que cumpriram toda a carga teórica, mas foram considerados desligados do curso, por não terem renovado a matrícula de estágio. Em outros, o acadêmico solicitou o reingresso, teve seu pedido deferido, mas perdeu prazo de matrícula, sendo considerado novamente desistente. Isso aconteceu porque, na maioria das vezes, o acadêmico desconhece o Regulamento dos Cursos Superiores de Graduação do

IFNMG no tocante a questões de matrícula, ingresso, abandono, etc. E, por desconhecimento de processos acadêmicos que podem solucionar situações específicas, eles se desmotivam e acabam por evadir. Frente a isso, seria interessante que a instituição realizasse encontros mensais para discussão das normas e estruturas vigentes dos cursos do IFNMG, evitando assim, elevação do nível de desistência discente.

Outro aspecto que poderia contribuir para a integração do aluno, seria a exigência, a curto prazo, para todos os docentes, de uma formação didática pedagógica e de uma formação correlata a educação profissional tecnológica. De acordo com dados da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, e do Registro Acadêmico, alguns professores são formados em suas respectivas áreas de conhecimento, logo se presumiu que eles possuem domínio do conteúdo, porém não estavam habilitados para a função da docência. O investimento nesta formação reforçaria maiores relações interpessoais do docente com o acadêmico e, com isso, geraria maior motivação e sentimento de satisfação em relação ao curso e ao *Campus Araçuaí*. Além do mais, a Comissão de Estudos sobre a Evasão (BRASIL, 1996, p. 121) já alertava que era “flagrante a falta de preparo da grande maioria dos docentes universitários em relação aos procedimentos didáticos que os auxiliarão a melhor desenvolver suas práticas docentes”. Em suma, o que se pressupunha, é que isto poderia prejudicar a formação integral do aluno, concorrendo para uma possível evasão discente.

A reflexão, por parte do IFNMG, de sua função educativa se faz vital neste momento, uma vez que, parcela significativa dos sujeitos que procuraram a instituição, não conseguiu permanecer no ambiente acadêmico. De posse das análises procedidas neste estudo, que revelaram múltiplas razões de desistência, indaga-se: o IFNMG – Campus Araçuaí estaria realmente ofertando os serviços educacionais que a comunidade mais necessita? Não há dúvida que o instituto é imprescindível para a microrregião de Araçuaí, entretanto, como esta instituição se adaptará a todas as questões regionais postas nesta pesquisa, que propiciaram revelar percentuais de evasão, em todos os seus cursos, superiores aos recomendáveis 20% pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão?

Nesse âmbito, será que o professor da EPT, que atua no *Campus Araçuaí*, não está desprovido de uma orientação contextualizada à realidade regional e da própria missão institucional? Machado (2000) diz ser fundamental que a prática do docente da educação profissional seja conectada a uma formação específica. Entretanto, segundo a mesma autora, desejável também que esse profissional desse conta dos trabalhos com as diversidades regionais, políticas e inclusivas. Enfim “contextualizar o conhecimento tecnológico, explorar

situações problemas, dialogar com diferentes campos de conhecimentos e inserir sua prática educativa no contexto social, em todos os níveis de abrangência” (MACHADO, 2000, p.18).

Espera-se, portanto, que profissional da EPT possua práticas pedagógicas, habilidades e características diferenciadas, que o coloquem num patamar maior do que um professor de uma universidade, embora estejam bem próximos. Só assim será possível reverter o processo de exclusão discente que ora se revela no *Campus Araçuaí*.

Concluiu-se que, pelas atividades inerentes ao cargo de Coordenadora do Núcleo Acadêmico, houve uma maior confinidade em relação ao fenômeno estudado, propiciando estar bem próximo às várias fontes de dados e investigar com fluidez. Sendo assim, na compilação dos motivos alegados no formulário acadêmico para a desistência de vaga foram relacionados diversos motivos referentes aos fatores individuais, como condições físicas e psicológicas, dificuldades de aprendizagem, incompatibilidade de horário e fatores inerentes ao trabalho. Como fator interno, foi apresentado pelos acadêmicos a matrícula em outra instituição de ensino superior, insatisfação com o curso e mudança de cidade. Os fatores externos são todos aqueles relacionados a não formalização da desistência, que de uma maneira ou de outra, estão alinhados a inúmeras dificuldades que não foram relatados por ocasião do abandono do curso.

O fato é que todos os fatores discorridos concorrem, em menor ou maior grau, para a decisão de sair ou permanecer. Asseverou-se nesta conjuntura, não considerar somente um único fator como sendo principal para a evasão. Em síntese, comprovou-se que a hipótese inicial do estudo como sendo o fator financeiro, único e preponderante para a desistência do curso, não se confirmou ao longo da pesquisa de mestrado. Houve outros fatores que se mostraram bastantes incisivos na análise e concorriam para a evasão discente, muito mais do que o fator financeiro.

Transcorrido o período de investigação, o que se notou é que houve uma ruptura das ideias preconcebidas, com relação ao tema evasão, desde o início até o desenrolar das análises. A contribuição que se permitiu deixar incide no princípio de que a instituição conhecesse o seu público-alvo, fizesse leitura permanente do contexto em que o aluno foi inserido e que pudesse acompanhá-lo cotidianamente, propiciando atividades que favorecessem a sua integração, tanto acadêmico, como social, contribuindo para mitigar os índices de evasão. Diante dos resultados expostos sobre a evasão dos cursos superiores do IFNMG – *Campus Araçuaí*, é imprescindível considerar outras estratégias que pudessem reverter o quadro situacional em que o *campus* se encontrava, além, é claro daquelas registradas no Plano de Permanência e Êxito do IFNMG. É fundamental sugerir ações de

intervenção e buscar envolvimento de todos os segmentos da organização institucional, de maneira que pudessem se efetivar garantias de ingresso e permanência nos cursos superiores e, desta forma, reduzir os elevados índices de evasão existentes de maneira contínua.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Censo do Ensino Superior**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/40111-altos-indices-de-evasao-na-graduacao-revelam-fragilidade-do-ensino-medio-avalia-ministro>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

BRASIL CHANNEL MINAS GERAIS – **Divisão do Estado em Mesorregiões**. Disponível em: <<http://brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Minas+Gerais®iao=Jequitinhonha>>. Acesso em: 02 jun. 2018

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1991

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino**. Brasília: Ministério da Educação, 2006/92.

BRASIL. **Decreto nº 6096 de 24 de abril de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 09 de ago. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** - Senado Federal - Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf> Acesso em 07 mai. 2019

BRASIL. **Lei no 4.769, de 9 de setembro de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de administrador e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4769.htm>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 28 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 14 dez. 2017

BRASIL. **Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 03jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em 11 nov. 2017.

BRASIL. **Lei 12.711/2012**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 09 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Brasil no PISA 2015 Análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros/ OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. — São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2014 – Notas Estatísticas**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em: 09ago. 2017

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior/ANDIFES/ABRUEM/SESU. **Comissão Especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Revista Avaliação, Campinas, SP, v., n. 2, p. 55-65, julho 1996. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf>. Acesso em 31dez. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, 2014 MEC/SETEC **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/portal/docs/proen/doc_orientador_evasao_retencao_setec.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica - Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal–Nota informativa N P /2015/DPE/DDR/SETEC/MEC e Ofício Cir. n°60_2015_DDR_SETEC_MEC -**Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes**. REFERÊNCIA: Nota Técnica no 282/SETEC/MEC, de 09 de julho de 2015

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **MEC defende reformas para reduzir evasão em faculdades**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/10/mec-defende-reformas-para-reduzir-evasao-em-faculdades>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Qual a diferença entre atos autorizativos: credenciamento, autorização e reconhecimento?** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=117:qual-a-diferenca-entre-os-atos-autorizativos-credenciamento-autorizacao-e-reconhecimento>>. Acesso em: 30 jun. 2018

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura/ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica Concepção e Diretrizes**. Brasília: MEC/Setec, 2010

BRASIL. Ministério da Educação. (2007) **Plano de Desenvolvimento da Educação –PDE**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de desenvolvimento institucional (PDI)**. Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Junho de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 09 ago. 2017.

BRASIL. Portaria no 40, de 29 de dezembro de 2010. **Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e outras disposições**. Republicada por ter saído, no Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2007. Edição 239, Seção 1 Página 30 a 43 com incorreção no original Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/30000-uncategorised/18977-portarias>>. Acesso em 02 dez. 2018

BRASIL. Portaria no 4, de 6 de janeiro de 2009. **Estabelece a relação dos campi que passarão a compor cada um dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.**

BRASIL. **Resolução no 4, de 13 de julho de 2005.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf> Acesso em 02 jun. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. TCU, **Relatório de auditoria operacional em ações da rede federal de educação.** Brasília. jun. 2012. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97>>. Acesso em 30 jun. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **PISA 2000, Relatório Nacional,** Brasil, dez. 2001

BRASIL. Ministério da Integração Social, **Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Jequitinhonha e Mucuri - PLANOMESO.** 2005. Disponível em: <http://mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=775b21c6-35be-451d-afa8-5170cfa420ad&groupId=24915>. Acesso em 27 ago. 2019

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CFA. **Pesquisa Nacional sobre o Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador.** Brasília: Conselho Nacional de Administração – CFA, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultado>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População no último censo: IBGE, **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aracuai/panorama>> Acesso em: 23 jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População estimada: IBGE,** Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 01 de julho de 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aracuai/panorama>> Acesso em: 23 jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO E GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Minas Gerais - **Divisão do Estado em Mesorregiões** 1999. Disponível em: <<http://brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Minas+Gerais®iao=Jequitinhonha>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do ensino superior**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contas_nacionais/2009/>. Acesso em: 11 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aracuai/pesquisa/37/30255>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Curso Superior em Administração do Campus Araçuaí recebe nota do MEC**. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/noticias-ara/noticias-2017/15428-curso-superior-em-administracao-do-campus-aracuai-recebe-nota-4-do-mec>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Missão, Visão e Valores**. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/ifnmg/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 08 mai. 2018

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS Montes Claros, Minas Gerais, 2013, **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 a 2018**. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/mais-noticias-portal/108-portal-noticias-2013/5891-rumos-definidos-para-os-proximos-cinco-anos>>. Acesso em: 14 mai.2018

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS Montes Claros, Minas Gerais, 2019, **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 a 2023** Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/2-portal/reitoria/408-plano-de-desenvolvimento-institucional>>. Acesso em: 31 ago. 2019

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS Montes Claros, Minas Gerais, 2013, **Plano Estratégico Institucional para permanência e êxito dos Estudantes do IFNMG**. Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/plano-de-permanencia-e-exito-ppe>> Acesso em: 02 mar. 2018

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Processo de Avaliação Institucional – Relatório da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**. Período: 2010 – 2012. Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/cpa/17-portal/institucional/728-relatorio-da-cpa>>. Acesso em: 29 jan. 2019

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração – Campus Araçuaí MG**, 2012 revisado em 2019. Disponível em: < <http://www.ifnmg.edu.br/cursos-ara1/cursos-superiores>>. Acesso em mar.2019

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental – Campus Araçuaí MG**, 2019. Disponível em: < <http://www.ifnmg.edu.br/cursos-ara1/cursos-superiores>>. Acesso em mar.2019

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Campus Araçuaí MG**, 2012 revisado em 2017. Disponível em: < <http://www.ifnmg.edu.br/cursos-ara1/cursos-superiores>>. Acesso em mar.2019

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Projeto Pedagógico do Curso Tecnologia em Gestão Ambiental – Campus Araçuaí MG**, 2012 revisado em 2019. Disponível em: < <http://www.ifnmg.edu.br/cursos-ara1/cursos-superiores>>. Acesso em mar.2019

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS Montes Claros/MG, 2016, **Relatório de Auditoria Anual de Contas**. CRU/MG

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Regimento interno da Reitoria do IFNMG, jul. 2012**. Disponível em: <http://documento.ifnmg.edu.br/action.php?kt_path_info=ktcore.actions.document.view&fDocumentId=3416&version=3553> Acesso em: 28 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Regulamentação para a criação de cursos e estruturação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação e Planos de Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal**, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Regulamento dos cursos de graduação do Instituto Federal do Norte de Minas**. Montes Claros, Minas Gerais, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Regulamento dos cursos de graduação do Instituto Federal do Norte de Minas**. Montes Claros, Minas Gerais, 2013, 2 revisão 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Relatório de Gestão do Exercício de 2011. 2012, Montes Claros/MG.** Disponível em: http://documento.ifnmg.edu.br/action.php?kt_path_info=ktcore.actions.document.view&fDocumentId=2943 Acesso em 31 ago. 2019

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS Montes Claros, Minas Gerais, 2018, **Vestibular.** Disponível em <<http://www.ifnmg.edu.br/vestibular-anteriores>>. Acesso em: 31 mai. 2018

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS Montes Claros, Minas Gerais, 2018, **Vestibular.** Disponível em: <<https://www.ifnmg.edu.br/vestibular-anteriores/48-portal/aracuai/aracuai-cursos/8282-1-vestibular-2015-documentos-campus-aracuai>>. Acesso em: 18 mai. 2019

MINAS GERAIS (Estado). – **Araçuaí: síntese de informações**, Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=310340&idtema=16&search=minas-gerais|aracuai|sintese-das-informacoes>>. Acesso em: 29 jul. 2017

MINAS GERAIS. (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – Subsecretaria de Desenvolvimento Regional. **Plano de Desenvolvimento integrado e sustentável do Jequitinhonha e Mucuri: Área Mineira: 2014.V.1(Cadernos)** Disponível em: <http://www.cidades.mg.gov.br/images/documentos/SPADR/Plano%20JM_revisado%20portugus.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017

MINAS GERAIS, (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI - 2016 a 2027.** Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/sites/default/files/transicao-governamental>> Acesso em 31 ago. 2019

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – **O que é IDHM** – Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>>. Acesso em: 05 set. 2019.

ADACHI, Ana Amélia Chaves Teixeira. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da UFMG**, v.1. 299 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

AGENCIA BRASIL, **População brasileira é formada basicamente de pardos e brancos**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-11/populacao-brasileira-e-formada-basicamente-de-pardos-e-brancos-mostra-ibge>> Acesso em 30 ago. 2019

AMORIM, Evandro das Mercês. **Evasão escolar no ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina/MG**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina/MG.

AMARAL, Joao Batista do Amaral. **Evasão discente no ensino superior: Estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Sobral**, 2013, 48 fl. Dissertação (Mestrado em Políticas públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará/Fortaleza.

ASTIN, Alexander W. **College dropouts: A national profile**. ACE Research Reports, Vol. 7, n. 1. Washington, DC: American Council on Education, 1972.

ASTIN, Alexander W. **Student involent: A Developmental Theory for Higher Education**. 1984. *In*: Journal of college student developmental. 518-529. Disponível em: https://www.asec.purdue.edu/lct/hbcu/documents/Student_Involvement_A_Developmental_Theory_for_HE_Astin.pdf> Acesso em: 12 mai. 2018

BAPTISTA, Carolinne Montes *et al.* **O Estado da Arte sobre o REUNI – Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária: XIII Colóquio de Gestion Universitária em Américas**. 2013. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114850>>. Acesso em: 08 abr. 2018

BEAN, John P. 1980. **Dropout and turnover: The synthesis and test of a causal model of student attrition**. Research in Higher education, Vol. 12, 155-187.

BEAN, John P. 1985. **Interaction effects based on class level in a exploratory model of college student dropout syndrome**. American Educational Research Journal, Vol. 22, No. 1, 35-64.

BEAN, John P.; METZNER, Barbara S. 1985. **Um modelo conceitual de atrito não tradicional de estudantes de graduação**. Review of Educational Research, Vol 55, 485-540. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.3102/00346543055004485>> Acesso em: 11 jun. 2018

BORGES, Sandra Marques. **Fatores determinantes da evasão escolar no ensino superior: o estudo de caso do ILES/ULBRA de Itumbiara**. 2011, 77 f. Dissertação (Mestrado

Profissional em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Faculdades Alves Faria.

BRITO, Maria Ivoneide de Lima. **Implementação do Reuni na UNB (2008 – 2011): Limites na ampliação de vagas e redução da evasão.** 2013. 251 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília – Brasília – DF, 2013.

BUENO, José Lino Oliveira. **A evasão de alunos.** *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 1993, n.5, pp.9-16. ISSN 0103-863X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1993000200002>>. Acesso em 15 mai. 2018.

CHAPMAN, David W.; PASCARELLA, Ernest T. 2005. Predictors of academic and social integration of college students. *Research in Higher Education*. Vol. 19, N. 3, 295-322 *apud* CISLAGHI, Renato. **Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação.** 258 p. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

CISLAGHI, Renato. **Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação.** 258 p. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

CORNEJO, C. & Bartorelli A. 2010. **Minerais e Pedras Preciosas do Brasil.** São Paulo, Solaris, 712 p.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.** 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 12

DORE, Rosemary.; SALES, Paula Elizabeth Nogueira.; SILVA, Carlos Eduardo Guerra.; (Orgs.) **Educação Profissional e Evasão Escolar – Contextos e Perspectivas.** – Belo Horizonte: RIMEPS, 2017. 352p., enc, il.

DORE, Rosemary and LUSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. *Cad. Pesqui.* [online]. 2011, vol.41, n.144 [cited 2019-10-04], pp.770-789. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000300007&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0100-1574. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>. Acesso em 26 fev. 2018

FERNANDES, Rogério (2004). **Apresentação. IN: Tecendo Nexos: História das Instituições educativas.** Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco. P.9-14.

FIALHO, Marília Gabriella Duarte. **A evasão escolar e a gestão universitária: o caso da Universidade Federal da Paraíba.** 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba - UFPA/CCSA - João Pessoa – PB, 2014.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GAIOSO, Natalícia Pacheco de Lacerda. **O Fenômeno da Evasão Escolar na Educação Superior no Brasil.** Unesco, 2006. Disponível em: <<http://www.iesalc.unesco.org.ve/programas/Deserción/Informe>> Acesso em 08 dez. 2017

GERARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método de pesquisa.** (Orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

IURCONVITE, Adriano dos Santos. **Os direitos Fundamentais: suas dimensões e sua incidência na Constituição.** In: Âmbito Jurídico Rio Grande, X, n.48, dez 2007. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=artigos_leitura_pdf&%20artigo_id=4528. Acesso em: 25 jun. 2018.

LEHFELD, Neide A., BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa: Propostas metodológicas.** Petrópolis: Vozes, 1991. 102 p. *apud* GERARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método de pesquisa.** (Orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções.** Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino Superior. Cadernos nº25. dezembro de 2012.

LUCENA, Carlos. **O pensamento educacional de Émile Durkheim.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 295-305, ago. 2012. ISSN 1676-2584. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639820/7383>>. Acesso em: 01 ago. 2018. doi:<https://doi.org/10.20396/rho.v10i40.8639820>.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional.** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v.1, n. 1,(jun.2008.) – Brasília MEC, SETEC 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf> Acesso em 24 out. 2019

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista. SP. Editora Universitária São Francisco. 2004.

MARTINS, Pablo Luiz *et al.* **A contabilidade do Terceiro Setor: O Caso Anália Franco.** VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende/RJ, 2011

MASLOW, Abraham Harold. **Motivation and personality.** 2. ed. New York: Harper & Row, 1970. 363 p.

MORAES, Julia Oliveira de; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.** In: Anais do 3º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2006, São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos32006/370.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

MORAES, Carolina Roberta; VARELA, Simone. **Motivação do aluno durante o processo de ensino aprendizagem.** Revista eletrônica de Educação, Ano I, No. 01, ago. / dez. 2007. Disponível em: <http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/educacao/Artigo_06.pdf>. Acesso em: 02jan. 2017

MOREIRA NETTO, Diogo de Figueiredo **Direito da Participação Política: Legislativa, Administrativa, Judicial: (Fundamentos e Técnicas Constitucionais da Legitimidade),** Renovar, Rio de Janeiro, 1992

NETO, Almir Serra Martins Menezes. *et al.* **“É excessiva a evasão dos cursos superiores ofertados pelos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica?”** Revista do TCU 124 (2012): 72-81. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2012;1000957323>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

OLIVEIRA JR, Antônio de. **A universidade como polo de desenvolvimento local-regional / The university as a center for local-regional developing - DOI 10.5752/P.2318-2962.2014v24nespp1.** Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 1-12, jun. 2014. ISSN 2318-2962. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/7581>>. Acesso em: 27 jan. 2019. doi:<https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2014v24nespp1>

PEREIRA, A.M.; *et al.* **Considerações acerca da degradação ambiental no município de Araucaí, no Vale do Jequitinhonha.** Unimontes Científica. Montes Claros, v. 5, n. 2, jul/ dez. 2003 *apud* INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Projeto**

Pedagógico do Curso Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Campus Araçuaí MG, 2012 revisado em 2017.

PEREIRA JUNIOR, Edgar. **Compromisso com o Graduar-se, com a Instituição e com o Curso: Estrutura Fatorial e Relação com a Evasão.** 2012. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP. 2012

PIERUCCI, Lucirleia Alves Moreira; FRANZI, Juliana; LIMA, Joselia Barroso Queiroz. **Revista Vozes dos Vales – UFVJM – MG – Brasil – Nº 13 – Ano VII – 05/2018 Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM – QUALIS/CAPES – LATINDEX – ISSN: 2238-6424 – Disponível em :<<http://www.ufvjm.edu.br>>. Acesso em: 27 dez. 2017.**

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. **O Trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à instituição.** 2000. 179 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2000.

PRICE, James L. 1975. **A theory of turnover.** In: B.O. PETTMAN (Ed.), Labor turnover and retention, 51–75. Epping: Gower Press.

PRICE, James L. 1977. **The study of turnover.** Ames: Iowa State University Press.

PRICE, James L.; MUELLER, Charles W. **Professional Turnover: The Case of Nurses.** Spectrum, New York. 1981.

RAMOS, M. **Programa REUNI: uma abordagem sobre Permanência e Evasão na UFPel.** Eventos Pedagógicos, V. 5(12.ed.) edição especial temática, p. 83 – 101, ago./out 2014. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/1549>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

RIBEIRO NETO, A. **O vestibular ao longo do tempo: implicações e implicâncias.** Seminário “Vestibular Hoje”. Brasília, DF: MEC/SESU/CAPES, 1985. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/116.pdf> Acesso em: 20 ago. 2019

RUMBERGER, Russel; LIM, Sun Ah. Why Students drop out of school: a review of 25 years of research. Santa Barbara, CA: University of Califórnia Santa Barbara, 2008. (Policy Brief, 15). Califórnia Dropout Research Project. *apud* NETO, Almir Serra Martins Menezes *et al.* “É excessiva a evasão dos cursos superiores ofertados pelos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica? Revista do TCU 124 (2012): 72-81. Disponível em:

<<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2012;1000957323>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

ROOSEVELT, Theodore. *The Strenuous Life*, Discurso 10 abr. 1899

SANTANA, Arlene Pereira. *et al.* **Evasão escolar em escolas públicas municipais rurais localizadas em Montes Claros**. 1996. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, 1996 *apud* MORAES, J. O. de; THEÓPHILO, C. R. **Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES**. In: Anais do 3º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2006, São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos32006/370.pdf>>. Acesso em 09 ago. 2017.

SANTOS JÚNIOR, José da Silva; REAL, Giselle Cristina Martins. **A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00385.pdf>> Acesso em: 29 de mai. de 2018.

SILVA FILHO, José Pereira da. **As reprovações em disciplinas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC) no período de 2000 a 2008 e suas implicações na evasão discente**. 70 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo **A evasão no ensino superior brasileiro – Novos Dados**. Estadão SP, out. 2017. Disponível em <<https://educacao.estadao.com.br/blogs/roberto-lobo/497-2/>> Acesso em: 02 nov. 2018

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo *et al.* **A evasão no ensino superior brasileiro**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set. /dez. 2007. Disponível em <www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf> Acesso em: 02 nov. 2017

SILVA, Caetana Juracy Rezende *et al.* (Org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008 Comentários e Reflexões**. 1. ed. Brasília: Editora do IFRN, 2009, 70 p.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. **Tendências da desigualdade educacional no Brasil. Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 423-445, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 mai. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000300001>.

SOARES, M. A alfabetização no Brasil – **O Estado do Conhecimento**. Brasília: INEP/MEC, 1989.

SPADY, William G. 1970. Dropouts from Higher Education: An interdisciplinary review and synthesis. *Interchange*1, 64-85 *apud* CISLAGHI, Renato. **Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação**. 258 p. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

SPADY, William G. 1971. Dropouts from Higher Education: Toward an empirical *apud* CISLAGHI, Renato. **Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação**. 258 p. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

TINTO, Vicent. **Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research**. Washington, *Review of Educational Research* v. 45, n. 1, 1975, p. 89-125 *apud* Astin, Alexander W. **College dropouts: A national profile**. ACE Research Reports, Vol. 7, n. 1. Washington, DC: American Council on Education, 1972.

TINTO, Vincent. 1975. **Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research**. *Review of Educational Research*, Vol. 45, No. 1, 89-125.

TINTO, Vincent. **Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition**. Chicago: University of Chicago Press, 1993. Disponível em <https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:fE1X8d6KhdwJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5>. Acesso em: 12 set. 2018.

TINTO, Vicent. 2006a. **Research and practice of student retention: What next? Journal of College Student Retention: Research, Theory and Practice**. Vol. 8, No. 1, 01-19.

TINTO, Vicent. 2006b. **Enhancing Student Persistence: Lessons learned in the United States**. *Análise Psicológica*, Vol. 24, No.1, 07-13, jan. 2006.

TINTO, Vincent; PUSSER, Brian. 2006. **Moving from theory to action: building a model of institutional action for student success**. National Post secondary Education Cooperative. Disponível em <http://nces.ed.gov/npec/pdf/Tinto_Pusser_ExecSumm.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2017.

THEODORO, Carlos Roberto. **Evasão dos Cursos Superiores do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo Campus São João da Boa Vista**. São João da Boa

Vista/SP, 2015. 96f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida) – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino – FAE. São João da Boa Vista, São Paulo, 2015

VIEIRA, Flávio César Freitas, **Profissionalização docente e legislação educacional: Uberabinha (1892-1930)**. Uberlândia, 2004. 206f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2004

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e
Mucuri



ANEXO

Carta de Autorização da Instituição Coparticipante – IFNMG – Campus Araçuaí



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – IFNMG
Criado pela Lei no. 11.862, de 29/12/2008



Campus Araçuaí

TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO

Eu, **Aécio Oliveira de Miranda**, Diretor Geral do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG – Campus Araçuaí, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.061, de 20 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União no dia 1º de novembro de 2016, declaro estar de acordo com a condução do protocolo de pesquisa intitulado: **EVASÃO NO IFNMG – CAMPUS ARAÇUAÍ: fatores múltiplos em ensino superior**, desenvolvida sob a responsabilidade da pesquisadora **Nilma Nogueira**.

Declaro que conheço seus objetivos e a metodologia que será desenvolvida, estando ciente de que não interferirá no fluxo normal da instituição e que a pesquisa não gerará nenhum ônus à mesma. Declaro estar ciente da corresponsabilidade como instituição coparticipante do projeto de pesquisa, do compromisso de segurança e bem-estar dos participantes recrutados, dispor da infraestrutura necessária para tal.

Estou ciente que o projeto terá seu início somente após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, mediante parecer ético substanciado.

Estou ciente que minha autorização é voluntária e que a qualquer momento, posso solicitar esclarecimentos sobre o desenvolvimento do projeto de pesquisa que está sendo realizado e, sem qualquer tipo de constrangimento, posso revogar meu consentimento.

Fui informado que os resultados obtidos na presente pesquisa serão tratados conforme prevê as Resoluções CNS 466/2012, 510/2016 e seus complementares. Os dados somente serão divulgados em publicações científicas, sendo preservada a identidade dos participantes.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - Campus Araçuaí
 Fazenda do Meio Pé da Serra, nº 5/N, Bairro 367, km 378, Araçuaí/MG
 Telefone: (38) 3201-3000 - Site: www.ifnmg.edu.br - E-mail: comunicacao@nmg.ifnmg.edu.br


Aécio Oliveira de Miranda
 Diretor Geral



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS – IFMG
Criado pela Lei no. 11.892, de 29/12/2008



Campus Araguaí

Declaro ainda garantir até a data prevista para o término (ou de acordo com o pesquisador responsável) para receber o retorno da presente participação.

Araguaí - MG, 26 de abril de 2018

Aécio Oliveira de Miranda
CPF: 005.825.406-38
Diretor Geral do IFMG – Campus Araguaí


Aécio Oliveira de Miranda
CPF: 005.825.406-38
Diretor Geral do IFMG – Campus Araguaí